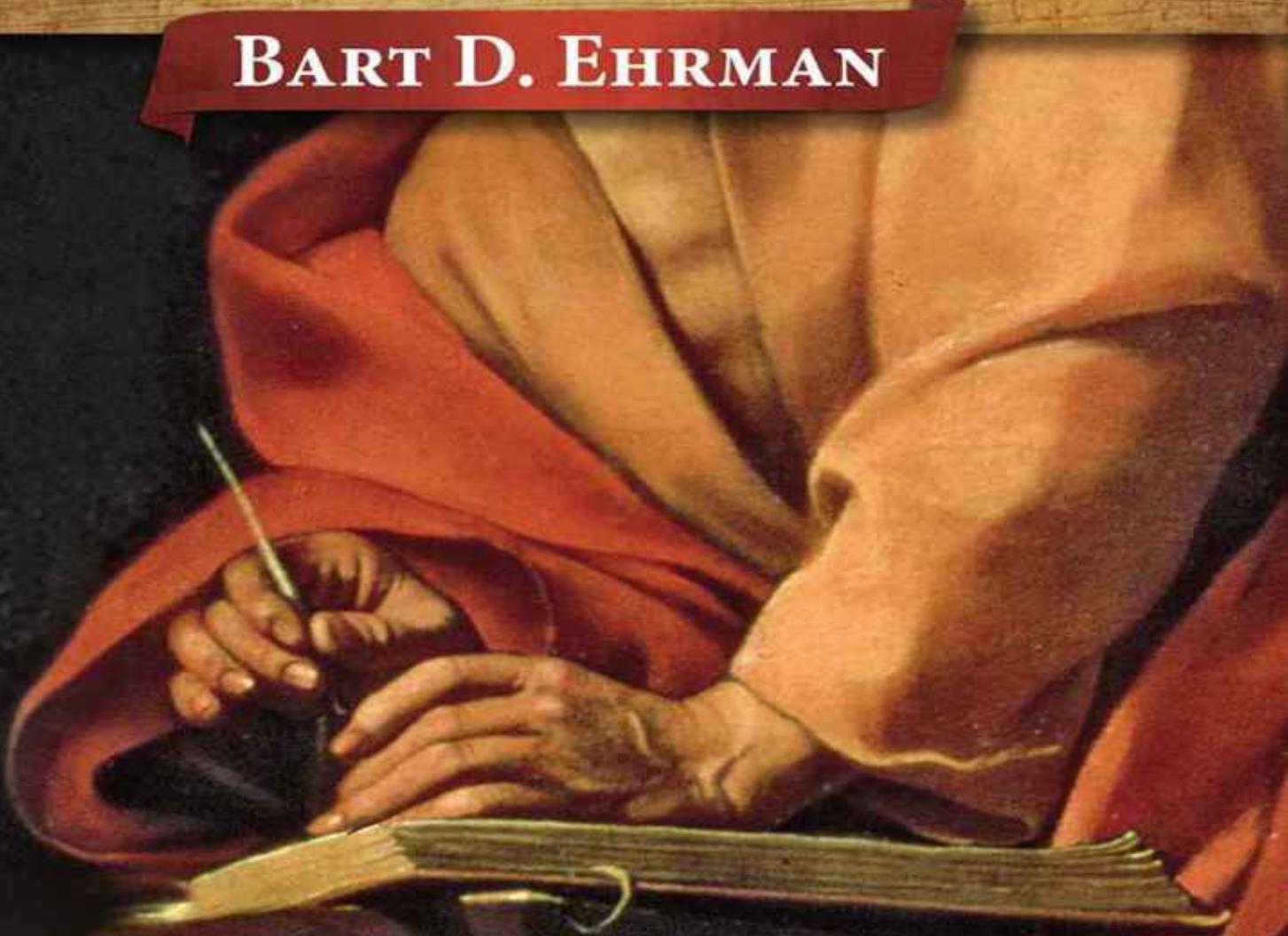


QUEM ESCREVEU A **Bíblia?**

BART D. EHRMAN



*Por que os autores da Bíblia
não são quem pensamos que são*

Do mesmo autor de
O que Jesus disse? O que Jesus não disse?

QUEM
ESCREVEU A
Bíblia?

QUEM ESCREVEU A **Bíblia?**

BART D. EHRMAN

*Por que os autores da Bíblia
não são quem pensamos que são*

Tradução
Alexandre Martins

A
—
A G I R

Copyright © 2011 por Bart D. Ehrman

Este livro foi publicado em acordo com a Harper Collins Publishers.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela Agir, selo da EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação etc., sem a permissão do detentor do copirraite.

EDITORA NOVA FRONTEIRA PARTICIPAÇÕES S.A.

Rua Nova Jerusalém, 345 – Bonsucesso – CEP 21042-235

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel.: (21) 3882-8200 – Fax: (21)3882-8212/8313

www.ediouro.com.br

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

E32i Ehrman, Bart D., 1955-

Quem escreveu a Bíblia? : Por que os autores da Bíblia não são quem pensamos que são / Bart D. Ehrman ; tradução Alexandre Martins. - Rio de Janeiro : Agir, 2013.

Tradução de: Forged : writing in the name of God : why the Bible's authors are not who we think they are
ISBN 978-85-220-3003-3

1. Bíblia. N.T. - Autoria. 2. Bíblia. N.T. - Literatura polêmica. 3. Bíblia. N. T. - Crítica, interpretação, etc. I. Título.
13-0504.

CDD: 225.1
CDU: 27-246

Para Sierra, neta extraordinária

Sumário

Agradecimentos

Introdução: encarando a verdade

1. Um mundo de enganações e falsificações
2. Falsificações em nome de Pedro
3. Falsificações em nome de Paulo
4. Alternativas para mentiras e enganações
5. Falsificações em conflitos com judeus e pagãos
6. Falsificações em conflitos com falsos mestres
7. Falsas atribuições, invenções e contrafações: fenômenos relacionados a falsificações
8. Falsificações, mentiras, enganações e os escritos do Novo Testamento

Notas

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos que me ajudaram a escrever este livro. Em primeiro lugar, obrigado a todos do National Humanities Center, que em 2009-10 me deram uma bolsa que permitiu fazer a pesquisa. A equipe, de cima a baixo, foi absolutamente maravilhosa. Um obrigado especial à impressionante equipe da biblioteca: Josiah Drewery, Jean Houston e Eliza Robertson, que fizeram muito mais do que qualquer um poderia esperar para ajudar na pesquisa. Que sua tribo cresça!

Muitas pessoas inteligentes e perspicazes gentilmente leram o original em suas fases finais, e tenho com elas uma grande dívida de gratidão. Dale Martin, do Departamento de Religião de Yale, que nunca tem medo de me dizer quando estou errado; Jeff Siker, do Departamento de Teologia de Loyola Marymount, que por vezes me avisa quando estou certo; Joel Marcus, da Faculdade de Teologia de Duke, que após todos esses anos continua a brandir uma poderosa caneta vermelha; um leitor anônimo da imprensa que ofereceu muitas ideias desafiadoras; minha filha, Kelly Ehrman, que é dotada para reconhecer deselegância literária; e, sobretudo, minha amada esposa, Sarah Beckwith, professora de inglês medieval e renascentista em Duke, que é inacreditavelmente inteligente, perspicaz e, acima de tudo, uma bibliografia ambulante.

Obrigado também a meu sagaz e encorajador editor na HarperOne, Roger Freet, e a todo o pessoal da Harper que sempre deu ajuda e apoio extraordinários: Mark Tauber, Claudia Boutote, Mickey Maudlin e Julie Burton.

A não ser quando indicado, as traduções para o inglês de textos antigos são minhas.

Dediquei o livro à neta número dois, Sierra, que só viu a luz do dia por um ano, mas já reluz com um brilho incrível.

Introdução: encarando a verdade

Em um dia ensolarado de junho, quando eu tinha 14 anos, minha mãe me contou que ela e meu pai iriam jogar uma partida de golfe. Fiz uma conta rápida de cabeça. Eles demorariam vinte minutos para chegar ao clube e aproximadamente quatro horas para jogar 18 buracos. Voltariam para casa após um pequeno descanso. Eu tinha cinco horas.

Telefonei para meu amigo Ron, na mesma rua, dizendo que meus pais passariam a tarde inteira fora e que eu pegara dois charutos do estoque completo de meu pai. Ron gostou da minha ideia e disse que apanhara umas latas de cerveja e as escondera nos arbustos. Os prazeres do Paraíso batiam à nossa porta.

Quando Ron chegou, subimos para meu quarto, onde abrimos a janela, acendemos os charutos, abrimos as latas de cerveja e nos sentamos para passar uma tarde com tudo, menos um discurso intelectual. Mas, após uns dez minutos, para meu horror, ouvimos um carro parar na entrada, a porta de trás se abrir e minha mãe gritar avisando que haviam chegado. O campo de golfe estava lotado, e eles haviam decidido não esperar quarenta minutos para a tacada inicial.

Ron e eu entramos imediatamente em modo de emergência. Jogamos os charutos e a cerveja no vaso sanitário, demos descarga, escondemos as latas no lixo, pegamos duas latas de desodorante e começamos a usar no quarto para tentar disfarçar a fumaça, que já saía pela janela. Ron se esgueirou pela porta dos fundos e fiquei sozinho, suando frio, certo de que minha vida estava prestes a chegar ao fim.

Desci as escadas, e meu pai me fez a pergunta fatal:

— Bart, você e Ron estavam fumando lá em cima?

Fiz o que qualquer garoto de 14 anos que se preza faria. Menti descaradamente:

— Não, pai, eu não! (A fumaça ainda pairava pesada no ar enquanto eu falava.)

A expressão dele se suavizou, chegando quase a um sorriso, e ele disse algo de que me lembrei por muito tempo — na verdade, por quarenta anos.

— Bart, não me importo com que você fume uma vez ou outra. Mas não minta para mim.

Naturalmente, garanti a ele:

— Não vou mentir, papai.

UM COMPROMISSO POSTERIOR COM A VERDADE

Cinco anos depois, eu era um ser humano diferente. Todos mudam nos últimos anos da adolescência, claro, mas quero dizer que minha mudança foi mais radical que a da maioria. Entre outras coisas, nesse intervalo, eu me tornara um cristão renascido, me formara no colégio, entrara para uma faculdade de teologia fundamentalista — o Moody Bible Institute — e tinha no currículo dois anos de formação séria em estudos bíblicos e teologia. No Moody, não podíamos fumar (“Seu corpo é o templo do Espírito Santo”, ensina o Novo Testamento, e você não polui o templo de Deus!), tomar bebidas alcoólicas (“não vos embriagueis com vinho”; não me ocorreu que poderia não ser problema se embriagar com *bourbon*) ou, bem, fazer muitas outras coisas que seres humanos normais dessa idade fazem: ir ao cinema, dançar, jogar cartas. Eu, na verdade, não concordava com o “código de conduta” da faculdade (também havia um código de vestimenta e, para os homens, um código capilar: nada de cabelos compridos ou barbas), mas meu ponto de vista era que, se eu decidira ir para lá, isso significava seguir as regras. Se quisesse outras regras, poderia ir para outro lugar. Porém, mais que isso, de um estudante de 14 anos melhor que a média, interessado em esportes, com pouca noção do mundo ou do seu lugar nele e nenhum compromisso especial com dizer a verdade, me tornei um de 19 anos que era um cristão evangélico extremamente zeloso, rigoroso, devoto (moralista), estudioso e comprometido com noções sólidas de certo e errado, verdade e equívoco.

No Moody Bible Institute, éramos fortemente comprometidos com a verdade. Eu diria, mesmo hoje, que ninguém no planeta é mais comprometido com a verdade do que um cristão evangélico sério e sincero. E no Moody com certeza éramos sérios e sinceros. Para nós, a verdade era tão importante quanto a própria vida. Acreditávamos na Verdade, com “v” maiúsculo. Jurávamos dizer a verdade, esperávamos a verdade, buscávamos a verdade, estudávamos a verdade, pregávamos a verdade, tínhamos fé na verdade. “Teu Verbo é verdade”, dizem as Escrituras, e o próprio Jesus era “o caminho, a verdade e a vida”. Ninguém podia “chegar ao Pai” a não ser por intermédio dele, o verdadeiro “Verbo que se fez carne”. Apenas descrentes como Pôncio Pilatos eram confusos a ponto de perguntar “O que é a verdade?”. Como seguidores de Cristo, éramos uma categoria diferente. Como o próprio Jesus havia dito: “Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.”

Aliado ao nosso compromisso com a verdade, acreditávamos em objetividade. A verdade objetiva era tudo que existia. Não havia algo como “verdade subjetiva”. Algo era verdadeiro ou falso. Sentimentos e opiniões pessoais não tinham nada a ver com isso. A objetividade era real, possível, atingível, e tínhamos acesso a ela. Era por meio de nosso conhecimento objetivo da verdade que conhecíamos Deus e sabíamos o que Deus (e Cristo, e o Espírito Santo, e tudo o mais) era.

Uma das ironias da religião moderna é que o compromisso absoluto com a verdade em certas formas de cristianismo evangélico fundamentalista e a concomitante visão de que a verdade é objetiva e pode ser verificada por qualquer observador imparcial levaram muitas almas fiéis a seguir a verdade aonde quer que ela leve — e com frequência leva para *longe* do cristianismo evangélico e fundamentalista. Então, se você teoricamente pode verificar a verdade “objetiva” da religião, e se isso revela que a religião examinada pode ser provada *errada*, onde isso o deixa? Se você é um cristão evangélico, isso o deixa no deserto fora do campo evangélico, mas com uma visão impenitente da verdade. Parafraseando uma canção não muito cristã, a verdade objetiva tem sido a ruína de muitos pobres garotos, e Deus, eu sei, sou um deles.

Antes de sair para o deserto (que, ao revelar-se, é um paraíso luxuriante comparado ao campo árido do cristianismo fundamentalista), me interessei intensamente por “provas objetivas” da fé: prova de que Jesus se erguera fisicamente do meio dos mortos (túmulo vazio! testemunhas!), prova de que Deus atuava no mundo (milagres!), prova de que a Bíblia era a palavra inequívoca de Deus, sem qualquer espécie de erro. Como resultado, me dediquei ao campo de estudo conhecido como apologética cristã.

O termo “apologética” vem do grego *apologetikos*, significando uma “defesa argumentativa” da fé. A apologética cristã se dedica não apenas a mostrar que a fé em Cristo é razoável, mas que a mensagem cristã pode ser demonstrada verdadeira, como pode ser visto por qualquer um disposto a suspender a descrença e examinar objetivamente as evidências.

O motivo pelo qual esse compromisso com as evidências, a objetividade e a verdade causou problemas a tantos evangélicos bem-intencionados ao longo dos anos é que eles — pelo menos alguns deles — acreditam que, se algo é verdade, necessariamente vem de Deus, e o pior que você pode fazer é acreditar em algo falso. A busca pela verdade o leva aonde as evidências o levam, mesmo que inicialmente você não queira ir até lá.

Quanto mais eu estudava as alegações evangélicas de verdade acerca do cristianismo, sobretudo alegações sobre a Bíblia, mais me dava conta de que a “verdade” estava me levando a um lugar aonde eu não queria ir. Após me formar no Moody e seguir para o Wheaton College para concluir meu bacharelado, estudei grego, para poder ler o Novo Testamento no idioma original. De lá, segui para o Seminário Teológico de Princeton pretendendo estudar com um dos grandes mestres do Novo Testamento grego, Bruce Metzger. Escrevi uma dissertação de mestrado orientada por ele e, depois, uma tese de doutorado. Durante meus anos de graduação, eu estudara o texto do Novo Testamento assídua, intensa e minuciosamente. Fiz seminários de um semestre sobre livros do Novo Testamento, estudados no idioma original. Escrevi ensaios sobre passagens dificeis. Li tudo em que consegui colocar as mãos. Era apaixonado por meus estudos e pela verdade que conseguia encontrar.

No entanto, em pouco tempo comecei a perceber que a “verdade” sobre a Bíblia não era exatamente o que eu um dia pensara quando era um cristão evangélico comprometido no Moody Bible Institute. Quanto mais via que o Novo Testamento (para não falar do Antigo Testamento, no qual os problemas eram ainda mais *graves*) estava repleto de discrepâncias, mais angustiado eu

ficava. No Moody, eu achara que todas as discrepâncias podiam ser objetivamente solucionadas. No entanto, acabei entendendo que, na verdade, não podiam. Lutei contra esses problemas, rezei sobre eles, estudei-os, busquei orientação espiritual, li tudo o que pude. Mas, sendo alguém que acreditava que a verdade era objetiva, e não disposto a acreditar que era falsa, passei a achar que a Bíblia não podia ser o que eu achava ser. Ela continha erros. E, nesse caso, não era de todo verdadeira. Isso era um problema para mim, pois eu queria acreditar na verdade, na verdade divina, e descobri que a Bíblia não era a verdade divina absoluta. A Bíblia era um livro muito humano.

Os problemas, porém, não pararam por aí. Acabei me dando conta de que a Bíblia não só continha inverdades ou erros involuntários. Ela também continha o que praticamente qualquer um hoje chamaria de mentiras. Este livro é sobre isso.

A VERDADE NA HISTÓRIA DO CRISTIANISMO

Pode-se argumentar que a obsessão pela verdade em segmentos do cristianismo evangélico hoje se equipara ao compromisso com a verdade nos primeiros anos do cristianismo. É um dos traços que o distinguiram das religiões da Antiguidade.

A maioria das pessoas hoje não percebe que as antigas religiões quase nunca se interessavam por “crenças verdadeiras”. As religiões pagãs — me refiro às religiões politeístas da imensa maioria das pessoas no mundo antigo, que não eram nem judias nem cristãs — não tinham credos que necessitassem ser recitados, crenças a serem afirmadas ou escrituras que precisassem ser aceitas como se transmitissem a verdade divina. A verdade interessava aos *filósofos*, não aos praticantes da religião (a não ser que eles também se interessassem por filosofia). Por mais estranho que isso possa nos parecer hoje, as antigas religiões não exigiam que você acreditasse em uma coisa ou em outra. A religião dizia respeito às práticas adequadas: sacrifícios aos deuses, por exemplo, e orações definidas. Ademais, como a religião não estava particularmente preocupada com aquilo em que você acreditava em relação aos deuses, e como todas essas religiões permitiam, e até encorajavam, a adoração de muitos deuses, fazia pouco sentido que se uma das religiões estivesse certa, as outras estariam erradas. *Todas* podiam estar certas! Havia muitos deuses e muitas formas de adorá-los, não um único caminho para o divino.

Essa visão — a visão dominante da Antiguidade — é oposta ao que a maioria de nós pensa acerca de religião hoje, claro. Em nossa visão, se os batistas estão certos, os católicos romanos estão errados; se os judeus estão certos, os budistas estão errados; se os muçulmanos estão certos, os cristãos estão errados, e assim por diante. Mas não no mundo antigo. A adoração de Zeus não era mais “certa” que a adoração de Atena, Apolo, dos deuses da sua cidade ou de sua família.

Outra diferença fundamental entre as religiões atuais e as da Antiguidade é que as antigas religiões politeístas não eram muito preocupadas com a vida após a morte. Elas se interessavam pela vida no presente, como sobreviver em um mundo difícil e caprichoso e como viver bem: como

garantir que chovesse e as plantas florescessem; como sobreviver à doença ou à guerra; como ter o suficiente para comer e beber; como levar vidas produtivas e frutíferas; como fazer o garoto ou a garota da casa ao lado se apaixonar perdidamente por você.

Entre as muitas coisas que tornaram o cristianismo diferente das outras religiões do Império Romano, com a parcial exceção do judaísmo, é que os cristãos insistiam na importância daquilo em que você acreditava, em que crer nas coisas corretas podia torná-lo “certo” e crer nas coisas incorretas podia torná-lo “errado”, e, se você estivesse errado, seria punido por toda a eternidade no fogo do inferno. O cristianismo, ao contrário das outras religiões, era exclusivista: afirmava que tinha a Verdade, e que todas as outras religiões viviam em Erro. Ademais, essa verdade envolvia alegações acerca de Deus (só há um, por exemplo, e Ele criou o mundo), de Cristo (era ao mesmo tempo divino e humano), da salvação (só é possível por intermédio da fé em Cristo), da vida eterna (todos serão abençoados ou atormentados por toda a eternidade), e assim por diante.¹

A religião cristã se enraizou nessas alegações, que acabaram compondo formulações bastante ritualizadas, como o Credo de Niceia. Como resultado, desde o princípio, os cristãos precisaram apelar às autoridades para saber no que acreditar. Acredita que esta visão é verdadeira em oposição àquela? Qual é sua autoridade para dizer isso? A autoridade final era Deus, claro. Mas a maioria dos cristãos passou a achar que Deus não contava diretamente aos indivíduos a verdade sobre no que acreditar. Caso fizesse isso, haveria enormes problemas, já que alguém poderia alegar autoridade divina para o que ensinava, e outros poderiam alegar autoridade divina para um ensinamento oposto. Assim, a maioria dos cristãos não insistia na revelação pessoal a indivíduos vivos. Em vez disso, insistiam em que Deus revelara sua verdade em uma época anterior por intermédio de Cristo a seus apóstolos. Nos primórdios da Igreja, os apóstolos eram autoridades nas quais se podia confiar. Mas, quando os apóstolos morreram, onde buscar a autoridade?

Era possível alegar — e de fato muitos o fizeram — que os líderes das igrejas apontados pelos apóstolos podiam levar adiante seus ensinamentos, de modo que esses líderes tinham autoridade igual à do próprio Deus. Deus enviou Jesus, que escolheu seus apóstolos, que instruíram seus sucessores, que passaram adiante os ensinamentos sagrados aos cristãos comuns.² Entretanto, essa visão gerou muitos problemas. Para começar, à medida que as igrejas se multiplicavam, já não podiam alegar ter como líder alguém que conhecera um apóstolo, ou mesmo alguém que conhecesse alguém que um dia houvesse conhecido um apóstolo. Um problema ainda maior era o fato de que diferentes líderes de igrejas, para não falar em diferentes cristãos em suas congregações, podiam alegar ensinar as verdades apostólicas. Mas essas “verdades” entravam em contradição com o que outros líderes e mestres diziam ser os ensinamentos dos apóstolos.

Como resolver esses problemas? A resposta óbvia surgiu logo no início do movimento cristão. Era possível saber o que os apóstolos haviam ensinado por meio dos escritos deixados por eles. Esses autores oficiais produziram ensinamentos oficiais. Portanto, a verdade oficial podia ser encontrada nos escritos apostólicos.³

Embora isso soe como uma solução perfeita para o problema, a solução criava seus próprios problemas. Um deles envolvia uma realidade que os primeiros cristãos não haviam considerado, mas da qual os estudiosos de hoje têm plena consciência. A maioria dos apóstolos era analfabeta (discutirei isso melhor no capítulo 2). Não poderiam ter deixado um escrito oficial nem se suas almas dependessem disso. Outro problema foi que começaram a aparecer textos supostamente escritos por apóstolos, mas contendo todo tipo de pontos de vista bizarros e contraditórios. Circulavam evangelhos supostamente escritos pelos discípulos de Jesus: Pedro, Filipe e Maria, e seus irmãos Tomé e Tiago. Surgiram cartas supostamente escritas por Paulo (além daquelas que ele de fato escreveu), Pedro e Tiago. Apareceram apocalipses descrevendo o fim do mundo ou o destino das almas após a morte, em nome dos seguidores de Jesus: João, Pedro e Paulo. Alguns textos que surgiram teriam sido escritos pelo próprio Jesus.

Em muitos casos, os autores desses textos não poderiam ser quem diziam, como inclusive os primeiros cristãos perceberam. Os pontos de vista encontrados nesses escritos foram, com frequência, considerados “heréticos” (isto é, transmitiam falsos ensinamentos), se contradiziam mutuamente e aos ensinamentos que haviam se tornado o padrão da igreja. Mas por que autores alegariam ser pessoas que não eram? Por que um autor alegaria ser um apóstolo não o sendo? Por que um personagem desconhecido escreveria um livro se autodenominando Pedro, Paulo, Tiago, Tomé, Filipe ou mesmo Jesus?

A resposta deveria parecer razoavelmente óbvia. Se seu nome era Josafá e ninguém (além de, digamos, seus pais e irmãos) tinha qualquer ideia de quem você era, e você queria escrever um evangelho oficial sobre a vida e os ensinamentos de Jesus, uma carta oficial descrevendo no que os cristãos deveriam acreditar ou como deveriam viver, ou um apocalipse inspirado descrevendo detalhadamente o destino das almas depois da morte, não seria bom colocar seu próprio nome no livro. Ninguém levaria a sério o evangelho de Josafá. Se você queria que alguém o lesse, chamaria a si mesmo de Pedro. Ou Tomé. Ou Tiago. Em outras palavras, você mentiria sobre quem realmente era.

Costuma ser dito — mesmo por acadêmicos que deveriam ser bem-informados — que, no mundo antigo, esse tipo de texto “pseudônimo” (isto é, falsamente assinado) não era considerado uma mentira, e não pretendia ser enganoso. Parte do que mostraremos neste livro é que esse ponto de vista é errado (ver capítulo 4). Autores antigos que falaram sobre essa prática de escrever um livro em nome de outra pessoa disseram que era, ao mesmo tempo, mentira e desonestidade, e que não era uma prática aceitável.

Muitos textos cristãos antigos são “pseudônimos”, com um “nome falso”. A palavra mais comum para esse tipo de escrito é “falsificação” (Ofereço definições mais precisas desses termos no capítulo 1). No mundo antigo, a falsificação era um pouco diferente de hoje, pois não era contra a lei. Contudo, embora não fosse uma atividade ilegal, era desonesta e envolvia mentira consciente, como os próprios antigos disseram.

A questão crucial é: será possível que alguma das primeiras falsificações cristãs tenha chegado ao Novo Testamento? Que alguns dos livros do Novo Testamento não tenham sido escritos pelos apóstolos cujos nomes estão ligados a eles? Que algumas das cartas de Paulo não foram realmente escritas por Paulo, mas por alguém alegando ser Paulo? Que Tiago e Judas não escreveram os livros que levam seus nomes? Ou — em um caso um pouco diferente, como veremos — que os Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João não foram escritos por Mateus, Marcos, Lucas e João?

Ao longo de mais de cem anos, os estudiosos notaram que, na verdade, esse é o caso. Os autores de alguns dos livros do Novo Testamento não eram quem alegavam ser ou quem se imaginou que seriam. Em alguns casos, isso se deu porque um escrito anônimo, no qual um autor não indicava quem era, foi posteriormente atribuído a alguém que, na verdade, não o escreveu. Mateus provavelmente não escreveu Mateus, por exemplo, nem João, João (ver capítulo 7); por outro lado, nenhum livro de fato alega ter sido escrito por uma pessoa chamada Mateus ou João. Em outros casos, isso aconteceu porque o autor mentiu sobre sua identidade, alegando ser alguém que não era. Como já insinuei, alguns estudiosos há muito relutam, e mesmo se recusam a chamar essa atividade autoral de mentira e os produtos literários resultantes de falsificações. Como explicarei em detalhes nos capítulos seguintes, a maioria dos estudiosos que realmente leu o que os antigos autores dizem sobre o fenômeno não tem tal hesitação.

É verdade que os antigos autores que mentiram sobre sua identidade poderiam acreditar ter a consciência limpa, que o que fizeram era justificado, que, no fim das contas, estavam certos. Podem ter pensado e acreditado, pelo menos intimamente, que tinham ótimos motivos para fazer o que fizeram. Mas, como veremos em capítulos posteriores, pelos padrões antigos, esses autores se envolveram em atividades fraudulentas, e os livros que eles produziram foram falsificações.

Deixe-me concluir esta introdução dizendo que passei os últimos cinco anos estudando a falsificação, sobretudo nos mundos grego e romano antigos, mas não exclusivamente no cristianismo. Meu objetivo sempre foi escrever uma detalhada monografia acadêmica sobre o tema. O livro que você está lendo agora não é essa monografia acadêmica. O que tento fazer neste livro é discutir o tema em um nível leigo, apontando os aspectos de fato interessantes do problema ao destacar os resultados de minha própria pesquisa e mostrando o que os estudiosos há muito disseram sobre os escritos do Novo Testamento e dos textos cristãos com pseudônimos fora do Novo Testamento. A monografia acadêmica a ser publicada será muito mais documentada e argumentada. Este livro, em outras palavras, não é voltado para meus colegas acadêmicos, que, caso o leiam, o farão apenas por curiosidade. É, ao contrário, destinado a você, leitor comum, que de alguma forma se interessa, assim como eu, pela verdade.

Capítulo Um

Um mundo de enganações e falsificações

Sempre que leciono sobre falsificação, retorno à minha primeira palestra sobre o assunto, há 25 anos, na Universidade Rutgers. Por mais estranho que possa parecer, na época, a falsificação estava na cabeça de todos. Poucos meses antes, uma falsificação passara semanas nas primeiras páginas dos grandes jornais do mundo. Os diários de Adolf Hitler tinham sido descobertos, autenticados por um dos principais especialistas mundiais no *Führer*, o historiador britânico Hugh Trevor-Roper. Os diários tinham sido comprados por milhões de dólares, primeiro pela revista alemã *Stern*, e depois por Rupert Murdoch para a publicação em inglês. Mas, quando começaram a sair, foram denunciados como falsificações sem valor.⁴

O falsificador dos diários era um alemão ocidental chamado Konrad Kujau. Ele tivera uma formação operária de classe inferior; com pouca idade, descobrira uma habilidade artística que o levara a uma carreira de falsário. Passara algum tempo preso quando jovem por falsificar vales-refeição. No entanto, ele tinha muitos pseudônimos, e as pessoas às quais vendeu os diários de Hitler não se dedicaram a verificar seus antecedentes.

Os diários consistiam em cerca de sessenta cadernos de anotações manuscritas que o próprio Hitler supostamente fizera durante seu período no poder, de junho de 1932 até abril de 1945. Para colecionadores de *memorabilia* nazista, essa descoberta seria inestimável. Temos alguns documentos e pinturas produzidos por Hitler, mas nada como isso, um relato de atividades diárias, encontros, sucessos, excessos, companheiros, amores, ódios e divagações. Quando a *Stern* ficou de posse dos livros e decidiu publicá-los em 1984, os editores consultaram Trevor-Roper, que, a despeito de uma suspeita inicial de que deveria ser uma fraude, convenceu-se da autenticidade dos livros após uma rápida espiada em algumas páginas. Os documentos pareciam velhos; continham vários dados precisos e muitas digressões e irrelevâncias, algo que seria de se esperar em um diário pessoal. E eram muitas! Que falsificador teria tanto trabalho?

Ademais, havia uma explicação plausível para eles terem sobrevivido à guerra. Era bem conhecido que, quando a derrota se tornou iminente, Hitler fez com que várias caixas de metal com

objetos pessoais fossem tiradas de Berlim por avião; mas a aeronave tinha sido derrubada, e o piloto, morto. Moradores de aldeias próximas ao local da queda saquearam o avião, e as caixas acabaram com particulares. Colecionadores de *memorabilia* depois compraram o material, e um desses colecionadores, chamado Konrad Fischer (um pseudônimo de Konrad Kujau), terminara com os diários. Eles em tese tinham sido contrabandeados para fora do Leste pelo irmão, um general do Exército da Alemanha Oriental.

Entretanto, na verdade, era tudo um golpe do próprio Kujau, que aprendera a imitar a caligrafia de Hitler, lera biografias eruditas do *Führer* para aprender os fatos mais ou menos corretamente e produzira os relatos minuciosamente ao longo de três anos no começo da década de 1980. Para fazer com que as páginas parecessem velhas e gastas, ele as manchou com chá e bateu várias vezes com elas na mesa. E enganou os especialistas, pelo menos por tempo suficiente para receber 4,8 milhões de dólares por seus esforços.

Contudo, no dia anterior à data em que os diários seriam revelados ao público, Trevor-Roper começou a ter dúvidas. Durante os dias seguintes, após a *Stern* ter anunciado a descoberta histórica mais significativa em décadas, outros especialistas foram convocados. Os diários foram considerados falsificações além de qualquer dúvida. Peritos descobriram que o papel, a cola e a tinta eram posteriores a 1945; historiadores demonstraram que os diários estavam cheios de erros.

Kujau foi condenado por falsificação, um crime segundo os padrões modernos, embora, como veremos, não pelos da Antiguidade, e passou vários anos na cadeia. Mas saiu sem se arrepender, e passou boa parte do resto de sua vida pintando falsificações de grandes obras de arte — imitações de Monet, Rembrandt e Van Gogh — e vendendo-as como imitações. Isso acabou criando um mercado para que outros falsificadores produzissem e vendessem réplicas das imitações de Kujau. No clímax dessa história aparentemente interminável, no fim da vida, Kujau produziu uma autobiografia, nunca publicada. Em vez disso, foi lançado um livro diferente com seu nome, chamado *Die Originalität der Fälschung* (“A originalidade da falsificação”). Kujau alegou, evidentemente com toda a sinceridade, que não escrevera uma só palavra desse.

FALSIFICAÇÕES NO MUNDO ANTIGO

Quando faço palestras abertas sobre falsificação, costumam me perguntar: “Quem faria tal coisa?” A resposta é: “Muita gente!” E por muitas razões diferentes. A mais comum hoje, com certeza, é ganhar dinheiro. Konrad Kujau talvez seja o caso mais conhecido e destacado, mas existem muitas centenas de colegas e discípulos menos famosos. O comércio de falsificações prospera: artigos falsos em nome de George Washington, Abraham Lincoln, lorde Byron, Robert Frost e muitos, muitos outros, continuam a inundar o mercado, como confirmado pela literatura recente sobre falsificações modernas.⁵ Estas são quase sempre produzidas com o objetivo de serem vendidas como autênticas. Também havia muita atividade desse tipo no mundo antigo (e muito menos especialistas em

falsificação capazes de identificar uma quando a viam), embora não fosse um elemento importante no começo do cristianismo, por uma simples razão: em geral, os livros cristãos não estavam à venda.

Outros bandidos hoje eventualmente falsificam um documento apenas para testar se não seriam descobertos. Isso também era algo que já acontecia no mundo antigo. O relato mais famoso é o conhecido caso de Dionísio, o Renegado.

Dionísio era um acadêmico literário e filósofo do século III a.C. Ele acabou recebendo o epíteto de “Renegado” por ter rompido com seus colegas filósofos estoicos ao reparar que seus pontos de vista filosóficos não correspondiam à vida real como ele a experimentava. Os estoicos ensinavam que as pessoas deviam se distanciar mental e emocionalmente da dor e da angústia desta vida para experimentar paz de espírito interior. Durante muito tempo, Dionísio partilhou dessa visão. Porém, ficou muito doente, sentiu muita dor e começou a pensar que sua filosofia anterior era uma farsa diante da própria dor. Então, abandonou os estoicos e foi chamado por eles de “renegado”.

Contudo, ele é mais famoso nos anais da história pela brincadeira que fez com um colega acadêmico literário, seu antigo mestre e, mais tarde, adversário Heráclides de Ponto. A brincadeira envolveu uma falsificação e não passou de um golpe para fazer com que Heráclides passasse vergonha.⁶

Dionísio escreveu e colocou em circulação uma tragédia que intitulou *Parthenopaeus*, alegando ser obra do famoso dramaturgo grego Sófocles. A peça acabou indo parar nas mãos de Heráclides, que não viu motivo para duvidar de sua autenticidade. Heráclides, em dado momento, citou-a para ilustrar uma tese sobre Sófocles. Era exatamente aquilo que Dionísio esperava: uma oportunidade de desmascarar seu adversário. Ele confrontou Heráclides, triunfante, e disse que a peça era uma falsificação; que, na verdade, ele mesmo a escrevera. Heráclides, porém, não acreditou e insistiu em que Dionísio mentia. Mas Dionísio tinha um ou dois ases na manga. Ele mostrou a Heráclides que se pegasse a primeira letra de uma série de linhas na primeira parte da peça e as unisse em um acróstico, surgiria o substantivo *Pankalos*, que era o nome do amante de Dionísio.

Heráclides ainda não estava convencido, então Dionísio mostrou a ele dois outros acrósticos escondidos nas linhas do texto. O primeiro formava um dístico poético:

Um macaco velho não cai em armadilha;
Sim, ele até cai, mas demanda tempo.

A outra linha era decisiva:

Heráclides ignora as letras e não se envergonha de sua ignorância.

Não encontramos nada tão hilariante ou ultrajante nos escritos dos primeiros cristãos. Na verdade, há poucas evidências sugerindo que autores cristãos falsificaram documentos apenas para descobrir se seriam desmascarados. Ainda assim, houve muitos falsificadores cristãos antigos que produziram muitos documentos falsificados, provavelmente por muitas razões diferentes. Como

destaquei na introdução, ainda temos muitos documentos falsificados originários da Igreja inicial, inúmeros evangelhos, atos, epístolas e apocalipses (esses são os quatro gêneros literários do Novo Testamento), todos eles alegando terem sido escritos por apóstolos.

Muitos desses livros não canônicos são fascinantes e merecem ser lidos.⁷ Entre os evangelhos, por exemplo, há um relato supostamente escrito por Pedro que oferece uma narrativa detalhada da Ressurreição. Isso é chocante, porque — a maioria dos leitores nunca percebeu — os evangelhos do Novo Testamento não narram a Ressurreição. Eles dizem que Jesus foi enterrado e indicam que, no terceiro dia, seu túmulo estava vazio, porém não trazem o relato dele efetivamente saindo do túmulo. Mas há um relato assim no *Evangelho de Pedro*. Nele, Jesus sai caminhando do túmulo apoiado em dois anjos altos como montanhas, ainda que ele fosse ainda mais alto; atrás deles, saindo do túmulo, vem a cruz, que fala a Deus no céu. Outros evangelhos “apostólicos” contam outras histórias impressionantes sobre Jesus ou registram ensinamentos bizarros, supostamente ditos por ele; evangelhos alegadamente escritos por Tomé, irmão de Jesus, seu discípulo Filipe e sua companheira Maria Madalena. Todos esses livros se diziam autênticos, mas cada um deles foi classificado como “falsificação” por outros cristãos antigos que não acreditavam que os apóstolos de fato os haviam escrito.

Também há atos não canônicos, livros que contam as aventuras dos apóstolos de Jesus após sua ascensão, como os *Atos de Paulo*, no qual Paulo prega que, para ter a vida eterna, os seguidores de Jesus devem se abster do sexo mesmo sendo casados, e evitar o casamento sendo solteiros. Esse livro foi inventado por um líder da Igreja da Ásia Menor (atual Turquia) no século II. Sabemos disso porque um famoso pai da Igreja, Tertuliano, indica que a pessoa foi apanhada e julgada pela Igreja por produzir o relato e depois afastada, sem cerimônias, de sua posição de liderança.⁸ A maioria dos líderes da Igreja não apreciava documentos inventados. Mas havia muitos deles. Ainda hoje temos muitas cópias de Atos de João, Pedro, André e Tomé, bem como fragmentos de obras anteriores que não sobreviveram intactas.

Também havia epístolas falsificadas, incluindo um conjunto de cartas entre Paulo e o mais famoso filósofo da época, Sêneca, mostrando não apenas que Paulo era íntimo das maiores mentes do Império Romano, mas também respeitado e reverenciado por elas. Alguns líderes posteriores da Igreja sustentaram que essas epístolas eram autênticas, mas outros consideraram que tinham sido falsificadas com o objetivo de criar uma boa imagem para Paulo. Também houve discussões sobre a autenticidade de outras cartas de Paulo, Pedro e mesmo de Jesus. Alguns desses outros escritos ainda existem.

Da mesma forma, apocalipses falsificados pontuavam a paisagem literária cristã, incluindo um relato fascinante encontrado em 1886 em uma tumba do Egito: um texto em primeira pessoa, supostamente escrito por Pedro, no qual ele faz uma excursão, guiada pelo próprio Jesus, pelo céu e o inferno, pelas respectivas bênçãos dos salvos e pelos horrendos tormentos dos condenados. Esse livro quase foi incluído no Novo Testamento, já que, mesmo no século IV, havia líderes da Igreja que o consideravam uma Escritura. Outros, porém, alegavam ser uma falsificação.

Essa é apenas uma pequena parte dos documentos que foram contestados no mundo antigo. Alguns dos primeiros cristãos alegaram que de fato tinham sido escritos por apóstolos e integravam o Novo Testamento. Outros insistiram em que não tinham sido escritos por apóstolos, sendo falsificações. Quantos outros documentos assim havia? Nunca saberemos. Hoje, temos conhecimento de mais de *cem* escritos dos quatro primeiros séculos que um autor cristão ou outro alegou terem sido falsificados por colegas cristãos.⁹

ANTIGAS FALSIFICAÇÕES CRISTÃS

A maioria dos casos que acabei de mencionar é de falsificações da época dos próprios apóstolos, dos séculos II, III e IV da era cristã. A maioria dos livros do Novo Testamento, por outro lado, foi escrita no século I. Há alguma evidência de falsificação nesse período anterior? Na verdade, há evidências muito boas, e elas nos chegam pelas páginas do próprio Novo Testamento.

Há no Novo Testamento 13 epístolas alegadamente escritas por Paulo, incluindo duas aos tessalonicenses. Na segunda epístola aos tessalonicenses, encontramos um versículo intrigante, no qual o autor diz a seus leitores que não devem ser desencaminhados por uma carta “que se diga vir de nós” indicando que “o Dia do Senhor” já estivesse próximo (2,2). O autor, em outras palavras, tem conhecimento de uma carta que circula alegando ser de Paulo mas que, na verdade, não é. Essa outra carta supostamente ensina uma ideia à qual o próprio Paulo se opõe. Quem criaria essa carta falsificada? Obviamente, alguém que queria defender sua própria visão de quando o fim chegaria e decidiu fazer isso com a autoridade de Paulo, embora não a tivesse.

No entanto, há uma ironia terrivelmente interessante ligada a essa passagem. A segunda epístola aos tessalonicenses, na qual aparece a passagem, é em si considerada por muitos acadêmicos como não pertencente a Paulo, ainda que alegue ter sido escrita por ele (veremos as razões para pensar assim no capítulo 3). Será 2 Tessalonicenses ela mesma uma falsificação em nome de Paulo? Caso positivo, por que alertaria contra uma falsificação em nome de Paulo? Pode haver pouca dúvida sobre a resposta: um dos “truques” usados por antigos falsificadores para assegurar aos leitores que seus próprios escritos eram autênticos era alertar para escritos que não eram. Os leitores naturalmente presumem que o autor não está fazendo aquilo que condene.¹⁰

Temos outras instâncias interessantes desse fenômeno na literatura cristã inicial. Trezentos anos mais tarde, no fim do século IV, surgiu um livro que os acadêmicos chamaram de *Constituições Apostólicas*. Esse livro longo, em oito volumes, dá instruções de como a Igreja deve ser organizada e administrada por seus líderes. O livro alega ser escrito por um homem chamado Clemente, que supostamente era o quarto bispo de Roma (isto é, um “papa” inicial), escolhido pelo próprio apóstolo Pedro para liderar a grande Igreja. Mas, na realidade, o livro foi escrito cerca de três séculos após Clemente ter sido sepultado. Ou seja, é uma falsificação. Mais que isso, o livro é chamado de Constituições “apostólicas” por transmitir conselhos e instruções dos próprios apóstolos

de Jesus, com frequência na primeira pessoa: “Eu, Pedro”, vos digo isso; “Eu, João”, vos digo isso; “Eu, Tiago”, vos digo isso, e assim por diante. Uma das mais fascinantes instruções do verdadeiro autor do livro (não sabemos quem de fato o escreveu) está no fim, quando ele alerta seus leitores a não ler livros que *aleguem* ter sido escritos pelos apóstolos, não o sendo. Em outras palavras, ele está dizendo a seus leitores para não ler livros como aquele que estão lendo, uma falsificação apostólica. Por que inserir essa instrução? Mais uma vez, como no caso de 2 Tessalonicenses, porque, ao fazer isso, ele tira seus leitores do rastro de sua própria fraude.

Em 2 Tessalonicenses, somos apresentados a uma situação particularmente interessante. Não importa como se entenda a questão, o livro mostra que é quase certo circularem falsificações em nome de Paulo desde a época dos textos do Novo Testamento. Se os acadêmicos que acham que 2 Tessalonicenses *não* foi escrita por Paulo estão errados — ou seja, Paulo de fato a escreveu —, isso mostra que o próprio Paulo tinha conhecimento de uma falsificação em seu nome que chegara à igreja de Tessalônica. Mas, se os outros acadêmicos estão certos e Paulo não escreveu 2 Tessalonicenses, esse *próprio* livro é uma falsificação em nome de Paulo que circulava pela Igreja. De qualquer forma, deveria haver falsificações paulinas já no século I.

Há outras falsificações dos primórdios da época cristã? Abordo essa questão mais longamente a seguir, estudando evidências de que alguns dos livros do Novo Testamento não foram escritos pelas pessoas que supostamente são seus autores. Por ora, estou interessado em destacar que esta não é apenas uma descoberta da erudição moderna. Vários dos livros do Novo Testamento foram contestados já nos primórdios do cristianismo, entre os estudiosos cristãos dos séculos II a IV que debatiam quais livros deveriam ser incluídos nas Escrituras.

O caso mais famoso é o livro do Apocalipse. Um acadêmico cristão de Alexandria (Egito), do século III, chamado Dionísio argumentou que o livro, na verdade, não fora escrito pelo discípulo João, filho de Zebedeu. O argumento de Dionísio era bom e continua a ser bom para os estudiosos de hoje. Ele sustentava que o estilo de redação do livro é tão diferente daquele do Evangelho de João que eles não poderiam ter sido escritos pela mesma pessoa (estudiosos modernos discordam de Dionísio apenas em pensar que também o evangelho provavelmente não foi escrito por João). Dionísio acreditava que deveria haver dois autores de mesmo nome que depois foram confundidos com a mesma pessoa. Mas é interessante que Dionísio, segundo o pai da Igreja, Eusébio, teve uma série de predecessores que argumentaram que o Apocalipse tinha sido escrito não por outro homem chamado João, mas por um herege chamado Cerinto, que falsificou o relato com o intuito de promover seu falso ensinamento de que haveria um futuro paraíso de mil anos sobre a face da Terra.¹¹

A pequena epístola de Judas, supostamente escrita pelo irmão do próprio Jesus, também foi discutida nos primórdios da Igreja. Alguns cristãos argumentaram que, em parte, não era autêntica, segundo o famoso estudioso cristão do século IV, Jerônimo, porque o livro cita outro, apócrifo, chamado Enoque, como se fosse Escritura oficial.¹² O livro 2 Pedro foi rejeitado por alguns dos primeiros pais da Igreja, como discutido por Jerônimo e Eusébio, mas nenhum deles fora mais franco

e direto que o notável mestre cristão de Alexandria, Dídimos, o Cego, que argumentou que “a carta é falsa e, portanto, não deve estar no cânone”.¹³ Em outras palavras, Pedro não a escreveu, segundo Dídimos, embora o autor *alegasse* ser Pedro.

Outros mestres cristãos questionaram se 1 e 2 Timóteo de fato eram de Paulo, alguns alegando que o conteúdo mostrava que ele não as escrevera.¹⁴ A epístola aos hebreus foi particularmente debatida; o livro não alega de forma explícita ser escrito por Paulo, mas há indícios de que o autor deseja que os leitores *pensem* que ele é Paulo (ver 13,22-25). Durante séculos, a autoria paulina foi questionada. O livro foi admitido no cânone apenas quando quase todos passaram a acreditar que Paulo devia tê-la escrito.

Resumindo: houve, nos primórdios da Igreja, longos, demorados e frequentemente acalorados debates sobre documentos falsificados. Os primeiros cristãos se deram conta de que havia inúmeras falsificações circulando e quiseram saber quais livros eram escritos por seus alegados autores e quais não eram. Como veremos adiante, quase ninguém aprovava a prática da falsificação; ao contrário, ela era amplamente condenada, mesmo em livros em si falsificados (como 2 Tessalonicenses e as *Constituições Apostólicas*).

A maior parte deste livro irá se focar em exemplos de falsificação dos primórdios do cristianismo. Contudo, para compreender as primeiras falsificações cristãs, precisamos recuar e analisar o fenômeno da falsificação no mundo antigo de forma mais abrangente. Esse será o objetivo do restante deste capítulo. Começaremos com uma discussão muito importante sobre os termos que empregarei.

OS TERMOS DO DEBATE

Os dois primeiros termos são especialmente técnicos, e, embora eu não vá utilizá-los muito, é importante saber o que significam. Um texto “ortônimo” (literalmente, “nome correto”) é aquele de fato escrito pela pessoa que alega estar escrevendo. Das 13 epístolas do Novo Testamento, há sete de Paulo que praticamente todos concordam serem ortônicas.

Um texto “homônimo” (literalmente, “mesmo nome”) é aquele escrito por alguém que por acaso tem o mesmo nome de outra pessoa. No mundo antigo, a imensa maioria das pessoas tinha os mesmos prenomes. Isso era verdade entre os cristãos, como entre todos os outros. Muitas pessoas se chamavam João, Tiago e Judas, por exemplo. Se alguém chamado João escreveu o livro do Apocalipse e chamou a si mesmo de João, não estava necessariamente alegando ser qualquer outro que não ele mesmo. Quando cristãos posteriores supuseram que aquele João tinha de ser o discípulo João, filho de Zebedeu, a culpa não foi do autor. Ele por acaso apenas tinha o mesmo nome de outra pessoa mais famosa. O livro, portanto, não é falsificado. É apenas homônimo, supondo que João, filho de Zebedeu, não o escreveu, uma suposição segura para a maioria dos acadêmicos críticos. Ele foi incluído no cânone por causa de sua identidade equivocada.

Outros escritos são “anônimos” (literalmente, “sem nome”). São livros cujos autores nunca se identificaram. Ou seja, tecnicamente falando, um terço dos livros do Novo Testamento. Nenhum dos evangelhos traz o nome do autor. Apenas mais tarde os cristãos os chamaram de Mateus, Marcos, Lucas e João; e escribas posteriores acrescentaram, então, esses nomes aos títulos dos livros. Também são anônimos o livro dos atos e as epístolas conhecidas como 1, 2 e 3 João. Tecnicamente, o mesmo se dá para a epístola aos hebreus; o autor nunca menciona seu nome, mesmo querendo que você suponha ser Paulo.¹⁵

O termo “pseudônimo” (literalmente, “nome falso”) é um pouco mais dúvida, e preciso explicar como o empregarei. Tecnicamente, ele se refere a qualquer livro que apareça sob o nome de alguém que não o autor, mas há dois tipos de textos pseudônimos. Algumas vezes os autores apenas escolhem um nome fantasia. Quando Samuel Clemens escreveu *As aventuras de Huckleberry Finn* e assinou como “Mark Twain” ele não tentava enganar seus leitores levando-os a pensar que era alguém famoso; era apenas um nome fantasia para disfarçar sua própria identidade. Da mesma forma quando Mary Ann Evans escreveu *Silas Marner* e assinou “George Eliot”. Esse uso de um nome fantasia não acontecia muito no mundo antigo, mas eventualmente, sim. O historiador grego Xenofonte, por exemplo, escreveu sua famosa obra *Anábase* usando o nome fantasia de Temistógenes; e o filósofo grego Jâmblico escreveu seu tratado *Sobre os mistérios* com o nome inventado Abamon. Nesses casos, parece não ter havido qualquer tentativa real de enganar os leitores e levá-los a pensar que o autor era alguém famoso.¹⁶

O outro tipo de escrito pseudônimo envolve um livro que circula sob o nome de outra pessoa, normalmente uma figura com alguma autoridade que, imagina-se, é bem conhecida pelo público leitor. Para esse tipo especial de escrita pseudônima, usarei o termo técnico “pseudoepigráfico” (literalmente, “escrito sob nome falso”). Portanto, um escrito pseudoepigráfico é aquele alegadamente escrito por uma pessoa famosa, bem conhecida ou de autoridade, mas que, na verdade, não o escreveu.

Entretanto, também há dois tipos de escritos pseudoepigráficos. Algumas vezes um texto foi publicado anonimamente, sem o nome do autor, como o Evangelho de Mateus. Mas leitores e copistas posteriores afirmaram saber quem o havia escrito e alegaram ter sido uma pessoa conhecida e de autoridade, neste caso, o discípulo Mateus. Em escritos desse tipo, *equivocadamente atribuídos* a uma pessoa conhecida, o autor não está tentando enganar ninguém.¹⁷ Ele permaneceu anônimo. Foram leitores posteriores que alegaram ser o autor outra pessoa. Esse tipo de pseudoepigrafia, portanto, envolve uma “falsa atribuição”; uma obra é “atribuída” a alguém que não a escreveu.

O outro tipo de pseudoepigrafia envolve uma espécie de fraude intencional por parte de um autor. É quando um autor escreve uma obra alegando ser outra pessoa. É o que chamo aqui de falsificação. Minha definição de *falsificação*, portanto, é um texto que alega ser escrito por alguém (uma pessoa conhecida) que, na verdade, não o escreveu.

Ao longo dos anos, muitas pessoas fizeram objeções à minha utilização do termo “falsificação”, e comprehendo bem a reticência de outros acadêmicos em usar o termo. Nos tempos modernos, quando

pensamos em falsificação, pensamos em atividades altamente ilegais (falsificar pedras preciosas, dinheiro ou livros para ter lucro) que podem mandar a pessoa para a cadeia. Os falsificadores da Antiguidade não eram jogados na cadeia, porque não havia leis regulamentando a produção e distribuição de literatura. Não havia leis de direitos autorais, por exemplo. Mas os autores antigos viam esse tipo de atividade como fraudulenta, a reconhecia como enganosa, chamavam a isso de mentir (e outras coisas ainda piores) e com frequência puniam aqueles apanhados fazendo isso. Portanto, quando uso o termo “falsificação”, considero que tem conotação negativa; em parte porque, como veremos, os termos usados pelos autores antigos eram igualmente negativos, quando não ainda mais.

Porém, meu emprego do termo “falsificação” não diz respeito ao status legal do documento em questão ou à atividade criminosa do autor. É um termo técnico relativo a um tipo de escrita pseudoepigráfica, no qual um autor intencionalmente alega ser outra pessoa. Uma das teses do meu livro é que aqueles envolvidos nessa atividade no mundo antigo eram claramente condenados por mentir e tentar enganar seus leitores.

MOTIVAÇÕES PARA A FALSIFICAÇÃO

Se, como demonstrarei mais adiante, a falsificação era bastante condenada, por que as pessoas a praticavam? E como justificavam aos próprios olhos o que estavam fazendo? Essas serão as duas principais questões do restante deste capítulo. A questão de “por que” faziam é um tanto complicada, e aqui preciso fazer uma distinção entre duas ideias que as pessoas algumas vezes confundem. São as noções de “intenção”, por um lado, e “motivação”, por outro. Acho que a diferença entre as duas pode ser facilmente explicada.

Se minha esposa me perguntasse “Por que você está indo à loja?”, eu poderia dar uma série de respostas. Uma delas poderia ser: “Para comprar algo para o jantar.” Outra poderia ser: “Porque não há nada na geladeira.” São, na verdade, dois tipos diferentes de respostas. A primeira indica o que *tenciono* fazer assim que estiver na loja: tenciono comprar comida para esta noite. A segunda indica o que me *motiva* a ir à loja em primeiro lugar: sou motivado pelo fato de que não há comida na casa. Intenção não é o mesmo que motivação. A “intenção” é o que você quer realizar; a “motivação” é a razão pela qual quer realizar.

Esse também é o caso no que diz respeito a falsificadores e suas falsificações. Há uma diferença entre a intenção e a motivação de um falsário. Em quase todos os casos, a intenção do falsificador é enganar os leitores sobre sua identidade, ou seja, fazer os leitores acreditarem que é outro que não ele. Mas pode haver muitas diferentes razões (motivações) para se querer fazer isso.

Os autores sempre tiveram numerosas razões para querer escrever uma falsificação. No mundo moderno, como já vimos, a principal motivação é ganhar dinheiro, como no caso de Konrad Kujau e os diários de Hitler. Essa não parece ser a principal razão para falsificações na Antiguidade. O

mercado para tais “livros originais” era limitado porque a indústria editorial era muito modesta — livros não podiam ser produzidos em massa e publicados amplamente. Mas havia casos em que livros falsificados podiam gerar lucro, como aprendemos com um autor famoso chamado Galeno, um médico do século II que vivia em Roma.

Galen era extremamente culto e um dos autores mais prolíficos do mundo antigo. Aquele era um mundo em que na maioria dos casos não havia bibliotecas públicas que as pessoas pudessem usar. Mas às vezes um rei local criava uma biblioteca, sobretudo para estudiosos, e algumas vezes havia uma competição entre as bibliotecas para adquirir um acervo superior ao das concorrentes como uma espécie de símbolo de status. As duas mais importantes bibliotecas da Antiguidade eram as de Alexandria, no Egito, e de Pérgamo, na Ásia Menor. Segundo Galeno, os reis que construíram essas bibliotecas estavam ansiosos para aumentar seu acervo, e pretendiam conseguir o maior número possível de exemplares originais de autores como Platão, Aristóteles, Hipócrates, Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Ter cópias originais desses escritos era importante em uma época em que os escribas cometiam erros ao reproduzir o texto. Se você possuía o original, sabia ter as palavras do próprio autor, não algum tipo de cópia repleta de erros, estragada pelo escriba local. Então essas duas bibliotecas estavam dispostas ao pagamento contra entrega, em dinheiro, por cópias originais das obras de seus autores cobiçados.

Você ficaria impressionado com quantas cópias “originais” de Platão, Aristóteles e Eurípedes começam a aparecer quando se está disposto a pagar em ouro por elas. Segundo Galeno, começaram a surgir falsificações feitas por autores inescrupulosos, interessados apenas no dinheiro.¹⁸

Vimos outra motivação, ou combinação de motivações, no caso de Dionísio, o Renegado. Pode-se argumentar que Dionísio perpetrhou sua peça fraudulenta, o *Parthenopaeus*, principalmente para ver se conseguia não ser desmascarado. Ou talvez para fazer de tolo sua nêmesis, Heráclides. Temos, no mundo antigo, outros casos de motivação similar, enganar alguém, ou todos. Na verdade, uma motivação assim pode ainda existir em nosso mundo atual, já que alguns acadêmicos pensaram que uma das mais famosas “descobertas” de um antigo evangelho no século XX foi, na verdade, uma falsificação do acadêmico que alegou tê-lo descoberto. Foi o famoso *Evangelho secreto de Marcos*, supostamente descoberto por Morton Smith em 1958.¹⁹

Outros autores falsificaram documentos com finalidades políticas ou militares. O historiador judeu Josefo, por exemplo, relata que um inimigo de Alexandre, o filho do rei Herodes, falsificou uma carta em nome de Alexandre, anunciando planos para assassinar seu pai. Segundo Josefo, o falsificador era um secretário do rei, “um homem corajoso, habilidoso na contrafação da caligrafia de qualquer um”. Mas o plano fracassou; após apresentar muitas falsificações, o homem foi apanhado e “enfim executado por isso”.²⁰

Falsificações políticas não costumavam ser tratadas com gentileza. Mas algumas vezes funcionavam. No século III, o imperador romano Aureliano tinha um secretário particular chamado Eros que caíra em desgraça com o mestre e estava prestes a ser punido. Para impedir isso, falsificou

uma lista de nomes de líderes políticos que o imperador supostamente decidira executar por traição e a colocou em circulação. Os homens na lista se rebelaram e assassinaram o imperador.²¹

Algumas vezes a motivação para uma falsificação era menos política que religiosa — defender instituições ou práticas religiosas, ou as alegações da religião de alguém contra as dos adversários. Um dos relatos mais divertidos está nos escritos do autor pagão do século II Luciano de Samósata, homem de uma brilhante sagacidade e crítico perspicaz de todo tipo de hipocrisia. Um dos hilariantes tratados de Luciano, *Alexandre, o falso profeta*, é dirigido a um homem chamado Alexandre, que queria instalar um “oráculo” — ou seja, um lugar onde um deus se comunicaria com os humanos — na cidade de Abonuteichos. Alexandre era um sujeito habilidoso, ele sabia que tinha de convencer as pessoas de que o deus Apolo realmente decidira se comunicar por intermédio dele, naquele local de profecia recém-aberto, já que planejava receber pagamentos por ser capaz de transmitir os pronunciamentos de Apolo aos que fossem buscá-los. Então, segundo Luciano, Alexandre falsificou um conjunto de tabuletas de bronze e o enterrou em um dos mais antigos e famosos templos de Apolo, na cidade de Calcedônia. Quando as tabuletas foram desenterradas, correu a notícia do que estava escrito naquela descoberta “milagrosa”. Apolo declarava nas tabuletas que logo se mudaria para se instalar em um novo lar, em Abonuteichos. Alexandre então abriu o oráculo lá e atraiu um grande número de seguidores, graças, em grande medida, aos escritos falsificados em nome do deus que ele alegava representar.

Um exemplo de uma falsificação judaica criada para apoiar o judaísmo pode ser encontrado na famosa Carta de Aristeas.²² Aristeas era supostamente um pagão integrante da corte do rei egípcio Ptolomeu Filadelfo (285-246 a.C.). Nessa carta, “Aristeas” descreve como o rei decidira incluir uma cópia das Escrituras judaicas em sua biblioteca em expansão, de modo que conseguira com o sumo sacerdote judaico em Israel o envio ao Egito de acadêmicos para traduzir os textos sagrados do idioma hebraico original para o grego. Setenta e dois acadêmicos foram enviados, e, por uma milagrosa intervenção divina, eles conseguiram produzir, individualmente, a mesma redação exata para suas traduções das Escrituras. Como a Carta de Aristeas foi supostamente escrita por um não judeu oferecendo um relato mais ou menos “desinteressado” de como a Bíblia hebraica fora traduzida para o grego, tem toda a aparência de estar descrevendo os fatos “como de fato eram”. Mas, na realidade, a carta é uma falsificação, produzida por um judeu de Alexandria no século II a.C. Ela foi escrita, em parte, com o objetivo de mostrar a inspiração divina dos textos sagrados judaicos, mesmo em sua tradução para o grego.

Como já foi inferido em exemplos anteriores, algumas vezes falsificações eram criadas com o objetivo expresso de deixar um inimigo pessoal em apuros (como no caso de Dionísio, o Renegado) ou colocar um adversário em problemas sérios (como a pessoa que falsificou uma carta ao rei Herodes). Na verdade, essa é uma das motivações mais confirmadas para criar falsificações no mundo antigo. O poeta romano Marcial, autor de um grande número de poemas inteligentes e muito engraçados, queixa-se, em muitas situações, de que outros falsificaram poemas em seu nome, que eram ou muito ruins, ou de péssimo gosto, justamente para criar uma imagem ruim sua.²³ Ainda mais

injurioso é um episódio relatado pelo historiador da filosofia, Diógenes Laércio, indicando que um inimigo do famoso filósofo Epicuro, um rival chamado Diótimo, forjou cinquenta cartas obscenas em nome de Epicuro e as colocou em circulação. Epicuro já tinha problemas por má reputação (imerecida) como alguém viciado no prazer. Essas falsificações só alimentaram o fogo.²⁴

Ou pensem no caso de Anaxímenes, como nos conta um geógrafo grego do século II d.C., Pausânias. Anaxímenes era um sujeito inteligente, mas desagradável, que tinha uma rivalidade com um famoso orador chamado Teopompo. Para atingir seu inimigo, alega Pausânias, Anaxímenes escreveu um tratado sobre o estilo de redação de Teopompo, chamando a si mesmo de Teopompo. Nesse tratado, ele era agressivo para com os cidadãos das três principais cidades gregas: Atenas, Esparta e Tebas. Assim que o tratado começou a circular nessas cidades, Teopompo se tornou *persona non grata*, embora não tivesse nada a ver com aquilo.²⁵

Outros falsificadores produziram trabalhos com objetivos mais nobres, como dar esperança aos seus leitores. Uma das formas mais comuns de falsificação de escritos judaicos, na época do começo do cristianismo, era o gênero literário conhecido como apocalipse. Um apocalipse (do grego, que significa “revelação”, “descoberta”) é um texto que revela a verdade do reino celestial aos mortais para ajudá-los a compreender o que acontece aqui na Terra. Algumas vezes essa verdade é revelada por meio de visões bizarras e simbólicas que o autor supostamente tem e são explicadas por uma espécie de intérprete angelical. Um exemplo é o livro de Daniel, da Bíblia hebraica. Em outros casos, o autor teria sido levado ao céu para ver as grandes verdades do reino divino que dão sentido aos acontecimentos horrendos que acontecem aqui na Terra. Um exemplo cristão é o livro do Apocalipse no Novo Testamento.

Esses livros têm como objetivo inspirar esperança em seus leitores. Embora as coisas pareçam totalmente fora de controle aqui na Terra, embora haja muita dor, infelicidade e sofrimento, embora guerras, fomes, epidemias e catástrofes naturais estejam esmagando a raça humana, embora as coisas pareçam inteiramente fora das mãos de Deus, a despeito de tudo isso, tudo se passa de acordo com o plano. Deus logo consertará tudo o que está errado. Se as pessoas suportarem um pouco mais, sua confiança em Deus dará frutos, e Ele interferirá no curso dos acontecimentos aqui na Terra para restaurar a paz, a justiça e a alegria eternas.

Apocalipses são quase sempre escritos sob pseudônimo com o nome de algum personagem religioso renomado do passado.²⁶ Nos círculos cristãos, temos apocalipses em nome de Pedro, Paulo e do profeta Isaías. Em círculos judaicos, apocalipses em nome de Daniel, Enoque, Abraão e mesmo Adão! Os estudiosos costumam alegar que esses livros não podem ser considerados falsificações porque escrevê-los com pseudônimos fazia parte do trabalho; o gênero literário, de certa forma, exigia que fossem escritos por alguém que “conhecesse” essas coisas, ou seja, alguém em alta conta junto a Deus. Mas considero essa visão simplista demais. A realidade é que os antigos de fato acreditavam que eram escritos pelas pessoas que alegavam estar escrevendo, como vemos repetidamente nos antigos testemunhos.²⁷ Os autores desses livros também sabiam disso. Eles assumiam nomes falsos justamente porque seus escritos se mostravam mais eficazes dessa forma.

Isso se relaciona com a mais importante motivação isolada para os autores alegarem ser outra pessoa na Antiguidade: conseguir público para seus pontos de vista. Se você era um desconhecido, mas tinha algo de fato importante a dizer e queria que as pessoas o escutassem — não para que o louvassem, mas para que pudessem conhecer a verdade —, uma forma de fazer isso acontecer era fingir ser outra pessoa, um autor conhecido, um personagem famoso, uma autoridade.

Assim, por exemplo, se você queria escrever um tratado filosófico abordando alguns dos mais complexos problemas éticos que o mundo enfrentava, mas não era um filósofo famoso, poderia escrever o tratado e alegar ser Platão ou Aristóteles, assinando em seus nomes. Se pretendia produzir um apocalipse explicando que Deus logo iria intervir para derrotar as forças do mal neste mundo, e queria que as pessoas percebessem que era uma mensagem que precisava ser ouvida e repetida, não assinaria com seu próprio nome (o Apocalipse de Joe), mas com o nome de um personagem religioso famoso (o Apocalipse de Daniel). Se queria um evangelho dos mais importantes ensinamentos de Jesus, mas na verdade vivia cem anos depois de Jesus e não tivera qualquer acesso direto ao que Ele dissera, escreveria os ensinamentos que considerava mais interessantes e alegaria ser alguém que realmente ouvira Jesus falar, chamando seu livro de *Evangelho de Tomé* ou *Evangelho de Filipe*.

Essa motivação existia em círculos cristãos e não cristãos. Sabemos disso porque autores antigos nos dizem. Por exemplo: um comentarista dos escritos de Aristóteles, um estudioso pagão chamado David, indicou: “Se alguém é carente de influência e desconhecido, mas quer que seu escrito seja lido, escreve em nome de alguém que veio antes dele e era influente, de modo que, por intermédio de sua influência, ele pode ter seu trabalho aceito.”²⁸

Foi o caso da única situação que temos de um falsificador cristão que foi apanhado e depois explicou por escrito o que havia feito. No século V do calendário cristão, viveu em Marselha um líder da igreja chamado Salviano. Como muitos outros em sua época, Salviano decidiu, com sua esposa, expressar sua devoção a Deus renunciando ao mundo e adotando um estilo de vida ascético. Salviano se sentia ultrajado com o mundanismo da Igreja e com membros desta que se preocupavam mais com conforto e riqueza pessoais do que com as exigências do evangelho. Ele então escreveu uma carta chamada *Timóteo à Igreja*. Escrita com autoridade, a carta parecia a seus leitores ter sido de fato escrita por Timóteo, o famoso companheiro do apóstolo Paulo quatrocentos anos antes. Mas, de algum modo, o bispo de Salviano suspeitou que ele a havia escrito. Ele confrontou Salviano, e este admitiu o que fizera.

Contudo, Salviano era um sujeito que gostava de se defender, então escreveu uma explicação de por que produzira uma epístola pseudônima. Como indivíduos na defensiva costumam fazer, Salviano deu muitas desculpas. O nome Timóteo, por exemplo, significa literalmente “honrado por Deus”, portanto, disse ele, usara esse nome para mostrar que escrevera honrando a Deus. Mas sua principal defesa foi a de que era um ninguém, e se ele mesmo escrevesse uma epístola às igrejas, ninguém prestaria atenção. Ou, como colocou em sua defesa por escrito, o autor havia “sabientemente escolhido um pseudônimo para seu livro pela razão óbvia de que não desejava que a obscuridade de sua própria pessoa prejudicasse a influência desse livro, em outras circunstâncias, valioso”.²⁹

Por outro lado, escrevendo sob o nome de Timóteo, ele esperava conseguir leitores. Seus pontos de vista são para ele suficientemente importantes para que adotasse um nome falso. Não há nada na história que sugira que o bispo de Salviano aceitara essa desculpa com serenidade (a história nos é contada por Salviano, não por seu bispo). Pelo contrário, se o bispo era como todos os outros leitores do mundo antigo, que comentam tais coisas, não ficou nada satisfeito por Salviano ter mentido sobre sua identidade.

AS TÉCNICAS DOS FALSIFICADORES

Nunca nos foi dito como o bispo de Salviano se deu conta de que a carta alegadamente de Timóteo havia, na verdade, sido escrita por seu presbítero. Mas provavelmente não é muito difícil imaginar. A carta abordava as preocupações que o próprio Salviano tivera e, sem dúvida, partilhara repetidamente com outros membros e líderes da Igreja. Como era uma pessoa alfabetizada, poderia muito bem ter escrito outros tratados sobre esse tema ou outros relacionados. Se seu bispo tinha conhecimento das preocupações de Salviano e lera seus outros escritos, estando familiarizado com seu estilo de redação, teria somado dois e dois e notado que aquela epístola, que surgira de repente do nada, era uma produção moderna escrita sob pseudônimo.

Muito poucos falsificadores no mundo antigo eram apanhados com a mão na massa.³⁰ Os motivos parecem bastante óbvios. Para começar, os estudiosos antigos que se dedicavam a identificar falsificações não tinham os sofisticados métodos de análise de que dispomos hoje, com computadores, bases de dados, análises intrincadas de estilos literários e assim por diante. Um estudioso antigo com frequência podia *dizer* que um texto literário não era do mesmo autor de outro texto (por exemplo, que o livro do Apocalipse não foi escrito pelo mesmo autor do quarto evangelho). Mas é muito mais fácil dizer quem *não* escreveu um livro (Paulo não escrevia em hebraico) do que quem o *escreveu* (Efésios, se não por Paulo, foi escrito por quem?).

Ainda mais importante, os falsificadores tomavam cuidado para não serem apanhados. E tinham sucesso na maioria das vezes. Em uma das fascinantes discussões modernas sobre falsificação, Anthony Grafton, da Universidade de Princeton, mostra que, ao longo dos séculos, a arte da falsificação se tornou cada vez mais refinada à medida que a arte de identificar falsificações melhorava seus métodos. Quão melhores os estudiosos se tornavam em reconhecer uma falsificação, melhor os falsificadores ficavam em evitar a detecção. Isso levou os estudiosos a refinar seus métodos, o que, por sua vez, estimulou os falsificadores a melhorar sua técnica.³¹

Os falsificadores antigos costumavam usar vários métodos para escapar da detecção. Primeiro, e obviamente, qualquer um falsificando um documento em nome de um autor bem conhecido dava o melhor de si para imitar o estilo literário e o vocabulário do autor. Todos têm um estilo de redação próprio, e a princípio todo estilo pode ser imitado. Imitadores menos habilidosos apenas

reconheciam palavras incomuns em geral usadas por um autor e as utilizavam muito (algumas vezes, muito mais do que o autor que estava sendo imitado). Outros tentavam imitar as formas específicas pelas quais o autor aplicava a gramática: tamanho da sentença, uso de participípios, utilização de fragmentos de sentenças e assim por diante. No caso de autores muito educados, essa questão de imitar o estilo de redação era quase uma segunda natureza; na educação superior da formação “retórica” que a elite recebia, um exercício regular era escrever um relato ou discurso no estilo de um autor ou orador famoso. As pessoas mais educadas do império eram ensinadas a fazer isso normalmente.³² A maioria dessas pessoas, claro, não estava envolvida no negócio de falsificações.

O fato de que um falsificador tentava imitar o estilo do autor pode dificultar a identificação de falsificações. Mas a realidade é que algumas pessoas eram mais habilidosas nisso do que outras. Assim como a maioria das pessoas hoje não seria capaz de falsificar um Rembrandt mesmo se sua vida dependesse disso, a maioria das pessoas não consegue “soar” como Aristóteles, Plutarco ou Paulo.

Um segundo truque dos falsificadores era incluir verossimilhanças em seus escritos. O termo “verossimilhança” se refere a uma declaração, um comentário ou observação de passagem que faz um texto parecer “muito similar” ao que você esperaria que o suposto autor tivesse dito. Falsificadores faziam comentários pessoais sobre os destinatários de uma carta, mesmo que, na verdade, não a estivessem enviando a ninguém. Por que dizer que estará rezando pelos destinatários da carta em seu tempo de perseguição se na verdade não a está enviando a pessoas que são perseguidas? Porque, se você diz isso, com certeza *soa* como se a estivesse enviando para aqueles que são perseguidos! Por que pedir um favor pessoal a alguém para quem escreve se, na verdade, não está escrevendo a essa pessoa? (“Ei, Tiago, não se esqueça de mandar minhas recomendações à sua mãe, e lembre-se de trazer aquele livro que deixei em sua casa.”) Porque não há forma melhor de fazer parecer que a carta é autêntica. Por que inventar nomes de destinatários, seu relacionamento anterior com esses destinatários, experiências que partilharam e das quais se recordam e assim por diante? Tudo isso acrescenta credibilidade a seu texto, fazendo parecer que de fato está escrevendo a essa pessoa, naquele momento e situação, mesmo que esteja escrevendo quatrocentos anos depois a ninguém em particular.

Já vimos um tipo de verossimilhança em nossa discussão anterior. Tanto em 2 Tessalonicenses, do século I, quanto em *Constituições Apostólicas*, trezentos anos depois, o autor pseudônimo diz a seus leitores para não ler escritos pseudônimos. Ou, sendo mais preciso, o falsificador alerta seus leitores para não ler falsificações. Por quê? Em parte porque isso deixa os leitores menos propensos a suspeitar de que o livro que têm seja ele mesmo uma falsificação. Ou seja, é um tipo de verossimilhança.

Uma última técnica usada por alguns falsificadores envolve uma “narrativa da descoberta”. Se surge esta semana um livro supostamente escrito há duzentos anos, a pergunta que se faz é onde ele esteve todo esse tempo. Falsificadores às vezes começam ou terminam seus textos descrevendo o que levou ao desaparecimento e à descoberta do livro. Um autor pode, por exemplo, começar um livro

explicando que teve um sonho, e que nesse sonho lhe foi dito para cavar um buraco fundo no lado sul de um carvalho no campo do outro lado do riacho em sua fazenda. Quando ele cavou o buraco, encontrou uma antiga caixa de madeira. Dentro da caixa, havia um manuscrito em más condições. Ele copiou esse manuscrito à mão, e ei-lo, uma revelação dada diretamente por Cristo ao apóstolo Tiago e escondida do mundo até agora.

O livro então alega ter sido escrito por Tiago, como “copiado” pelo descobridor do manuscrito. O livro não é muito conhecido por ter passado todos esses anos escondido. Mas agora veio à luz, e aqui está. Com a exceção de que, na verdade, não está aqui. O que está aqui é um livro escrito não por Tiago, mas por um falsificador alegando ser Tiago e que convenientemente incluiu uma explicação para o motivo de ninguém nunca antes ter ouvido falar nesse livro.

ANTIGAS VISÕES DA FALSIFICAÇÃO

Já indiquei que os estudiosos algumas vezes relutam em usar o termo “falsificação” para escritos pseudoepigráficos nos quais um autor alega ser outra pessoa. Adiante, abordarei mais detidamente o que alguns estudiosos alegaram acerca desse fenômeno, para evitar que se pense nesses livros como falsificações. Será no capítulo 4, após termos dois capítulos com dados que nos ajudarão a avaliar essas alegações. Na verdade, muitos estudiosos do Novo Testamento que dão declarações sobre falsificação (“Não pretendia enganar.” “Ninguém via isso como uma mentira.” “Não foi depreciativo.”) não leram o que as fontes antigas dizem sobre isso. Ao longo de todo este livro ficará bastante claro, com base nos próprios escritos antigos, que, embora a falsificação fosse amplamente praticada, também era amplamente condenada e tratada como uma forma de mentira. Para começarmos aqui, quero dar apenas alguns exemplos, que poderiam ser multiplicados com facilidade, de como os antigos pensavam e falavam sobre a prática da falsificação.

A primeira coisa a notar é que praticamente em todos os casos em que um autor antigo menciona falsificação, ele a condena. Há algumas poucas exceções, que discutirei com detalhes no capítulo 4. Mas essas exceções são de fato excepcionais, pelos motivos que veremos. De longe, o discurso dominante no mundo antigo era contra a falsificação, considerada uma prática enganosa e ilícita. Isso não significa que as pessoas não se dedicassem à prática — o adultério costuma ser visto hoje como uma prática enganosa e ilícita, mas isso não detém muitas pessoas. A despeito das condenações, a prática da falsificação floresceu na Antiguidade.

Uma das mais famosas histórias de falsificação envolve o médico romano do século II, Galeno, que já mencionei. Em um dos seus textos preservados, Galeno oferece um relato autobiográfico, no qual fala sobre identificar uma falsificação. Em seu relato, ele estava certo dia caminhando por uma rua de Roma e passou diante da loja de um livreiro. Havia na vitrine dois homens discutindo sobre um livro supostamente escrito por Galeno! Um homem afirmava acaloradamente que Galeno de fato escrevera o livro; o outro insistia em que o estilo literário estava todo errado, que Galeno não

poderia tê-lo escrito. Esse episódio aqueceu o coração de Galeno, já que de fato *não* escrevera o livro. Ele então foi para casa e escreveu um livro, que ainda temos hoje. Algumas vezes é chamado *Como reconhecer livros escritos por Galeno*.

Será que Galeno achava uma prática aceitável alguém mais escrever em seu nome? Claro que não. Nem ninguém que descobria falsificações em seu nome. Já mencionei o poeta Marcial, que ficou furioso por outros poetas tentarem empurrar seus próprios trabalhos (que ele considerava enormemente inferiores) como sendo seus. Entre os cristãos, temos queixas ultrajadas sobre falsificações de escritos de Orígenes, Jerônimo e Agostinho. A falsificação era tão condenada na Antiguidade que até falsificadores condenavam a falsificação — como vimos no caso de 2 Tessalonicenses e nas *Constituições Apostólicas*.

Alguns estudiosos argumentaram energicamente, mas sem muitas evidências, que era uma prática comum e aceita em escolas de filosofia escrever um tratado filosófico e assiná-lo com o nome do mestre (Platão, Pitágoras etc.) em vez de com o seu próprio, e que ninguém via a prática com maus olhos. Como constataremos no capítulo 4, na verdade, há poucas evidências de que isso acontecesse. Peça a um estudo atual que alega ser isso uma prática disseminada na Antiguidade que cite uma fonte antiga. Em quase todos os casos, você terá um acadêmico mudo.³³

Que a falsificação era amplamente condenada na Antiguidade pode ser visto por alguns dos termos usados para descrever a prática, a maioria dos quais é pelo menos tão negativa quanto a palavra moderna “falsificação”. Em grego, as palavras mais comuns para descrever textos literários cujos autores alegavam falsamente ser um personagem conhecido são *pseudos*, que significa “uma falsidade” ou “uma mentira”, e *nothos*, significando “filho ilegítimo”, com conotações similares à palavra moderna “bastardo”.³⁴

Em relação à primeira palavra, alguns estudiosos insistiram em que *pseudos* não necessariamente tem a conotação negativa de uma mentira explícita, já que algumas vezes é usada apenas para indicar informação incorreta, uma falsidade — o que com certeza ocorre em determinados contextos. Mas a palavra não teria essa conotação negativa apenas nos casos em que aqueles que proferem a falsidade não se dão conta de que o que dizem é um erro. Já quando uma pessoa fala algo que é falso sabendo ser falso, *pseudos* sempre significa o mesmo que “mentira” significa para nós: uma falsidade intencional com o objetivo de levar ouvintes ou leitores a pensar que é certo. Não pode haver dúvida de qual conotação se aplica a antigas falsificações. A pessoa que escreveu o *Evangelho de Pedro* alegando ser o discípulo de Jesus Simão Pedro, cerca de sessenta anos após a morte de Pedro, percebeu que, na verdade, não era Simão Pedro? A não ser que fosse um lunático, claro que sim. Ele intencionalmente alegou ser alguém que não era. Em grego, isso seria chamado de *pseudos*; aqui chamaríamos de mentira.

O outro termo, *nothos*, pode soar um tanto confuso. Ele costuma ser traduzido por “espúrio”, que pode ser bastante preciso, mas não tem as mesmas conotações da palavra grega, que normalmente se refere a um filho bastardo. A lógica do termo no contexto da falsificação é clara. Se um filho nascido fora dos laços do casamento é criado por sua mãe e seu marido (que não é o pai da criança), a

criança não “pertence”, por sangue, a seu suposto pai; não há relação entre eles. Ademais, na Antiguidade, a criança não tinha direitos legais. Da mesma forma, um texto literário. Se ele leva o nome de um autor que, na verdade, não o produziu, não tem relação nem é legalmente ligado àquela pessoa, derivando de outro. Então é chamado de *nothos*, um filho ilegítimo, um texto que não pertence ao autor alegado.

Os dois termos são negativos, não neutros, e mostram o que os antigos pensavam da prática da falsificação. Um autor que produz um escrito no nome de outro produziu um “escrito falso”, “uma mentira”, “um filho ilegítimo”, ou um “bastardo”. Termos semelhantes são usados por autores latinos para o ato de falsificação, como palavras significando “mentir”, “fraudar”, “inventar”, “adulterar”, “falsificar”.

Ao contrário do que alguns estudiosos alegaram (mais uma vez, ver capítulo 4), os falsificadores do mundo antigo em geral queriam enganar seus leitores alegando ser pessoas com autoridade e posição. Isso foi há muito reconhecido pelos verdadeiros especialistas em falsificações antigas.³⁵ E um instante de reflexão mostra por que tem de ser assim. Pense nas motivações para falsificação já mencionadas. Falsificadores que queriam descobrir se podiam passar incólumes, se podiam enganar os outros, dificilmente teriam tentado deixar isso transparente e óbvio; teriam querido enganar as pessoas. Se pretendiam ganhar dinheiro produzindo um “original” de, digamos, um diálogo de Platão, não iriam muito longe se todos soubessem quem de fato eram. Se queriam justificar uma instituição política ou uma prática religiosa citando os pontos de vista de uma autoridade ou queriam ter seus próprios pontos de vista aceitos como oficiais, mesmo sendo eles mesmos totalmente desconhecidos, não faria sentido alegar ser outra pessoa sabendo muito bem que ninguém acreditaria em você.

Que a falsificação não era uma ficção transparente fica evidente também pelas coisas negativas que as pessoas diziam sobre ela nas fontes antigas — a prática, como argumentei, é condenada em quase todos os momentos em que é discutida. Ademais, as reações aos falsificadores, quando apanhados, mostram com clareza que eles pretendiam enganar, que com frequência tinham sucesso nisso e que as pessoas não gostavam nada quando descobriam a verdade. Galeno e Marcial ficaram furiosos ao descobrir outra pessoa usando seus nomes para escritos que não produziram. E algumas vezes a reação era ainda mais hostil.

A primeira vez de que temos conhecimento de um falsificador ser descoberto se dá no século V a.C., nos escritos do famoso historiador grego Heródoto.³⁶ Em uma passagem perturbadora e enigmática, Heródoto fala de Onomácrito de Atenas, que inventara um oráculo (isto é, uma profecia de um ser divino) e a atribuíra ao antigo bardo Museu, um personagem mítico considerado capaz de prever o futuro. Esse oráculo indicou que certo grupo de ilhas afundaria no mar. É difícil entender por que Onomácrito falsificaria o oráculo e por que as pessoas ficariam aborrecidas com isso. Mas ficaram. O governante de Atenas, Hiparco, baniu Onomácrito da cidade; ele fugiu da Grécia e terminou na Pérsia. Em outras oportunidades, acreditou-se que Onomácrito havia falsificado outros oráculos e foi amplamente atacado por isso por outros autores antigos, como Plutarco.³⁷

Algumas vezes, a punição para falsificação era ainda mais dura. Já mencionei as cinquenta cartas obscenas que o filósofo Diótimo forjou em nome de Epicuro para manchar sua reputação. Segundo uma fonte antiga, os seguidores de Epicuro não gostaram. Um deles, um homem chamado Zeno, localizou Diótimo e o assassinou.³⁸ Isso pode ser comparado com o relato já mencionado do historiador judeu Josefo de que alguém falsificara uma carta em nome de Alexandre, filho do rei Herodes, indicando um plano de Alexandre para assassinar o pai. Como vimos, o falsificador era o secretário do próprio rei, que, segundo Josefo, “foi finalmente condenado à morte por isso”.

De todas as discussões sobre falsificações em fontes antigas, acho que podemos, com segurança, tirar várias grandes conclusões. A falsificação era praticada amplamente no mundo antigo, entre pagãos, judeus e cristãos. Os falsificadores, movidos por uma série de fatores, pretendiam enganar seus leitores. Autores antigos que discutem a prática a condenaram e consideraram uma forma de mentira e fraude. Falsificadores apanhados eram censurados ou punidos com ainda mais severidade.

POSSÍVEIS JUSTIFICATIVAS PARA A FALSIFICAÇÃO

O mais completo estudo da falsificação na Antiguidade já realizado, do acadêmico clássico austríaco Wolfgang Speyer, afirma: “Toda falsificação simula um estado de coisas que não corresponde aos verdadeiros fatos do caso. Por essa razão, a falsificação pertence ao âmbito da mentira e do logro.”³⁹ Esse ponto de vista coincide perfeitamente com aquele que tenho tentado defender neste capítulo, mas nos deixa com um problema. Quando consideramos em particular falsificações cristãs, lidamos com escritos produzidos por seguidores de Jesus, que presumivelmente seguiam os ensinamentos éticos de Jesus e as normas morais estabelecidas nas Escrituras Hebraicas. Eles com certeza sabiam que mentira e fraude eram errados. Por que fariam algo que sabiam ser errado? E certamente a questão se aplica também a pagãos e judeus, que como um todo eram tão éticos quanto os cristãos. Por que qualquer um deles iria contra seus próprios pontos de vista éticos?

Em determinado nível, claro, a pergunta é boba. Todas as pessoas fazem coisas que sabem ser erradas. Mas me refiro a essa questão em nível mais profundo. Será que os falsificadores que perpetraram suas fraudes pensavam ter justificativa para mentir? A mentira pode ser justificada? Voltarei ao tema no capítulo 8, mas por ora devo pelo menos preparar o terreno fazendo uma pergunta mais geral. O que as pessoas na Antiguidade pensavam de mentira e fraude?

Perguntar o que os antigos pensavam da mentira é como perguntar aos modernos — depende de a quem você pergunta. Alguns acham que mentir nunca é aceitável em circunstância alguma; outros pensam que em certas circunstâncias é a coisa ética a fazer. E há aqueles que não acham nada sobre mentir.

Alguns filósofos gregos antigos, notadamente Aristóteles, insistiram na importância de em geral ser verdadeiro.⁴⁰ Mas a maioria dos filósofos pensava que podia haver exceções. Xenofonte, por

exemplo, relata Sócrates dizendo que é uma coisa *boa* mentir a um filho ou amigo doente que deseja cometer suicídio caso você possa impedir a pessoa de fazê-lo.⁴¹ Sócrates também disse que era útil a um general de campo mentir a seus soldados desalentados em batalha, dizendo que as tropas de apoio logo chegarão, para levá-los a lutar com maior valor; ou a um pai enganar um filho para tomar um remédio desagradável que fará bem a ele. Platão ensinou que algumas mentiras podem ser úteis, como aquelas que os médicos poderiam contar aos pacientes para seu próprio bem ou as que os governantes de um país poderiam contar a seu povo a fim de garantir o funcionamento saudável da sociedade. Como disse um escritor antigo, Heliodoro: “Uma mentira é boa quando beneficia aquele que a conta sem causar mal ao que a escuta.”⁴²

Contudo, e quanto aos cristãos? Eles não foram ensinados a sempre dizer a verdade? Com certeza foi o que o grande teólogo da Igreja do século V, Agostinho, ensinou em seus dois tratados dedicados à “mentira”. Nunca, jamais, em qualquer circunstância, é admissível mentir. O ponto de vista de Agostinho não se baseava em uma noção simplista de que sempre era bom dizer a verdade, mas em uma compreensão teológica profunda do que significa ser verdadeiramente humano na relação com o Deus da verdade, que se tornou Ele mesmo plenamente humano.⁴³

No entanto, muitos outros pensadores cristãos, tanto antes quanto depois de Agostinho, pensaram diferente. Alguns, como o importante pensador cristão Clemente de Alexandria, no fim do século II, bem como seu compatriota alexandrino do começo do século III, Orígenes — provavelmente o mais importante teólogo da Igreja antes de Agostinho —, concordaram com Platão sobre a “mentira medicinal”: se a mentira de um médico for impelir um paciente a tomar seu remédio, é eticamente justificada.⁴⁴ Ambos também destacaram que no Antigo Testamento o próprio Deus parece em certos momentos se valer de embustes. Quando Deus mandou Jonas proclamar à cidade de Nínive que ela seria derrubada em quarenta dias, obviamente sabia muito bem que as pessoas se arrependiam e Ele deteria Sua mão no julgamento. Portanto, Deus nunca planejou derrubar a cidade, embora tenha sido o que mandou Seu profeta proclamar. Algumas vezes, uma declaração enganosa pode fazer muito bem.

Há, nas Escrituras, muitos outros exemplos nos quais as mentiras dos escolhidos por Deus levam a um bom resultado. Se Abraão não tivesse mentido sobre sua esposa Sara (“é minha irmã”), teria sido morto, e a nação de Israel nunca teria passado a existir (Gênesis 12). Ou, se a prostituta Raabe não houvesse mentido sobre onde os espiões israelitas se escondiam, eles poderiam ter sido mortos e os filhos de Israel nunca teriam conseguido conquistar a terra prometida (Josué 2). São muitos os exemplos. Algumas vezes, mentir é a coisa certa a fazer.

É o que os falsificadores pensavam? Que mentir sobre quem eram valia a pena? Que os efeitos positivos do seu embuste superavam os negativos? Que os fins justificavam os meios?

Temo que nunca iremos saber o que levou essas pessoas a fazer o que fizeram. Não podemos examinar seus corações e mentes para descobrir o que estavam pensando, no fundo, quando decidiram esconder sua própria identidade e alegar, de forma fraudulenta, ser outra pessoa. Seus leitores, caso soubessem, provavelmente os teriam chamado de mentirosos e condenado o que

fizeram. Mas, aos seus próprios olhos, sua consciência poderia estar livre de culpa, e seus motivos poderiam ser tão puros quanto a neve que cai. Eles tinham uma verdade a transmitir e estavam felizes por mentir para poder proclamá-la.

Capítulo Dois

Falsificações em nome de Pedro

Até este ponto em minha discussão sobre antigas mentiras, logros e falsificações, tenho usado o termo “verdade” em um sentido muito simples, significando algo como “informação correta”. Mas, na realidade, a verdade e seu oposto, a falsidade, são complexos. Acho que, no fundo, todos reconhecemos isso, mesmo que não tenhamos pensado muito a respeito. Quando assistimos a um filme, com frequência perguntamos: “Essa é uma história verídica?” Com o que queremos dizer: “Isso é algo que de fato aconteceu?” Se a resposta é sim, de algum modo, nos sentimos tranquilizados e confortados ao saber que os acontecimentos se deram, e, portanto, como história, ela é mais “verdadeira” que uma apenas inventada. Mas, mesmo quando isso acontece, nunca achamos que tudo no filme — todos os personagens, o diálogo, as cenas isoladas e assim por diante — é absoluta e completamente do modo como “realmente” aconteceu. Permitimos uma espécie de licença poética de distorção, mesmo reconhecendo que a história é de algum modo “verdade”.

Seria possível defender que um filme pode ser verdade em um sentido mais profundo, mesmo sendo sobre algo que nunca aconteceu. Esse foi meu ponto de vista por muitos anos, e o usei para enlouquecer meus filhos quando eram pequenos. Estávamos assistindo a um filme e eles perguntavam: “Pai, é uma história real?” Eu quase sempre dizia sim. Mas eles lembravam que costumo ter uma visão diferente das coisas, então faziam a pergunta seguinte: “Não, pai, quero saber se isso realmente aconteceu.” Eu dizia não, e eles continuavam confusos.

Assim como alguns dos meus leitores podem estar. Como uma história pode ser “verdadeira” se não aconteceu? Na verdade, há todos os tipos de histórias verídicas que nunca aconteceram, como todos admitiriam, creio, se pensassem um pouco sobre isso. Quando tento explicar a meus alunos, costumo usar a história de George Washington e a cerejeira.

Todo aluno americano dos primeiros anos conhece a história da cerejeira. Quando menino, George Washington, por motivos desconhecidos, derrubou a machadadas a cerejeira do pai. Quando o pai chegou em casa, olhou a árvore e perguntou: “Quem derrubou minha cerejeira?” O pequeno George respondeu: “Não posso contar uma mentira. Fui eu.” Do modo como a história costuma ser contada, não descobrimos o que aconteceu a seguir — o pequeno George foi punido? A história termina com a frase de George.⁴⁵

Sabemos que a história nunca aconteceu, porque a pessoa que a inventou depois admitiu tê-lo feito. Era um ministro cristão chamado Mason Locke Weems, mais conhecido como Parson Weems. Mais tarde, biógrafo de Washington, Parson Weems confessou ter inventado a história, embora um dia houvesse alegado tê-la recebido de uma testemunha com credibilidade (um belo paradoxo: ele “contou uma mentira” nessa história sobre não mentir).

Eis, então, uma história que sabemos ser não histórica. Mas ainda a contamos a nossos filhos. Por quê? Não porque estejamos tentando ensinar a eles os fatos da história colonial, mas porque achamos que a história transmite uma “verdade” que desejamos que nossas crianças aprendam. A alegação de verdade da história, na realidade, opera em vários níveis. Em um nível, a história é uma bela peça publicitária para os Estados Unidos. Quem foi George Washington? O pai da nação. Que tipo de pessoa ele era? Um homem honesto, que nunca contaria uma mentira. Mesmo? Quão honesto ele era? Bem, certo dia, quando era criança... A conclusão é clara. Este país é baseado em honestidade. Este país é honesto. Este país não é capaz de contar uma mentira. Ou é o que pretende a história.

No entanto, a história de George Washington e a cerejeira também funciona em outro nível, e é provavelmente por isso que a maioria dos pais fica contente pelos filhos aprenderem. É uma história de moral pessoal e responsabilidade. Contei a história aos meus filhos porque desejava que eles fossem como o pequeno George. Mesmo se fizessem algo errado, queria que fossem honestos e dissessem a verdade. É melhor ser verdadeiro e enfrentar as consequências do que levar uma vida de desonestidade. É melhor não contar uma mentira.

Minha tese é que a ficção, mesmo histórica, pode, em certo sentido, transmitir a “verdade” ainda que seja uma coisa que “não aconteceu”. A verdade é mais do que informação correta.

Isso, porém, não significa que não exista algo como falsidade. Exatamente o contrário, há muitos tipos de falsidade: informação incorreta, embuste completo, histórias que transmitem mensagens que não aceitamos como “verdade” com base em nossa compreensão do mundo.⁴⁶ Caso eu lesse uma história sobre a infância de Josef Stalin que insistisse em sua disposição inherentemente doce, sua natureza gentil e amável e sua profunda preocupação com o bem-estar dos outros, diria que a história é falsa.

Os povos antigos também tinham uma ideia mais sutil sobre verdade e falsidade; também tinham histórias que aceitavam como “verdadeiras” em certo sentido sem pensar que de fato aconteceram.⁴⁷ A maior parte dos estudiosos hoje reconhece que a maioria das pessoas educadas na Grécia e na Roma antigas não acreditava que os mitos sobre os deuses haviam ocorrido historicamente. Eram histórias com o objetivo de transmitir alguma espécie de compreensão verdadeira do reino divino e da relação

dos humanos com ele. E os antigos tinham seus equivalentes à ficção moderna. É verdade, como enfatizaram alguns estudiosos, que as noções modernas de ficção são muito mais sofisticadas e sutis que qualquer coisa que se possa encontrar na Antiguidade. Mas, além de mitos, os povos antigos tinham poemas épicos, lendas e romances, que de muitas maneiras correspondiam às formas de narrativa ficcional que temos hoje. As pessoas não contavam e recontavam, liam e recitavam essas formas de ficção apenas por achar que eram verdade, mas, em grande medida, pela mesma razão que lemos ficção hoje: por diversão, para aprender algo, para ajudá-los a compreender melhor a si mesmos e a seu mundo.

A noção de “ficção” é muito interessante. Se lemos um livro que alega ser uma biografia autorizada de Ronald Reagan, esperamos que ela se prenda aos fatos e não transmita informações historicamente incorretas. Mas, se lemos um romance sobre um presidente dos Estados Unidos nos anos 1980 — um livro que se anuncie como pura ficção —, podemos esperar alguma dose de verossimilhança histórica (o presidente não seria mostrado navegando na internet ou verificando sua conta no Facebook), mas não esperamos receber fatos históricos reais sobre uma pessoa histórica real. Os antigos equivalentes à ficção moderna funcionavam da mesma forma. Os leitores esperavam que a narrativa fizesse algum sentido histórico — ou seja, fosse plausível —, mas não que correspondesse aos fatos historicamente reais.

A diferença entre uma biografia moderna e um romance moderno, claro, é uma questão de gênero literário. Os estudiosos têm longos e demorados debates sobre o que de fato significa a ideia de “gênero”, mas, para nossos propósitos, acho que uma descrição geral e simples será suficiente. Um gênero é um “tipo” de escrita que se encaixa em certas formas esperadas. Um conto, por exemplo, é curto; um romance é mais longo. Ambos têm personagens e trama, e outras características partilhadas que os tornam diferentes de um haicai. Um poema humorístico tem rimas inteligentes e um final surpreendente. O verso livre não tem nem um nem outro, mas se vale da profundidade da linguagem para transmitir sentido. E assim por diante. As características de cada gênero representam uma espécie de acordo tácito entre autor e leitores. É quase um acordo contratual pelo qual o autor fornece o que se espera desse tipo de escrita, e os leitores não podem esperar nada além do que costuma acontecer nesse tipo de escrita.

No que diz respeito à ficção, em quase todas as suas formas, os leitores concordam em suspender o julgamento da precisão histórica dos detalhes da narrativa, ainda assim esperando que o relato seja historicamente plausível.⁴⁸ A razão pela qual a ficção funciona é que, para serem entretidos, os leitores estão dispostos a fazer esse acordo tácito com o autor.

Porém, no que diz respeito a biografias ou escritos históricos, os leitores não fazem esse acordo. Nesse caso, o autor concorda em se limitar aos fatos históricos na medida do possível, e os leitores esperam que ele faça isso. Qualquer quebra desse contrato é vista como uma violação das regras, e condenada.

Na escrita histórica antiga, a questão era um pouco mais complicada em grande parte porque na Antiguidade não havia as ferramentas de pesquisa que temos hoje: acesso amplo a fontes confiáveis,

copiosos registros escritos, bases de dados, sistemas de recuperação de dados, as possibilidades dadas a nós pelos meios de comunicação de massa e eletrônicos. Os antigos historiadores tinham de fazer o melhor possível para montar uma narrativa plausível sobre acontecimentos passados. De fato, era muito difícil oferecer um relato “preciso”, embora a maioria dos historiadores tentasse. Isso era um problema mais óbvio no registro das palavras exatas ditas por alguém que viveu muito tempo antes. Algumas das melhores histórias da Antiguidade estão repletas de discursos feitos pelos principais personagens. Mas, se os acontecimentos se deram décadas ou mesmo séculos antes, em uma era anterior aos gravadores ou mesmo estenógrafos e reportagem diária, como o historiador poderia saber o que o personagem realmente disse? Não havia como saber.

Por essa razão, um historiador soberbo como Tucídides, do século V a.C., afirma, de modo explícito, que compôs ele mesmo os discursos. Que escolha tinham os antigos historiadores? O melhor que podiam fazer era inventar um discurso que parecesse adequado à personalidade do orador e à ocasião e confiar em que essa era uma aproximação mais ou menos fiel do que de fato foi dito. Não havia como mostrar se o historiador acertara. Mas leitores educados notaram que era isso o que os historiadores estavam fazendo, e mais uma vez houve uma espécie de acordo tácito entre autor e leitores; o autor apresentaria sua melhor aposta do que um orador dissera e os leitores aceitariam isso pelo que era: um bom palpite.

Alguns estudiosos pensaram que a falsificação era como isso, uma espécie de ficção comparável à invenção dos discursos em uma história, na qual o autor real e os leitores reais concordavam em não levar a sério o falso nome ligado a um escrito. Como demonstrei, acadêmicos recentes que estudaram as antigas discussões sobre falsificação indicam que essa visão não é de modo algum correta. Falsificações eram textos literários nos quais o autor adotava um tipo de ficção *sem* a permissão dos leitores. E os leitores, quando descobriam isso, não apreciavam. Os antigos tratavam narrativas históricas, tratados, cartas e outros textos falsificados como “escritos falsos” e “mentiras”, não como algum tipo de ficção inofensiva e inocente. Por isso, os antigos se interessavam tanto em ver se livros eram “filhos legítimos” dos autores nomeados ou “ilegítimos” (*notha*), não verdadeiramente pertencendo à pessoa indicada como sendo a autora.

Portanto, também os antigos reconheciam a diferença entre relatos ficcionais inventados e narrativas históricas. Diferentemente de Tucídides, alguns historiadores, como Luciano de Samósata e Políbio, insistiam bastante em que narrativas históricas deveriam indicar apenas o que de fato acontecera. Historiadores não deveriam inventar casos nem os discursos feitos pelos personagens em suas histórias. Como afirma sucintamente Políbio, um historiador grego do século II a.C. que escreveu sobre a ascensão de Roma à potência: o historiador deveria “apenas registrar o que realmente aconteceu e o que realmente foi dito”. Para Políbio, o historiador é diferente do “poeta trágico” (isto é, o autor de drama ficcional):

O poeta trágico deve excitar e encantar sua plateia por um momento pela verossimilhança das palavras que coloca na boca de seus personagens, mas é tarefa do historiador instruir e convencer, o tempo todo, estudantes sérios interessados pela verdade dos fatos e pelos discursos que conta.⁴⁹

A razão pela qual um historiador como Políbio tinha de insistir tanto nesse ponto, claro, é que outros historiadores faziam o que ele criticava, inventando discursos e mesmo narrativas que consideravam adequadas a seus relatos “históricos”. Com certeza é verdade que as pessoas em geral, não apenas os historiadores profissionais, inventavam muitos casos sobre personagens históricos. Em círculos cristãos, isso pode ser visto em quase todo personagem histórico de que temos conhecimento: Jesus, Paulo, Pedro e outros membros do grupo apostólico. Neste capítulo, como estou interessado em livros que alegam terem sido escritos por Pedro, mas, na verdade, foram falsificados em seu nome, vamos começar avaliando alguns dos casos inventados sobre ele antes de examinar os livros falsamente atribuídos a Pedro.

HISTÓRIAS SOBRE PEDRO

Temos uma série de livros dos primórdios do cristianismo que contam histórias sobre Pedro. Eles são quase inteiramente “feitos” por um ou outro contador de histórias cristão. Segundo minha definição, essas histórias não são falsificações; não são relatos que alegam falsamente terem sido escritos por Pedro. Em vez disso, poderiam ser chamados de “invenções”, histórias criadas sobre Pedro.⁵⁰

Uma das mais interessantes, por acaso, aparece em um documento falsificado. Essa falsificação, contudo, não é em nome de Pedro, mas de Tito, o companheiro de Paulo. O Novo Testamento contém uma epístola supostamente de Paulo a Tito, que, no capítulo 3, argumenta ser pseudônima (isto é, uma falsificação). Cerca de quatrocentos anos depois, surgiu outra carta, dessa vez alegando ter sido escrita *por* Tito. É uma carta intrigante, porque argumenta com virulência que a única forma de conseguir a vida eterna é levando uma vida ascética, casta. Ou, de forma mais direta, a pessoa só pode ter a salvação se privando de sexo. No contexto da discussão do falsificador, ele cita uma história sobre Pedro que serve para ilustrar seu ponto de vista.

Um camponês leva a Pedro sua filha virgem para ser abençoada. Pedro faz uma oração sobre a garota, pedindo a Deus que faça o que for melhor para ela. Ela cai morta. O camponês fica comprehensivelmente perturbado, mas o autor da história o chama de “desconfiado”, já que não acredita que o que aconteceu é do melhor interesse da garota. Ele implora a Pedro que devolva a vida à filha, e Pedro o faz. Mas, alguns dias depois, um visitante que diz ser cristão chega para uma estadia com o camponês e seduz a filha dele. Eles fogem juntos e nunca mais são vistos novamente. E assim termina a história. Nesse contexto, a mensagem é bastante clara: é muito melhor estar morto do que ser apanhado em desejo sexual.

Uma narrativa similar pode ser encontrada em uma coletânea de histórias sobre as atividades missionárias de Pedro, provavelmente escritas no segundo século cristão. O relato, chamado *Atos de Pedro*, descreve os grandes milagres que Pedro realizou após a ressurreição e ascensão de Jesus, demonstrando o poder de seu Senhor ascendido e convertendo inúmeras pessoas à fé.

Em uma das histórias, Pedro está falando a um grupo de cristãos em sua casa em um domingo; levaram um grupo de doentes para que os curasse. Mas alguém na multidão pergunta a Pedro por que ele não cura a própria filha, que está deitada em um canto, paralisada. Pedro garante a seus convidados que Deus tem o poder de curar a garota caso escolha fazê-lo. Para provar, ele ordena que a garota se levante e ande naturalmente. E ela o faz. Depois ordena que retorne a seu canto, paralisada. A multidão fica ao mesmo tempo impressionada e perturbada.

Pedro então conta a história de sua filha. Quando ela era jovem, ele soube em uma visão de Deus que, se permanecesse saudável, desencaminharia muitos; ao que parece, ela era bonita quando criança, e, quando adulta, seduziria os homens para que se deitassem com ela. Quando tinha dez anos, um vizinho tentou seduzi-la, mas antes que pudesse deitar-se, ela ficou paralisada, por misericórdia de Deus. O vizinho ficou cego por seus atos até ser curado por Pedro e convertido à fé em Cristo. Mas a garota tivera de permanecer paralisada para não desencaminhar outros. Mais uma vez aqui a mensagem é absolutamente clara: o sexo é perigoso e deve ser evitado a qualquer custo, mesmo que isso signifique ser um inválido por toda a vida.

Atos de Pedro é construído em torno de uma série de disputas entre Pedro, o representante do verdadeiro Deus, e um herege chamado Simão, um mágico que recebeu poderes do diabo. Ambos podem fazer milagres, e cada um tenta convencer as multidões de que ele, e não o outro, está do lado da verdade. Um dos milagres envolve Pedro e um atum defumado. É dito que Pedro tenta convencer as multidões, com pouco sucesso. Mas está de pé junto a uma peixaria e vê um atum defumado pendurado na vitrine. Ele pergunta se a multidão acreditará se ele fizer o peixe morto voltar à vida. Sim, respondem, assim eles acreditarão. Ele então retira o atum do gancho, o joga em um lago próximo e ordena que retorne dos mortos. O peixe revive — não apenas por alguns minutos, mas de verdade. A multidão entra em júbilo e passa a crer.

Há milagres maiores ainda não revelados. Pedro e Simão, o Mágico, são convocados pelo funcionário romano local a competir na arena para revelar quem é o verdadeiro porta-voz de Deus. Um menino escravo é colocado na arena. Simão é orientado a matar o garoto, e Pedro a erguê-lo dos mortos. Simão diz uma palavra no ouvido do garoto e ele cai morto (é o herege que diz a palavra da morte). Mas Pedro diz ao mestre do garoto para tomar sua mão e erguê-lo, e o garoto recupera a vida imediatamente (o homem de Deus tem a palavra da vida).

Depois, uma mulher rica vai até Pedro e grita para que também a ajude. Seu filho morreu, e ela, desesperada, quer que Pedro o traga de volta à vida. Pedro desafia Simão a um duelo para descobrir quem pode erguer o homem. Acompanhado pela multidão, Simão executa uma série de truques: de pé junto ao corpo morto, ele se agacha e se levanta três vezes, e o morto ergue a cabeça. A multidão se convence de que Simão tem o verdadeiro poder de Deus, e Pedro deve ser um impostor. Ela se prepara para queimá-lo na fogueira. Mas Pedro grita e alerta que o homem não foi realmente erguido dos mortos; apenas moveu a cabeça. Se Simão de fato é de Deus, será capaz de erguê-lo e fazê-lo falar. Quando Simão não consegue fazer isso, Pedro tem sua chance. Diz uma palavra, ergue o homem

totalmente dos mortos e faz com que fale. A partir daquele momento, o povo “venerou Pedro como a um deus”.

O clímax da história se dá quando o herege Simão anuncia à multidão que provará seu poder superior voando como um pássaro sobre as colinas e os templos de Roma. Quando chega o dia de seu feito, ele cumpre a palavra e decola, voando como um pássaro. Pedro, não querendo ser superado, invoca Deus e priva Simão de seu poder em pleno voo. Ele cai no chão e quebra a perna. A multidão vai até ele e o apedreja até a morte como um impostor. É Pedro quem tem o verdadeiro poder de Deus.

Histórias como essas se multiplicam com facilidade. Na verdade, elas *foram* multiplicadas com contadores de histórias cristãos inventando relatos lendários dos grandes heróis da fé no segundo e terceiro séculos cristãos. Eles inventaram histórias *sobre* Pedro. Terão também inventado escritos *de* Pedro? Parece não haver dúvida de que sim. Nem há muitas dúvidas de por que inventaram tais escritos. Em grande parte, pelo motivo que já vimos. Diferentes cristãos tinham suposições, opiniões, práticas e teologias opostas, todas precisando de “autoridade” apostólica. Um escrito em nome de Pedro podia autorizar um conjunto de pontos de vista em nome de uma grande “autoridade”, indicada como seu “autor”.

ESCRITOS NÃO CANÔNICOS FALSIFICADOS EM NOME DE PEDRO

O *Evangelho de Pedro*

Um dos mais significativos evangelhos redescobertos nos tempos modernos é o chamado *Evangelho de Pedro*. Digo redescoberto porque sabíamos de sua existência por séculos, antes que aparecesse em uma escavação arqueológica no fim do século XIX. Nossa mais antiga fonte de informação é Eusébio. Eusébio costuma ser chamado de “pai da história da Igreja”, já que seu livro em dez volumes *História da Igreja* foi o primeiro relato da Igreja cristã inicial. Nesse relato, Eusébio traça a disseminação do movimento cristão da época de Jesus até sua própria época, o começo do século IV. Eusébio é uma inestimável fonte de informação para os primeiros trezentos anos do cristianismo. No caso de muitas das narrativas, seu *História da Igreja* é a única fonte que temos. É verdade, como os estudiosos reconhecem cada vez mais, que Eusébio inseriu sua própria tendência nos relatos, que ele tem visões pessoais, perspectivas teológicas e interesses ocultos que determinam como conta a história. Com frequência, precisa ser lido com alguma desconfiança. Mas é especialmente valioso ao citar fontes disponíveis anteriores a ele. Nesses casos, temos fontes primárias de autores que viveram antes da época dele ainda preservadas, acesso direto a autores cristãos anteriores, cujos escritos, de outra forma, teriam se perdido.

No Livro 6 de sua *História da Igreja*, Eusébio conta o caso de um importante bispo da grande igreja de Antioquia, Síria, perto do fim do século II, um homem chamado Serapião. O caso se refere

ao *Evangelho de Pedro*, e, por sorte, esse é um dos casos em que Eusébio cita uma fonte primária, um escrito do próprio Serapião.⁵¹ Como bispo de uma das maiores comunidades da cristandade, Serapião tinha sob sua jurisdição as igrejas das aldeias e cidades da área vizinha, incluindo a igreja da cidade de Rossus. Serapião indica que, em uma rodada de visitas, ele foi a Rossus e descobriu lá uma divisão na congregação. Atribuiu a divisão a banalidades e soube que poderia ter raízes no evangelho usado pela igreja. Não era Mateus, Marcos, Lucas ou João (evangelhos que ele não menciona), mas um *Evangelho de Pedro*. A resposta de Serapião foi que Pedro, claro, era um discípulo de Jesus; qualquer evangelho escrito por ele tinha de ser inteiramente aceitável. Com base nisso, permitiu que os paroquianos de Rossus continuassem a utilizá-lo.

Mas o fez sem que antes mesmo lesse o livro. Quando retornou a Antioquia, soube por vários informantes que o evangelho era um problema — continha ensinamentos heréticos. Em especial, era usado por um grupo de cristãos conhecidos como docetistas. Os docetistas (da palavra grega *dokeo*, “parecer” ou “aparecer”) sustentavam que, como Cristo era totalmente divino, não poderia ter sido totalmente humano e não poderia de fato ter sofrido (pessoas sofrem, Deus não sofre). Por que, então, Cristo “parecia” ser humano? Para os docetistas, era apenas aparência. Cristo não tinha um verdadeiro corpo de carne e osso e não sofreu e morreu de verdade. Apenas pareceu fazer isso.

Os docetistas acreditavam que Cristo não era um ser humano de verdade em duas formas diferentes. Alguns alegavam que o corpo de Cristo apenas parecia ser humano, porque, na verdade, era fantasmagórico (como Gasparzinho, o fantasminha camarada). A outra visão docetista é um pouco mais complicada. Segundo ela, havia um homem real, Jesus (carne e sangue como o resto de nós), mas também havia um ser diferente, conhecido como o Cristo. O Cristo era um ser divino que descendera do céu e entrara em Jesus em seu batismo (a pomba que desceu e entrou nele), lhe dando o poder de fazer milagres e transmitir seus ensinamentos divinos. Depois, antes da morte de Jesus, o Cristo o deixou para retornar a seu lar celestial. Portanto, algumas pessoas podiam ter equivocadamente achado que o Cristo era um humano que realmente morrera; mas tinha sido apenas Jesus. O Cristo era divino e não podia sofrer.

Quando Serapião foi informado de que o evangelho que aprovava podia conter ensinamentos docetistas, ficou perturbado e encomendou uma cópia para sua leitura. Com certeza chegou à conclusão de que, embora a maior parte do relato fosse perfeitamente “ortodoxa” (um “ensinamento certo”), alguns trechos não eram. Serapião decidiu que o livro era falsificado e escreveu uma carta aos cristãos de Rossus desautorizando sua utilização. Em uma espécie de apêndice, ele dava uma relação dos trechos ofensivos.

Eusébio cita a carta em seu *História da Igreja*, mas infelizmente não inclui o apêndice com os trechos que Serapião considerara objetáveis. Isso é muito lamentado, pois o *Evangelho de Pedro* foi descoberto nos tempos modernos e, sem saber o que o livro de Serapião dizia, é difícil saber se o que temos hoje é o mesmo livro que ele tinha.

A descoberta moderna aconteceu em 1886 ou 1887, durante uma escavação arqueológica perto da cidade de Akhmin, no Alto Egito. A nordeste dessa cidade, há três cemitérios, e, nos meses do

inverno de 1886-87, uma equipe arqueológica francesa, trabalhando no Cairo, descobriu o túmulo de uma pessoa que consideraram ser um monge, por ter sido enterrado com um livro sagrado (estudiosos modernos têm menos certeza de que era um monge; praticamente qualquer um poderia ter sido enterrado com um livro importante). O livro propriamente dito era bastante significativo. Tem 66 páginas, escrito em grego sobre pergaminho (páginas feitas de peles de animais), e contém uma pequena antologia de quatro textos. O primeiro deles, ocupando as dez páginas iniciais, é um evangelho anteriormente desconhecido.⁵²

O evangelho não é um texto completo, com começo, meio e fim. Inicia no meio de uma história: “[...] mas nenhum dos judeus lavou suas mãos, nem Herodes ou qualquer de seus juízes. Como eles não queriam lavar, Pilatos se levantou.” O que se segue é um relato alternativo do julgamento, da crucificação e da ressurreição de Jesus — alternativo no sentido de que a história diverge de formas marcantes dos relatos dos evangelhos do Novo Testamento. Uma diferença fundamental pode ser vista já neste versículo inicial. No Novo Testamento, apenas no Evangelho de Mateus temos uma história de Pilatos lavando as mãos no julgamento de Jesus, declarando-se “inocente do sangue deste homem” (27,24). Mateus não diz nada sobre mais alguém lavando ou se recusando a lavar as mãos. Mas isso é destacado aqui. E quem não lava as mãos? “Os judeus”, Herodes (o rei judeu) e seus juízes (judeus).

Esse evangelho sustenta de forma ainda mais enfática que, nos evangelhos do Novo Testamento, a culpa pela morte de Jesus cabe diretamente ao povo judeu e seus líderes. Essa ênfase antijudaica é parte de uma tendência que podemos ver em evolução por toda a tradição cristã inicial. Com o passar do tempo, o fato de que os romanos mataram Jesus recua para um segundo plano, já os líderes judeus e o povo judeu são tornados cada vez mais culpados. Isso pode ser confirmado observando cronologicamente os evangelhos do Novo Testamento.

O mais antigo evangelho, de Marcos, parece sugerir que a decisão de matar Jesus é partilhada pelos líderes judeus e pelo governador romano Pilatos (embora mesmo nele a ação de Pilatos pareça forçada). Quando chegamos ao Evangelho de Lucas, escrito depois, Pilatos, de fato, declara Jesus inocente três vezes — de modo que a culpa por sua morte recai sobre os líderes judeus que a exigem. O Evangelho de Mateus, escrito quase ao mesmo tempo que o de Lucas, coloca Pilatos lavando as mãos para declarar ser inocente de derramar o sangue de Jesus. De forma um tanto infame, o povo judeu (isso acontece apenas em Mateus) grita: “Que caia sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos.” (27,25) Em outras palavras, para Mateus, o povo judeu está disposto a aceitar a responsabilidade e as consequências da morte de Jesus e repassá-la a seus descendentes. Esse versículo, claro, foi usado para atos horrendos de antisemitismo cristão durante a Idade Média e ainda hoje.

O Evangelho de João, último dos evangelhos canônicos, dá um passo além. Nele nos é dito que o povo judeu rejeitou Jesus como seu rei e declarou “Não temos outro rei senão César!” (embora o próprio Deus fosse o rei de seu povo). E então João diz que Pilatos “entregou-o para que fosse crucificado” (19,16). Nessa distorção da realidade histórica, são os próprios judeus que, na verdade, matam Jesus.

E assim, com o passar do tempo, na tradição cristã, Pilatos se torna cada vez mais inocente da morte de Jesus, e o povo judeu e seus líderes, cada vez mais culpados. O *Evangelho de Pedro* é ainda mais tardio que o de João, e nele a responsabilidade judaica é ampliada. Agora, não é sequer o governador romano Pilatos quem ordena que Jesus seja crucificado; é o rei judeu Herodes: “Então o rei Herodes ordenou que o Senhor fosse levado embora e disse a eles: ‘Façam tudo que ordenei que fizessem a ele.’” (v. 2)

Em outros versículos desse relato, os maus-tratos judeus a Jesus são intensificados. As autoridades judaicas crucificam Jesus e o tiram da cruz. O autor deixa bastante claro que eles são os culpados: “Eles levaram todas as coisas até o fim e completaram todos os seus pecados em suas cabeças.” (v. 17) Ainda mais significativo, o povo judeu percebe que o que fez é errado e que será punido por isso. “Então os judeus, os anciões e os sacerdotes se deram conta de quanto mal haviam feito a si mesmos e começaram a bater nos peitos, dizendo: ‘Desgraçados sejamos por nossos pecados. O julgamento e o fim de Jerusalém estão próximos.’” (v. 25) É uma referência à visão, comum entre cristãos no século II e posteriormente, de que quando os Exércitos romanos destruíram Jerusalém em 70 d.C., após um levante judaico, não foi por motivos políticos ou militares, mas religiosos. Jerusalém foi destruída, e o Templo judaico, queimado até as fundações, como vingança divina contra os judeus por seu pecado de matar o messias de Deus. No *Evangelho de Pedro*, o próprio povo judeu reconhece sua culpa e sua punição iminente.

Além do cunho antijudaico desse relato, há uma série de outras interessantes características lendárias. Nos evangelhos do Novo Testamento, Jesus é crucificado com dois outros homens, como acontece aqui. Mas, nesse evangelho, há um incidente curioso. Quando aqueles que crucificam Jesus jogam para ver quem ficará com suas roupas, um dos “malfeiteiros” sendo crucificados com ele os ataca: “Sofremos assim pelas coisas ruins que fizemos; mas este, o Salvador do povo, o que de errado fez a vocês?” Os soldados ficam com raiva do homem e ordenam que “suas pernas não sejam quebradas, para que ele morra em sofrimento” (vv. 14-15).⁵³ A ideia é que um homem crucificado morreria mais depressa se não conseguisse esticar as pernas para aliviar a pressão nos pulmões e respirar. Ao *não* quebrar as pernas do criminoso eles prolongam seu tormento.

Uma das grandes questões desse evangelho é se Jesus experimenta algum sofrimento. No versículo 11, nos é dito que Jesus estava “silencioso, como se não sentisse dor”. É possível que este seja um dos versículos que Serapião considerou potencialmente objetáveis? Que Jesus parecia não sentir dor, porque, na verdade, não sentia qualquer dor? Que seu corpo era um fantasma?

Um versículo posterior é igualmente intrigante. Quando Jesus está prestes a morrer, em vez de gritar “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?”, como, digamos, no Evangelho de Marcos (15,34), ele grita: “Poder meu, ó poder meu, me deixaste para trás!” E então nos é dito: “Quando ele disse isso, foi arrebatado.” Isso não soa como outro tipo de docetismo, o tipo em que o Cristo divino deixa o Jesus humano para morrer sozinho?⁵⁴

A passagem mais perturbadora do evangelho está bem no final, uma passagem que nos dá algo que nunca encontramos nos evangelhos do Novo Testamento: um relato da Ressurreição. Como destaquei

no capítulo 1, os evangelhos canônicos não narram a ressurreição de Jesus. Em suas histórias, Jesus é crucificado, morre e é enterrado, e no terceiro dia as mulheres vão ao túmulo e o encontram vazio. Mas não há nos evangelhos do Novo Testamento uma história de Jesus saindo vivo do túmulo. O *Evangelho de Pedro*, porém, traz uma história assim.

Como acontece no Evangelho de Mateus, mas em nenhum outro dos evangelhos canônicos, um guarda é colocado no túmulo de Jesus para garantir que ninguém roube o corpo. Mas diferentemente de Mateus, no *Evangelho de Pedro*, há uma sequência de acontecimentos muito peculiar enquanto os guardas vigiam. Os céus se abrem e dois “homens” descem, enquanto a pedra diante do túmulo rola para o lado. Os dois homens do céu entram no túmulo.

Aterrorizados, os soldados vão acordar o centurião para lhe contar o que aconteceu. Mas, enquanto estão conversando, erguem os olhos e veem três figuras saindo do túmulo. Dois deles são tão altos que suas cabeças chegam ao céu. Aquele que eles carregam — Jesus, é claro — é ainda mais alto; sua cabeça vai acima do céu. E, atrás deles, a própria cruz sai do túmulo. E vem do céu uma voz perguntando: “Você pregou a aqueles que estão dormindo?” E a cruz responde: “Sim.” Então, na ressurreição, temos um Jesus gigante e uma cruz que anda e fala.

A narrativa, claro, pretende ser altamente simbólica. Seres divinos são, com frequência, retratados como gigantescos em textos antigos. Jesus é o mais alto, já que é o mais divino. E a cruz teria proclamado sua mensagem, a notícia da salvação levada àqueles que estão “dormindo”, ou seja, aqueles que já estão mortos e esperam a salvação.

O evangelho prossegue, indicando que as autoridades judaicas vão até Pilatos e o conclamam a ocultar a história ordenando que os soldados não digam uma palavra sobre o que viram. Há um relato das mulheres indo ao túmulo para ungir o corpo de Jesus e descobrindo que ele se levantou. Os discípulos ainda choram o que aconteceu, sem saber da ressurreição. Então temos as últimas frases do evangelho: “Mas nós, os 12 discípulos do Senhor, choramos e sofremos; e cada um retornou à sua casa, sofrendo pelo que havia acontecido. Mas eu, Simão Pedro, e meu irmão André pegamos nossas redes e partimos para o mar. E conosco estava Levi, filho de Alfeu, que o Senhor [...].” (vv. 59-60) E assim termina, no meio de uma frase.

A razão para o relato parecer começar no meio de um pensamento e definitivamente terminar no meio de uma frase é que a pessoa que criou este livro de 66 páginas — provavelmente no século VI — tinha apenas um relato fragmentado diante de si. É impossível dizer se o *Evangelho de Pedro* integral incluía histórias sobre o nascimento de Jesus, sua vida, ministério, ensinamentos, milagres e assim por diante antes do relato da Paixão e Ressurreição. O que é claro a partir do versículo final é que esse evangelho, diferentemente dos evangelhos do Novo Testamento, é escrito na primeira pessoa. O autor alega ser Pedro. Mas não há como ele ser Pedro. É um autor alegando ser quem não é. É uma falsificação.

O motivo pelo qual Simão Pedro não podia ter escrito esse relato é o fato de o texto datar do século II, pelo menos sessenta anos após a morte de Pedro. Praticamente todos os estudiosos concordam com isso, por motivos convincentes. Para começar, o antijudaísmo exacerbado combina

mais com o século II, quando se tornou comum, por exemplo, os cristãos atribuírem a destruição de Jerusalém aos próprios judeus por causa da morte de Jesus. Ademais, há aspectos altamente lendários na história, como o ladrão cujas pernas não são quebradas, o Jesus gigantesco e a cruz falante. Também isso sugere ser um relato posterior. Os estudiosos debatem se o autor desse evangelho teria tido acesso às histórias de Mateus, Marcos, Lucas e João; há muitos paralelos com um ou outro dos evangelhos em toda sua extensão. Se ele os usou, fica claro que estava escrevendo depois deles, ou seja, não antes do começo do século II.

Os estudiosos também debatem se este é o *Evangelho de Pedro* que Serapião conheceu. Em parte, a discussão gira em torno de se é realmente um relato docético, como o evangelho descrito por Serapião obviamente era, pelo menos a seus olhos. Alguns estudiosos têm dúvidas. Costuma-se argumentar que quando é dito que Jesus estava em silêncio na cruz “como se” não sentisse dor, isso não é a mesma coisa que dizer que ele *não* sentia dor. E dizer que “ele foi arrebatado” pode não significar que o Cristo deixara Jesus. Jesus ainda tem Por isso, corpo milagroso e um poder divino na ressurreição, por exemplo. Por isso, a frase sobre ser arrebatado pode ser apenas um eufemismo para “ele morreu”.

Minha opinião é a de que o evangelho não precisa ser verdadeiramente docético para ser aquele mencionado por Serapião. Este admitiu que a maior parte do evangelho era ortodoxa, mas que encontrou alguns “acréscimos” perturbadores e que podiam ser usados por cristãos docetistas. E com certeza esse evangelho se enquadra nessa descrição. É em grande medida perfeitamente aceitável de um ponto de vista ortodoxo, mas vários versículos podem facilmente permitir uma leitura docética. Isso incluiria o grande relato de Jesus saindo do túmulo, em que ele parece ter tudo *menos* um corpo real que acabara de sofrer a agonia da crucificação!

Seja este ou não o Evangelho de Serapião, com certeza é um *Evangelho de Pedro*. Baseia sua autoridade no nome do discípulo mais íntimo de Jesus, em parte, sem dúvida, para fazer suas narrativas incríveis e antijudaicas parecerem críveis. Mas Pedro não o escreveu. Essa é uma falsificação em nome de Pedro. E não é a única.⁵⁵

A *Epístola de Pedro*

Muitos estudiosos consideravam a Igreja cristã inicial gravemente dividida. De um lado, estavam os judeus seguidores de Jesus, como seu irmão Tiago, líder da igreja em Jerusalém, e o discípulo Pedro. Do outro, pessoas como o apóstolo Paulo, que se concentrava em converter gentios (não judeus). Nesse arranjo, Tiago e Pedro costumam ser vistos como sendo mais “fiéis” à mensagem original de Jesus de que era o Deus de Israel que levava a salvação aos que seguiam seus ensinamentos, como dispostos na lei judaica. Para esses primeiros cristãos, Jesus era o messias judeu enviado ao povo judeu pelo Deus judeu cumprindo a lei judaica. Naturalmente, para ser um seguidor desse salvador judeu, a pessoa tinha de ser judia. Os gentios, claro, eram recebidos de braços abertos na comunidade, mas apenas se se convertessem ao judaísmo. Para os homens, isso significava

circuncisão, e para homens e mulheres, implicava observar o sabá, ser *kosher* e seguir as outras leis judaicas.

Segundo essa análise, Paulo ensinava algo bastante diferente: que acreditar na morte e na ressurreição de Jesus era a única forma de ser justo perante Deus. Ademais, essa salvação se aplicava da mesma forma a judeus e gentios, portanto ninguém precisava ser judeu para seguir Jesus. Para Paulo, desse ponto de vista, a lei caducara; os judeus podiam segui-la se quisessem (e sendo judeu, ele mesmo a seguia), mas não se esperava que os gentios o fizessem. Aquela era a lei nacional de Israel, e não tinha qualquer relação com a salvação. Apenas a morte e a ressurreição de Jesus podiam levar à salvação. Portanto, por intermédio de Paulo, a Igreja, em grande parte, se encheu de gentios que não se viam como judeus e que veneravam o Deus de Israel sem seguir sua lei.

Não é necessário que eu avalie essa compreensão comum da relação de Paulo com os apóstolos anteriores a ele, em particular Tiago e Pedro. Mas quero dizer que a ideia de que havia uma divergência entre seus pontos de vista não é apenas uma noção moderna. Ela remonta aos primórdios do cristianismo. Historicamente falando, é verdade que Paulo estabeleceu igrejas compostas de gentios e que insistiu em que esses convertidos não seguissem a lei judaica. É algo em que ele insiste bastante, por exemplo, na epístola (ortônima) aos gálatas. Para Paulo, qualquer gentio que tentasse seguir a lei deixava de entender que a salvação vinha apenas da morte de Cristo, a ser recebida pela fé. Seguir a lei era pior que irrelevante; era uma admissão de que a morte de Cristo era insuficiente para a salvação (ver Gl 2,15-16, 21).

Outros cristãos de fato discordavam. Muitos deles eram adversários de Paulo em suas várias igrejas. Mais tarde, no século II cristão, continuava a haver grupos de cristãos judeus que insistiam em que a lei sem dúvida tinha de ser seguida por qualquer um que quisesse pertencer ao povo de Deus. Deus dera a lei e nunca mudara de ideia. Era a lei que Ele mandara o povo seguir, a que o próprio Jesus ensinara e cumprira, e a que devia ser seguida, *em especial* pelos seguidores de Cristo.

Essa divisão na Igreja inicial entre a (então) minoria de cristãos judeus e a maioria dominante de gentios é mais clara em um escrito falsificado em nome de Pedro chamado *Epistula Petri*, ou *Epístola de Pedro*.⁵⁶ Esse livro não deve ser confundido com 1 Pedro ou 2 Pedro do Novo Testamento. Foi escrito depois, anos após os textos do Novo Testamento terem sido concluídos.

A *Epístola de Pedro* é encontrada como uma espécie de introdução a um conjunto de escritos que os estudiosos chamam de pseudoclementinos. Como indicado pelo nome erudito, esse conjunto de escritos alega falsamente (daí “pseudo”) ter sido escrito por Clemente, que, como já vimos, acredita-se ter sido o quarto bispo de Roma (ou papa), escolhido para o cargo por ninguém menos que Pedro. Os pseudoclementinos têm uma história literária bastante complicada. Por mais de um século, os estudiosos debateram intensamente quais fontes os livros utilizaram, como os vários escritos se relacionam entre eles e outras questões técnicas. Mas o caráter básico dos escritos é claro. São relatos de viagens e aventuras de Clemente, especialmente à medida que ele se converte ao cristianismo por intermédio da pregação de Pedro, e depois as viagens com Pedro enquanto o apóstolo transmite o evangelho, faz discursos e realiza milagres. Eles incluem disputas de milagres

com o arqui-herege Simão, o Mágico, que já conhecemos. Os *Atos de Pedro* podem ter sido uma das fontes dessas histórias.

Já está claro que os livros clementinos não foram escritos pelo Clemente histórico, mas muito após sua morte, embora sejam supostamente narrados por ele na primeira pessoa. Eles são, portanto, falsificados. Em um conjunto desses escritos, as aventuras de Clemente são prefaciadas pela *Epístola de Pedro*, uma carta supostamente escrita por Pedro ao irmão de Jesus, Tiago, líder da igreja em Jerusalém. A carta instrui Tiago a não permitir que os escritos de Pedro sejam dados a qualquer um, porque podem ser mal-interpretados ou alterados, e sim apenas a um grupo selecionado de pessoas de confiança. O autor, “Pedro”, ataca os cristãos que interpretam sua mensagem como dizendo que a lei judaica já não está em vigor. Isso é falso, diz o autor, pois o próprio Jesus indicara que “não será omitido nem um só j, um só traço da Lei”, e que isso seria eternamente válido (ver Mt 5,17-20). Segundo essa carta, um dos adversários de Pedro em especial levara “os gentios” a rejeitar a “pregação da lei” de Pedro e, em vez disso, preferir “uma doutrina sem lei e absurda do homem que é meu inimigo”.

Não é preciso pensar muito para notar quem é o inimigo a quem “Pedro” se opõe. É alguém que prega aos gentios, insiste em um evangelho distinto da lei judaica (uma “doutrina sem lei”) e alega que o próprio Pedro concorda com essa visão (ver Gl 2). Sem nomeá-lo, esse autor está falando de Paulo.

Aqui temos uma visão de Pedro e Paulo em grande conflito com o que encontramos em alguns dos escritos do Novo Testamento.⁵⁷ Na história dos primórdios da Igreja, encontrada no livro de Atos, por exemplo, Pedro e Paulo se olham nos olhos, concordam em todas as grandes questões, estão de braços dados na missão de transmitir o evangelho e, o mais importante, concordam de coração que os gentios não precisam ser judeus para seguir Jesus (ver Atos 10-11; 15). Porém, esse não é o caso para o autor da *Epístola de Pedro*. Ali há uma clara divergência entre Pedro, o discípulo mais íntimo de Jesus, e Paulo, um intrometido que não compreendeu Pedro. Paulo distorceu o evangelho.

Esse, portanto, é um autor que via Paulo como inimigo, e sua doutrina, “sem lei e absurda” como heresia. Para esse autor, Paulo não apenas discordava de Pedro; ele estava errado. E com que autoridade o autor alega isso? Com a autoridade do próprio Pedro. O autor falsificou a carta em nome de Pedro para afirmar tal coisa.

O *Apocalipse de Pedro*

Não discutirei extensivamente neste livro como chegamos aos 27 livros do Novo Testamento, isto é, como o cânone foi formado e como alguns escritos foram incluídos e outros deixados de fora. Muitos outros livros descrevem mais detidamente esse processo.⁵⁸ Mas posso dizer que alguns escritos “passaram perto” e quase entraram, assim como outros quase foram deixados de fora, mas acabaram incluídos. Um dos livros que quase entrou é chamado *Apocalipse de Pedro*.⁵⁹

Sabemos por autores como Eusébio que, mesmo no século IV, ainda havia comunidades cristãs acreditando que o *Apocalipse de Pedro* devia ser incluído no cânone, ou no lugar do Apocalipse de João, que acabou sendo incluído, ou juntamente com ele.⁶⁰ Mas o *Apocalipse de Pedro* é muito diferente do Apocalipse de João. Os dois livros são apocalipses nos quais um autor recebe uma revelação secreta sobre os mistérios divinos celestiais que podem dar sentido às realidades terrenas. No Apocalipse de João, do Novo Testamento, esses mistérios dizem respeito ao futuro curso da história na Terra, como já tinha sido decidido no céu. No *Apocalipse de Pedro* não canônico, esses mistérios dizem respeito ao destino das almas na vida após a morte. Esse livro descreve um passeio que Pedro faz pessoalmente pelos reinos dos abençoados e dos condenados.

A maioria dos leitores conhece a ideia de um passeio pelo céu e pelo inferno por causa da *Divina Comédia* de Dante. Mas Dante não inventou a ideia. Ele integra uma longa linhagem de autores cristãos que se valeram do tema de um passeio pela vida após a morte para fazer quaisquer que fossem as afirmações importantes que queriam sobre a vida na Terra. Nossa exemplo mais antigo desse tipo de escrita é o *Apocalipse de Pedro*.

Mais uma vez, sabíamos do livro séculos antes de ele estar disponível. Acabou sendo outro dos quatro textos encontrados no livro de 66 páginas descoberto por arqueólogos perto de Akhmin, Egito, em 1886-87. Desde então, foi encontrada uma versão etíope que traz um relato ainda mais completo.

A narrativa começa com Pedro e os discípulos conversando com Jesus no Monte das Oliveiras (ver Marcos 13). Eles perguntam a Jesus o que acontecerá quando o mundo chegar ao fim, e ele lhes faz um breve relato. Mas a discussão se torna uma descrição, com alguns detalhes minuciosos do que acontece às almas depois que morrem, seja no lugar do tormento, seja no lugar do êxtase eterno. Como às vezes acontece nesses passeios pessoais pelo céu e pelo inferno, a descrição do reino dos abençoados é um pouco estereotipada e breve. Afinal, há poucas maneiras de descrever o êxtase eterno. É fantástico! O que mais dizer? Já o reino dos condenados é algo muito diferente. Qualquer um com alguma criatividade e imaginação pode inventar descrições horripilantes e detalhadas dos tormentos dos pecadores.

Na visão de Pedro, condenados são torturados de formas correspondentes a seus pecados característicos, de modo que a punição é adequada ao crime. Aqueles que blasfemaram contra Deus, por exemplo — ou seja, pecaram pelo que disseram —, são pendurados por suas línguas acima de chamas eternas. Mulheres que trançaram os cabelos para serem atraentes e conquistarem os homens são penduradas pelos cabelos sobre chamas eternas. Os homens que elas seduziram são pendurados por uma diferente parte do corpo acima das chamas. Nesse caso, como podem imaginar, os homens gritam: “Não sabíamos que acabaria assim!”

A mensagem geral do livro é bastante clara e de modo algum sutil: se você quer desfrutar das fantásticas bênçãos do Paraíso e evitar os horrendos tormentos do inferno, não peche! Essa mensagem transmite uma verdade confiável e nada controversa: aqueles que não fazem a vontade de Deus enfrentarão tortura eterna. Como sabemos disso? Porque alguém que observou o reino dos condenados nos contou, o braço direito de Jesus, o próprio Pedro. Para transmitir isso, o autor

escreve na primeira pessoa — não em seu nome, mas em nome do principal discípulo. Mais uma vez, temos uma falsificação em nome de Pedro.

ESCRITOS “PETRINOS” NO NOVO TESTAMENTO

Os livros sobre os quais falei aqui com algum pormenor — *Atos de Pedro*, o *Evangelho de Pedro*, os *Escritos pseudoclementinos*, a *Epístola de Pedro*, o *Apocalipse de Pedro* — não são as únicas invenções *sobre* Pedro e falsificações supostamente escritas *por* Pedro nos primórdios da Igreja. Houve outras: outros “Atos” de Pedro, uma coletânea chamada de “Pregação” de Pedro, dois outros apocalipses de Pedro. E esses são apenas os que existem até hoje. Ninguém sabe quantos mais existiram um dia. Produzir livros em nome de Pedro era uma atividade florescente nos primórdios da Igreja.

É possível, à luz dessa extensa utilização do nome de Pedro para autorizar os pontos de vista de outros, que falsificações com o nome de Pedro tenham chegado ao Novo Testamento? De fato, dois livros também levam o nome de Pedro, as epístolas 1 Pedro e 2 Pedro. Ambas alegam terem sido escritas por Pedro, mas há motivos sólidos para acreditar que Pedro não escreveu nenhuma delas.

1 Pedro

O livro 1 Pedro é supostamente escrito por “Pedro, um apóstolo de Jesus Cristo”, a cristãos que ele chama de “exilados” em cinco províncias da região oeste do que é hoje a Turquia.⁶¹ Não há dúvida de que o autor alega ser o mais íntimo discípulo de Jesus, Pedro. “Pedro” não era um nome próprio antes de Pedro tê-lo recebido como apelido do próprio Jesus. Segundo os evangelhos, o verdadeiro nome do discípulo era Simão. Mas Jesus indicou que ele seria a “rocha” (*petros*, em grego) sobre a qual a igreja seria erguida. Então ele o chamou de “Pedroso”, ou “Pedro” (Ver Mt 16,13-18).⁶² Pelo que sabemos, depois não havia outras pessoas chamadas Pedro quando os cristãos começaram a dar aos filhos o nome do grande apóstolo. Portanto, o autor de 1 Pedro com certeza alega ser “aquele” Pedro. Isso é revelado por seu comentário em 5,1 de que foi “testemunha dos sofrimentos de Cristo”.⁶³

A questão do sofrimento é o tema central do livro. De fato, a palavra “sofrimento” aparece com maior frequência nessa curta epístola de cinco capítulos do que em qualquer outro livro do Novo Testamento, incluindo os evangelhos, que são muito mais longos. O autor parte do princípio de que seus leitores estão eles mesmos enfrentando perseguição e que experimentarão ainda mais no futuro. “Agora, por algum tempo”, ele lhes diz, “sejais contristados por diversas provações”. Mas tudo isso é para o bem, porque, sendo “testada” sua fé, será refinada e se tornará “mais preciosa do que o ouro que [...] é provado pelo fogo” (6,1-7). Portanto, “não vos alarmeis com o incêndio que lavra entre

vós [...] como se algo de estranho vos acontecesse”, mas “alegrai-vos”, porque “participais dos sofrimentos de Cristo” (4,12-13).

Os estudiosos debateram longamente que tipo de sofrimento o autor tinha em mente. A visão antiga era a de que o autor lidava com perseguições oficiais do Estado, como acontecera quando o imperador Nero aprisionara e depois executara cristãos na cidade de Roma em 64 d.C., culpando-os por iniciar o terrível incêndio que destruíra grande parte da cidade, um incêndio que seus próprios incendiários podem ter começado. Mas ao longo dos últimos vinte anos, aproximadamente, os estudiosos começaram a destacar que o livro 1 Pedro nunca fala muito sobre perseguição “oficial” em que cristãos são presos, julgados por sua fé e martirizados. Em vez disso, a oposição parece vir de antigos amigos e vizinhos que não compreendem ou apreciam o novo estilo de vida dos cristãos, distinto das celebrações alegres das religiões pagãs (4,1-5). Ou seja, os cristãos pararam de ir aos festivais pagãos para formar suas próprias sociedades secretas, e os pagãos ficaram aborrecidos, desconfiados e raivosos, liderando uma oposição local contra os cristãos que, em certos momentos, podia se tornar desagradável.

Se esse é o caso, faz sentido que o autor insista com seus leitores que é importante para eles obedecerem ao governo e aos funcionários do governo (2,13-15), ter bom comportamento entre estranhos (2,12), ser escravos, esposas e maridos devotados (2,18-3,7), não fazer nada para gerar oposição, sofrer apenas por fazer o que é certo (2,20). Uma boa parte da exortação e do encorajamento aos leitores se baseia em uma interpretação sofisticada de passagens fundamentais do Antigo Testamento, citadas, claro, em grego, a chamada Septuaginta (cujas origens lendárias são descritas na falsificada Carta de Aristeas, discutida no capítulo 1), como pode ser visto, por exemplo, em 1,24-25; 2,3.6-9.22.24-25; 3,10-12.

O autor conclui sua exortação para ser firme face à adversidade, indicando que escreveu sua carta “por intermédio de Silvano, um irmão fiel” (isto é, um verdadeiro cristão), e mandando saudações “da que está em Babilônia, eleita como vós” (5,13). Há muito os estudiosos se deram conta do que significa esse último trecho. Babilônia era a cidade considerada a maior inimiga de Deus entre os judeus, já que tinha sido a Babilônia que derrotara Judá e destruíra Jerusalém e seu Templo no século VI a.C. No fim do século I, cristãos e judeus haviam começado a usar a palavra “Babilônia” como um código para a cidade que era a inimiga de Deus em sua própria época, Roma, que também destruíra Jerusalém e seu Templo no ano 70 d.C (ver, por exemplo, Ap 14,8; 17,5). O autor, portanto, alega escrever da cidade de Roma. Isso faz sentido, já que tradições posteriores associaram Pedro como o primeiro bispo da cidade — o primeiro papa.

Entretanto a tradição também indica que Pedro foi martirizado em Roma, por Nero, em 64 d.C. Faria sentido ele chamar Roma de “Babilônia” antes de os romanos terem destruído Jerusalém no ano 70? No momento da catástrofe, Pedro estava morto havia muito tempo. Na verdade, há outras bases muito boas para pensar que Pedro, na verdade, não escreveu esse livro. Ele foi escrito por alguém alegando ser Pedro. Antes de explicar quais são essas bases, primeiro devemos examinar a segunda carta do Novo Testamento escrita em nome de Pedro.

2 Pedro

Há menos discussão entre os estudiosos do Novo Testamento sobre a autoria de 2 Pedro que de qualquer dos outros livros algumas vezes considerados falsificações. Quem quer que tenha escrito 2 Pedro não foi Simão Pedro.⁶⁴ O autor sem dúvida *alega* ser Pedro — de modo ainda mais explícito que no caso de 1 Pedro. Ele se apresenta como “Simão Pedro,⁶⁵ servo e apóstolo de Jesus Cristo”. Porém, mais que isso, alega ter estado presente na cena da “transfiguração” narrada nos evangelhos, em que Jesus se transformou diante dos olhos de seus discípulos Pedro, Tiago e João e começou a falar com Moisés e Elias, antes que uma voz do céu dissesse: “Eis meu filho muito amado, em quem pus toda a minha afeição.” (ver Mt 17,1-8) O autor insiste em que estava lá para ouvir essas palavras, levadas a ele pela “voz [...] da sua Glória” (1,17). O autor não quer deixar qualquer dúvida: ele é Pedro.

Sua principal preocupação é haver, na comunidade, falsos mestres que distorceram a verdadeira mensagem do evangelho. A maior parte do capítulo 2 é dedicada a atacar essas pessoas, sem nunca explicar o que elas ensinam. Esse ataque altamente agressivo classifica seus ensinamentos como “heresias destrutivas” e diz que eles, os adversários, são licenciosos, cobiçosos e exploradores. O autor indica que sofrerão como o povo de Sodoma e Gomorra, e como os habitantes do mundo inteiro nos dias de Noé. Isso significa dizer que também serão destruídos. Ele os chama de ignorantes e diz que são “impuros e pervertidos, deleitam-se na sua volúpia quando se banqueteiam convosco”. Diz que têm olhos “cheios de adultério e insaciáveis de pecado”. E assim por diante.

Esse ataque a seus oponentes, os “falsos profetas”, contém muitas semelhanças verbais com o que pode ser encontrado no livro de Judas do Novo Testamento. Os paralelos são tão numerosos que os estudiosos são quase unâimes em acreditar que o autor pegou a mensagem de Judas e apenas editou-a um pouco para incorporá-la a seu livro.

Além dos falsos profetas, surgiram “escarnecedores” debochando da visão cristã de que Jesus logo voltará do céu para julgar a terra. Se ele deveria voltar logo, dizem esses céticos, por que não veio? Muito tempo se passou, e tudo continua como era antes! O autor retruca que esses descrentes são ignorantes e equivocados, tendo esquecido que “um dia diante do Senhor é como mil anos, e mil anos como um dia” (3,8). Em outras palavras, mesmo que Jesus espere outros três mil anos, ainda virá “logo”. Jesus de fato postergou seu retorno apenas para dar às pessoas uma chance de arrependimento antes da destruição vindoura. O próprio Paulo, o autor nos diz, ensinou tais coisas em “todas as suas cartas [...] que os ignorantes e vacilantes distorcem, como fazem com as demais escrituras, para a própria perdição” (3,16).

Uma das razões pelas quais quase todos os acadêmicos concordam que Pedro não escreveu essa carta é que a situação suposta surge em época muito posterior. Quando o próprio Pedro morreu — digamos, o ano 64 d.C., sob as ordens de Nero — ainda havia uma expectativa ansiosa

de que Jesus retornasse logo; nem uma geração inteira se passara desde a crucificação. Foi apenas com o passar do tempo que a alegação cristã de que tudo aconteceria “nesta geração” (Mc 13,30) e antes de que os discípulos houvessem “provado a morte” (9,1) começou a soar vazia. No momento em que 2 Pedro foi escrita, os cristãos estavam tendo de se defender de oponentes que debochavam de sua visão de que o fim deveria ser iminente. Então, “Pedro” tem de explicar que mesmo que o fim demore mil anos, ainda é logo ali segundo o calendário de Deus; tudo está seguindo o cronograma.

Ademais, o autor de 2 Pedro escreve numa época em que já circulava uma coletânea de cartas de Pedro, e essas cartas eram consideradas no mesmo plano das “Escrituras” do Antigo Testamento (3,16). Isso não poderia ter sido enquanto Pedro era vivo,⁶⁶ e a tradição dos primórdios da Igreja indica que Pedro e Paulo foram mortos durante o reinado de Nero.

Essas estão entre as razões para pensar que 2 Pedro provavelmente não podia ter sido escrita por Pedro.⁶⁷ E há uma razão ainda mais forte. Há excelentes motivos para pensar que Pedro não sabia escrever.

SIMÃO PEDRO, A ANTIGA PALESTINA E A ALFABETIZAÇÃO

O que sabemos sobre alfabetização e capacidade de escrita no mundo antigo, em especial na Palestina rural, onde Simão Pedro nasceu e foi criado? Estudiosos da Antiguidade foram diligentes nos últimos 25 anos, aproximadamente, em tentar entender todos os aspectos da alfabetização e da educação daquele tempo. Para o que é hoje um estudo clássico, o livro *Ancient Literacy*, de 1989, William Harris, professor de história antiga da Universidade de Colúmbia, mostra que as suposições modernas acerca da alfabetização não se aplicam aos tempos antigos.⁶⁸ Hoje, nos Estados Unidos modernos, vive-se em um mundo em que praticamente toda criança vai para a escola e aprende a ler e escrever. Praticamente todos que conhecemos sabem ler a página de esportes e copiar uma página de um romance caso queiram. Mas o fenômeno da alfabetização disseminada e em massa é moderno. Antes da Revolução Industrial, as sociedades não tinham boas razões para investir um enorme volume de dinheiro e outros recursos na criação de uma população alfabetizada. Apenas com o desenvolvimento do mundo industrial tal coisa se tornou ao mesmo tempo desejável e factível.

Harris argumenta que no mundo antigo, nas melhores épocas, apenas cerca de 10% da população era razoavelmente alfabetizada. Por “melhores épocas” ele quer dizer Atenas, um centro de conhecimento, no auge de seu poder intelectual, durante os dias de Sócrates e Platão (séculos V-IV a.C.). A maioria desses 10% era de homens, como esperado em uma sociedade patriarcal. E todos pertenciam às classes superiores, a elite social e econômica que tinha o tempo livre e o dinheiro (bem, seus pais tinham o dinheiro) para pagar uma educação. As pessoas das classes inferiores não aprendiam a ler, muito menos escrever. E a imensa maioria das pessoas no mundo antigo era das classes inferiores (para surpresa de muitos, a “classe média” é outra invenção da Revolução

Industrial; no mundo antigo, quase todos eram de classe alta ou baixa, ou muito baixa). As únicas exceções notáveis eram os escravos, por natureza uma classe muito baixa, mas que algumas vezes eram educados pelos seus senhores para que pudessem cumprir tarefas domésticas que exigissem alfabetização, como cuidar das finanças da casa, ajudar na correspondência ou ensinar as crianças.

Quando digo que poucas pessoas sabiam ler, “muito menos escrever”, quero dizer algo muito significativo sobre o mundo antigo. Quando as pessoas das classes superiores eram educadas, ler e escrever eram atividades ensinadas como duas habilidades diferentes.⁶⁹ Hoje aprendemos a ler e escrever ao mesmo tempo, e naturalmente supomos que, se a pessoa sabe ler, também pode escrever — não necessariamente escrever um romance, mas pelo menos uma carta. Mas isso se deve ao modo como organizamos nosso sistema educacional. Não há nada inerente a aprender a ler que necessariamente ensine a escrever. Sei disso muito bem. Posso ler grego, hebraico, francês, alemão e uma série de outros idiomas, mas não consigo redigir uma carta em nenhum deles. Aprendi a ler todos eles na faculdade para poder ler documentos antigos na língua original, e trabalhos acadêmicos modernos nos idiomas europeus. Mas nunca aprendi a escrever nesses idiomas.

A maioria das pessoas no mundo antigo não sabia ler. E aqueles que sabiam ler, com frequência, não sabiam escrever. E, nesse caso, com “escrever” quero dizer que a maioria das pessoas — mesmo podendo copiar palavras — não conseguia compor uma sentença, muito menos um tratado com boa argumentação. Ao contrário, as pessoas capazes de compor um ensaio sobre ética, uma discussão filosófica erudita ou um tratado religioso intrincado eram pessoas muito educadas e muito excepcionais. E isso na melhor das hipóteses. De fato, muito poucas pessoas eram capazes dessas habilidades em um idioma que não aquele com o qual foram criadas. Não estou dizendo que apenas 1% da população podia fazer tal coisa. Estou dizendo que muito menos que 1% da população podia fazer isso.

Algumas vezes acreditou-se que a Palestina era uma exceção, que nela todos os meninos judeus aprendiam a ler para poder estudar as Escrituras hebraicas, e que, como sabiam ler, provavelmente podiam escrever. Mais ainda, costuma-se argumentar que na Palestina a maioria dos adultos era bilíngue ou mesmo trilíngue, capaz de ler hebraico, falar o idioma local, aramaico, e se comunicar bem no idioma do império ampliado, o grego. Contudo, recentes estudos sobre a alfabetização na Palestina mostraram que nenhuma dessas afirmativas é verdadeira.

O estudo mais completo, mais extensamente pesquisado e mais amplamente influente sobre a alfabetização na Palestina na época do Império Romano é de Catherine Hezser.⁷⁰ Após estudar todas as evidências, Hezser conclui que, na Palestina romana, a melhor estimativa é que algo em torno de 3% da população fosse capaz de ler, e que a maioria desses viveria em cidades e vilas maiores. A maior parte das pessoas fora das áreas urbanas dificilmente teria visto, algum dia, um texto escrito. Algumas cidades menores e aldeias poderiam ter um índice de alfabetização em torno de 1%. Ademais, essas pessoas alfabetizadas eram quase sempre a elite das classes superiores. Aqueles que aprendiam a ler liam hebraico, não grego.

E ainda por cima, de novo, muito mais pessoas podiam ler em vez de escrever. As pessoas que sabiam escrever eram principalmente homens do sacerdócio. Durante todo o século I d.C. (a época de Jesus e Simão Pedro), temos certeza de apenas dois autores na Palestina que produziram obras literárias (isto é, composições cultas que não documentos fiscais, transferências de terras ou certidões de casamento etc.): o historiador judeu Josefo e um homem chamado Justo de Tiberíades. Ainda temos os escritos de Josefo, mas os de Justo não sobreviveram. Os dois homens eram dos escalões superiores da sociedade, e ambos atípicamente bem-educados. Não temos conhecimento de qualquer outro autor literário ao longo de todo o século. Seria Pedro da mesma classe de Josefo e Justo? Não, nem de longe.

E quanto à educação em grego na terra em que Pedro nasceu e foi criado? Algumas vezes se imagina que, como a Galileia, a região norte do que hoje chamamos de Israel foi eventualmente chamada de “Galileia dos gentios”, ela era repleta de gentios na época de Jesus e Pedro. E, segundo um tipo comum de lógica, se havia muitos gentios na Galileia, deviam falar grego; em nome da convivência, todos tinham de falar grego. Mas isso também não é verdade.

Os estudos recentes mais abrangentes sobre os gentios na Galileia foram feitos pelo estudioso americano Mark Chancey.⁷¹ Ele estudou todas as descobertas arqueológicas da Galileia por volta do século I, leu todos os textos minimamente relevantes do período e chegou a uma conclusão decisiva: os gentios da Galileia se localizavam quase exclusivamente nas duas maiores cidades, Séforis e Tiberíades. Todo o resto da Galileia era predominantemente judeu. E, como a maior parte da Galileia era rural, não urbana, a imensa maioria dos judeus não se encontrava com gentios. Além disso, o grego não era muito falado. A imensa maioria dos judeus falava aramaico e não tinha facilidade em grego.

Como todas essas descobertas afetam nossa questão de se Pedro escreveu 1 e 2 Pedro ou qualquer outro livro? Estaria Pedro entre os escalões mais altos da elite educada da Palestina que podiam compor ensaios epistolares em grego? Afora os relatos lendários que mencionei, tudo que sabemos sobre a vida de Pedro vem do Novo Testamento. O principal que aprendemos sobre ele é que, antes de ser um seguidor de Jesus, era pescador em Cafarnaum, na Galileia.

Portanto, para avaliar as capacidades linguísticas de Pedro, o ponto de partida é Cafarnaum. Um resumo completo do que sabemos sobre Cafarnaum na época de Pedro é fornecido por um arqueólogo americano da Palestina, Jonathan Reed.⁷² Com base em escavações arqueológicas e fontes históricas, está claro que Cafarnaum era uma aldeia historicamente insignificante do interior da Galileia. Ela nunca é mencionada em qualquer fonte antiga antes dos evangelhos. Mal é mencionada em qualquer fonte depois disso. Foi localizada pelos arqueólogos no século XIX e tem sido escavada desde então. Na época de Jesus, devia ter tido algo entre seiscentos e 1.500 habitantes; portanto, digamos que fossem mil.

As escavações arqueológicas não revelaram evidências de nenhum prédio público, como lojas ou depósitos.⁷³ O mercado de venda de comida e outras necessidades devia acontecer em barracas ou tabuleiros em áreas públicas sem calçamento. A cidade não está em nenhuma das grandes rotas

comerciais internacionais. As estradas romanas na região datam de cem anos após a vida de Pedro. Não há vestígios de qualquer população pagã ou gentia na cidade. Não há inscrições de qualquer tipo em qualquer dos prédios. Reed conclui que os habitantes eram muito provavelmente “predominantemente analfabetos”. Os arqueólogos não encontraram estruturas de prédios ou materiais associados às elites sociais do século I (como superfícies emboçadas, afrescos decorativos, mármore, mosaicos, telhas de cerâmica vermelha). As casas eram construídas de modo grosseiro com pedras de basalto e lama ou argila para preencher as lacunas; é provável que tivessem tetos de palha.

Resumindo, a cidade de Pedro era uma aldeia judaica atrasada, composta de trabalhadores miseráveis que não tinham educação. Todos falavam aramaico. Nada sugere que alguém soubesse falar grego. Nada sugere que alguém na cidade soubesse escrever. Como pescador de classe baixa, Pedro teria começado a trabalhar quando criança e sem nunca frequentar uma escola. De fato, é provável que não houvesse escola ali; se houvesse uma, ele provavelmente não a frequentava; e, se frequentasse, teria sido para receber uma educação rudimentar para ler hebraico. Mas isso provavelmente não aconteceu. Pedro era um camponês analfabeto.

Na verdade, isso não devia ser surpresa. Há no Novo Testamento evidências do nível de educação de Pedro. Segundo Atos 4,13, Pedro e seu companheiro João, também pescador, eram *agrammatoi*, uma palavra grega que significa literalmente “iletrados”, ou seja, “analfabetos”.

E, assim, é possível que Pedro tenha escrito 1 e 2 Pedro? Vimos bons motivos para acreditar que ele não escreveu 2 Pedro, e alguns motivos para pensar que não escreveu 1 Pedro. Ao contrário, é provável que ele não soubesse escrever. Devo destacar que o livro 1 Pedro é escrito por um cristão bem-alfabetizado, bem-educado na língua grega, que conhece bem as Escrituras hebraicas em sua tradução para o grego, a Septuaginta. Esse não é Pedro.

É possível, claro, que Pedro tenha decidido ir para a escola após a ressurreição de Jesus. Nessa hipótese imaginativa (para não dizer imaginária), ele aprendeu o alfabeto, aprendeu a pronunciar sílabas e depois palavras, aprendeu a ler e aprendeu a escrever. Depois fez aulas de grego, dominou o grego como língua estrangeira e começou a decorar trechos da Septuaginta, depois teve aulas de composição em grego e aprendeu a construir frases complicadas e eficazes; então, no fim de sua vida, escreveu 1 Pedro.

Esse cenário é plausível? Afora o fato de que não temos conhecimento de aulas de “educação para adultos” na Antiguidade — não há evidência de que isso existisse —, acho que as pessoas mais razoáveis concluiriam que Pedro provavelmente tinha outras coisas na cabeça e nas mãos após ter passado a acreditar que Jesus foi erguido dos mortos. É provável que ele não tenha pensado um só segundo em aprender e se tornar um autor grego habilidoso.

Alguns acadêmicos sugeriram que Pedro não escreveu *diretamente* 1 Pedro (como já indiquei, quase ninguém acha que ele escreveu 2 Pedro), mas que a escreveu *indiretamente*, por exemplo, ditando a carta a um escriba. Alguns observaram que a carta é escrita “por intermédio de Silvano” (5,12) e acharam que talvez Silvano tenha escrito os pensamentos de Pedro para ele. Lido com essa questão de se escribas ou secretários algum dia compuseram ensaios epistolares como esses no

capítulo 4. A resposta é “Provavelmente não”. Mas, por ora, posso dizer pelo menos duas coisas sobre o caso de 1 Pedro.

Para começar, os acadêmicos atuais em geral reconhecem que quando o autor indica ter escrito o livro “por intermédio de Silvano” está indicando não o nome de seu secretário, mas da pessoa que levava a carta aos destinatários. Autores que usaram secretários não se referem a eles dessa forma.

No entanto, por que não supor que Pedro usou outra pessoa que não Silvano como secretário? Ajudaria imaginar como essa teoria deveria funcionar. Pedro não podia ter *ditado* essa carta em grego para um secretário mais do que podia tê-la escrito em grego. Isso teria exigido que ele fosse fluente em grego, dominasse técnicas retóricas em grego e tivesse um grande conhecimento das Escrituras judaicas também em grego. Nada disso é plausível. Nem é fácil pensar que ele ditou a carta em aramaico e o secretário a traduziu para o grego. A carta não soa como uma tradução para o grego de um original aramaico, mas como uma composição originalmente grega, com floreios retóricos gregos. Ademais, a carta pressupõe o conhecimento do Antigo Testamento grego, de modo que a pessoa que compôs a carta (oralmente ou por escrito) tinha de conhecer as Escrituras em grego.

É possível, então, que o Pedro histórico tivesse orientado alguém a escrever uma carta, basicamente transmitindo a ele o que dizer, deixando que a produzisse? Há duas respostas para isso. Em primeiro lugar, pareceria que, se outra pessoa compôs a carta, seria *essa* pessoa, e não Pedro, o autor. Mas a outra pessoa nunca é citada. Mesmo nas cartas de Pedro, que são escritas em parceria (quase todas elas), ele cita os outros, embora provavelmente as tenha escrito ele mesmo. Nesse caso, Pedro não teria sequer escrito tal coisa. E é preciso lembrar que há bons motivos para pensar que a carta foi escrita após a morte de Pedro, já que alude à destruição de Jerusalém por Roma no ano 70 d.C.

Entretanto, ainda mais convincente é isto. Onde no mundo antigo temos alguma coisa análoga a essa situação hipotética de alguém escrever um ensaio epistolar para outra pessoa e colocar o nome dessa pessoa nele — o nome da pessoa que *não* o escreveu — em vez do seu próprio nome? Até onde sei, não há, na Antiguidade, um único caso atestado de tal procedimento nem qualquer discussão, em qualquer fonte antiga, sobre isso ser uma prática legítima. Ou mesmo ilegítima. Tal coisa nunca é discutida.

Contudo, há muitos casos de outro fenômeno: o de autores cristãos escrevendo obras pseudônimas, alegando falsamente ser uma pessoa famosa. Acadêmicos抗igos teriam chamado um livro assim de uma escrita “falsamente registrada”, uma “mentira”, um filho “ilegítimo”. Pessoas modernas o chamariam de falsificação.

Capítulo Três

Falsificações em nome de Paulo

Quando me tornei um cristão renascido em 1971, estava ansioso para ler e aprender tudo o que pudesse sobre as Escrituras. Na época, não tinha ideia de que existia algo como erudição bíblica ou que havia livros escritos por especialistas de verdade que dominavam os idiomas antigos — grego e hebraico, por exemplo — e investigavam todas as fontes antigas por anos seguidos para poder oferecer relatos historicamente precisos. Eu apenas ficava tão feliz com um bom romance sobre, digamos, Jesus ou Paulo quanto com algo sério. E os romances, claro, eram uma leitura fácil, exatamente o tipo de coisa de que eu gostava.

No ano anterior, tinha sido lançado um dos romances bíblicos de maior sucesso de todos os tempos, *O grande amigo de Deus*, de Taylor Caldwell, um relato ficcional da vida do apóstolo Paulo. Ele permaneceu oito meses na lista dos mais vendidos do *New York Times* e, no que me dizia respeito, se tantas pessoas haviam lido, deveria ser preciso e informativo. Então o devorei. Somente muito depois notei quanta ficção havia naquele romance “histórico”. Lembro-me de, anos depois, esperar fervorosamente não ter tirado uma parcela grande demais de meu “conhecimento comum” de Paulo daquele relato fantástico.

O principal episódio que me deteve ao longo dos anos envolvia a tentativa de Caldwell explicar por que Paulo estava tão pronto para se converter em um seguidor de Jesus após ter sido um perseguidor tão violento da Igreja. O modo como apresentou a situação foi, em linhas gerais, assim: no começo da adolescência, Paulo era muito zeloso de sua fé judaica e se esforçava muito para seguir a lei judaica. Mas, em dado momento, sucumbiu a uma tentação irresistível⁷⁴. Ela envolveu um encontro secreto no lago da região com uma garota escrava, de cabelos escuros. Esse encontro sexual produziu um enorme fardo de culpa no jovem Paulo, que tentou placá-la tornando-se ainda mais religioso. Quando jovem, ele ouviu falar dos seguidores de Jesus, que pregavam que a salvação era possível para pessoas que *não* seguiam a lei. A salvação se dava pela fé em Cristo. Paulo ficou furioso e conseguiu autorização oficial para se opor a eles e perseguí-los. Era mais uma forma de resolver sua própria culpa; ao se entregar ao zelo religioso, placava sua

consciência. Mas ele descobriu que quanto mais se esforçava para seguir a lei judaica em todos os seus rigorosos detalhes, mais esmagado ele ficava pela culpa de tê-la violado.

Ele então teve uma visão de Jesus na estrada para Damasco. Pela primeira vez, reparou que não podia seguir a lei, e que não precisava. Jesus o libertou da profunda culpa oculta dentro de si, e, por uma profunda gratidão, ele se lançou com igual zelo no trabalho missionário da Igreja em vez de ser seu repressor.

O longo livro de Caldwell era uma leitura cativante, sobretudo para um adolescente ansioso querendo saber mais sobre a verdade de sua fé recém-descoberta. Mas, no fim, toda a trama é ficção. Não há registro histórico do encontro sexual de Paulo no lago nem indicação de que se sentiu terrivelmente culpado por não cumprir a lei, embora muitos cristãos continuem a interpretar Paulo equivocadamente dessa forma. Temos uma razoável noção do que Paulo pensava, já que nos deixou algumas cartas (todas no Novo Testamento). Quando ele fala sobre sua vida de judeu antes de Jesus, embora indique que era extremamente zeloso com a lei, deixa bastante claro que isso não se devia à culpa por não conseguir segui-la. Ao contrário, indica que, como um judeu praticante, ele era “irrepreensível” em seguir a lei (Fl 3,6). Quando se tornou seguidor de Jesus, não foi para solucionar o conflito interno e a culpa. Foi por ter notado de que a morte de Cristo era a única coisa importante para a salvação, e que tudo o mais, até mesmo a lei, era tão inútil quanto “esterco” (como define em Fl 3,8).

Taylor Caldwell, claro, teve acesso aos escritos do próprio Paulo e sabia o que ele de fato dissera sobre sua vida antes de Jesus. Mas, provavelmente, a realidade de sua vida não dava uma história tão boa quanto a ideia do encontro secreto com a escrava. Ter o verdadeiro relato da boca certa nunca impediu as pessoas de contar relatos ficcionais sobre Paulo.

ANTIGAS FICÇÕES SOBRE PAULO

É provável que, de todos os cristãos que já viveram, nenhum tenha mais histórias contadas sobre si do que Paulo. Ainda temos uma série de antigos relatos lendários, assim como no caso de Pedro. No caso de Paulo, há o registro de alguém sendo apanhado com a mão na massa, inventando histórias sobre ele e sendo punido por isso. Os antigos viam invenções sobre personagens históricos (isto é, histórias inventadas) basicamente da mesma forma como viam as falsificações (falsas alegações autorais): eram *pseuda*, “falsidades” ou “mentiras”, e não costumavam ser toleradas.

Muitos dos antigos relatos inventados podem ser encontrados em um livro que sobreviveu à ação do tempo, em fragmentos, chamado *Atos de Paulo*. A narrativa descreve as atividades missionárias de Paulo, sua pregação e seus milagres impressionantes. Provavelmente, a parte mais famosa da história envolve a conversão de uma mulher rica chamada Tecla, que abandona o noivo para se tornar seguidora devotada de Paulo.

É dito que Paulo chegou à cidade de Iconium, tendo sido recebido na casa de um cristão chamado Onesíforo. Ele faz um sermão lá. Mas é um sermão bastante diferente de qualquer coisa que o próprio Paulo ensina em suas cartas no Novo Testamento, nas quais sua mensagem sempre se refere à necessidade de acreditar na morte e na ressurreição de Jesus para ter a salvação. Ali, nos *Atos de Paulo*, a mensagem do apóstolo é de abstinência sexual. Apenas os puros de coração e corpo, preservados por se manterem sexualmente castos, podem herdar o Reino. Isso se aplica não apenas aos solteiros, mas também aos casados. O sexo é proibido. Tecla, que mora ao lado, por acaso está sentada à janela do segundo andar e escuta o sermão. Ela é noiva de um homem rico e importante, mas com base no que ouviu decide abandonar os planos de casamento e seguir Paulo. Sua mãe e seu noivo ofendido tentam em vão dissuadi-la. Rejeitados e com raiva, eles a entregam às autoridades locais para que seja queimada na fogueira por violar os costumes sociais. Ela escapa milagrosamente e se torna seguidora de Paulo. O resto da narrativa é sobre suas aventuras com Paulo e suas perseguições.

Em outra cidade, ela resiste ao assédio sexual de um aristocrata e mais uma vez é condenada à morte. Dessa vez, a ser jogada às feras. Mas fica aborrecida com o risco de morrer antes de ter sido batizada em sua nova fé. Vendo um grande reservatório de água cheio de focas devoradoras de homens (o que quer que isso seja), ela se joga nele e se declara batizada. Deus faz outro milagre, e Tecla escapa incólume. Ela enfim se junta ao apóstolo Paulo, fala a ele de seu desejo de disseminar o evangelho e é autorizada a fazê-lo.

Apresentei apenas um breve resumo dessa longa e interessante história. O relato completo foi muito popular em certos grupos cristãos nos primeiros séculos. E causou grande agitação entre líderes da Igreja, que ficaram ofendidos pelo papel significativo que atribuía a Tecla como alguém que podia batizar (a si mesma!) e pregar o evangelho, mesmo sendo mulher. No século II, a maioria das igrejas reservava essas funções aos homens. Mas essas histórias, por intermédio de uma figura com o significado de Paulo, pareciam autorizar as mulheres a isso. Além do mais, o texto do “evangelho” de Paulo é inteiramente acerca de abstinência sexual e de evitar o casamento. Nas outras igrejas, era ensinado que a família era importante, que os líderes da igreja, do sexo masculino, deveriam ser casados, que suas esposas deveriam ter filhos e ser submissas aos maridos em tudo. A perspectiva alternativa da história de Tecla levou a algumas sérias divisões na Igreja.⁷⁵

Sabemos disso porque a primeira vez que um autor antigo menciona a história é para se opor a ela. O escritor foi o famoso teólogo cristão, defensor da fé e misógino Tertuliano, que por volta de 200 d.C. escreveu um tratado sobre o batismo. Nesse trabalho, ataca as mulheres que usaram a história de Tecla como justificativa para praticar o batismo, já que para Tertuliano apenas homens deveriam ser autorizados a batizar. Tertuliano argumenta que essa história de Tecla era inventada e não tinha valor histórico. Na verdade, diz que o autor da história era um ancião (“presbítero”) de uma igreja da Ásia Menor. Ele foi flagrado falsificando o relato, julgado pela Igreja e afastado de suas funções. Assim, para Tertuliano, a história não podia ser utilizada para autorizar a prática do batismo por mulheres.⁷⁶

Com frequência, os estudiosos citam essa passagem curta, mas fascinante, de Tertuliano para mostrar que os falsificadores não eram bem-vindos na Igreja. Gostaria que isso fosse o importante da história, já que acho ser verdade que os falsificadores não eram bem-vindos. Mas, infelizmente, a história não é sobre um falsificador. É sobre um inventor. Esse presbítero da Ásia Menor não escreveu um livro alegando ser Paulo; escreveu um livro com histórias inventadas *sobre* Paulo. Ao mesmo tempo, é verdade dizer que foi tratado como os falsificadores costumavam ser tratados. Foi censurado severamente por não falar a verdade.

Com bons motivos, vários estudiosos argumentaram que o presbítero, na verdade, não inventara as histórias sobre Tecla, apenas as recontara, editando-as com seus próprios objetivos. Em outras palavras, as histórias circulavam na tradição oral muito antes do fim do século II, quando ele produziu seu relato. Pode muito bem ser o caso, como veremos mais adiante neste capítulo, quando voltarmos às histórias. Mas de qualquer forma *alguém* inventou os casos, já que não são históricos. O autor ou editor que as escreveu foi encontrado. E as consequências não foram boas.

ESCRITOS NÃO CANÔNICOS FALSIFICADOS EM NOME DE PAULO

Se cristãos inventaram histórias *sobre* Paulo, também inventaram escritos supostamente *de* Paulo? Foi a pergunta que fizemos em relação a Pedro no capítulo 2, e a resposta aqui é a mesma. Há muitas falsificações em nome de Paulo nos primórdios da Igreja, todas elas, pelo que podemos dizer, escritas para “autorizar” certas visões com o nome desse grande autor. Algumas dessas falsificações foram preservadas; sabemos de outras que existiram, mas desapareceram desde então.

Falsificações perpetradas por Marcião

Você pode pensar que alguém da estatura de Paulo teria uma influência unificadora sobre a Igreja primitiva. No entanto, nada poderia ser mais distante da verdade. Aproximadamente na época em que o presbítero da Ásia Menor estava apresentando histórias sobre Paulo que levaram a divisões acerca do papel das mulheres na Igreja, uma ameaça ainda maior à unidade da Igreja surgia de uma direção totalmente diferente. Envolvia os ensinamentos de um dos primeiros e maiores admiradores de Paulo, o mestre e teólogo do século II Marcião.⁷⁷

É uma infelicidade que não tenhamos mais qualquer dos escritos de Marcião. Eles foram considerados heréticos (“falsos ensinamentos”) e destruídos. O que temos são os escritos de seus adversários, entre eles, em especial, o já mencionado Tertuliano, que escreveu uma refutação em cinco volumes dos ensinamentos de Marcião. Ainda temos esse trabalho, e é uma mina de ouro de informações sobre uma das pessoas mais causadoras de dissensão na história dos primórdios da Igreja.

Marcião veio da cidade de Sinope, no litoral sul do mar Negro. Seu pai seria um bispo da igreja local, de modo que Marcião foi criado, no começo do século II, em uma casa cristã. Sua família era da classe superior, e ele mesmo se tornou empresário quando jovem, ao que parece, construindo embarcações. Após ter reunido uma grande fortuna, trocou a Ásia Menor pela capital do império, Roma, onde ingressou na Igreja e participou ativamente do ministério. Os acadêmicos tradicionalmente datam a estadia de Marcião em Roma como entre 139 e 144 d.C.

Foi em Roma que Marcião desenvolveu suas marcantes ideias teológicas. Foi atraído especialmente pela ideia de Paulo de que a pessoa é justa perante Deus não seguindo as exigências da lei judaica (“os mecanismos da lei”, como diz Paulo), mas apenas tendo fé na morte e na ressurreição de Cristo. Paulo, em livros do Novo Testamento, como as epístolas aos gálatas e aos romanos, enfatiza que ninguém pode ser justo perante Deus por meio dos mecanismos da lei. Ele pregou seu “evangelho” (literalmente, a “boa-nova”) aos gentios, dizendo a eles que a morte de Cristo podia levar a uma reconciliação com Deus para todos que tivessem fé.

Marcião via esse contraste entre a lei dos judeus e o evangelho de Cristo em termos radicais, e levou o contraste ao que considerava ser suas consequências lógicas. Onde há lei não há evangelho. A lei e o evangelho são fundamentalmente distintos. São coisas opostas. O Antigo Testamento não tem nada a ver com o evangelho de Paulo. Para Marcião, a conclusão necessária era que o Deus que deu a lei judaica não podia ser o Deus que salvava as pessoas de seus pecados, nos quais incorreram violando a lei. Em outras palavras, o Deus do Antigo Testamento não era o mesmo Deus de Jesus e seu apóstolo Paulo. Havia literalmente dois deuses.

Marcião argumentava que o Deus do Antigo Testamento era o Deus judaico que criara este mundo, escolhera Israel como seu povo e depois dera a ele sua lei. Contudo, ninguém era capaz de seguir essa lei. Então, o Deus do Antigo Testamento tinha toda a justificativa para condenar todos à danação. Ele era um Deus justo e colérico — não era malvado, apenas um julgador impiedoso. O Deus de Jesus, por outro lado, era um Deus de amor, misericórdia e perdão. Esse Deus bom, superior ao Deus dos judeus, enviou Jesus ao mundo para morrer pelos pecados dos outros, salvar as pessoas do Deus colérico do Antigo Testamento. Portanto, a salvação vem da crença na morte de Jesus.

Marcião planejou provar sua doutrina dos dois Deuses escrevendo um livro chamando *Antithesis* (isto é, “afirmações contrárias”). Nele, declarou que havia graves inconsistências entre o Antigo Testamento e os ensinamentos de Jesus e Paulo. O Deus do Antigo Testamento, por exemplo, ordena aos israelitas que tomem a terra prometida, em primeiro lugar, destruindo a cidade de Jericó (Js 6). Ele os orienta a entrar na cidade e massacrar todo homem, mulher e criança em seu interior. Esse é o mesmo Deus, pergunta Marcião, que diz “Ame seus inimigos”, “Dê a outra face” e “Reze por aqueles que o perseguem”? Não parece o mesmo Deus. Porque não é.

O Deus do Antigo Testamento enviou seus profetas, um dos quais era Eliseu. Certo dia, é dito no Antigo Testamento, Eliseu foi atacado verbalmente por um grupo de meninos debochando de sua cabeça calva. Eliseu lançou a ira de Deus sobre os meninos, e duas ursas saíram da floresta e

despedaçaram 42 deles (2Rs 2). É esse o mesmo Deus que disse “Vinde a mim as criancinhas”? Não, há dois deuses diferentes.

Como o Deus de Jesus não é o Deus do Antigo Testamento, não sendo, portanto, o criador do mundo, Jesus não poderia pertencer a essa ordem criada. Ele não poderia ter nascido neste mundo como um ser de carne e osso; do contrário, pertenceria ao Deus dos judeus, assim como todos os outros seres criados. Jesus precisava ter vindo do céu, diretamente do verdadeiro Deus. Por essa razão, não era um ser humano físico real. Apenas parecia ser. Em outras palavras, Marcião era um docético (ver capítulo 2). Para essa visão, ele mais uma vez poderia apelar aos escritos de Paulo, que afirmou que Jesus viera a este mundo “em carne *semelhante* à do pecado” (Rm 8,3). Para Marcião, tudo era aparência.

Marcião é o primeiro cristão registrado a ter insistido em um diferente cânone de Escrituras, ou seja, uma coletânea de livros que considerava autoridade sagrada. O cânone de Marcião era muito pequeno segundo a maioria dos padrões. Como o Deus judeu não era o verdadeiro Deus, seu livro não fazia parte das Escrituras cristãs. Não havia um Antigo Testamento cristão. Em vez disso, o cânone era composto de duas partes. Uma consistia nas epístolas de Paulo. Ao que parece, Marcião conhecia dez delas, todas aquelas do Novo Testamento, com exceção de 1 e 2 Timóteo e Tito, as chamadas epístolas pastorais. Ademais, em suas cartas, Paulo constantemente se refere a seu “evangelho”. Então, Marcião incluiu como a outra parte de seu cânone um evangelho relatando a vida de Jesus. Aparentemente, era uma versão do Evangelho de Lucas.

O problema com esse cânone de 11 livros é que mesmo esses livros citam o Antigo Testamento como autoridade e parecem afirmar a Criação como fruto do verdadeiro Deus. Como poderia ser assim se a visão que Marcião tinha de Paulo e Jesus era verdadeira? Marcião tinha uma resposta fácil para isso. Ele acreditava que, após Jesus deixar esta terra, seus seguidores, os discípulos, mudaram seus ensinamentos e voltaram a seus antigos hábitos judaicos, não compreendendo sua mensagem e distorcendo-a para afirmar a bondade do Deus criador e Sua criação. Eles nunca entenderam plenamente o ensinamento de Jesus de que o Criador não era o verdadeiro Deus. Por isso, Paulo teve de ser convocado a ser um apóstolo. Os apóstolos antes dele haviam alterado os ensinamentos de Jesus, então Paulo tinha sido encarregado de acertar tudo. Segundo Marcião, essa ampla leitura equivocada da mensagem de Jesus afetara muitos outros cristãos, incluindo os escribas que copiaram os escritos de Paulo e Lucas. Esses 11 livros, na verdade, tinham sido copiados equivocadamente ao longo dos anos. Escribas que não entendiam a verdade — que havia dois deuses, que Jesus não havia de fato nascido e não era realmente humano, e assim por diante — alteraram os textos e inseriram falsas visões neles. Marcião então editou seus 11 livros, eliminando deles trechos que pareciam judaicos demais.

Além desses 11 livros, Marcião e seus seguidores tinham outros falsificados em nome de Paulo. Sabemos disso por um fragmento de texto do século II que chegou até nós e discute quais livros pertencem ao verdadeiro cânone das Escrituras, em oposição aos cânones de Marcião e outros hereges. Esse texto é chamado de Cânone Muratori, em homenagem ao acadêmico italiano Muratori,

que o descobriu.⁷⁸ Entre outras coisas, o Cânone Muratori indica que os marcionitas, os seguidores de Marcião, falsificaram dois livros em nome de Paulo, uma epístola aos cristãos da cidade de Alexandria e uma aos da cidade de Laodiceia. Essas epístolas aos alexandrinos e laodicenses infelizmente não existem mais. Mas podemos estar certos de que, se um dia aparecerem, representarão, com ainda mais veemência que nos livros do cânone de Marcião, suas visões particulares sobre os dois deuses, o Jesus não humano e a salvação que ele trouxe.

3 Coríntios

Era muito comum para cristãos “ortodoxos” (isto é, cristãos que partilhavam as visões teológicas que acabaram sendo aceitas por todo o cristianismo) acusar os “hereges” (aqueles que ofereciam “falsos ensinamentos”) de forjar documentos em nome dos apóstolos com o intuito de sustentar seus pontos de vista. Veremos muito mais sobre esse fenômeno no capítulo 6. O *Evangelho de Pedro*, por exemplo, foi acusado de ser herético por ensinar uma visão docética de Jesus. Mas os cristãos ortodoxos também falsificavam seus documentos. Temos muito mais desse tipo de falsificação, já que era maior a probabilidade de que escritos ortodoxos fossem preservados para a posteridade, mesmo não sendo de fato escritos pelos autores alegados.

Todos familiarizados com o Novo Testamento sabem que ele contém duas epístolas de Paulo à igreja de Corinto, chamadas 1 e 2 Coríntios. O que a maioria das pessoas não sabe é que fora do Novo Testamento há um livro chamado 3 Coríntios. É um livro fascinante, escrito em nome de Paulo para se opor a heréticos como Marcião. Mas Paulo não o escreveu. É uma falsificação ortodoxa do século II.⁷⁹

Como as histórias de Tecla, 3 Coríntios pode ser encontrada nos *Atos de Paulo*. Segundo o relato, dois heréticos foram a Corinto pregando suas falsas visões: Simão, o Mágico, que já conhecemos, e Cleóbio. Os cristãos coríntios ficaram perturbados com o que ouviram e escreveram a Paulo pedindo que corrigisse os ensinamentos heréticos e fosse ele próprio endireitar aqueles que haviam sucumbido a eles.

Essa carta a Paulo, falsificada em nome dos coríntios, é a primeira parte de 3 Coríntios. Ela apresenta as alegações dos dois falsos mestres, como: que é errado apelar aos profetas do Antigo Testamento, que Deus “não é todo-poderoso” (isto é, que o Deus criador não é Deus acima de tudo), que não haverá ressurreição futura da carne, que o mundo não foi criado por Deus, que Cristo não veio à Terra em carne de verdade, que ele não nasceu de Maria e que o mundo não foi criado por Deus, mas por anjos.

Muito disso se parece com o ensinamento de Marcião. Como vimos, Marcião desvalorizava a “carne” humana porque rejeitava a ideia de que o Criador deste mundo é o verdadeiro Deus. E o Criador, claro, é aquele que fez os seres de carne. Consequentemente, os seguidores de Marcião não acreditavam que a vida após a morte seria vivida “na carne”; não haveria ressurreição física no fim

dos tempos. Da mesma forma, Cristo não podia ter verdadeira carne e, na verdade, não nascera. Como para Marcião o Antigo Testamento não faz parte da Bíblia cristã, não é possível apelar aos profetas, e o Deus Criador não é o verdadeiro Deus.

Pelo menos um aspecto dos alegados ensinamentos de Simão e Cleóbio não parece ser de Marcião: o ensinamento de que o mundo foi criado “por anjos”. Marcião: sustentava que tinha sido criado pelo Deus do Antigo Testamento. Ou alguns dos seguidores de Marcião pensavam que o Deus judaico havia criado o mundo se valendo de poderosos intermediários angelicais; ou os fictícios oponentes dos coríntios não eram seguidores de Marcião propriamente, mas “heréticos” com visões muito similares às dele.

O resto de *3 Coríntios* é a carta de resposta de Paulo. Essa carta é muito mais longa que a dos coríntios, e nela “Paulo” argumenta com veemência contra os pontos de vista heréticos apresentados pelos falsos mestres. Ele afirma que a mensagem que prega é aquela que recebeu dos outros apóstolos, “que estiveram com o Senhor Jesus o tempo todo”. Em outras palavras, sua mensagem não é exclusiva dele. Isso está em desacordo com Marcião, que via Paulo como o apóstolo por excelência, opondo-se aos falsos ensinamentos dos outros apóstolos que haviam corrompido a mensagem de Jesus. Paulo continua insistindo em que Jesus nascera de Maria e viera em carne para redimir toda a carne e erguer as pessoas dos mortos, em carne. O verdadeiro Deus é o Criador, e os profetas eram seus porta-vozes.

Essa ênfase na “carne” é muito interessante, mas também um tanto irônica. Um estudo recente de *3 Coríntios* mostrou que o falsificador, que pretendia se opor aos falsos ensinamentos dos heréticos, o fez ensinando ideias sobre a carne contrárias ao que o verdadeiro Paulo histórico ensinara.⁸⁰ O próprio Paulo sem dúvida acreditava que Deus criara este mundo e que, no fim dos tempos, Ele o redimiria. Como a maioria dos judeus e cristãos de sua época, Paulo pensava que no fim desta era haveria uma ressurreição do corpo. Ou seja, os humanos enfrentariam o julgamento, seriam recompensados ou punidos em seus próprios corpos, que tinham sido erguidos dos mortos (ver, por exemplo, 1Co 15). Mas Paulo não chamava o corpo de “carne”. Ao contrário, “carne” significava algo diferente para Paulo. Significava a parte da natureza humana controlada pelo pecado e distante de Deus (ver, por exemplo, Rm 8,1-9). Para Paulo, a “carne” precisava ser superada, já que era controlada pelo pecado. O *corpo* humano seria erguido dos mortos, mas a carne tinha de morrer.

Essa compreensão um tanto técnica do termo “carne” foi perdida no cristianismo ortodoxo posterior quando teólogos começaram a pensar que carne e corpo eram a mesma coisa. E isso aconteceu aqui, em *3 Coríntios*. Diferentemente de Paulo, o autor enfatiza a importância da carne como uma criação de Deus que será erguida. Em outras palavras, esse é um caso em que um falsificador alegando ser Paulo defende um ponto de vista contrário ao de Paulo, embora esteja tentando corrigir, em nome deste, ensinamentos que acredita serem falsos.

Uma pauta completamente diferente é encontrada em uma falsificação bem posterior de cartas paulinas que estava destinada a ser muito influente na opinião cristã futura sobre Paulo. No fim do século II, muitos cristãos — não apenas Marcião — consideravam Paulo o personagem mais importante da religião depois de Jesus. Paulo era visto como o grande apóstolo, o grande porta-voz, o grande teólogo da Igreja. Seus escritos eram muito lidos, e suas opiniões, bastante apreciadas. Mas, com o passar dos anos, os cristãos começaram a pensar por que, se Paulo era um pensador tão brilhante e astuto, nenhum dos outros grandes pensadores de sua época o mencionava. Por que parecia ser um grande desconhecido no Império Romano, fora da própria Igreja cristã?

Em algum momento do século IV, um autor desconhecido buscou abordar a questão e o fez falsificando uma série de 14 cartas entre Paulo e o filósofo romano Sêneca.⁸¹ Sêneca era reconhecido como o maior filósofo romano de sua época, um dos verdadeiros gigantes intelectuais do começo do Império Romano. Integrava a camada superior da sociedade, sendo tutor e mais tarde conselheiro do imperador Nero. Vários dos escritos filosóficos de Sêneca eram largamente lidos na Antiguidade, e um bom número deles existe até hoje. Mas em nenhum desses escritos ele menciona a existência do cristianismo ou se refere a Jesus ou a qualquer dos grandes líderes da nova fé.

Essas 14 cartas corrigem o dano causado. Oito das 14 são supostamente cartas de Sêneca a Paulo; as outras seis, as respostas de Paulo. Os leitores modernos dessas cartas costumam ficar um pouco desapontados pelo conteúdo ser tão árido. Seria de esperar algumas boas fofocas entre o grande pensador do século I e o maior apóstolo da Igreja. Mas, com uma única exceção, o objetivo das cartas não é oferecer histórias inventadas sobre a vida no palácio imperial, por exemplo. O objetivo é mostrar que Paulo era bem-situado e respeitado por intelectuais da sua época.

Em sua primeira carta, “Sêneca” elogia Paulo por suas “maravilhosas exortações sobre a vida moral” e indica que esses são ensinamentos divinos nem tanto ditos por Paulo, mas, por *intermédio* dele, por Deus. Paulo, em sua resposta, indica que Sêneca dissera a verdade. Em outra carta, Sêneca louva o “discurso sublime” de Paulo e seus “pensamentos, os mais veneráveis”, e indica que o próprio imperador Nero leu as cartas e ficou comovido com os sentimentos de Paulo. Tudo isso, claro, é falsidade histórica. É muito provável que Sêneca nunca tenha ouvido falar de Paulo. Mas isso dá uma boa história trezentos anos depois.

Em uma única carta, há uma referência histórica interessante. Na carta 11 (algumas vezes numerada como 14, já que parece ser a última em termos cronológicos), Sêneca lamenta que Paulo tenha sido condenado à morte sendo inocente. É uma referência à tradição de que Paulo esteve entre os cristãos martirizados por Nero, que os culpou por iniciar o incêndio que queimou a cidade de Roma — e que ele mesmo pode ter começado. Sêneca afirma que o incêndio durou seis dias, destruindo 132 palácios e 4 mil prédios de apartamentos. E mostra seu incômodo por cristãos e judeus estarem sendo executados por Nero, um governante injusto “que tem prazer em assassinato e

usa mentiras como disfarce". Mas os dias do imperador estavam contados, e ele pagaria a punição suportando tormentos eternos. "Esse amaldiçoado será queimado no fogo para sempre."

Aqui temos não apenas um conjunto de falsificações escritas em nome de Paulo e Sêneca séculos após terem morrido, mas também um relato inventado de como um filósofo tão eminentemente apreciava Paulo e considerava a ele e seus irmãos cristãos inocentes das acusações de incêndio criminoso, feitas em 64 d.C. Cristãos de séculos posteriores levaram muito a sério esses escritos. Mais tarde, se tornou lugar-comum que Sêneca conhecia o apóstolo Paulo e sua mensagem cristã, e que o famoso filósofo, a maior mente de sua época, estava aberto ao evangelho de Cristo.

ESCRITOS “PAULINOS” NO NOVO TESTAMENTO

Assim com Pedro, o mesmo com Paulo. Fora do Novo Testamento, há muitas histórias inventadas sobre ele e vários escritos, apenas supostamente, assinados por ele. Todos os escritos atribuídos a Paulo fora do Novo Testamento foram falsificados. Há falsificações paulinas dentro do Novo Testamento?

Mais uma vez há aqui um amplo consenso acadêmico. Há 13 cartas cuja autoria é atribuída a Paulo, quase metade dos livros do Novo Testamento. Mas é provável que seis delas não tenham sido escritas por ele. Acadêmicos chamaram essas seis de epístolas “deuteropaulinas”, significando que têm uma posição “secundária” no corpo dos escritos de Paulo.

Quase todos os estudiosos concordam que sete das epístolas paulinas são autênticas: Romanos, 1 e 2 Coríntios, Gálatas, Filipenses, 1 Tessalonicenses e Filemom. Essas sete são coerentes e parecem, estilística e teologicamente, e em quase todas as outras características, ser da mesma pessoa. Todas são atribuídas a Paulo. Há poucos motivos para duvidar de que realmente foram escritas por ele.

As outras seis diferem significativamente desse núcleo de sete. Três delas — 1 e 2 Timóteo e Tito — são tão parecidas que a maioria dos acadêmicos está convencida de que foram escritas pela mesma pessoa. As outras três em geral são atribuídas a três autores diferentes. O consenso acadêmico é maior em relação ao primeiro grupo de três. Portanto, começarei discutindo por que os estudiosos há muito as consideraram falsificações.

As epístolas pastorais: 1 e 2 Timóteo e Tito

As epístolas 1 e 2 Timóteo e Tito foram reunidas e chamadas de “epístolas pastorais” desde o século XVIII. O nome deriva do tema; o autor, que alega ser Paulo, está supostamente escrevendo a líderes da Igreja, seus companheiros Timóteo e Tito, para instruí-los sobre seus deveres pastorais ou ministeriais em suas respectivas igrejas. As três cartas têm muitas semelhanças impressionantes entre

si, como mostrarei logo, mas também são distintas, provavelmente com três objetivos distintos, assim como as cartas autênticas de Paulo têm cada uma um objetivo diferente. Antes de mostrar por que a maioria dos estudiosos considera que foram escritas por outra pessoa que não Paulo, vou dar um breve resumo de cada uma.

Resumo das cartas

A primeira epístola a Timóteo é, em tese, uma carta de Paulo a seu colega mais novo, Timóteo, que ele deixara como líder da igreja na cidade de Éfeso. Na carta, “Paulo” dá a Timóteo instruções sobre como gerir e organizar a Igreja. Ele se opõe a grupos de falsos mestres que apresentam teorias exóticas envolvendo “mitos e genealogias” e defendem um tipo de rigorosa atividade ascética como exercício espiritual, no qual, por exemplo, o casamento é proibido e certas restrições alimentares rígidas devem ser observadas. Ele quer garantir que apenas o tipo certo de pessoa seja nomeado para os postos de bispo e diácono da igreja. Em particular, os postos devem ser ocupados por homens casados que não sejam recém-convertidos e que tenham vidas corretas. A maior parte da carta orienta sobre como os cristãos devem se comportar e interagir entre si, por exemplo, como rezar, como se comportar perante idosos e viúvas, e como se relacionar com a riqueza material.

Entre os diversos problemas abordados pelo autor de 1 Timóteo está o papel das mulheres na igreja. Em um trecho acalorado, o autor indica que as mulheres devem ser submissas e não exercer qualquer autoridade sobre o homem, como por meio do ensino. Em vez disso, elas devem “se manter em silêncio”. Para o autor, é assim que as coisas devem ser: como visto desde o começo, no Jardim do Éden, quando o primeiro homem, Adão, foi enganado por sua mulher, Eva, e comeu o fruto proibido. Tudo foi culpa da mulher. Mas ela ainda pode ser salva, assegura o autor, “pela sua maternidade” (2,11-15). Em outras palavras, as mulheres devem ser silenciosas, submissas e mães.

Embora 2 Timóteo seja endereçada à mesma pessoa, é escrita em uma situação diferente. Nesse caso, Paulo está supostamente escrevendo da prisão em Roma (não somos informados sobre onde 1 Timóteo foi escrita); foi julgado e espera para breve um segundo julgamento no qual será condenado à morte. Escreve a Timóteo para encorajá-lo a cumprir seus deveres pastorais e eliminar os falsos mestres que se infiltraram na Igreja. “Paulo” expressa uma boa dose de amor e preocupação com Timóteo nessa carta; é de longe a mais pessoal das pastorais. E espera que Timóteo seja capaz de se juntar a ele em Roma, em breve, trazendo alguns de seus objetos pessoais.

O livro de Tito parece muito com o livro 1 Timóteo, quase como se fosse uma versão da *Reader's Digest* da carta mais longa. Mas é endereçada por Paulo a Tito, um companheiro diferente, que supostamente é pastor da igreja na ilha de Creta. Paulo escreve para fazer seu representante corrigir aqueles que transmitem falsos ensinamentos, mais uma vez envolvendo “genealogias” e “mitologias”. Ele também dá instruções a vários grupos dentro da igreja: idosos, idosas, mulheres jovens, homens jovens e escravos.

AS PRIMEIRAS SUSPEITAS ACADÉMICAS SOBRE AS CARTAS

Essas três cartas são particularmente significativas para nossa discussão porque, na história da erudição moderna, os primeiros livros de Paulo foram várias vezes apontados como falsificações. O grande momento se deu em 1807, com a publicação de uma carta do estudioso alemão Friedrich Schleiermacher. Ele foi um dos mais importantes teólogos cristãos do século XIX. Ficou famoso por defender a fé cristã contra seus “desprezadores cultos” e por desenvolver pontos de vista teológicos distintos que influenciaram teólogos até o século XX. Ainda hoje, há acadêmicos especializados em estudar as obras e os ensinamentos de Schleiermacher. Entre seus muitos escritos, há uma carta aberta enviada em 1807 a um pastor, na qual ele tentava demonstrar que 1 Timóteo não fora escrita por Paulo.

Schleiermacher argumentava que 1 Timóteo usava palavras e desenvolvia ideias que estavam em contradição com aquelas de outras cartas de Paulo, incluindo 2 Timóteo e Tito. Ademais, os falsos ensinamentos atacados na carta não se parecem com nada do que sabemos sobre a época de Paulo. Em vez disso, parecem heresias do século II, em geral chamadas de “gnósticas”.

Como Marcião, os cristãos gnósticos sustentavam que este mundo não é criação do verdadeiro Deus. Mas, diferentemente de Marcião, os gnósticos não acreditavam que havia apenas dois deuses. Sustentavam que havia muitos seres no reino divino que tinham passado a existir em algum momento no passado da eternidade, e que este mundo fora criado quando um dos seres divinos caíra do tal reino e ficara preso neste miserável mundo de matéria.⁸² As religiões gnósticas ensinavam que alguns de nós têm uma centelha divina presa em nossos corpos. A salvação da centelha se dará somente quando ela conhecer a verdade sobre de onde veio e quem de fato é. Em outras palavras, o elemento divino dentro de nós precisa adquirir o verdadeiro e secreto “conhecimento” que pode libertá-lo. Em grego, a palavra para “conhecimento” é *gnosis*, e assim esse tipo de religião é chamado de gnosticismo. Segundo os cristãos gnósticos, Cristo dá a salvação fornecendo o conhecimento secreto, e não, por exemplo, por morrer na cruz. E, como o objetivo da salvação era escapar da armadilha do corpo humano, muitos gnósticos eram rigidamente ascéticos, insistindo para que seus seguidores tratassesem o corpo com severidade, por exemplo, no que diz respeito ao que se comia e evitando os prazeres do sexo.

Schleiermacher argumentou que “mitos e genealogias” criticados em 1 Timóteo se parecem com as mitologias propostas por esses gnósticos posteriores, do século II. Somado aos outros problemas do livro, como o vocabulário não paulino, isso mostra que era uma produção posterior, falsificada em nome de Paulo. Pouco depois de Schleiermacher escrever sua carta-ensaio aberta, outros estudiosos se apresentaram argumentando que não apenas ele estava certo em relação a 1 Timóteo, como também que as outras duas epístolas pastorais tinham sido escritas pela mesma pessoa. Todas as três eram falsificadas.

CONHECIMENTO ATUAL: AS EPÍSTOLAS SÃO FALSIFICADAS?

Uma incrível parcela de erudição foi dedicada às epístolas pastorais nos últimos trinta ou quarenta anos, dois séculos após Schleiermacher. Grande parte dela é tediosa para seres humanos normais, mas fascinante para acadêmicos anormais. Não posso resumir tudo aqui. Em vez disso, vou oferecer três razões para pensar que todas as três cartas foram escritas pela mesma pessoa, e que essa pessoa não foi Paulo.⁸³

Devo admitir de início que alguns estudiosos recentes argumentaram com insistência que 2 Timóteo é tão diferente dos outros livros que deveria ser considerada em separado, como se de um autor diferente dos outros, possivelmente o próprio Paulo.⁸⁴ Durante cerca de um ano antes de começar a escrever este livro, eu mesmo comecei a ficar cada vez mais inclinado a adotar essa posição. Mas fiz mais algumas pesquisas sérias sobre o tema e hoje estou convencido de que quem escreveu 1 Timóteo certamente escreveu 2 Timóteo. O motivo é que elas partilham conexões verbais e semelhanças demais para que seja acidental. Veja apenas como começam:

1 Timóteo: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo [...] a Timóteo [...] graça, misericórdia, paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, nosso Senhor!”

2 Timóteo: “Paulo, apóstolo de Jesus Cristo [...] a Timóteo [...] graça, misericórdia, paz da parte de Deus Pai e de Jesus Cristo, nosso Senhor!”

São praticamente iguais. E, mais importante ainda, não há outra carta de Paulo que comece assim. Ou essas são do mesmo autor, ou um autor está copiando a escrita de outro. Mas há razões para pensar que não é obra de um copista. Para começar, há uma quantidade enorme de concordâncias verbais de tipo similar. As duas cartas têm em comum palavras e frases não encontradas em nenhuma das outras cartas atribuídas a Paulo, como: “a promessa de vida”, “com uma consciência pura”, “de um coração puro”, “guarda o depósito (de fé)”, Paulo é um “apóstolo, mensageiro e mestre” etc. O impressionante é que não só essas frases e muitas outras sejam encontradas nessas duas cartas, mas que sejam encontradas *apenas* nelas.

Por isso, uma das cartas não está sendo escrita por um copista usando a outra como modelo. Para isso, o copista teria de saber não só quais palavras e frases eram importantes na primeira carta, mas também quais dessas palavras e frases eram, ao mesmo tempo, aquelas que o próprio Paulo nunca usou. Suponho que seja teoricamente possível que um aluno de Paulo muito astuto, no século I, tenha lido todas as cartas do mestre, feito uma lista de palavras que apareciam nelas, depois lido 1 Timóteo, feito uma lista de palavras importantes ali, comparado as duas listas e decidido escrever outra carta a Timóteo usando muitas palavras e frases presentes na segunda lista, mas não na primeira. Porém, isso exige um esforço de imaginação. É muito mais fácil acreditar que quem

escreveu uma carta tinha seus termos preferidos e os usou também na outra carta. Só que esses termos não eram usados por Paulo.⁸⁵

Essa é uma das razões pelas quais estudiosos desde o século XIX se convenceram de que Paulo não escreveu as cartas. O vocabulário e o estilo de redação são muito diferentes daqueles das outras epístolas paulinas. Em 1921, o estudioso britânico A.N. Harrison escreveu um importante estudo das epístolas pastorais no qual apresentou muitas estatísticas sobre a utilização de palavras nesses textos. Um dos números mais citados é que há 848 palavras diferentes usadas nas epístolas pastorais. Delas, 306 — mais de um terço! — não aparecem em nenhuma das outras epístolas paulinas do Novo Testamento. É um número muito alto; em especial, considerando-se o fato de que cerca de dois terços dessas 306 palavras são usados por autores cristãos vivendo no século II. Isso sugere que esse autor está usando um vocabulário que se tornava mais comum depois da época de Paulo, e que, portanto, também ele viveu após Paulo.⁸⁶

Alguns acadêmicos questionaram o uso de estatísticas, já que, como todos sabemos, é possível fazer com que elas digam praticamente qualquer coisa que você queira. Mas os argumentos acerca de utilização de palavras se tornaram cada vez mais refinados ao longo dos noventa anos desde que Harrison escreveu seu trabalho, e em quase todos os estudos feitos fica claro que a utilização de palavras nas pastorais é diferente daquela nas outras epístolas de Paulo.⁸⁷ Ao mesmo tempo, não se deve dar peso demasiado a simples números. Afinal, todos usam palavras diferentes em ocasiões diferentes, e a maioria de nós tem um vocabulário muito mais rico do que aquele revelado em determinada carta ou conjunto de cartas que escrevemos.

O problema é que um grande número de fatores parece apontar na mesma direção, mostrando que esse autor não é Paulo. Para começar, algumas vezes o autor usa as mesmas palavras de Paulo, mas com significados diferentes. O termo “fé” era de suprema importância para Paulo. Em livros como Romanos ou Gálatas, fé se refere à confiança que a pessoa tem em Cristo para dar a salvação por meio da morte. Em outras palavras, o termo descreve uma *relação* com o outro; fé é confiança “em” Cristo. O autor das pastorais também usa o termo “fé”. Mas não diz respeito a uma relação com Cristo; fé passa a significar o corpo de ensinamentos que compõe a religião cristã. É “a fé” (ver Tito 1,13). Mesma palavra, significado diferente. Da mesma forma com outros termos fundamentais, como “retidão”.

Mais significativo ainda é que algumas ideias e conceitos nas epístolas pastorais parecem contradizer o que é encontrado nas epístolas que Paulo certamente escreveu. Vimos, por exemplo, que ele se preocupava muito em argumentar que cumprir as “obras da lei” não contribuía para a retidão da pessoa perante Deus. Não era a lei judaica que levava à salvação, mas a morte e ressurreição de Jesus. Quando Paulo fala sobre “obras”, é isto o que quer dizer: fazer as coisas que a lei judaica exige, como ser circuncidado, ser *kosher* e guardar o sabá. Contudo, nas pastorais, a lei judaica não é mais um problema, e o autor fala de obras como “boas ações”, ou seja, fazer o bem a outras pessoas. O termo aparece dessa forma apenas seis vezes em 1 Timóteo. Esse autor está preocupado em mostrar que, sendo uma pessoa moralmente boa, você não pode

conseguir sua salvação. Isso pode ser verdade, mas é uma ideia bem diferente daquela de Paulo. Paulo estava preocupado se as pessoas seguiam a lei judaica como um caminho para a salvação (você não deveria), não se faziam coisas boas por ela.

Ou pegue uma ideia completamente diferente, o casamento. Em 1 Coríntios 7, Paulo afirma que as pessoas solteiras deveriam tentar permanecer solteiras, assim como ele. Seu motivo é que o fim de todas as coisas está próximo, e as pessoas deveriam se devotar a espalhar a notícia, não a estabelecer vidas sociais. Mas como isso se encaixa com a visão nas pastorais? Ali o autor *insiste* em que os líderes da igreja sejam casados. Nas cartas de Paulo, é melhor não ser casado; nas pastorais, é exigido que as pessoas (pelo menos os líderes da igreja) sejam casadas.

Ou pense na questão básica de como a pessoa é “salva”. Para o próprio Paulo, somente pela morte e ressurreição de Jesus a pessoa pode ser salva. E para as pastorais? Pelo menos no caso das mulheres, é dito em 1 Timóteo 2 que elas “serão salvas” tendo filhos. É difícil saber com exatidão o que isso quer dizer, mas não significa o que Paulo queria dizer!

O maior problema em aceitar as pastorais como sendo de Paulo envolve a situação histórica que elas parecem pressupor. Paulo, como Jesus antes dele, acreditava viver no fim dos tempos. Quando Jesus foi erguido dentre os mortos, esse foi o sinal de que o fim já começara e de que a futura ressurreição dos mortos estava prestes a acontecer. Segundo a crença judaica, a ressurreição aconteceria quando esta era chegassem ao fim. Por isso, Paulo chamou Jesus de “primícias dos que morreram” em 1 Coríntios 15,20. É uma metáfora agrícola. Os agricultores celebram o primeiro dia de colheita com uma festa à noite. E quando eles vão pegar o resto da colheita? No dia seguinte — não vinte ou dois mil anos depois. Jesus é o primeiro fruto, porque com ele a ressurreição começou, e muito em breve todos — todos os mortos — serão erguidos para o julgamento. Por isso Paulo acha que ele mesmo estará vivo quando Jesus retornar do céu (ver 1Ts 4,14-18).

Porém, nesse ínterim, apesar disso, a Igreja tem de crescer e sobreviver no mundo. Paulo achava que, nesse breve período intermediário entre a ressurreição de Jesus e o fim dos tempos, o Espírito de Deus tinha sido dado à Igreja e a cada indivíduo que a compunha. Quando a pessoa era batizada, recebia o Espírito (1Co 12,13), e o Espírito dava à pessoa um “dom” espiritual. Alguns dos batizados recebiam o dom de ensinar, outros de profetizar, outros de curar, outros de falar línguas angelicais, outros de interpretar essas línguas. Todos esses dons deveriam ajudar a comunidade cristã a funcionar junta, como uma unidade (1Co 12-14). Nenhum desses dons era menor ou insignificante. Todos tinham importância. Todos na Igreja eram dotados de um dom, de modo que todos eram iguais. Escravos estavam no mesmo nível dos senhores, mulheres eram iguais aos homens. Por isso, Paulo podia dizer “não há [...] nem escravo nem livre, nem homem nem mulher; pois todos sois um em Cristo Jesus” (Gl 3,28). Havia igualdade.

Quando surgiam problemas nas igrejas de Paulo — como na igreja de Corinto, para a qual temos a melhor documentação —, ele escrevia para lidar com eles. É interessante ler sua correspondência com os coríntios. A igreja era uma bagunça. Havia divisões e casos de brigas internas, alguns membros processavam outros, os serviços religiosos eram caóticos e havia sérias discordâncias em

relação a grandes questões éticas, como se era correto comer carne que tivesse sido sacrificada a ídolos pagãos. Algumas pessoas negavam que fosse haver uma ressurreição futura, e havia grande imoralidade — alguns homens visitavam prostitutas e se vangloriavam disso na igreja, e um sujeito dormia com a madrasta.

Para cuidar desses graves problemas, Paulo apela à igreja como um todo e aos indivíduos pertencentes a ela. Ele os conclama a usar seus dons espirituais para o bem comum. Apela para que ajam em unidade. Exorta-os a começar a se comportar de modo ético. Censura-os, por exemplo, por não aceitar o ensinamento correto sobre a futura ressurreição.

A única coisa que Paulo não faz é escrever aos líderes da igreja de Corinto e dizer a eles para dar um jeito nos paroquianos. Por quê? Porque *não* havia líderes da igreja em Corinto. Não havia bispos ou diáconos. Não havia pastores. Havia um grupo de indivíduos, cada um deles com um dom do Espírito, nesse breve tempo antes do fim que se aproximava.

Compare isso com o que há nas pastorais. Ali não há indivíduos dotados pelo Espírito trabalhando juntos para formar uma comunidade. Ali há os pastores Timóteo e Tito. Há os líderes da Igreja: bispos e diáconos. Há hierarquia, estrutura, organização. Ou seja, há uma situação diferente daquela que havia na época de Paulo.

Se você espera que Jesus volte logo — digamos, este mês —, não há de fato necessidade de um sistema hierarquizado de organização e liderança. Você só precisa operar a curto prazo. Mas, se Jesus não retorna e você tem de se acomodar para o longo prazo, as coisas são diferentes. Você precisa se organizar. Precisa de liderança. Precisa ter alguém comandando o espetáculo. Precisa de mestres que possam eliminar os falsos ensinamentos do seu meio. Precisa especificar como as pessoas devem se relacionar socialmente: senhores e escravos, maridos e mulheres, pais e filhos. Em um sistema hierárquico, não há igualdade; há liderança. É o que você encontra nas epístolas pastorais — igrejas se preparando para o longo prazo. Mas não é o que encontra no Paulo histórico. Para o Paulo histórico, *não* haveria longo prazo. O fim estava próximo.

Como disse no início desta discussão, alguns estudiosos se mostraram dispostos a concordar que 1 Timóteo e Tito, que é intimamente relacionado a 1 Timóteo, são pseudoepigráficas, mas que 2 Timóteo poderia ser de Paulo. Tentei mostrar que isso não poderia funcionar, porque quem escreveu 1 Timóteo também escreveu 2 Timóteo. Se uma é falsificada, também o é a outra. Não significa que as duas cartas abordem as mesmas preocupações ou tenham sido escritas com o mesmo objetivo; significa apenas que têm o mesmo autor. Mas um ponto que costuma ser levantado é que há tanta informação pessoal em 2 Timóteo que é difícil entender como poderia ser falsificada. Por que, por exemplo, um falsificador diria a seu suposto leitor (que não era realmente seu leitor!) para ter a certeza de levar para ele sua capa quando partir e também os livros que deixara para trás? (2Tm. 4,13)

Essa objeção foi respondida por um dos maiores estudiosos de falsificações antigas, Norbert Brox, que nos dá evidências convincentes de que esse tipo de “verossimilhança” (como chamei no capítulo 1) é *típico* de falsificações; fazer a carta soar “informal” reduz a suspeita de que seja

falsificada. Portanto, as referências pessoais em 2 Timóteo (há menos em Tito e ainda menos em 1 Timóteo) servem para convencer os leitores de que isso de fato foi escrito por Paulo, embora não tenha sido.⁸⁸ Mas por que um autor falsifica cartas como essa?

POR QUE AS EPÍSTOLAS PASTORAIS FORAM FALSIFICADAS?

A resposta mais óbvia é que o autor é alguém enfrentando novos problemas em uma geração posterior a de Paulo, problemas que o próprio Paulo nunca abordou e quer lidar com eles em nome de uma autoridade que será escutada. E, nas igrejas de Paulo, quem tinha mais autoridade que o próprio Paulo? Então o autor lidou com o problema dos falsos ensinamentos, por exemplo, daqueles propondo “mitos e genealogias” em 1 Timóteo, e de outros falsos mestres que alegavam que a ressurreição “já acontecera” em 2 Timóteo. Também lidou com problemas envolvendo a liderança da Igreja e o papel das mulheres na instituição. Ele fez tudo isso fingindo ser Paulo.

Alguns estudiosos acharam que algo ainda mais preciso pode ter provocado essas falsificações. Em um estudo muito interessante e influente, o acadêmico americano Dennis MacDonald argumenta que as epístolas pastorais foram escritas para se oporem a visões que circulavam nas histórias ligadas a Tecla.⁸⁹ É verdade que os *Atos de Paulo*, em que as histórias de Tecla são encontradas hoje, foram escritos pelo menos de setenta a oitenta anos depois das pastorais. Mas as histórias registradas nos *Atos de Paulo* circulavam muito tempo antes de o presbítero da Ásia Menor inventar seu relato. E, de formas impressionantes, os pontos de vista encontrados nas histórias de Tecla se chocam com os pontos de vista defendidos nas pastorais. Podia uma delas ter sido escrita para autorizar um ponto de vista contrário, sob a autoridade de Paulo?

Nos *Atos de Paulo*, o casamento é atacado. Nas pastorais, o casamento é encorajado; na verdade, exige-se que os líderes da Igreja sejam casados. Nos *Atos de Paulo*, a atividade sexual é condenada; apenas permanecendo casto é possível entrar no Reino dos Céus. Nas pastorais, a atividade sexual é conclamada; as mulheres só serão salvas tendo bebês. Nos *Atos de Paulo*, as mulheres — especificamente Tecla — podem ensinar e exercer autoridade. Nas pastorais, as mulheres devem ser silenciosas e submissas; não podem ensinar nem exercer autoridade. Como as epístolas pastorais se opõem diretamente aos pontos de vista encontrados nas histórias incorporadas aos *Atos de Paulo*, MacDonald argumenta que as cartas foram falsificadas por alguém que ouvira as histórias sobre Tecla e queria deixar o registro correto do “verdadeiro” ponto de vista de Paulo.

É um argumento bem atraente, e pode estar correto. Mas, para muitos estudiosos, o maior problema nisso diz respeito às datas do material. Os *Atos de Paulo* provavelmente foram escritos pelo presbítero da Ásia Menor algumas décadas depois das pastorais serem produzidas. As histórias que o presbítero usou podiam ser muito mais antigas, mas sem evidências que corroborem é difícil dizer. Uma reconstrução histórica diferente pode ser mais plausível.

Seguiria assim. As igrejas de Paulo estavam divididas de muitas formas, como vimos. Uma das divisões envolvia questões de sexo, sexualidade e gênero. Alguns cristãos paulinos achavam que as mulheres deveriam ser tratadas como iguais, tendo status e autoridade iguais aos homens, já que Paulo dissera que não há “homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gl 3,28). Outros cristãos paulinos pensavam que as mulheres eram iguais aos homens apenas “em Cristo”, com o que queria dizer “em teoria”, não em realidade social. Esses cristãos estavam ansiosos para reduzir a ênfase de Paulo nas mulheres, e um deles decidiu escrever um conjunto de cartas, as pastorais, que autorizava seu ponto de vista em nome de Paulo. Ele também tinha outras questões que desejava abordar: a natureza da liderança da Igreja, a necessidade de eliminar falsos ensinamentos, as relações entre escravos e senhores, pais e filhos e assim por diante. Embalou todos esses temas variados em um conjunto de cartas e as escreveu em nome de Paulo, falsificando-as para dar-lhes a voz de autoridade de que careciam.

No entanto, nem todos ficaram convencidos e aceitaram as cartas como sendo de Paulo. Marcião, por exemplo, não as possuía (é difícil saber se tinha conhecimento delas). Ademais, o outro lado da divergência acerca do papel das mulheres não foi destruído pelo surgimento das epístolas pastorais. Ele resistiu, vendo Paulo como um adversário do casamento e do sexo, mas defensor das mulheres. Esse outro lado contava histórias sobre Paulo que sustentavam suas visões, e essas histórias acabaram centrando-se em uma das principais convertidas de Paulo, Tecla. Em dado momento do século II, os dois conjuntos de documentos circulavam bastante: as histórias inventadas sobre Paulo e Tecla e as cartas falsificadas de Paulo que acabaram sendo incluídas no Novo Testamento.

2 TESSALONICENSES

Quando eu era um cristão evangélico conservador no fim da adolescência e até vinte e poucos anos, havia poucas coisas de que tinha mais certeza, em se tratando de religião, que do fato de que Jesus logo voltaria do céu para tirar a mim e meus colegas crentes do mundo, no “arrebatamento” antes da tribulação final. Líamos todo tipo de livro que sustentava nossa visão. Poucas pessoas hoje sabem que o livro mais vendido em inglês nos anos 1970, além da Bíblia, foi *A agonia do grande planeta Terra*, escrito pelo cristão fundamentalista Hal Lindsey. Com base em um cuidadoso (ou descuidado, dependendo de seu ponto de vista) estudo do livro do Apocalipse e outros livros proféticos bíblicos, Lindsey escreveu com segurança sobre o que estava prestes a acontecer no Oriente Médio à medida que as superpotências União Soviética, China, União Europeia e enfim Estados Unidos convergiam para um enorme confronto que levava a um completo holocausto nuclear, pouco antes de Jesus retornar. Tudo isso que nos era dito tinha de acontecer antes do fim dos anos 1980, como as próprias Escrituras ensinavam.

É claro que nunca aconteceu. E agora não há União Soviética. Mas isso não impediu as pessoas de escreverem sobre como o fim chegará logo, em nossa própria época, a qualquer momento. Nas

listas de mais vendidos de alguns anos atrás, eclipsando as vendas dos livros de Harry Potter, esteve a série Deixados para trás e LaHaye, em vários volumes, sobre aqueles que não serão levados no arrebatamento iminente. Os livros foram escritos em parceria por Jerry Jenkins e Timothy LaHaye, o último dos quais tivera uma carreira escrevendo com a mulher, Beverly, livros sobre sexo para cristãos.

O que a maioria dos milhões de pessoas que acredita no breve retorno de Jesus, enquanto estivermos vivos, não sabe é que sempre houve cristãos que pensaram isso de sua própria época. Esse era um ponto de vista destacado entre cristãos conservadores no começo do século XX, fim do século XIX, no século XVIII, no século XII, no século II, no século I — na verdade, em quase todos os séculos. A única coisa que todos aqueles que já pensaram isso têm em comum é que todos estavam irrefutavelmente errados.

O próprio Paulo achou que o fim chegaria durante sua vida. Em nenhum outro ponto isso é mais claro que em uma das epístolas que, seguramente, ele escreveu: 1 Tessalonicenses. Paulo escreveu aos cristãos em Tessalônica porque alguns deles haviam ficado perturbados com a morte de colegas crentes. Quando convertera aquelas pessoas, Paulo lhes ensinara que o fim dos tempos era iminente, que eles logo entrariam no Reino dos Céus quando Jesus retornasse. Mas membros da congregação haviam morrido antes que isso acontecesse. Teriam eles perdido sua recompensa celestial? Paulo escreve para assegurar aos sobreviventes que não, mesmo aqueles que haviam morrido seriam levados ao Reino. Quando Jesus retornar em glória nas nuvens do céu, “os que morreram em Cristo ressurgirão primeiro; depois nós, os que ainda estamos na terra, seremos arrebatados juntamente com eles sobre nuvens ao encontro com o Senhor, nos ares” (4,16-17). Leiam os versículos com cuidado: Paulo espera ser um daqueles que ainda estarão vivos quando isso acontecer.

Ele prossegue dizendo que será um acontecimento súbito e inesperado. Aquele dia “virá como um ladrão de noite” e, quando as pessoas pensarem que tudo está bem, “lhes sobrevirá a destruição” (5,2-3). Os tessalonicenses devem estar alertas e preparados, pois, como se dá com as dores do parto de uma mulher grávida, é possível saber que acontecerá logo, mas não se pode prever o exato momento.

É justamente essa ênfase na subtaneidade do reaparecimento de Jesus, que apanhará as pessoas de surpresa, que torna tão interessante a segunda carta que Paulo supostamente escreveu aos tessalonicenses. Esse também é um livro escrito sobre o segundo advento de Jesus, mas o que está sendo abordado é um problema diferente. Os leitores foram “desencaminhados” por uma carta, ao que parece, falsificada em nome de Paulo (2,2) dizendo “estar iminente o dia do Senhor”. O autor de 2 Tessalonicenses, alegando ser Paulo, argumenta que o fim, na verdade, não se dará imediatamente. Certas coisas precisam acontecer antes. Haverá algum tipo de levante e rebelião políticos ou religiosos, e surgirá uma espécie de anticristo que tomará seu assento no Templo de Jerusalém e se declarará Deus. Só então o “Senhor Jesus” virá e o “destruirá com o sopro de sua boca” (2,3-8).

Em outras palavras, os tessalonicenses podem ficar tranquilos de que ainda não estão no momento final da história quando Jesus reaparece. Eles saberão quando estiver quase aqui pelos acontecimentos que se darão cumprindo as Escrituras. Mas pode esse ser o mesmo autor que escreveu a outra carta, 1 Tessalonicenses? Compare o momento do surgimento de Jesus em 2 Tessalonicenses, segundo a qual ainda demorará um pouco e será precedido de acontecimentos identificáveis, com a de 1 Tessalonicenses, quando o fim chegará como um “ladrão noturno” que aparece quando as pessoas menos esperam. Parece haver uma disparidade fundamental entre os ensinamentos de 1 e 2 Tessalonicenses, motivo pelo qual tantos estudiosos acham que 2 Tessalonicenses não é de Paulo.⁹⁰

É particularmente interessante que o autor de 2 Tessalonicenses indica que já ensinou essas coisas a seus convertidos quando esteve com eles (2,5). Se assim é, como explicar 1 Tessalonicenses? O problema é que pessoas acham que o fim chegará a qualquer momento, com base no que Paulo contou a elas. Mas, segundo 2 Tessalonicenses, Paulo nunca ensinou tal coisa. Ele ensinou que tinha de haver uma sequência de acontecimentos antes do fim. Mais ainda, se foi isso o que ensinou a eles, como insiste 2 Tessalonicenses, é estranho que nunca os lembre desse ensinamento em 1 Tessalonicenses, em que eles acham que aprenderam algo diferente.

É provável que Paulo não tenha escrito 2 Tessalonicenses. Isso torna intrigante um elemento da carta. No fim dela, o autor insiste que é Paulo, e oferece uma espécie de prova: “A saudação vai de meu próprio punho, Paulo. É esta a minha assinatura em todas as minhas cartas. É assim que escrevo.” (3,17) Isso significa que “Paulo” estivera ditando sua carta a um escriba que escrevera tudo até o fim, quando Paulo assinou com sua própria mão. Os leitores da carta podiam ver a mudança de caligrafia e reconhecer a de Paulo, autenticando a carta como sendo de fato dele, em oposição à falsificada mencionada em 2,2. O peculiar é que o autor alega que essa é sua prática invariável. Mas não é como termina a maioria das epístolas incontestadas de Paulo, incluindo 1 Tessalonicenses. Difícil considerar as palavras como sendo de Paulo, mas elas fazem sentido se um falsificador estiver tentando convencer seus leitores de que realmente era Paulo. Mas talvez seja exagerado demais.

Alguns estudiosos levaram um pouco mais longe a questão da falsificação, sugerindo que quando o autor, alegando ser Paulo, tenta acalmar seus leitores para não serem desorientados por uma carta falsa (“como se nossa”), que sustenta, em nome de Paulo, que o fim está logo ali, o falsificador se refere a 1 Tessalonicenses! Ou seja, alguém vivendo depois queria eliminar dos leitores a mensagem que o próprio Paulo transmitira sobre o fim iminente, já que ele não se dera e Paulo e todos os demais haviam morrido nesse ínterim. Então, um autor oferecia alguma tranquilidade falsificando uma carta que alegava ser a carta autêntica uma falsificação. Seja isso certo ou não, o que parece correto é que alguém depois da época de Paulo decidiu que tinha de interferir em uma situação em que as pessoas antecipavam, ansiosamente, o fim; com tanta ansiedade que, sugere ele, negligenciavam as obrigações do cotidiano (3,6-12) — ele o fez

redigindo uma carta em nome de Paulo, sabendo muito bem que era outra pessoa vivendo depois. Portanto, 2 Tessalonicenses parece ser outro caso de falsificação paulina.

EFÉSIOS

Quando eu lecionava em Rutgers, em meados da década de 1980, oferecia regularmente um curso sobre a vida e os ensinamentos de Paulo. Um dos livros da disciplina era uma obra sobre Paulo, do acadêmico conservador britânico F.F. Bruce.⁹¹ Eu usava o livro por discordar de quase tudo nele, e achava que seria uma boa ideia meus alunos verem um lado da história diferente daquele que eu apresentava em sala. Uma das coisas que F.F. Bruce achava sobre os escritos de Paulo era ser Efésios a mais paulina de todas as epístolas paulinas. Não apenas ele achava que Paulo a escrevera, como pensava que encapsulava melhor que qualquer outra epístola o cerne e a alma da teologia de Paulo.

Isso também era o que eu pensara anos antes, quando estava começando meus estudos. Depois fiz um curso sobre o Novo Testamento no Seminário Teológico de Princeton com o professor J. Christiaan Beker. Beker era um formidável estudioso de Paulo. No fim dos anos 1970, escreveu um grande e influente estudo da teologia de Paulo, um dos maiores estudos publicados sobre o tema.⁹² Beker estava convencido de que Paulo não escrevera Efésios, e que, na verdade, Efésios representa uma grave alteração das ideias de Paulo.⁹³

Na época em que fiz o curso, eu não estava tão certo. Mas, quanto mais estudava o tema, comparando com cuidado o que dizia Efésios com o que o próprio Paulo diz em suas cartas não questionadas, fiquei cada vez mais convencido. No momento em que lecionava na Rutgers, eu tinha certeza de que Paulo não escrevera a epístola. Hoje a maioria dos estudiosos da Bíblia concorda. Efésios pode soar como Paulo, mas quando se cava um pouco mais fundo, surgem grandes diferenças e discrepâncias.

Efésios é escrito a cristãos gentios (3,1) para lembrá-los de que embora tivessem um dia sido alienados de Deus e seu povo, os judeus, tinham sido reconciliados; tinham sido tornados justos perante Deus, e a barreira que separava judeu de gentio — a lei judaica — tinha sido posta abaixo pela morte de Cristo. Judeus e gentios podiam viver em harmonia entre si, em Cristo, e em harmonia com Deus. Após apresentar esse conjunto de ideias teológicas nos três primeiros capítulos (em especial, no capítulo 2), o autor se volta para questões éticas e discute as formas pelas quais os seguidores de Jesus devem viver, para manifestar a unidade que têm em Cristo.

As razões para pensar que Paulo não escreveu essa epístola são muitas e convincentes. Para começar, o estilo de redação não é o de Paulo. Paulo normalmente escreve com frases curtas e incisivas; as sentenças em Efésios são longas e complexas. Em grego, a declaração de abertura de ação de graças (1,3-14) — todos os 12 versículos — é uma única sentença. Não há nada de errado em sentenças extremamente longas em grego; só não é o modo como Paulo escrevia. É como Mark

Twain e William Faulkner: ambos escreviam corretamente, mas você nunca confundiria um com o outro. Alguns acadêmicos apontaram que nas cem sentenças de Efésios cerca de nove delas têm mais de cinquenta palavras de extensão. Compare isso com as cartas do próprio Paulo. Filipenses, por exemplo, tem 102 sentenças, com apenas uma delas com mais de cinquenta palavras; Gálatas tem 181 sentenças, mais uma vez com apenas uma acima de cinquenta palavras. O livro também tem um número incomum de palavras que não ocorre nos outros escritos de Paulo: 166 no total — bem acima da média (50% mais que em Filipenses, por exemplo, que tem aproximadamente o mesmo tamanho).⁹⁴

Entretanto, a principal razão para pensar que Paulo não escreveu Efésios é que aquilo que o autor diz em certos pontos não concorda com o que o próprio Paulo diz em suas próprias cartas. Efésios 2,1-10, por exemplo, certamente parece a escrita de Paulo, mas apenas superficialmente. Ali, como nas epístolas autênticas de Paulo, aprendemos que os crentes foram apartados de Deus por causa do pecado, mas que foram feitos justos perante Deus exclusivamente por meio de Sua graça, não como resultado de “obras”. Mas aqui, estranhamente, Paulo se inclui como alguém que, antes de chegar a Cristo, foi desviado pelos “desejos de nossa carne, satisfazendo às vontades da carne e seus impulsos”. Isso não se parece com o Paulo das epístolas incontestadas, que diz ter sido “irrepreensível” quanto à “justiça que há na lei” (Fl 3,6). Além disso, embora esteja falando na carta sobre a relação entre judeu e gentio, o autor não fala sobre salvação fora das “obras da lei”, como faz Paulo. Em vez disso, fala sobre salvação que não por “boas ações”. Esse não era o tema que Paulo abordava.

Ademais, esse autor indica que os crentes já foram “salvos” pela graça de Deus. Na verdade, o verbo “salvar” nas cartas autênticas de Paulo sempre é usado para se referir ao futuro. Salvação não é algo que as pessoas já tenham; é o que elas *irão* ter quando Jesus retornar nas nuvens do céu e livrar seus seguidores da ira de Deus.

Da mesma forma, e mais significativamente, Paulo em seus próprios escritos enfatizava que os cristãos que tinham sido batizados tinham “morrido” para os poderes do mundo alinhados com os inimigos de Deus. Eles tinham “morrido com Cristo”. Mas ainda não tinham sido “elevados” com Cristo. Isso aconteceria no fim dos tempos, quando Jesus retornasse e todas as pessoas, vivas e mortas, fossem erguidas para enfrentar o julgamento. Por isso, em Romanos 6,1-4, Paulo é enfático: aqueles batizados “morreram” com Cristo, e serão “erguidos” com ele, no segundo advento de Jesus.

Paulo era extremamente persistente neste ponto: de que a ressurreição dos crentes era um acontecimento físico futuro, não algo que já houvesse acontecido. Uma das razões pelas quais escreveu 1 Coríntios foi o fato de alguns dos cristãos daquela comunidade terem um ponto de vista oposto e sustentarem que já desfrutavam de uma existência ressuscitada com Cristo e dos benefícios da salvação. Paulo dedica 1 Coríntios 15 a mostrar que a ressurreição não é algo que já tenha acontecido. É um acontecimento físico por ocorrer no futuro. Os cristãos ainda não foram erguidos com Cristo.

Contudo, compare essa afirmação com o que diz Efésios: “Quando ainda estávamos mortos em consequência de nossos pecados, [Deus] deu-nos vida juntamente com Cristo, [...] juntamente com ele nos ressuscitou e nos fez assentar nos céus.” (2,5-6) Ali os crentes já experimentaram uma ressurreição espiritual e desfrutam de uma existência celestial aqui e agora. Esse é o ponto de vista contra o qual Paulo argumentou em sua carta aos coríntios!

Ponto após ponto, quando se estuda Efésios com atenção, nota-se a contradição com a obra de Paulo. Ao que parece, esse livro foi escrito por um cristão posterior em uma das igrejas de Paulo, querendo lidar com uma grande questão de sua própria época: a relação entre judeus e gentios na Igreja. Ele o fez alegando ser Paulo, sabendo muito bem que não era, e alcançou seu objetivo, isto é, produzir uma falsificação.

COLOSSENSES

Muito do mesmo pode ser dito sobre a epístola aos colossenses. Superficialmente parece obra de Paulo, mas não quando se cava mais fundo. Colossenses tem muitas palavras e frases também encontradas em Efésios, tanto que alguns estudiosos acreditam que quem falsificou Efésios usou Colossenses como uma de suas fontes para o modo como Paulo escrevia. Infelizmente, ele usou um livro que Paulo muito provavelmente não escreveu.⁹⁵

Colossenses tem pauta e objetivo diferentes de Efésios. Este autor está preocupado em particular com um grupo de falsos mestres que transmite algum tipo de “filosofia”. Infelizmente o autor não detalha o que era essa filosofia, deixando apenas indícios. Evidentemente os falsos mestres conclamavam os ouvintes tanto a adorar anjos e seguir leis judaicas quanto ao que comer e quais dias especiais reservar para festas religiosas. Uma das razões pelas quais o autor não explica com detalhes o que esses falsos mestres ensinavam pode ser o medo de as pessoas, ao lerem a carta, saberem muito bem o que eles tinham em mente e o que estavam dizendo.

O autor se opõe a eles enfatizando que apenas Cristo, e não seres angelicais, é uma divindade merecedora de adoração, e que sua morte eliminou a necessidade de seguir a lei. Para ele, os crentes em Cristo já viviam acima de todas as regras e regulamentações humanas, pois haviam ascendido com Cristo para os lugares celestiais, experimentando uma espécie de unidade mística com Cristo aqui e agora. Isso, porém, não significava que os cristãos podiam viver como bem entendessem. Ainda tinham a responsabilidade de levar vidas morais. Os dois capítulos finais apresentam algumas das exigências éticas da nova vida em Cristo.

As razões para crer que o livro, na verdade, não foi escrito por Paulo são em grande parte as mesmas do caso de Efésios. Entre outras coisas, o estilo de redação e o conteúdo do livro diferem significativamente daqueles das epístolas não questionadas de Paulo. De longe o mais convincente estudo do estilo de redação de Colossenses foi feito pelo acadêmico alemão Walter Bujard há cerca de quarenta anos.⁹⁶ Bujard analisou todos os tipos de traços estilísticos da epístola: o tipo e a

frequência das conjunções, infinitivos, particípios, orações subordinadas, sequências de genitivos e uma série de outros elementos. Ele se interessou sobretudo por comparar Colossenses com epístolas de Paulo de tamanho similar: Gálatas, Filipenses e 1 Tessalonicenses. As diferenças entre essa carta e os escritos de Paulo são chocantes e convincentes. Apenas como prova:

- Frequência com que a epístola usa “conjunções adversativas” (por exemplo, “embora”): Gálatas, 84; Filipenses, 52; 1 Tessalonicenses, 29. Colossenses, apenas 8.
- Frequência com que a epístola usa conjunções causais (por exemplo, “porque”): Gálatas, 45; Filipenses, 20; 1 Tessalonicenses, 31. Colossenses, apenas 9.
- Frequência com que a epístola usa uma conjunção (por exemplo, “que”, “como”) para introduzir uma declaração: Gálatas, 20; Filipenses, 19; 1 Tessalonicenses, 11. Colossenses, apenas 3.

A lista continua por muitas páginas examinando todo tipo de informação, com inúmeras considerações, todas apontando na mesma direção: é alguém com um estilo de redação diferente do usado por Paulo.

E mais uma vez, aqui, o conteúdo do que o autor diz está em contradição com o que Paulo pensava, mas é coerente com Efésios. O autor indica também, por exemplo, que os cristãos já foram “elevados com Cristo” quando batizados, a despeito da insistência de Paulo em que a ressurreição dos crentes era futura, não passada (ver Cl 2,12-13).

Portanto, o que temos aqui é outro caso em que um seguidor posterior de Paulo estava preocupado em abordar uma situação em sua própria época e o fez assumindo o manto e tomando o nome de Paulo, falsificando uma carta em seu nome.

CONCLUSÃO

Vimos que havia uma série de falsificações paulinas circulando nos primórdios da Igreja, epístolas atribuídos a Paulo mas, na verdade, escritas por outros. Algumas dessas epístolas são reconhecidas como falsificações por todos no planeta, como as *Cartas de Paulo e Sêneca*. Outras são temas de sérias discussões acadêmicas. Mas a maioria dos estudiosos reconhece que, enquanto há no Novo Testamento sete cartas que Paulo certamente escreveu, seis outras provavelmente (ou certamente, para alguns estudiosos) não são de Paulo, por alguns dos motivos que apresentei aqui. Há muitas outras razões, mas os argumentos podem se tornar um tanto tediosos após algum tempo.

Contudo, certos estudiosos relutam em chamar essas epístolas deuteropaulinas de falsificações. Alguns argumentaram que diferem das cartas do próprio Paulo por terem sido dadas por ele a um secretário que, ao redigir, utilizou um estilo de redação diferente daquele usado pelo apóstolo. Outros sugeriram que, como em algumas de suas cartas, Paulo menciona coautores; possivelmente

esses outros autores foram responsáveis pela redação das cartas, o que explicaria as diferenças. E há aqueles que alegaram que era comum em escolas filosóficas os discípulos de um mestre escreverem tratados e assiná-los em nome do professor, como prova de humildade, já que todas as ideias se originavam do próprio mestre.

São todas propostas interessantes. Mas acho que estão todas erradas. Tento mostrar por que no próximo capítulo.

Capítulo Quatro

Alternativas para mentiras e enganações

Quando eu era um bom cristão evangélico conservador no Moody Bible Institute no fim da adolescência, tinha certeza de que não podia haver falsificações no Novo Testamento. A visão que tinha das Escrituras era enraizada nas próprias Escrituras e acima de tudo naquela clássica declaração da própria inspiração da Bíblia, 2 Timóteo 3,16: “Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para ensinar, para repreender, para corrigir e para formar na justiça.” Se a Escritura é inspirada por Deus, não pode haver nada de errado nela, quanto mais algo semelhante a uma mentira. O próprio Deus, que inspirou o texto, não mente.

Quanto a isso, todos conhecemos os versículos fundamentais, incluindo os seguintes:

Deus não é homem para mentir. (Nm 23,19)

Aquele que é a verdade de Israel não mente nem se arrepende. (1Sm 15,29)

Na esperança da vida eterna prometida em tempos longínquos por Deus veraz e fiel [...]. (Tt 1,2)

Por este ato duplamente irrevogável, pelo qual o próprio Deus se proibia de desdizer-se [...]. (Hb 6,18)

A Escritura diz que é inspirada por Deus. Deus não mente nem pode mentir. Portanto, a Escritura não contém nem pode conter mentiras. Falsificação, por outro lado, envolve mentir. Por essa razão não pode haver falsificações na Bíblia.⁹⁷

Esse ponto de vista evangélico conservador ainda é muito defendido por alguns estudiosos hoje, pelo menos pelos estudiosos evangélicos conservadores. Mas devo dizer que se baseia em premissas teológicas do que *tem* de ser verdade, não com base no que de fato é verdade.⁹⁸ Para os evangélicos conservadores, a Bíblia tem de ser sem equívocos, erros ou mentiras. E, se tem de ser assim, bem, então assim é!

PODE A BÍBLIA CONTER MENTIRAS?

Obviamente mudei minha opinião sobre o tema. Três anos após me formar no Moody, eu estava estudando em um programa de mestrado no Seminário Teológico de Princeton, uma faculdade presbiteriana estabelecida que insiste mais no conhecimento crítico do que no dogmatismo acrítico. Foi no seminário de Princeton que passei a achar que antes tinha abordado a Bíblia da forma errada. Como evangélico conservador, eu pegara a Bíblia supondo certas coisas sobre ela antes mesmo de lê-la. Eu afirmava que não poderia conter equívocos. E, se não poderia conter equívocos, é óbvio que não continha equívocos. Portanto, qualquer coisa que parecesse um equívoco não podia ser de fato um equívoco, porque a Bíblia não poderia conter equívocos. E como sabia que a Bíblia não poderia conter equívocos? Não com base em qualquer exame ou investigação da Bíblia, apenas com base no que outras pessoas me haviam dito, sustentado por algumas passagens usadas como prova. Eu via a Bíblia com a crença em um texto livre de erros, e não os encontrava, pois não poderia haver nenhum.

Todavia, por que deveria acreditar que essa visão era verdadeira? Havia muitos outros cristãos que acreditavam em outras coisas, especialmente em um lugar como o Seminário Teológico de Princeton. Foi lá que me dei conta de que, como a Bíblia é um livro, faz mais sentido abordá-la do modo como se aborda um livro. Sem dúvida, há livros no mundo que não contêm qualquer equívoco. Mas ninguém insistiria em que um determinado catálogo telefônico, livro de química ou manual de instruções de carro não tem nenhum erro, antes de lê-lo para descobrir se tem ou não. Em vez de pensar que a Bíblia não pode ter equívocos, antes de procurar para ver se tem, por que não ver se tem?

Sei que muitos cristãos evangélicos acham isso é retrógrado e errado, que questionar a Bíblia é questionar Deus. Mas não penso assim. Se Deus criou um livro livre de erros, ele não deve conter erros. Se o que temos não é um livro sem erros, não é um livro que Deus nos deu sem erros.

Ademais, à medida que estudava a Bíblia, comecei a ver os erros, aqui e ali. E eles começaram a se multiplicar. E acabaram envolvendo não apenas pequenos detalhes, mas questões muito grandes e pontos de fato importantes. Eu me convenci de que a Bíblia, independentemente do que mais poderia ser, é um livro muito humano.

Livros humanos do mundo antigo, algumas vezes, continham falsificações, escritos alegando ter como autores alguém que não os escreveu. É o caso da Bíblia hebraica, o Antigo Testamento cristão. O livro de Daniel é atribuído em parte ao profeta Daniel durante o cativeiro na Babilônia, no século VI a.C. Mas não há como ele ter sido escrito nessa época. Por mais de cem anos os estudiosos apresentaram motivos claros e convincentes para acreditar que foi escrito quatrocentos anos depois, no século II a.C., por alguém falsamente alegando ser Daniel. Da mesma forma, o Eclesiastes. O autor desse livro não se apresenta e diz que seu nome é Salomão, mas diz que é o filho de Davi — rei em Jerusalém que é fantasticamente rico e sábio. Em outras palavras, ele alega ser Salomão sem

usar seu nome. Mas não há como ele ser Salomão. Esse livro não poderia ter sido escrito até seiscentos anos após a morte de Salomão, como concordam hoje os estudiosos críticos da Bíblia.⁹⁹

Mas, enquanto há duas falsificações no Antigo Testamento, há muitos casos no Novo Testamento. Até o momento avaliamos dois livros atribuídos de modo inadequado a Pedro e seis a Paulo. É um fenômeno impressionante que, embora os estudiosos em geral concordem que esses livros não foram de fato escritos por seus supostos autores, muitos acadêmicos relutam em chamá-los do que são: falsificações literárias com o objetivo de enganar os leitores. Algumas vezes, acho um pouco estranho que, quando alguns estudiosos se referem a livros com falsas alegações de autoria *fora* do Novo Testamento, não têm pudores em chamá-los de “falsificações”, mas quando se referem a livros assim *dentro* do Novo Testamento, os chamam de “pseudoepigráficos”. Talvez seja melhor usar o termo técnico mais antisséptico para lidar com a Bíblia? Ou talvez, em vez disso, seja melhor falar com clareza. Estamos lidando com o mesmo fenômeno, seja um livro incluído no cânone ou não.

Neste capítulo, vou abordar as formas pelas quais alguns estudiosos tentaram contornar o problema de o Novo Testamento conter falsificações. Algumas vezes o fazem com explicações que se tornaram muito comuns e disseminadas a ponto de parecer senso comum para algumas pessoas. Entre outras coisas, costuma-se dizer que a prática de fazer falsas alegações de autoria era aceitável em escolas filosóficas da Antiguidade, de modo que era desculpável para um seguidor de Pedro ou Paulo. Ou afirma-se que epístolas supostamente pseudoepigráficas podem ser explicadas imaginando que Pedro e Paulo usaram secretários para produzir esses escritos. Como veremos, há muito poucas evidências que sustentem qualquer desses pontos de vista.¹⁰⁰ Antes de lidar com essas explicações, preciso abordar outro ponto de vista com frequência apresentado por estudiosos: o de que autores antigos que assumiam uma falsa identidade não estavam tentando ser desonestos.

A FALSIFICAÇÃO É DESONESTA?

Um equívoco acadêmico comum

Um número surpreendente de estudiosos alegou que, embora a Bíblia possa conter falsificações, estas nunca pretendiam enganar ninguém. Segundo esse ponto de vista, autores antigos que assumiam um nome falso não tentavam desorientar seus leitores. Eles não estavam mentindo, não estavam enganando e não eram condenados.

É difícil entender como alguém que leu qualquer das discussões sobre falsificação na Antiguidade possa dizer tal coisa. Mas esse ponto de vista é tão disseminado que se tornou um lugar-comum absoluto no estudo do Novo Testamento. Vou dar vários exemplos de estudiosos que fazem afirmações desse tipo, juntamente com alguns comentários, antes de enfatizar como essa visão é equivocada.

Um autor muito respeitado dos anos 1920, em um estudo clássico das epístolas pastorais, alegou que o autor que se dizia Paulo, ainda que fosse outra pessoa, “não estava de modo algum consciente de se fazer passar pelo apóstolo; não estava conscientemente enganando ninguém; de fato, não é necessário supor que ele enganou ninguém”.¹⁰¹ Qual evidência esse autor apresenta para fazer essas alegações? Nenhuma. E que declaração impressionante! Se o autor não queria enganar ninguém e não enganou, por que todo intérprete conhecido dessas epístolas por mais de 1.700 anos foi enganado, como muitos continuam a ser hoje, quando assumem que o autor que diz ser Paulo de fato era Paulo?

Ou avalie a declaração de um autor dos anos 1970 que nos diz:

A pseudonímia era uma característica frequente da literatura antiga. Não havia nada imoral nisso; era apenas o equivalente ao anonimato moderno. Era um sinal de humildade; o autor, sendo tímido demais para escrever usando o próprio nome, abrigava-se sob um nome mais conhecido.¹⁰²

Esse autor pelo menos está certo em uma coisa: a falsificação é frequente na literatura antiga. Mas é como o “anonimato moderno”? É algo muito estranho de dizer sobre essa prática. Por que não dizer que é como o anonimato “antigo”? Livros eram escritos anonimamente no mundo antigo assim como no moderno — na verdade, com maior frequência. Mas isso levanta uma enorme questão que esse estudioso não pode responder. Se um autor que escrevia com humildade não queria mencionar o próprio nome, por que ele não escreveu anonimamente? Por que adicionou um nome falso à sua obra, se fazendo passar por outra pessoa?

Ou pegue este comentário de um acadêmico escrevendo nos anos 1990 sobre a autoria pseudônima de 2 Tessalonicenses:

Esse tipo de pseudonímia não deveria ser rotulada de “falsificação”. Essa classificação implica um julgamento moral negativo, e veremos que muito provavelmente o autor de 2 Tessalonicenses e os autores de documentos pseudônimos comparáveis não consideravam seus escritos produto de fraudes. Deveríamos tentar avaliar esses escritos segundo os padrões que eram aceitos no ambiente onde se originaram.”¹⁰³

Isto parece ser uma postura sensata: avaliar os escritos segundo os padrões antigos, e não segundo os modernos. Mas esse acadêmico nunca faz isso. Ele nunca examina como os povos antigos chamavam essa prática ou leva em consideração o que tinham a dizer sobre isso. É importante lembrar como os povos antigos chamavam “esse tipo de pseudonímia” — eles chamavam livros assim de “escritos falsamente assinados”, “mentiras” e “bastardos”!

A obra de um acadêmico recente que lida com o fato de que o autor de Efésios alegou falsamente ser Paulo representa essa mesma linha de raciocínio. Esse acadêmico afirma que tal alegação falsa

era uma prática literária aceita e disseminada nas culturas judaicas e greco-romanas [...]. Não há motivo para pensar no artifício da pseudonímia em termos negativos e associá-lo necessariamente a ideias como falsificação e embuste.¹⁰⁴

Mais uma vez, leitores críticos querem saber qual *evidência* o autor cita de que a prática era “aceita” e não era associada a “falsificação e embuste”. Mas ele não cita nenhuma. Por quê? Ou

porque o autor — conquanto seja, afora isso, um estudioso respeitado do Novo Testamento — não está familiarizado com o que os povos antigos disseram sobre falsificação, ou porque não ousa citar o que disseram, já que o que disseram contradiz o que ele diz.

Outros estudiosos permitiram que suas visões teológicas nublassem sua avaliação histórica. Considerem um dos mais recentes analistas de Colossenses, que considera a obra uma falsificação, mas insiste em que é uma “falsificação honesta” (em oposição a uma desonesta):

A evidência do mundo antigo torna necessário fazer uma distinção entre falsificação desonesta, realizada com objetivos nefandos e maldosos, e o que poderia ser descrito, por mais paradoxal que possa parecer, como falsificação honesta. [...] Deve-se enfatizar mais uma vez que a última opção [que Colossenses não tenha sido escrita por Paulo] não necessariamente carrega o estigma de fraude ou falsificação. Isso poderia se aplicar ao caso de uma obra escrita para propor uma doutrina herética, e, como já foi observado antes, muitas obras assim foram depois estigmatizadas como apócrifas ou heréticas — e, portanto, rejeitadas. Porém, no caso das pseudoepigrafias do Novo Testamento, o caso é um pouco diferente: essas obras foram reconhecidas pela Igreja como válidos e autênticos testemunhos da genuína fé cristã. [...] Elas testemunham aquilo em que a Igreja acreditava.¹⁰⁵

Em outras palavras, se cristãos ortodoxos posteriores dos séculos II, III ou IV concordaram com os pontos de vista encontrados no livro de Colossenses e decidiram que deveria ser incluído na Bíblia, seu autor era um falsificador honesto. Contudo, outros autores que defendiam pontos de vista que cristãos posteriores rejeitaram eram falsificadores desonestos. E como os próprios autores saberiam se séculos depois seus pontos de vista seriam aceitos ou não? Bem, é óbvio que eles não teriam como saber. Então, sua honestidade ou desonestade está baseada em circunstâncias alheias ao seu controle.¹⁰⁶

Uma perspectiva alternativa

Todos os estudiosos que citei têm três coisas em comum. Todos sustentam que o que estou chamando de falsificação — a alegação de um autor ser alguém que não é — não era uma prática enganosa; todos baseiam seus pontos de vista em declarações provenientes de estudiosos anteriores em vez de em um exame das fontes antigas; e todos eles escolheram não oferecer um único fragmento de evidência.

Que esses pontos de vista são errados deve ficar claro já a partir de meu rápido exame das evidências antigas no capítulo 1. Se falsificação nunca foi considerada algo errado, por que em todos os casos conhecidos de uma pessoa sendo apanhada ela é censurada, agredida ou punida? E, se o propósito não era enganar os leitores, qual era?

Consideremos apenas as motivações que levavam autores a alegar ser outra pessoa. Alguns falsificadores faziam isso para descobrir se conseguiam ou não ser desmascarados. Bem, se ninguém era enganado, como eles poderiam ser desmascarados? Alguns faziam para ganhar dinheiro. Mas, se ninguém era enganado, quem pagaria o dinheiro? Outros usavam a falsificação para lançar suspeitas

sobre o caráter de outrem, a pessoa que supostamente escreveu o texto. Mas, se os leitores sabiam que o suposto autor não era o real autor, como essa tática poderia funcionar? Alguns autores falsificavam documentos com objetivos militares ou políticos, para, em nome de uma autoridade, convencer as pessoas a se engajar em algum tipo de ação violenta ou golpe. Mas o que seria convincente se a autoridade não fosse a pessoa que alegava ser? Outros falsificadores, provavelmente a maioria entre os cristãos, produziam seus trabalhos em nome de outro para garantir que seus pontos de vista circulassem amplamente. Mas, se era *sabido* que o suposto autor, na verdade, não escrevera o livro — se ele na verdade *não* era escrito por Platão, Pedro ou Paulo —, por que alguém se daria ao trabalho de lê-lo?

Pode-se examinar todas as motivações que documentei com base em fontes antigas. Nenhuma delas faz sentido se a falsificação não “funcionasse”, ou seja, se ninguém fosse enganado. E, como já disse, o fato de que as pessoas eram enganadas pode explicar as reações negativas e algumas vezes violentas dos leitores que se davam conta de terem sido enganados.

Por isso há outro grupo de estudiosos que fala de falsificação e a chama do que é: um logro intencional. Esses outros estudiosos leram o que as fontes antigas têm a dizer sobre essa prática. Meu próprio professor Bruce M. Metzger, que conhecia as fontes antigas como a palma da mão, fez a pergunta retórica do primeiro grupo de estudiosos que mencionei: “Como se pode saber com tanta confiança que tais produções ‘não enganavam ninguém’? Se ninguém era enganado pelo artifício da pseudoepigrafia, é difícil entender por que ela era adotada.”¹⁰⁷

Um dos melhores estudiosos alemães a discutir a falsificação no mundo antigo, Norbert Brox afirma explicitamente após repassar todas as discussões antigas:

O conhecimento contemporâneo sobre falsificação mostra, sem qualquer dúvida, que a falsificação literária, mesmo naquela época, levantava a questão de sua própria moralidade e não era absolutamente tolerada como uma prática comum, puramente rotineira e aceitável.¹⁰⁸

E a principal autoridade em falsificação nos tempos modernos, o acadêmico austríaco Wolfgang Speyer, indica claramente no começo de seu gigantesco estudo do fenômeno: “Todo tipo de falsificação distorce os fatos do caso, e, nesse sentido, a falsificação pertence ao âmbito da mentira e do embuste.”¹⁰⁹

PSEUDOPIGRAFIA COMO PRÁTICA ACEITA

Outros estudiosos que não desejam que seus leitores tenham uma imagem ruim das falsificações (em especial aquelas na Bíblia) fazem mais do que simples afirmações genéricas de que os falsificadores não estavam enganando. Esses outros estudiosos dão motivos e circunstâncias especiais sob os quais a utilização de um nome falso era uma prática aceitável na Antiguidade. Acadêmicos que agem assim podem ser reunidos em três grandes escolas de pensamento.

Pseudoepigrafia no Espírito

Um ponto de vista popular entre acadêmicos por anos foi o de que quando um autor cristão antigo escreveu um livro no nome de outro, foi por ter sido inspirado a fazê-lo pelo Espírito de Deus. Quando dito secamente, isso soa muito como uma alegação teológica (e possivelmente não muito boa); mas não necessariamente. Você não precisa acreditar que o Espírito Santo inspirou uma pessoa a escrever assim; pode apenas achar que a pessoa *acreditou* ter sido levada pelo Espírito a escrever em nome de uma antiga autoridade cristã. Para essa pessoa que acreditava estar inspirada, as palavras que escreveu vieram de uma autoridade impecável (por exemplo, um apóstolo).

Um dos principais defensores desse ponto de vista foi o acadêmico alemão Kurt Aland, que alegou que os primeiros “profetas” cristãos acreditavam terem sido inspirados pelo Espírito, e assim disseram uma espécie de “palavra profética” cuja autoridade não eram eles mesmos, mas o Espírito Santo. “Autoridades” cristãs, em dado momento, começaram a escrever essas palavras proféticas. Mas um autor não podia escrever em seu próprio nome, como se sua autoridade pessoal pudesse sustentar uma ideia ou palavras fornecidas pelo Espírito. Em vez disso, o autor era uma espécie de ferramenta utilizada pelo Espírito (na crença do autor) para transmitir sua própria mensagem. Aland alegou:

Não só a ferramenta [isto é, o autor humano] pela qual a mensagem era transmitida era irrelevante, como [...] corresponderia a uma falsificação até mesmo nomear a ferramenta, porque [...] não era o autor do escrito quem de fato falara, mas apenas a testemunha autêntica, o Espírito Santo, o Senhor, os apóstolos.

Resultado:

Quando escritos pseudônimos do Novo Testamento invocavam a autoridade apenas dos apóstolos mais proeminentes, esse não era um truque habilidoso dos chamados falsificadores para garantir a maior reputação e a maior circulação possíveis para sua obra, mas a conclusão lógica da pressuposição de que o próprio Espírito era o autor.¹¹⁰

A despeito da popularidade desse ponto de vista entre alguns estudiosos em certo momento, ele na verdade nunca foi disseminado. Para começar, não fazia sentido dizer que, na mais antiga tradição cristã, os autores se recusavam a usar seus nomes porque era o Espírito que falava por intermédio deles. Nossa primeiro autor foi Paulo, e ele usa o próprio nome.

Em segundo lugar, se os autores queriam alegar que era o Espírito falando por intermédio deles, que não baseavam sua mensagem em sua própria autoridade, por que não dizer somente: “Assim diz o Senhor”, ou “Assim diz o Espírito”? Por que alegariam ser outro humano — Pedro, Paulo ou Tiago —, sabendo que não eram? Ou seja, esse ponto de vista pode explicar escritos *anônimos* iniciais, mas não explica a única coisa que está tentando explicar: escritos *pseudônimos* iniciais. E, em

particular, não explica por que um autor falsamente usaria para si mesmo um nome em vez de outro. Se era o Espírito que inspirava o autor, por que este chamaria a si mesmo de Pedro? Por que não João, Paulo ou Tiago? Ou, como sugeri, por que não dar nome algum? Consequentemente, essa explicação, embora interessante, não é convincente.

Reatualizando a tradição

A próxima explicação de como a autoria pseudoepigráfica poderia ser vista como uma prática aceitável é um pouco mais complicada. Resumindo, ela argumenta que, se um autor se considerava um representante posterior de pontos de vista defendidos por um autor famoso anterior (que morrera, por exemplo), poderia escrever um documento em nome dessa pessoa. O objetivo não era alegar ser realmente aquela pessoa, mas sugerir que os pontos de vista apresentados no documento eram os daquela autoridade anterior. Ou, pelo menos, seriam os pontos de vista daquela autoridade caso ainda estivesse viva para lidar com a nova situação que surgira desde sua morte.

O termo técnico para esse tipo de procedimento é “reatualizar a tradição”. Uma tradição é qualquer ponto de vista, ensinamento ou história transmitido por escrito ou oralmente. Uma tradição é “reatualizada” quando é tornada ativamente relevante (reativada) para uma nova situação.

Suponha que um autor muito influente em 1917 condenou os cristãos que bebiam álcool alegando que fazer isso os fazia perder os sentidos e se comportar de modo irresponsável. Cinquenta anos depois, surgira um novo problema: as pessoas haviam começado a usar drogas alucinógenas. Um novo autor quer dizer aos cristãos que não devem fazer tal coisa. O novo autor, vivendo em 1967, escreve um ensaio alegando ser o famoso e respeitado autor de 1917, condenando não apenas o consumo de álcool, mas também o uso de drogas. Esse novo autor se insere na tradição do autor anterior e faz a tradição se aplicar à situação “atual” que está abordando. Em outras palavras, ele “reatualiza” a tradição. Ao usar o nome do autor de 1917 ele não está exatamente alegando *ser* aquela pessoa, mas *continuando a tradição* daquela pessoa.

Essa, pelo menos, é a teoria, e tem sido aplicada por alguns estudiosos ao fenômeno da pseudoepigrafia no Novo Testamento. Como argumentou um acadêmico britânico, a pseudonímia era “uma prática aceitável, sem a intenção de enganar”, porque um autor pseudoepigráfico, continuando a tradição de um autor anterior, “poderia apresentar sua mensagem como a mensagem do criador daquela tradição, porque, a seus olhos, era o que era. [...] Não havia intenção de enganar, e quase certamente os leitores finais não eram de fato enganados”.¹¹¹

Pode-se identificar um dos problemas-chave desse ponto de vista. Se a pessoa que falsificou epístolas do Novo Testamento de, digamos, Pedro e Paulo não tinha “intenção de enganar” e “na verdade” não enganou ninguém, mas uma vez ficamos com o problema de por que todos (por muitos, muitos séculos) foram enganados. Por 1.700 anos todos que leram essas cartas acharam que Pedro e

Paulo as escreveram. E mais uma vez ficamos com a questão: qual é a *evidência* de que “reatualizar a tradição”, assumindo um nome falso, era uma prática muito seguida e aceitável?

O principal defensor desse ponto de vista é o acadêmico americano David Meade, que publicou sua tese de doutorado sobre o tema.¹¹² Meade argumenta que a evidência da prática está na Bíblia hebraica. Ele diz que era de costume escritos de vários autores serem repassados sob o nome da pessoa que iniciou a tradição à qual eles pertenciam. Estudiosos da Bíblia hebraica sustentaram por mais de um século, por exemplo, que o livro de Isaías não foi escrito inteiramente pelo famoso Isaías de Jerusalém no século VIII a.C. Os capítulos quarenta a 55, por exemplo, provavelmente foram escritos por outra pessoa que viveu 150 anos depois, na época em que a nação de Judá estava no cativeiro na Babilônia.

Como observa Meade, Isaías 40-55 foi transmitido como parte do livro de Isaías. Mas, na opinião de Meade, o autor desses capítulos não estava tentando enganar ninguém ao levar a pensar que era de fato Isaías de Jerusalém, de um século e meio antes. Meade argumenta que ele apenas alegava pertencer à mesma tradição profética de Isaías de Jerusalém. Da mesma forma, os 11 capítulos finais de Isaías, que foram escritos por um terceiro autor, que viveu ainda mais tarde. Como diz Meade, ao chamar esses autores posteriores de “Isaías”, os judeus não faziam uma alegação sobre as “origens literárias” de seus escritos (isto é, sobre quem originalmente escreveu seus livros), mas sobre sua “tradição de autoridade” (isto é, sobre qual tradição — a de Isaías — eles continuavam para o novo dia).

Meade também encontra esse tipo de tradição em outros trechos da Bíblia hebraica e conclui que, no que diz respeito ao Novo Testamento, os autores estão fazendo algo muito similar. O autor de 2 Pedro, por exemplo, que não era realmente Pedro, alega ser Pedro não por querer que as pessoas pensem que ele é Pedro. Ele não pretende mentir sobre isso. Está indicando a que tradição — a de Pedro — ele considera pertencer.

Alguns estudiosos foram atraídos para essa teoria, já que ela pode explicar como atores podiam fazer falsas alegações sobre si mesmos sem mentir sobre isso, e ela parece se encaixar na antiga tradição judaica de autoria. Mas há problemas muito grandes com essa teoria.

Em primeiro lugar, a maior parte da evidência não funciona. Não temos certeza de quem escreveu Isaías 40-55, além de dizer que, para início de conversa, não foi Isaías de Jerusalém quem o fez e, depois, que provavelmente o autor foi um israelita que viveu durante o cativeiro babilônico. Não sabemos se ele mesmo acrescentou manualmente seus escritos aos de Isaías de Jerusalém (por exemplo, no mesmo rolo), ou se escreveu seu livro usando muitas das ideias de seu predecessor. Isso significa dizer que pode ter sido outra pessoa que juntou os dois escritos, de modo que o autor do que é hoje Isaías 40-55 não estava fazendo qualquer alegação de autoria, mas apenas escrevendo anonimamente. Ademais, em nenhum momento o autor de Isaías 40-55 alega ser Isaías. Isso é um claro contraste com, digamos, o autor de 2 Pedro, que alega ser Pedro, ou com o autor de Efésios, que alega ser Paulo.

Entretanto, ainda mais problemático é o fato de que escritores do século I, quando os livros do Novo Testamento estavam sendo escritos, não *sabiam* que Isaías 40-55 não tinha sido escrito por Isaías de Jerusalém. Ao contrário, supunha-se, em geral, que Isaías escrevera Isaías inteiro! Essa ideia de que autores posteriores estavam reatualizando a tradição se baseia em visões do século XX, de autoria da Bíblia hebraica que ninguém no mundo antigo conhecia. Não há registro de alguém no mundo antigo reconhecer esse ponto de vista, falar sobre ele, refletir sobre ele, adotá-lo, defendê-lo ou divulgá-lo. Nenhum autor antigo sequer *menciona* esse ponto de vista. Como uma pessoa do século I, como o autor de Colossenses, poderia ter ideia do que havia acontecido com os escritos de Isaías quinhentos anos antes? Ele vivia em um país diferente e falava um idioma diferente; ele não era judeu; ele lia Isaías em grego em vez de hebraico; e para ele todo Isaías tinha sido escrito por Isaías.

Ainda há mais um problema com esse ponto de vista. Mesmo que fosse verdade que o autor de 2 Pedro se imaginava continuando a tradição de Pedro, isso justificaria sua alegação de *ser* Pedro? Qual é a lógica de alegar ser a pessoa cujos pontos de vista você aceita? Uma das razões pelas quais essa lógica é falha é que havia muitos cristãos representando muitos pontos de vista, muitos dos quais se contradiziam. Como os defensores de uma tradição teriam reagido a outros que alegavam ser da *mesma* tradição, mas tinham algo diferente a dizer? Pense no autor das pastorais, que alegou ser Paulo embora não fosse, e o autor dos *Atos de Paulo*, que alegou representar a proclamação de Paulo, ainda que não representasse. Eles tinham pontos de vista opostos sobre as mulheres e seu papel na Igreja. Deveríamos pensar que os antigos cristãos que aceitavam a visão das pastorais considerariam aceitável o autor de *Atos de Paulo* colocar na boca de Paulo palavras que ele não disse? Claro que não. O autor dos *Atos de Paulo* acharia aceitável que o autor das pastorais alegasse ser Paulo não sendo? Não. O que cada um desses autores teria dito do outro? Eles chamariam o outro autor de mentiroso. E teriam classificado os livros do outro autor de *pseuda* (falsidade, mentira) e *notha* (bastardo).

Escolas filosóficas

Outra razão pela qual a explicação de Meade para a falsificação é falha é que a maioria dos autores do Novo Testamento não fazia parte da tradição judaica. Eles eram gentios. Então, outros estudiosos tentaram encontrar uma base para legitimar escritos pseudoepigráficos na tradição pagã, em que esses autores tinham suas raízes. Esses estudiosos algumas vezes alegam que era comum os discípulos de um filósofo escreverem tratados e não assinarem o próprio nome, mas sim o nome do mestre. Isso, alega-se, era feito em um ato de humildade, com os autores sentindo que suas ideias não eram suas, tendo sido dadas a eles pelo líder de sua escola filosófica. Por isso, para dar o devido crédito, ligavam o nome de seu mestre aos seus próprios escritos.

Estudiosos do Novo Testamento costumam afirmar que isso pode explicar por que alguém alegou ser Paulo ao escrever Colossenses, Efésios ou as epístolas pastorais. Em um dos comentários-padrão sobre Colossenses, por exemplo, lemos o seguinte:

Documentos pseudônimos, especialmente cartas de conteúdo filosófico, eram colocados em circulação porque discípulos de um grande homem pretendiam expressar, por imitação, sua adoração ao mestre reverenciado e garantir ou reforçar sua influência sobre uma geração posterior em circunstâncias modificadas.¹¹³

Um comentarista mais recente de Colossenses e Efésios afirma algo semelhante:

Ver Colossenses (ou Efésios) como sendo deuteropaulinos não deve ser confundido com significar que esses documentos são simplesmente exemplos de falsificação. Por exemplo: escrever em nome de um filósofo que era seu patrono podia ser visto como um sinal de honra concedida àquela pessoa.¹¹⁴

Devo destacar que, como acontece com frequência, nenhum desses comentaristas oferece qualquer evidência de que essa fosse uma prática comum em escolas filosóficas. Eles afirmam como se fosse um fato. E por que acham que é um fato? Para a maioria dos estudiosos do Novo Testamento, isso é considerado um fato porque, bem, tantos estudiosos do Novo Testamento disseram isso! Mas pergunte a alguém que faz essa alegação qual é sua fonte antiga de informação ou qual filósofo antigo afirma que isso era uma prática comum. Em geral, receberá de volta um olhar vazio.

Os acadêmicos que mencionam evidências antigas para essa suposta prática costumam apontar duas fontes principais.¹¹⁵ Mas uma delas não diz tal coisa. É o filósofo neoplatônico do século III, Porfírio, que supostamente teria dito que na escola do antigo filósofo Pitágoras (que viveu oitocentos anos antes) era prática comum os discípulos escreverem livros assinando com o nome de seu mestre.¹¹⁶ É um pouco difícil rastrear essa afirmação de Porfírio, porque não está em seus escritos gregos preservados; está apenas em uma tradução de uma de suas obras para o árabe, do século XIII.¹¹⁷

Duvido que qualquer dos estudiosos do Novo Testamento que se referem a essa afirmação de Porfírio realmente a tenha lido, já que está em árabe, e a maioria dos estudiosos do Novo Testamento não lê árabe. Eu também não. Mas tenho um colega que lê, Carl Ernst, um especialista em islamismo medieval. Pedi que o professor Ernst traduzisse para mim. Ficou claro que Porfírio não diz nada sobre seguidores de Pitágoras escrevendo livros e assinando o nome dele. Em vez disso, diz que o próprio Pitágoras escreveu oitenta livros; duzentos foram escritos por seus seguidores, e 12, “falsificados” em nome de Pitágoras. Os 12 livros são condenados por usar o nome de Pitágoras, sendo que ele não os escreveu. Os falsificadores são chamados de “pessoas desavergonhadas” que “inventaram livros falsos”. Não é dito que os duzentos livros teriam sido escritos pelos discípulos de Pitágoras em nome dele; foram apenas livros escritos por seguidores de Pitágoras.

Essa, portanto, é uma das duas referências antigas algumas vezes citadas por estudiosos para indicar que a prática de escrever em nome do mestre era “comum”. Nos outros escritos de Porfírio,

bem como nesta passagem, ele demonstra grande interesse em saber quais livros são autênticos e quais são falsificados, e condena as falsificações, incluindo o livro de Daniel, do Antigo Testamento, que acredita que não poderia ter sido escrito por um israelita no século VI a.C.

A outra referência a uma tradição das escolas filosóficas diz o que os estudiosos afirmaram dizer. Está nos escritos de Jâmblico, outro filósofo neoplatônico aproximadamente da mesma época de Porfírio. Em seu relato sobre a vida de Pitágoras, Jâmblico diz o seguinte:

Essa também é uma bela circunstância, que eles [isto é, os seguidores de Pitágoras] tenham atribuído tudo a Pitágoras e chamado por seu nome, e que não tenham dado a si mesmos a glória de suas próprias invenções, exceto muito raramente. Pois há muito poucos cujas obras são reconhecidas como sendo suas.¹¹⁸

Há muitos problemas em considerar esta declaração como uma indicação do que “normalmente” acontecia nas escolas filosóficas da Antiguidade, como um modelo para o que os autores cristãos fizeram quando alegaram ser Pedro, Paulo, Tiago, Tomé, Filipe e outros:

1. Para essa tradição ter tido impacto em tantos autores cristãos antigos, precisaria ser amplamente conhecida. Mas não era. A tradição não é mencionada por um único autor desde a época de Pitágoras (século VI a.C.) até a de Jâmblico (século III a IV d.C.). Consequentemente, nada sugere que esse ponto de vista era muito conhecido. Ao contrário, ninguém parece ter tomado conhecimento disso durante oitocentos anos.
2. Mais especificamente, Jâmblico vivia duzentos anos após terem sido escritos 1 e 2 Pedro e as deuteropaulinas. Não há referência a essa tradição existir na época dos textos do Novo Testamento. Mal poderia ser considerada uma prática amplamente aceita na época.
3. Jâmblico se refere ao que aconteceu em apenas uma de muitas escolas filosóficas. Ele não diz nada sobre uma ampla tradição em escolas filosóficas fora de círculos pitagóricos.
4. Como destacaram estudiosos recentes do pitagorismo, há razão para crer que o que Jâmblico diz não é correto nem para a escola pitagórica.¹¹⁹
 - a. Em primeiro lugar, ele escreveu oitocentos anos após Pitágoras, e não teria como saber se o que estava dizendo era verdade. Pode ter apenas suposto que era como funcionava.
 - b. Nenhum dos outros filósofos ou historiadores que falam sobre Pitágoras e sua escola antes de Jâmblico dizem qualquer coisa sobre obras pseudônimas escritas em seu nome.
 - c. O comentário de Jâmblico é casual e extemporâneo.
 - d. Para completar, quando a afirmação de Jâmblico pode ser verificada, parece estar errada. A imensa maioria dos escritos da escola pitagórica não foi feita em nome de

Pitágoras. Seus seguidores escreveram sob os próprios nomes.¹²⁰

Consequentemente, o comentário breve e casual de Jâmblico (que, é bom lembrar, viveu mais de duzentos anos após Paulo e Pedro) não pode, de modo algum, ser considerado evidência do que acontecia nos dias de Pitágoras e seus alunos (seiscentos anos antes de Paulo e Pedro), muito menos do que costumava acontecer nas escolas filosóficas, que dirá do que provavelmente acontecia nos primórdios do cristianismo.¹²¹

Por essas razões, os estudiosos do Novo Testamento precisam revisar seus pontos de vista sobre escolas filosóficas e seu impacto nas práticas de falsificação dos antigos cristãos. Não há praticamente nada sugerindo que havia nessas escolas uma tradição de praticar pseudoepigrafia como ato de humildade. Eu sugeriria que os estudiosos se aferraram à ideia porque ela lhes dá uma chance de falar sobre o que acontecia na tradição literária dos primórdios do cristianismo sem dizer que os antigos autores cristãos eram culpados por falsificação.

A HIPÓTESE DO SECRETÁRIO

Os três grupos de estudiosos que mencionei acham que, sob certas condições, a pseudoepigrafia era uma prática aceitável na Antiguidade. Por essa razão, na opinião desses estudiosos, os autores de antigos escritos cristãos não devem ser vistos como mentirosos quando alegam ser outra pessoa que não eles mesmos. Há outra escola de pensamento a considerar que diz que, em alguns casos, o que *parece* ser falsificação, não é. Os acadêmicos que defendem isso não alegam, com base teológica, que não pode existir algo como falsificação nos primórdios do cristianismo. Eles alegam, com base histórica, que alguns livros que parecem ser pseudônimos não são. Isso porque o verdadeiro autor, que realmente era quem alegava ser, usou um secretário, e o secretário escreveu em um estilo diferente daquele do próprio autor. Algumas vezes, o verdadeiro autor pode ter ditado uma carta a um secretário, palavra por palavra. Mas, em outras oportunidades, pode ter pedido ao secretário para retrabalhar a carta e melhorar o estilo. Em certos casos, um autor pode ter apenas pedido ao secretário que escrevesse uma carta para ele, de modo que tanto o conteúdo quanto o estilo da carta são do secretário, mesmo que a “autoridade” final seja do autor indicado.

Essa é uma teoria muito popular; pode ser encontrada por toda parte em comentários bíblicos nas epístolas deuteropaulinas e petrinhas. Isso explica por que 1 Pedro parece ter um estilo de redação diferente de 2 Pedro. Explica por que os pontos de vista da contestada epístola “paulina” aos Efésios parece diferir tão radicalmente dos pontos de vista da epístola não contestada aos romanos. Quase todos os problemas que tenho chamado de falsificações podem ser resolvidos caso secretários estivessem envolvidos na redação dos escritos cristãos iniciais. A despeito da popularidade dessa teoria, argumentarei, mais uma vez que não há evidências com credibilidade para sustentá-la.

Livros inteiros foram dedicados a essa questão em anos recentes. O mais completo e exaustivo é de E. Randolph Richards, intitulado *The Secretary in the Letters of Paul*.¹²² Richards examina todas as provas de secretários no mundo antigo. Ele vasculha diligentemente as cartas do mais famoso escritor de cartas de Roma, o estadista e filósofo Cícero. Na maioria dessas cartas, Cícero usou secretários. Richards avalia todas as outras grandes figuras do império que reconhecidamente usaram secretários (Bruto, Pompeu e Marco Aurélio, por exemplo). Examina toda evidência de secretários que consegue encontrar nas cartas antigas preservadas em papiros, a maioria descoberta no Egito ao longo do século passado. E estuda o que as próprias fontes cristãs antigas têm a dizer sobre cartas e secretários. É um estudo completo e muito útil.

Não há dúvida de que o apóstolo Paulo eventualmente usou um secretário. Um de seus secretários nos conta que escreveu a carta! Em Romanos 16,22, lemos: “Eu, Tércio, que escrevi esta carta, vos saúdo no Senhor.” Tércio não quer dizer que foi o “autor” da carta. Foi o escriba que escreveu o que Paulo mandou que escrevesse. Paulo também usou um escriba para sua carta aos Gálatas, já que, no fim, ele diz a seus leitores: “Vede com que tamanho de letras vos escrevo, de próprio punho.” (6,11) Os comentaristas concordam que Paulo ditou a carta a um secretário, mas no fim estava escrevendo ele mesmo. Usou uma caligrafia maior por não ser tão habilidoso na escrita quanto o secretário, por ter problemas de visão e por isso escrever letras maiores, ou por outro motivo.

Paulo usou um secretário para todas as suas cartas? Impossível dizer. Os secretários contribuíram com o conteúdo das cartas? Isso é mais fácil dizer. A despeito do que os estudiosos frequentemente alegam, todas as evidências de que dispomos sugerem que a resposta é não. A mesma evidência se aplica aos autores de 1 Pedro, 2 Pedro, e a todos os outros escritores cristãos iniciais.

Em seu estudo, Richards argumenta que os secretários foram usados de quatro formas distintas para escrever cartas. Na maioria das vezes, um secretário apenas registrava o que o autor ditava a ele, devagar, sílaba por sílaba; em uma espécie de estenografia quando o autor falava em velocidade normal; ou de alguma forma intermediária. Em outras oportunidades, um secretário recebia do autor o pedido de corrigir a gramática e melhorar o estilo do que o autor escrevera ou ditara. Em certos casos, alega Richards, o secretário era uma espécie de coautor que contribuía com seus próprios pensamentos e ideias para uma carta. E algumas vezes, afirma Richards, o secretário redigia toda uma carta para o autor, de modo que todas as palavras e ideias eram do secretário, mesmo que o autor assinasse o que ele havia escrito.

Se secretários trabalhavam regularmente, ou pelo menos de vez em quando, dessas últimas formas, faria sentido que diferentes cartas do mesmo “autor” pudessem parecer muito diferentes uma da outra não apenas no estilo de redação, mas no conteúdo. Então, qual é a evidência de que funcionava desse jeito?

Não há dúvida sobre a primeira categoria de Richards. Há muitas evidências — todas podem ser lidas no estudo de Richards — de que autores com frequência ditavam cartas em vez de eles próprios as escreverem. Quando isso acontecia, o autor era de fato o autor. Ele não levou a pena ao papiro, mas os pensamentos são os seus, as palavras são as suas, a gramática é a sua. Nenhum problema.

É com as três outras categorias que começamos a ter problemas. Um problema muito grave é a natureza de nossas evidências. Quase todas elas são de autores muito ricos e poderosos, e atípicamente educados. Eram a elite máxima, o nível mais alto da elite culta: imperadores, cônsules e senadores. É uma questão legítima quão relevante é essa evidência para pessoas que pertenciam às classes inferiores, que poderiam ser medianamente educadas, o que as colocaria muito à frente da maioria das pessoas, claro, mas muito abaixo de um Cícero ou um Marco Aurélio. Os papiros — ou seja, as cartas particulares escritas pelas pessoas comuns em vez da nata da sociedade — não nos ajudam em nada na compreensão dessas três categorias.

Outro problema diz respeito à natureza das “cartas” envolvidas. A maioria das cartas no mundo greco-romano era muito breve e objetiva. Tinham uma página ou menos. Apresentavam um conteúdo muito limitado. Mais comumente, o autor dizia quem era, indicava a quem estava escrevendo, fazia um rápido agradecimento aos deuses pelo destinatário, dava sua informação ou fazia seu pedido e assinava. Blá-blá-blá e pronto.

A razão pela qual isso é um “problema” é que as cartas dos primórdios do cristianismo que nos interessam — a epístola aos Efésios, por exemplo, ou 1 Pedro — não são assim. São longos tratados em forma de carta que lidam com questões grandes e complexas. Elas têm as características estilísticas de cartas antigas: os nomes de autor e destinatário, uma graça, o corpo da carta e o encerramento. Mas são muito mais extensas que as cartas típicas, por exemplo, em suas exposições teológicas, exortações éticas e citações e interpretações de Escrituras. Essas “cartas” do Novo Testamento, na verdade, parecem ensaios em forma de carta — de modo que as evidências derivadas das breves cartas estereotipadas, em geral encontradas em círculos gregos e romanos, não necessariamente se aplicam às “cartas” dos primeiros cristãos.

Com essas restrições em mente, o que podemos dizer sobre as três outras categorias que Richards apresenta: secretários que melhoraram o estilo de um autor, que são coautores da carta ou que redigem a carta? Há algumas evidências, embora limitadas, de que eventualmente os secretários eram solicitados a melhorar o estilo de um autor. A evidência é toda dos estratos superiores da classe alta da antiga Roma, uma carta do comandante militar Bruto e outra do imperador Marco Aurélio, por exemplo. É difícil saber se esse procedimento era muito usado, ou alguma vez usado fora dos círculos ultrarricos da aristocracia proprietária de terras.

A evidência dos outros tipos de cartas — pelo menos como citadas por Richards — é quase inexistente, como ele mesmo diz. Ao falar sobre a possibilidade de que algumas cartas tenham sido escritas em parceria por autor e seu secretário, Richards indica um possível exemplo: cartas escritas por Cícero e seu secretário Tiro. Mas depois Richards ameniza a sugestão de que Tiro foi coautor de cartas com Cícero e mostra por que a sugestão provavelmente é errada. De forma marcante, este é o único exemplo que Richards cita antes de concluir: “É evidente, então, [...] que secretários eram usados como coautores!” É difícil entender o que torna isso “evidente” quando ele não citou um único caso. Talvez outros estudiosos (ou o próprio Richards) possam um dia encontrar alguma evidência.

Há um problema similar com a ideia de que secretários algumas vezes redigiam cartas em nome de outra pessoa. É verdade que analfabetos algumas vezes contratavam os serviços de um secretário escriba para redigir uma transmissão de terras, uma certidão de casamento, recibo de vendas ou outro documento, e que eventualmente (ainda que bem pouco) usavam secretários escribas para redigir breves cartas estereotipadas. Mesmo as classes superiores algumas vezes instruiriam um secretário a produzir uma rápida carta estereotipada em seu nome para alguém, como evidenciado em várias oportunidades no caso de Cícero. No que diz respeito às evidências de Cícero, apenas ele fazia isso. Mas redigir uma breve carta estereotipada é completamente diferente de compor uma carta longa, detalhada, bem-argumentada, cuidadosamente refletida e cheia de nuances, como 1 Pedro ou Efésios. Que evidência há de que a redação de cartas-ensaio desse tipo já foi dada a um secretário? Não há nenhuma de que eu tenha conhecimento.

Richards também não encontrou nenhuma evidência. Quando Cícero pediu que um secretário redigisse uma rápida carta estereotipada e fizesse parecer com que saíra dele, ele estava fazendo algo que nenhuma outra pessoa na Antiguidade é conhecida por ter feito. Como o próprio Richards diz: “É tentador concluir que um pedido de autor por um embuste era de fato raro, talvez singularmente limitado a Cícero e naquele momento de sua vida” (isto é, quando ele estava velho, cansado e sem disposição de escrever uma carta).¹²³

E quanto a outros secretários que possam ter redigido uma carta (ao menos uma carta-ensaio) para outro autor? Mais uma vez, segundo Richards: “Em parte alguma havia *qualquer* indício de que um secretário comum tenha sido solicitado a redigir, muito menos supostamente redigido uma carta para o autor.” Ao contrário, “sem uma referência explícita ao uso de um secretário como redator de uma carta, esse método secretarial provavelmente não deveria sequer ser considerado uma opção válida”.¹²⁴ Certamente não há tal referência explícita nas cartas deuteropaulinas ou petrinhas.

Não tenho conhecimento de uma única evidência ou uma única analogia sugerindo que Pedro ou Paulo usaram um secretário que tenha, significativamente ou não, contribuído para o conteúdo da carta. Por isso, é importante considerar não só o estilo de redação, mas também o conteúdo ao avaliar se Paulo escreveu ou não, digamos, Efésios ou 1 Timóteo, ou se Pedro escreveu ou não 1 ou 2 Pedro. Quando uma pessoa alegava ter escrito uma carta, assumia o conteúdo. Algumas vezes, uma carta atribuída a Paulo está em contradição com o que Paulo diz em outro ponto, como quando Efésios difere da visão de Paulo sobre a ressurreição dos crentes em sua carta aos romanos. Como secretários não produziram o conteúdo de cartas (pelo menos cartas-ensaio desse tipo), um secretário não podia ser responsável pela diferença. Então, provavelmente, de modo algum Paulo foi responsável pela carta questionada. Em outros momentos, o que se encontra em uma carta pode, de forma plausível, ser explicado como sendo do autor indicado. Quem escreveu 1 Pedro, por exemplo, foi um cristão de língua grega muito educado que sabia como usar recursos retóricos gregos e podia citar o Antigo Testamento grego com elegância e sutileza. Isso não se aplica ao pescador sem educação, analfabeto, de língua aramaica do interior da Galileia, e ela não parece ter sido produzida por um secretário agindo em seu nome.

Como apontei no capítulo 2, também ajuda pensar de que forma a hipótese do secretário poderia explicar como o próprio Pedro poderia ter escrito 1 Pedro. Ele não poderia ter ditado a carta a um secretário, porque não tinha formação em técnicas gregas de composição e retórica. Nem poderia ter ditado a carta em aramaico e pedido que o secretário a traduzisse para o grego, porque a carta contém formas sofisticadas de argumentação e apresentação que funcionam apenas em grego e pressupõem conhecimento do Antigo Testamento grego, não da versão hebraica que o próprio Pedro provavelmente conhecia. E não parece possível que Pedro tenha dado a ideia geral do que desejava dizer, e um secretário tenha redigido a carta para ele em seu nome, já que, para começar, o então secretário, e não Pedro, seria o verdadeiro autor da carta, e, segundo e ainda mais importante, não parece haver qualquer analogia de um procedimento assim no mundo antigo.

Os historiadores têm de decidir o que provavelmente aconteceu no passado. O que é mais provável: um cenário que não tem qualquer analogia conhecida (Pedro pedindo a alguém para escrever um tratado em seu nome) ou um cenário com muitas analogias, já que acontecia o tempo todo? Falsificações aconteciam o tempo todo. Certamente essa é a melhor explicação para o que está acontecendo aqui.

O mesmo se aplica às cartas com o nome de Paulo que ele não escreveu, nas quais o conteúdo, não apenas o estilo, difere significativamente dos pontos de vista do próprio Paulo. Essas cartas não foram produzidas por secretários. Foram produzidas por autores cristãos posteriores, alegando ser Paulo. Consequentemente, a hipótese do secretário, por mais promissora que pareça à primeira vista, não consegue explicar as falsificações do Novo Testamento.

CONCLUSÃO

Posso amarrar estes quatro primeiros capítulos fazendo uma série de afirmações resumidas. Houve muitas falsificações literárias nos primórdios do cristianismo; algumas podem ser encontradas no Novo Testamento. Elas são falsificações, livros cujos autores alegam ser personagens de autoridade bem conhecidos, embora sejam outra pessoa. Alguns estudiosos hoje evitam o termo “falsificação” e chamam esses escritos de pseudônimos ou pseudoepigráficos; tecnicamente, esses termos estão corretos, mas são imprecisos. Escritos pseudônimos incluem escritos produzidos por um nome fantasia, e nenhum dos escritos que analisamos se encaixa nessa categoria. Escritos pseudoepigráficos incluem escritos originalmente anônimos que mais tarde foram erroneamente atribuídos a figuras conhecidas. Os livros de que estamos falando aqui são de autores que mentiram sobre sua identidade para levar seus leitores a pensar que eram alguém que não eram. O termo técnico para esse tipo de atividade é falsificação.

A falsificação na Antiguidade era diferente da falsificação hoje em alguns aspectos importantes, e essas diferenças precisam ser sempre levadas em consideração. O mais importante: atualmente, falsificação conota uma atividade ilegal que pode colocar a pessoa na cadeia. No mundo antigo, não

havia leis contra tais coisas, então a prática não podia ser considerada ilegal. Mas essa diferença não é suficientemente significativa para exigir que usemos um termo diferente para a prática. “Livros” no mundo antigo, por exemplo, eram muito diferentes dos livros de hoje. Eram escritos em rolos, e não eram produzidos em massa. Ainda assim, isso não impede ninguém de chamá-los de livros. As falsificações no mundo antigo eram de algumas formas diferentes das falsificações hoje, mas ainda são falsificações.

As conotações negativas do termo são adequadas ao fenômeno antigo. Autores antigos chamavam tais obras de falsamente atribuídas, mentiras e “filhos ilegítimos”. Muitas tentativas de estudiosos modernos verem a prática sob uma luz mais favorável apenas não resistem ao escrutínio. As alegações mais comuns, tanto entre acadêmicos quanto entre leigos, são de que a prática era aceita em escolas filosóficas ou que o fenômeno pode ser explicado supondo que um autor se valeu de um secretário que redigiu o escrito. Nenhuma das explicações se baseia em fontes antigas.

É importante recordar que escritores antigos que mencionam a prática de falsificação consistentemente a condenam e indicam que é enganosa, inadequada e errada. Se devemos fazer o mesmo, provavelmente depende de vários fatores. Leitores modernos comprometidos religiosamente com os ensinamentos do Novo Testamento podem querer desculpar os autores que enganaram seus leitores sobre sua identidade alegando, por exemplo, que eles mentiam com o objetivo de produzir um bem maior. Outros leitores podem estar inclinados a reconhecer que os autores violaram antigos padrões éticos e são mais bem-descritos como tenho feito então aqui — falsificadores.

Capítulo Cinco

Falsificações em conflitos com judeus e pagãos

O Novo Testamento conta que Jesus teria dito: “Não julgueis que vim trazer a paz à terra. Vim trazer não a paz, mas espada.” (Mt 10,34) Nunca foram ditas palavras mais verdadeiras. Muitos cristãos na era moderna pensam em sua religião como sendo amante da paz, como frequentemente tem sido e deve ser. Mas qualquer um com alguma noção de história também sabe quão violentos os cristãos foram ao longo das eras, patrocinando opressão, injustiça, guerras, cruzadas, *pogroms*, inquisições, holocaustos — tudo em nome da fé. Talvez todos os cristãos por trás dos odiosos atos da história estivessem agindo de má-fé; talvez estivessem violando os verdadeiros princípios da sua própria religião; talvez não estivessem em contato com os ensinamentos de amor à paz do Bom Pastor das ovelhas. E ninguém pode negar o impressionante bem que foi feito em nome de Cristo, os inúmeros atos de amor desprendido, os perturbadores sacrifícios feitos para ajudar os necessitados. Ainda assim, poucas religiões na história da raça humana demonstraram maior tendência ao conflito que a religião baseada nos ensinamentos de Jesus, que, coerente com sua palavra, de fato trouxe a espada.

Alguns dos primeiros cristãos se deram conta de que a religião seria baseada em conflito. O autor do livro dos Efésios do Novo Testamento, supostamente Paulo, diz a seus leitores: “Revesti-vos a armadura de Deus.” (6,10-20) Seu combate não era contra a carne mortal, mas “contra os principados e potestades, contra os príncipes deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal (espalhadas) nos ares”. Contra esses inimigos cósmicos, os cristãos deveriam vestir a couraça da justiça, o escudo da fé, o capacete da salvação e “a espada do Espírito, isto é, a Palavra de Deus”. Portanto, essa não era uma batalha contra inimigos humanos, mas contra os poderes espirituais formados contra Deus. Mas, ainda assim, uma batalha.

É impressionante que, em suas instruções sobre a “armadura” cristã, o autor de Efésios também diga a seus leitores: “Ficai alerta, à cintura cingidos com a verdade.” (6,14) Verdade era importante para esse autor. No começo, ele se refere ao evangelho como “a Palavra da verdade” (1,13). Depois aponta “a verdade em Jesus” e diz aos leitores: “Fale cada um a seu próximo a verdade.” (4,24-25) Também alega que o “fruto da luz” consiste em “verdade” (5,9). Irônico, então, que o autor tenha

enganado seus leitores sobre sua própria identidade. O livro foi escrito pseudonimamente em nome de Paulo por alguém que sabia muito bem não ser Paulo. Alegando ser uma impecável autoridade cristã, esse defensor da verdade produziu uma pseudoepígrafe, uma “escrita falsamente atribuída”. Pelo menos é como os críticos antigos a teriam chamado se soubessem que o autor não era Paulo. Então, alguns cristãos foram para a batalha armados não com verdade, mas com embuste. Possivelmente, o autor se sentiu justificado de mentir sobre sua identidade. Afinal, havia muito em jogo.

Os cristãos entraram em conflito não apenas com forças espirituais, mas também com forças humanas. Ou talvez, mais precisamente do ponto de vista do autor, as forças espirituais alinhadas contra os cristãos se manifestaram na esfera humana, e foi nesse plano que as batalhas foram travadas de verdade. Como os historiadores dos primórdios do cristianismo sabem há muito tempo, os cristãos dos primeiros séculos da Igreja estavam em conflito constante e se sentiam atacados por todos os lados. Tinham problemas com os judeus, que consideravam suas visões uma perversão aberrante e arrivista das tradições ancestrais de Israel. Tinham problemas com povos e governos pagãos, que os consideravam uma religião secreta e não autorizada que representava um perigo para o Estado. E tinham problemas veementes e virulentos uns com os outros, já que diferentes mestres e grupos cristãos argumentavam que somente eles representavam a verdade, e que os outros mestres e grupos cristãos não entendiam as verdades que Cristo proclamara durante seu tempo na Terra.

Em todas essas batalhas, a “armadura de Deus” incluía as armas do embuste. A falsificação foi usada por um ou outro autor cristão para desviar os ataques de judeus e pagãos e atacar os pontos de vista de outros cristãos que tinham compreensões alternativas e aberrantes da fé. Neste capítulo, considero os conflitos com os de fora, os judeus e pagãos opositos à fé cristã. No capítulo seguinte, abordarei os conflitos internos que assolararam a Igreja cristã desde o início.

A REAÇÃO JUDAICA ÀS ALEGAÇÕES CRISTÃS

Muitos cristãos evangélicos conservadores hoje não conseguem entender por que os judeus não aceitam a alegação de que Jesus é o messias. Para esses cristãos, tudo parece bastante óbvio. O Antigo Testamento previu como seria o messias. Jesus fez e experimentou as coisas previstas. Então, claro, ele é o messias. O Antigo Testamento disse que ele nasceria de uma virgem (Is 7,14) em Belém (Mq 5,2); que teria de fugir para o Egito quando criança e depois sair de lá (Os 11,1), e que seria criado em Nazaré, para que fosse chamado de nazareno (Is 11,1). Previu que faria seu ministério na Galileia (Is 9,1-2) e seria um grande curandeiro (53,4). Previu sua entrada triunfal em Jerusalém aclamado pela multidão (Is 62,11; Zc 9,9), a limpeza do Templo (Jr 7,11) e sua rejeição pelos líderes judeus (Sl 118,22-23). Mais importante, previu sua crucificação pelos pecados dos outros e sua ressurreição gloriosa dos mortos (Sl 22; 110; Is 53).

Jesus fez tudo o que foi previsto. Por que os judeus não veem isso? Está nas suas próprias Escrituras! Eles não sabem ler? São cegos? São idiotas?

A verdade, claro, é que, ao longo da história, os judeus não foram mais analfabetos, cegos ou idiotas que os cristãos. A típica resposta dos judeus às alegações cristãs de que Jesus cumpriu profecias é que as passagens das Escrituras que os cristãos citam não falam de um futuro messias ou não fazem nenhuma previsão. E, é preciso admitir, apenas acompanhando esse debate de fora, parece que os leitores judeus têm alguma razão. Nas passagens que supostamente preveem a morte e a ressurreição de Jesus, por exemplo, o termo “messias” de fato nunca aparece. Muitos cristãos ficam surpresos com essa alegação, mas basta ler Isaías 53 e comprovar.

A maioria dos judeus antigos rejeitava o messianismo de Jesus pela simples razão de que Jesus não era de modo algum o que a maioria dos judeus esperava de um messias. Muitos judeus do mundo antigo não estavam ansiosos em seus assentos esperando um messias, não mais que a maioria dos judeus está hoje. Mas havia grupos de judeus muito religiosos, na época de Jesus, que achavam que Deus enviaria uma figura messiânica para livrá-los de seus problemas muito graves. Todos esses grupos baseavam suas expectativas na Bíblia hebraica, claro; mas havia diferentes expectativas de como seria esse salvador messiânico.¹²⁵

O termo “messias” vem da palavra hebraica que significa “o ungido”. Originalmente, na Bíblia hebraica, era usada em referência ao rei de Israel, uma figura como o rei Saulo, o rei Davi ou o rei Salomão. O rei era literalmente “ungido” com óleo em sua cabeça durante a cerimônia de posse, para mostrar que o favor especial de Deus estava sobre ele de uma forma única (ver, por exemplo, Sl 2). Após algum tempo, quando não havia mais reis em Israel, alguns judeus achavam que Deus mandaria um futuro rei, um ungido como o grande rei Davi de antigamente que, assim como ele, lideraria os Exércitos de Israel contra seus inimigos e restabeleceria Israel de novo como um Estado soberano na Terra. Esse futuro rei, portanto, foi o messias, um ser humano que era um guerreiro poderoso e um grande governante do povo de Deus.

Outros judeus de postura mais celestial achavam que esse futuro salvador seria uma figura sobrenatural enviada do céu, uma espécie de julgador celestial da Terra que enfrentaria o inimigo com uma força esmagadora antes de estabelecer aqui um reino a ser governado por um escolhido de Deus. E havia judeus preocupados principalmente com o que poderíamos chamar de “religião” de Israel, em oposição a sua situação política. Esses judeus achavam que o futuro governante do povo seria um poderoso sacerdote que fortaleceria o povo de Israel ensinando a ele a correta interpretação da lei judaica. Ele governaria o povo de Deus cobrando a observância do que Deus exigira nas Escrituras.

Em resumo, havia uma série de expectativas de como seria uma futura figura “ungida”, um messias. A única coisa que essas concepções do futuro salvador tinham em comum era que todas esperavam que fosse uma figura grandiosa e poderosa, fortalecida por Deus para derrubar os inimigos e governar o povo de Deus com autoridade.

Os seguidores de Jesus, por outro lado, alegavam que ele era o messias. E quem era Jesus? Um pregador pouco conhecido da atrasada Galileia que ofendera as autoridades constituídas e, como

resultado, fora submetido a humilhação pública e tortura, executado em uma cruz como um criminoso qualquer. Para a maioria dos judeus, seria difícil imaginar alguém *menos* parecido com o esperado messias que Jesus de Nazaré.

Todavia, era isto o que os cristãos alegavam: que Jesus era o messias. Os primeiros cristãos se convenceram disso porque acreditavam que Jesus tinha sido erguido dos mortos por Deus. Deus mostrara que Jesus não era apenas um criminoso qualquer ou um pregador impotente. Deus dera a ele o poder de derrotar o maior inimigo de todos, a própria morte. Jesus ascendera ao céu e estava sentado à direita de Deus, esperando para retornar e estabelecer seu governo sobre a Terra. Segundo essa visão cristã inicial, as expectativas judaicas do messias eram verdadeiras. O messias derrubaría os inimigos de Deus em uma demonstração de força. Mas, antes disso, ele precisava derrotar os maiores inimigos, os poderes malévolos do pecado e da morte que estavam alinhados contra Deus e seu povo. Jesus derrotou o pecado na cruz e a morte em sua ressurreição. Ele é o messias. E está retornando para terminar o trabalho.

Para os seguidores de Jesus, portanto, as Escrituras deviam ter previsto não só os aspectos poderosos do “segundo” advento do messias, mas também os acontecimentos significativos de seu “primeiro” advento. Os cristãos vasculharam os textos das Escrituras para encontrar passagens que pudesse, adequadamente, se referir a nascimento, vida, morte e ressurreição de Jesus. Os cristãos estavam certos de que essas passagens (nascimento imaculado em Belém, entrada triunfal, morte pelos pecados dos outros e assim por diante) se referiam a Jesus, porque Ele era o messias e as Escrituras previam o messias. A maioria dos judeus, contudo, não estava convencida, porque nenhuma dessas passagens fala do messias, a Bíblia hebraica nunca afirma que o messias virá duas vezes, e a vida de Jesus decididamente não era a vida gloriosa do ungido por Deus.

Portanto, desde o início, houve conflitos profundos e difíceis. Nos estágios iniciais, os judeus eram muito mais numerosos que os cristãos e podiam facilmente superá-los. Mas os cristãos continuavam a reagir e discutir. E discutir, discutir, discutir. Entre outras coisas, muitos judeus cristãos não conseguiam entender como judeus não cristãos podiam não entender o que eles diziam e aceitar o “fato” de que Jesus era o messias. As provas estavam todas lá, nas próprias Escrituras! À medida que as linhas de batalha se tornaram mais claras e os dois lados se consolidaram e usaram táticas mais duras, os cristãos começaram a argumentar que os judeus que rejeitaram Jesus eram tão responsáveis pela sua morte quanto as autoridades judaicas que originalmente a haviam pedido. Rejeitar Jesus era equivalente a matá-lo.

E assim, os judeus não cristãos passaram a ser conhecidos como o povo que havia matado seu próprio messias — “Cristicidas”. É óbvio que eles não entendiam as próprias Escrituras, e haviam rejeitado seu próprio Deus. Consequentemente, Deus os rejeitara.

Foi nesse contexto que um significativo volume de literatura foi produzido pelos dois lados, sobretudo por cristãos. Ainda temos hoje parte dessa literatura. Uma carta supostamente de Barnabé, companheiro do apóstolo Paulo, alega que os judeus sempre se equivocaram com sua própria religião interpretando a lei mosaica de forma literal em vez de alegoricamente, de modo

que o Antigo Testamento não é um livro judeu, mas cristão. Há um escrito do famoso mártir cristão do século II, Justiniano, no qual ele debate com um rabino judeu e aponta os erros de sua interpretação das próprias Escrituras. Um sermão de Melito, um bispo cristão do século II, alega que os judeus não só rejeitaram seu messias, como, ao matá-lo, são culpados de deicídio: mataram o próprio Deus. E assim por diante.

Entre as obras produzidas por cristãos nessa polêmica, houve uma série de falsificações, livros escritos em nome de autoridades do passado, com a intenção de mostrar a verdade reluzente do cristianismo e os horrendos erros dos judeus. Houve algumas falsificações que insistiram no verdadeiro caráter de Jesus: ele era um ser divino, não um mero mortal, como reconhecido pelas autoridades romanas. Nesses escritos, não são os romanos, mas os líderes judeus, ou mesmo o próprio povo judeu, os responsáveis pela crucificação de Jesus.

ALGUMAS FALSIFICAÇÕES RESULTANTES

O *Evangelho de Pedro*

Já vimos uma falsificação escrita, pelo menos em parte, para defender esse ponto de vista. O *Evangelho de Pedro* (discutido no capítulo 2) enfatiza que “nenhum dos judeus” estava disposto a lavar as mãos para mostrar que era inocente do sangue de Jesus. Nesse evangelho, é o rei judeu Herodes, não Pilatos, quem ordena a morte de Jesus. E depois o povo judeu demonstra seu remorso pela morte do escolhido por Deus e reconhece que, a partir de então, Deus sem dúvida os julgará e levará a destruição à cidade sagrada de Jerusalém, uma referência à guerra romana que resultou no incêndio do Templo, a derrubada das paredes e o massacre da oposição judia em 70 d.C.

O *Evangelho de Pedro* é um dos mais antigos evangelhos posteriores ao período do Novo Testamento, possivelmente escrito por volta de 120 d.C. Evangelhos falsificados antijudaicos se tornaram cada vez mais populares com o passar do tempo, em especial à medida que o cristianismo crescia e afirmava seu poder de forma mais convincente.

O *Evangelho de Nicodemos*

Um dos evangelhos mais intrigantes surge perto do fim do período de tempo que analiso neste livro, os primeiros quatro séculos cristãos. É um longo relato do julgamento, da morte e da ressurreição de Jesus erroneamente atribuído a Nicodemos, o rabino bem conhecido dos leitores cristãos por seu importante papel no Evangelho de João como seguidor “secreto” de Jesus (ver 3,1-15).¹²⁶ O *Evangelho de Nicodemos* se tornou um livro bastante popular e influente por toda a Idade Média, circulando pelo Ocidente latino e enfim traduzido e disseminado em quase todos os idiomas da

Europa Ocidental. Acreditava-se, claro, que tinha sido escrito pelo próprio Nicodemos. Mas é provável que o relato tenha sido redigido em algum momento do século IV, trezentos anos após a morte de Nicodemos (supondo-se ser ele um personagem histórico). Contudo, pode muito bem ser baseado em histórias transmitidas oralmente dois séculos antes de ser colocado no papel.

O evangelho começa indicando que Nicodemos originalmente escreveu a narrativa em hebraico. Na verdade, o relato parece ser uma composição original em grego. Mas, ao alegar que aparecera primeiro em hebraico, o verdadeiro autor, quem quer que fosse, dava ao documento um ar de autenticidade, mostrando tanto que a narrativa era muito antiga quanto, em tese, baseada em um testemunho ocular.

Não há dúvida de que o relato não tem nada de histórico, já que se baseia em lendas posteriores sobre as últimas horas de Jesus, sua morte e ressurreição. A narrativa é concebida para mostrar que Pilatos foi inocente na execução de Jesus, que os líderes e o povo judeus tiveram toda a culpa e que, rejeitando Jesus, os judeus haviam rejeitado Deus.

O caráter divino de Jesus é estabelecido no início da narrativa, em uma de suas cenas mais interessantes e divertidas. Antes do julgamento de Jesus, as autoridades judaicas estão falando com Pilatos, insistindo em que Jesus é culpado de crimes e precisa ser condenado. Pilatos faz com que seu mensageiro leve Jesus ao tribunal. Há dentro da sala dois escravos segurando “estandartes” com — como tinham os estandartes romanos — uma imagem do César “divino”. Quando Jesus entra no salão, os porta-estandartes se curvam diante dele, de modo que a imagem de César parece fazer deferência à sua presença.

As autoridades judaicas ficam furiosas e insultam os porta-estandartes, que replicam que não tiveram nada a ver com aquilo. As imagens de César se curvaram por vontade própria para venerar Jesus. Pilatos decide resolver a questão, por isso diz aos líderes judeus para escolherem alguns de seus próprios homens fortes para segurar os estandartes e mandar Jesus sair e entrar uma segunda vez. Os líderes escolhem 12 judeus musculosos, seis para cada estandarte, que os seguram com toda a força. Jesus entra de novo no salão e de novo os estandartes se curvam perante ele.

Pode-se crer que todos entenderam o ponto, mas isso estragaria a história. Pilatos fica aterrorizado e tenta em vão salvar Jesus. As autoridades judaicas declaram que Jesus é um malfeitor que merece morrer. Diversas vezes, durante o julgamento, eles acusam Jesus de malfeitorias e insistem em que seja julgado. E, também diversas vezes, Pilatos afirma que ele é inocente de todas as acusações, expressa perplexidade pelos judeus estarem tão determinados avê-lo morto e conclama os líderes judeus a permitir que liberte Jesus. Mas eles se recusam, desejando-o morto. Três vezes eles exprimem sua disposição de assumir a responsabilidade repetindo as palavras de Mateus 27,25: “Que caia sobre nós o seu sangue e sobre nossos filhos!”

Quando essas palavras foram escritas pela primeira vez séculos antes, no Evangelho de Mateus, já exprimiam um sentimento antijudaico. Ao dizê-las, as multidões judias mostraram estar dispostas não só a incorrer na culpa pela morte de Jesus, mas também a transmitir essa culpa a futuras gerações de judeus. Ao longo dos séculos, as palavras foram usadas por adversários cristãos dos judeus para

culpá-los pela morte de Jesus e cometer horríveis atos de violência contra eles como vingança. Essa forma ampliada de antijudaísmo já está em evidência no *Evangelho de Nicodemos*. As autoridades judaicas são apresentadas como intencionalmente cegas ao verdadeiro caráter de Jesus. Mesmo o imperador o venera (nos estandartes). E várias testemunhas são convocadas para contar todos os milagres que ele realizou como o Filho de Deus.

No entanto, tudo é em vão. Jesus é crucificado por instigação dos judeus e seus líderes. O resto do relato mostra a verdade do caráter divino de Jesus. Ele é erguido dos mortos e os próprios líderes judeus recebem uma prova incontestável da ressurreição por intermédio do depoimento de testemunhas confiáveis.

Eis, portanto, um relato falsificado, escrito cerca de trezentos anos depois dos acontecimentos que narra, para mostrar que a morte de Jesus foi imerecida, que os romanos (que em meados do século IV estavam do lado dos cristãos) não tiveram nada a ver com a crucificação, que a culpa foi toda dos judeus e que, ao rejeitarem Jesus, eles rejeitaram seu próprio Deus. Não espanta que um relato como esse tenha se tornado tão popular por toda a Europa ocidental na Idade Média, quando o ódio aos judeus era um aspecto constante e perturbador daquilo que significava ser cristão.

Os “Evangelhos de Pilatos”

Vários escritos contemporâneos ao *Evangelho de Nicodemos* estão de uma forma ou de outra ligados a Pôncio Pilatos e seu papel na morte de Jesus. A maioria deles é concebida para mostrar que Pilatos não teve culpa na morte de Jesus e que sentiu um grande remorso após o ocorrido. Em vários desses escritos, aprendemos que Pilatos não apenas se arrependeu do malfeito, como se tornou um crente em Cristo. No cristianismo posterior, a conversão de Pilatos se tornou aceita como parte da história dos primórdios da Igreja. Na Igreja Copta, Pilatos acabou canonizado como um santo cristão.

Historicamente, claro, nada poderia ser mais distante da verdade. Pilatos continuou a ser um brutal governador da Judeia após a morte de Jesus. Não há nada nos registros históricos sugerindo que ele sequer recordasse ter ordenado a execução de Jesus, muito menos sentisse remorso por isso. Ainda assim, o motivo para essa posterior absolvição e mesmo exaltação em segmentos da Igreja cristã é razoavelmente claro. Se Pilatos não foi o responsável pela morte de Jesus, quem foi? Os judeus. As lendas de Pilatos foram escritas em uma série de documentos que podem remontar ao século IV cristão, ou mesmo antes. Alguns deles são supostamente escritos pelo próprio Pilatos. Todos eles, porém, falsificados.

A CARTA DE HERODES A PILATOS

O primeiro documento que analisamos não teria sido escrito por Pilatos, mas para ele, por seu colega Herodes Antípaso, a Carta de Herodes a Pilatos. Historicamente, Pilatos é conhecido por ter sido o governador romano da Judeia, na região sul de Israel, quando Herodes Antípaso, o filho de Herodes, o Grande — o governante da Terra quando Jesus nasceu — era o governante judeu da Galileia, no norte da região. Herodes Antípaso é mais conhecido na tradição bíblica por ter decapitado João Batista. Em lendas posteriores, ele teria se arrependido muito do que fizera, já que isso o assombrava.

Esse é o caso nesta carta forjada em seu nome, supostamente enviada a Pilatos.¹²⁷ Aqui Herodes indica que lamenta saber que Pilatos matou Jesus, porque ele, Herodes, queria vê-lo e se arrepender pelas coisas más que havia feito. O julgamento dos pecadores por Deus, afirma ele, corresponde aos crimes. Um acidente bizarro que ele relata é o de sua própria filha, que, literalmente, perdeu a cabeça em uma inundação que houve quando brincava nas margens de um rio. A inundação começou a levá-la, e a mãe se esticou para salvá-la agarrando-a pela cabeça. Mas o corpo se desprendeu e a mãe ficou apenas com a cabeça da criança em suas mãos. Herodes afirma que isso se deu como vingança por ele ter arrancado a cabeça de João Batista.

Ele mesmo está sofrendo, apodrecendo antes mesmo de morrer, como diz: “Vermes já me saem pela boca.” Aqui o autor pseudônimo parece confundir esse Herodes com o posterior Herodes Agripa, que segundo o livro dos Atos do Novo Testamento foi comido por vermes e morreu (Atos 12). Também o soldado romano Longino — o que supostamente enfiou uma lança na lateral do corpo de Jesus quando na cruz — teve um destino horrendo. Foi condenado a uma caverna onde toda noite um leão entrava e torturava seu corpo até o amanhecer. No dia seguinte, seu corpo voltava ao normal, e o leão entrava novamente. Isso continuará até o fim dos tempos.

Mas Pilatos, o destinatário da carta, é retratado sob uma luz favorável, como um representante dos gentios. Não eles, mas os judeus serão julgados pelo que fizeram a Jesus: “A morte logo levará os sacerdotes e o conselho de governo dos filhos de Israel, porque eles injustamente colocaram as mãos no justo Jesus.” Portanto, são os gentios que herdarão o Reino de Deus, enquanto Herodes e os outros judeus “serão expulsos” porque “não seguiram os mandamentos do Senhor ou os de seu Filho”.

A CARTA DE PILATOS A HERODES

Uma segunda carta falsificada vai na direção oposta, de Pilatos para Herodes.¹²⁸ Seria de esperar que fosse uma resposta à primeira, mas, a despeito do título, Carta de Pilatos a Herodes, e do fato de que cita alguns dos mesmos personagens (Herodes, Pilatos e Longino, o soldado com a lança), elas não têm quase nada em comum. Essa segunda carta não se refere à primeira e a contradiz em um ponto fundamental. Aqui Longino, em vez de ser submetido a um tormento interminável pelo que fez, é retratado como um converso que passou a acreditar em Jesus após a Ressurreição. Este, na

verdade, é o ponto da segunda carta: mostrar que quando Jesus foi erguido, não apenas Longino, mas também a esposa de Pilatos, Procla, e depois o próprio Pilatos, todos se tornaram crentes.

Segundo a narrativa da carta, após Pilatos fazer “uma coisa terrível” ao crucificar Jesus, ouve falar que o messias foi erguido dos mortos. Procla e Longino vão encontrar Jesus na Galileia. Lá ele fala, e eles se convencem da sua ressurreição. Quando Pilatos sabe que Jesus voltou à vida, cai ao chão em dor profunda. Mas o próprio Jesus aparece a ele, o levanta do chão e declara: “Todas as gerações e nações o abençoarão.” Aqui Pilatos não está apenas arrependido: é um cristão convertido que será considerado afortunado por fiéis posteriores.

A CARTA DE PILATOS A CLÁUDIO

Temos outra carta supostamente de Pilatos a um funcionário romano, mas dessa vez presume-se que dirigida ao imperador romano Cláudio, escrita para explicar o papel de Pilatos na morte de Jesus: a Carta de Pilatos a Cláudio.¹²⁹ Pode parecer estranho Pilatos escrever a Cláudio, considerando-se que era Tibério, e não Cláudio, o imperador quando Pilatos condenou Jesus à morte (Cláudio se tornou imperador uma década depois). Possivelmente, essa carta foi falsificada tanto tempo depois que o falsificador não tinha as informações certas sobre os fatos da história imperial de duzentos anos antes (você sabe quem foi o presidente dos Estados Unidos em 1811?).

Um dos lugares em que a carta foi preservada para nós foi um relato inventado das atividades missionárias dos apóstolos chamado *Atos de Pedro e Paulo*. Nesse relato, é dito que anos após a morte de Jesus, o apóstolo Pedro e o arqui-herege Simão, o Mágico, que já conhecemos, aparecem diante do imperador Nero, no começo dos anos 60 d.C. Quando o imperador ouve falar em Cristo, pergunta a Pedro como pode aprender mais sobre ele. Pedro sugere que recupere a carta que Pilatos enviou a seu predecessor, o imperador Cláudio, e a leia em voz alta. Ele o faz, e a carta é citada na íntegra.

A ideia de que Pilatos tenha escrito uma carta ao imperador para explicar a morte de Jesus era disseminada nos primórdios do cristianismo. Temos referências a cartas assim já no século III nos escritos do pai da Igreja, Tertuliano, e no século IV, em *História da Igreja*, de Eusébio.¹³⁰ É provável que a carta que abordo aqui não seja a citada por esses dois autores. Essa, possivelmente, foi escrita por um falsificador que acreditava que alguma carta assim devia ter existido. Os temas da breve carta são muito semelhantes aos que já estudamos. Foram os malvados judeus os responsáveis pela morte de Jesus, e por isso eles serão punidos por Deus. Como “Pilatos” afirma na carta:

Os judeus, por inveja, se vingaram em si mesmos e naqueles que virão depois por seus terríveis atos de julgamento. Eles ignoraram as promessas feitas a seus ancestrais, de que Deus enviaría esse santo do céu [...] por intermédio de uma virgem.

Segundo a carta, Jesus provou ser o filho de Deus com seus muitos milagres, mas os líderes judeus contaram mentiras de modo que ele fosse executado. Então, eles (não os soldados romanos!) o

crucificaram. Quando se levantou dentre os mortos, “a maldade dos judeus se inflamou”, e eles subornaram os soldados para dizer que os discípulos de Jesus haviam roubado o corpo do túmulo. Pilatos havia escrito a carta para que o imperador conhecesse a verdade e não fosse “levado a acreditar nos relatos falsos dos judeus”.

O relato de Pôncio Pilatos

Um documento maior, chamado *Relato de Pôncio Pilatos*, oferece mais uma carta do governador romano ao imperador, dessa vez Tibério, pouco após a morte de Jesus.¹³¹ Essa carta parece muito mais próxima do que Tertuliano no começo do século III descreveu ao dizer: “Pilatos, que já era ele mesmo um cristão no que diz respeito à sua convicção interior, fez um relato de tudo o que aconteceu a Cristo para Tibério, o imperador à época.”¹³² Mais uma vez, há dúvidas sobre se o relato preservado é o documento a que Tertuliano se refere. Os estudiosos tendem a datá-lo de um período posterior, possivelmente o século IV. De qualquer forma, suas principais alegações são semelhantes às das outras falsificações que examinamos neste capítulo. Jesus era o filho milagreiro de Deus que foi erradamente condenado à morte pelos judeus. Pilatos foi inocente em todo o processo.

O relato começa afirmando que Pilatos administrava a província da Judeia de acordo com “as mais gentis determinações” do imperador. Nada de duro ou malvado nesse Pilatos! Mas “toda a multidão de judeus” (não apenas os líderes judaicos) lhe entregou Jesus “fazendo intermináveis acusações contra ele”, embora “não fossem capazes de condená-lo por um único crime”.

Pilatos prossegue indicando, contudo, que Jesus havia praticado muitos milagres, fazendo o cego ver, limpando leprosos, levantando os mortos, curando paralíticos e assim por diante. Eram façanhas impressionantes, como o próprio Pilatos confessa: “De minha parte, sei que os deuses que veneramos nunca realizaram feitos tão espantosos quanto os dele.” Mas os judeus não se comoveram e ameaçaram com uma revolta, então Pilatos ordenou que ele fosse crucificado.

Durante a morte de Jesus, uma milagrosa escuridão cobre a Terra, e com sua ressurreição surge uma milagrosa claridade. Às três horas da manhã, o sol começa a brilhar com toda a força, anjos são vistos no céu, há terremotos e rochas se partindo, e grandes crateras se abrem na terra. Tudo isso prenuncia tragédia para os judeus recalcitrantes:

A luz não cessou a noite toda, ó rei, meu mestre. E muitos dos judeus morreram, sendo engolfados e engolidos pelas crateras naquela noite, de modo que seus corpos não puderam ser encontrados. Quero dizer que aqueles judeus que falaram contra Jesus sofreram. Apenas uma sinagoga restou em Jerusalém, já que todas as sinagogas que se opuseram a Jesus foram engolidas.

A rendição de Pilatos

Um último exemplo do “Evangelho de Pilatos” é chamado *A rendição de Pilatos*.¹³³ Não é uma carta, mas uma narrativa do que aconteceu a Pilatos assim que o imperador Tibério recebeu seu relato do que se passara na morte e ressurreição de Jesus. A rendição parece supor a existência do relato de Pilatos, mas é estilisticamente diferente e tem pontos discordantes com o texto anterior. Assim, os estudiosos tendem a pensar que foram escritos por diferentes autores.

A rendição começa afirmando que a carta de Pilatos chegou a Roma e foi lida para Tibério César diante de uma grande multidão, que ficou maravilhada de saber que a escuridão diurna e o terremoto mundial que haviam experimentado se deram como resultado da crucificação do Filho de Deus. César está “tomado de raiva” e envia soldados para prender Pilatos e levá-lo a Roma. Quando Pilatos chega, César o leva a julgamento e o censura por executar Jesus. “Ousando fazer essa maldade, você destruiu o mundo inteiro.”

No entanto, Pilatos protesta sua inocência e diz ser “a multidão de judeus os descuidados e culpados”. César retruca que ainda assim Pilatos deveria saber, já que era óbvio, pelos milagres de Jesus, que “ele era o Cristo”. Assim que César menciona o nome de Cristo, todos os ídolos pagãos no Senado, onde acontece o julgamento, caem ao chão e se transformam em pó. Aqui, como no *Evangelho de Nicodemos*, os deuses dos pagãos prestam humildes respeitos perante a divindade de Cristo e deixam de existir. Nesse episódio, isso acontece com a menção ao nome divino de Cristo.

Pilatos repete que as obras de Jesus mostraram que ele era “maior que todos os deuses” que adoravam. Mas ele o executou “por causa da anarquia e revolta dos judeus sem lei e sem Deus”. César e o Senado votam e decidem destruir a nação dos judeus. Então, enviam os Exércitos que destroem a nação e levam todos os judeus sobreviventes para ser vendidos como escravos. O próprio Pilatos é condenado à morte por sua participação no caso.

Antes de morrer, entretanto, Pilatos reza a Deus e jura inocência, mais uma vez dizendo que a morte de Jesus se deveu à “nação de judeus sem Deus”. Quando ele termina a prece, vem do céu uma voz — a voz do próprio Cristo — garantindo a Pilatos sua salvação: “Todas as raças e famílias dos gentios o abençoarão, pois, sob seu governo, tudo dito sobre mim pelos profetas se realizou. Você mesmo aparecerá como testemunha de meu segundo advento.” Quando o carrasco decepa a cabeça de Pilatos, um anjo desce e a toma, supostamente para levá-la ao céu.

O OBJETIVO DOS “EVANGELHOS DE PILATOS”

As questões gerais desses posteriores evangelhos de Pilatos já devem estar claras. Inocentando Pilatos da morte de Jesus, os relatos fazem os judeus, não apenas seus líderes, assumirem toda a culpa. Quanto mais inocente Pilatos é, mais culpados os judeus são. Segundo algumas das lendas, Pilatos é tão inocente que se torna um crente devotado e seguidor de Cristo. Deus, portanto, sente raiva dos judeus e os pune por seu crime contra o Filho de Deus.

Esses escritos foram falsificados em um período que viu aumentar a animosidade entre cristãos e judeus. Os cristãos se deram conta de que não haveria uma reaproximação dos judeus e que eram poucas as chances de que a maioria deles um dia visse a “verdade” sobre Jesus, que ele era o messias de Deus, não somente um pequeno criminoso crucificado. Essa “verdade” foi o que motivou esses “falsos escritos” cristãos. Isso é dizer que alguns autores cristãos escolheram contar a verdade sobre o divino Cristo e seus inimigos ímpios, os judeus, falsificando documentos, alegando ser pessoas que não eram. Leitores cristãos desses documentos os aceitaram como relatos reais de época, em vez de falsificações de períodos posteriores, o que, de fato, eram. Os autores pretendiam enganar seus leitores, e seus leitores foram enganados muito facilmente.

Escritos de Jesus

Temos muito poucos escritos dos primórdios do cristianismo atribuídos ao próprio Jesus, e muito poucos indícios de que Jesus soubesse escrever. Mas há alguns poucos relatos de ele escrevendo — embora isso não seja conhecido, mesmo entre acadêmicos —, e dois escritos preservados que ele (falsamente) tinha produzido.

Mesmo nas páginas do Novo Testamento, há um registro de Jesus escrevendo. Não é uma história originalmente encontrada no Novo Testamento, mas um relato posterior que escribas acrescentaram ao Evangelho de João. É uma das histórias mais conhecidas de Jesus: a da mulher apanhada em adultério (8,1-11).

Na história, as autoridades judaicas arrastam uma mulher até diante de Jesus e indicam que ela foi flagrada em adultério. Segundo a lei mosaica, dizem, ela deve ser apedrejada até a morte. Mas o que Jesus diz? É obviamente uma armadilha. Se Jesus disser “Sim, definitivamente, apedrejem-na”, estará violando seus próprios ensinamentos sobre perdão e misericórdia. Mas, se disser “Não, deixem-na ir”, estará violando a lei mosaica. Então, o que ele faz? Jesus, claro, sempre encontra uma saída para essas armadilhas e o faz nesse caso se agachando e escrevendo no chão. Depois ergue os olhos e diz: “Quem de vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.” Depois, agacha-se mais uma vez e volta a escrever. Uma a uma, envergonhadas de seus próprios pecados, todas as autoridades judaicas partem uma a uma, até não sobrar nenhuma para condenar a mulher.

É um relato fascinante, mesmo originalmente não fazendo parte do Novo Testamento.¹³⁴ Mas o interessante para nossa discussão aqui é o que Jesus faz quando se agacha. Não é dito que ele desenha ou rabiscá no chão. É dito que ele “escrevia”. O termo grego indica com clareza que ele está escrevendo palavras. É o mais antigo indício que temos de que Jesus era capaz de escrever.¹³⁵ Um estudo recente dessa passagem, na verdade, argumenta que ela foi escrita anos após a morte de Jesus, exatamente para mostrar que ele *sabia* escrever.¹³⁶

Vários supostos escritos de Jesus são mencionados por pais da Igreja. Infelizmente, nenhuma dessas falsificações foi preservada. As *Constituições Apostólicas* do século IV, por exemplo, mencionam livros falsificados em nome de Jesus pelos hereges Simão e Cleóbio. É difícil saber se tais livros existiram ou se só foram citados para atacar esses falsos mestres por falsificá-los.

O teólogo do século V Agostinho, por outro lado, menciona uma carta supostamente escrita por Jesus.¹³⁷ A carta era endereçada aos apóstolos Pedro e Paulo e endossava práticas mágicas. Agostinho não teve dificuldade em mostrar que a carta era falsificada, já que Paulo não era um discípulo quando Jesus estava vivo, somente após sua morte. Agostinho argumenta de forma plausível que o falsificador vira pinturas de Jesus com Pedro e Paulo (como ainda é possível ver, por exemplo, nas catacumbas de Roma) e inferiu equivocadamente que Paulo era um dos discípulos de Jesus na Terra. Com base nesse equívoco, o falsificador concebeu uma carta que Jesus supostamente enviara a Paulo juntamente com Pedro. Infelizmente, já não temos mais a carta.¹³⁸

Contudo, foram preservados dois outros escritos em nome de Jesus nos primeiros quatro séculos. Mas nenhum deles é tão claramente visto como falsificação, já que nenhum parece ser atribuído ao próprio Jesus histórico. Um é encontrado em um relato da morte e ressurreição de Jesus, chamado *Narrativa de José de Arimateia*. Segundo essa narrativa ficcional, um dos ladrões crucificados junto com Jesus é perdoado por seus pecados e recebe a promessa de um lugar no céu. Na cruz, Jesus escreve uma carta ao querubim angelical encarregado do céu, orientando-o a deixar o sujeito entrar quando chegar ao portão. É uma carta intrigante, mas não parece que o autor pretenda que seus leitores o levem a sério como algo escrito por Jesus.¹³⁹ Mas posso estar errado.

Outro escrito de Jesus é um documento descoberto em 1945, com uma coleção de textos gnósticos, chamada Biblioteca de Nag Hammadi, sobre a qual falarei mais no próximo capítulo. Esse documento está escrito na primeira pessoa, em nome de Jesus, e descreve a verdadeira natureza de sua crucificação e a verdadeira forma de conseguir a salvação por intermédio dele. É chamado *Segundo Tratado do Grande Seth* (o primeiro tratado, caso tenha existido, não foi preservado). Embora Jesus alegue escrever esse livro, é Jesus ressuscitado escrevendo do céu. Por essa razão, não é a mesma coisa que uma falsificação em nome do Jesus terreno.

Contudo, uma breve carta cuja autoria seria do Jesus terreno foi preservada. A carta foi produzida por alguém que provavelmente queria levar seus leitores a pensar que era de Jesus. Assim, é apropriadamente chamada de falsificação. A carta é parte de uma correspondência entre Jesus e um determinado rei Abgar, da cidade de Edessa, na Síria. Nosso primeiro registro dessa correspondência é a *História da Igreja* de Eusébio, que de fato alega ter descoberto as duas cartas nos arquivos da cidade de Edessa. Eusébio indica que as cartas foram escritas em siríaco, mas que as traduziu para o grego. Então as cita na íntegra.¹⁴⁰

A primeira carta é do “governante Abgar” endereçada a “Jesus, o Bom Salvador”. Abgar indica que ouviu tudo sobre as curas milagrosas de Jesus e concluiu que Ele deveria ser “Deus [...] tendo descendido do céu” ou o “Filho de Deus”. Qualquer que fosse o caso, Abgar pede que Jesus vá até ele e

o cure de sua doença (sem contar qual é). Acrescenta que isso também seria benéfico a Jesus, já que ele “ouviu que os judeus estão murmurando contra ele e desejando feri-lo”.

Jesus escreve uma resposta em que diz que Abgar é abençoado por acreditar nele sem vê-lo e comenta: “É escrito sobre mim que aqueles que me veem não acreditam em mim, e que aqueles que não me veem acreditam e vivem.” (ver Is 6,9; Mt 13,14-17; Jo 9,39; 12,39-40) Em outras palavras, as pessoas entre as quais Jesus vivia e trabalhava (“os judeus” mencionados por Abgar) não acreditam e, portanto, não teriam vida, mas morte. Jesus prossegue recusando educadamente o convite de Abgar para juntar-se a ele em Edessa, já que tem de “realizar tudo o que fui mandado aqui para fazer” e depois “ascender até Aquele que me enviou”. Jesus, porém, promete que após sua ascensão enviará um de seus discípulos para curar Abgar e “garantir vida a você e àqueles que estão com você”.

Presumo que essa última frase signifique que o discípulo lhes ensinará o evangelho, no qual acreditarão por toda a vida eterna. Segundo lendas posteriores, Jesus cumpriu sua promessa ao rei Abgar. Um apóstolo foi enviado a Edessa, curou o rei de sua doença e converteu a ele e a toda a cidade à fé em Cristo.

A correspondência com Abgar tem um objetivo similar ao dos Evangelhos de Pilatos, mas de uma forma muito mais sutil. Também aqui os judeus são atacados por sua oposição a Jesus e identificados como não herdeiros da vida eterna por terem-no rejeitado. Portanto, também essa carta representa o antagonismo ao povo judaico por seu papel na morte de Jesus.

Como um comentário paralelo, a correspondência com Abgar parece ter tido uma vida interessante. À medida que circulou por toda a Igreja antiga, escribas a modificaram em certos pontos. Alguns dos manuscritos preservados da carta de Jesus acrescentam uma linha final que informa ao rei Abgar: “Sua cidade será abençoada e o inimigo não mais prevalecerá sobre ela.” Essa se revelou uma promessa muito útil para os cidadãos de Edessa. No fim do século IV, uma rica cristã chamada Egeria, da região ocidental do império (Espanha ou França) decidiu partir em peregrinação para visitar todos os lugares sagrados da Terra Santa. Durante sua jornada, ela manteve um diário em latim, que ainda temos hoje.¹⁴¹ Em suas viagens, Egeria chegou a Edessa e viu as cartas entre Jesus e Abgar, mostradas pelo bispo cristão local.

Segundo o bispo, quando a cidade de Edessa foi atacada pelos Exércitos da Pérsia, o então governante da cidade pegou a carta de Jesus, que prometera que a cidade não seria conquistada, e a ergueu junto ao portão. O Exército atacante foi derrotado pelo poder mágico da carta e se retirou, retornando à Pérsia sem ferir uma só alma. Mais tarde, uma cópia da carta foi presa ao portão da cidade e nenhum inimigo tentou atacá-la desde então. Portanto, era uma carta muito útil de ter à mão, mesmo sendo falsificada.

No momento em que nos voltamos do antagonismo dirigido aos judeus pelos primeiros cristãos para a oposição ocasionalmente encontrada entre pagãos, é importante esclarecer alguns equívocos comuns sobre o cristianismo inicial no Império Romano. Acredita-se que, desde seus primeiros dias, o cristianismo era uma religião ilegal, que os cristãos não podiam professar sua fé abertamente por medo de perseguição governamental e que consequentemente tinham de se esconder, por exemplo, nas catacumbas romanas. Mas nada disso é verdade. O cristianismo não era mais ilegal que qualquer outra religião. Na maior parte do tempo e na maioria dos lugares, os cristãos podiam ser bastante abertos em relação à sua fé. Raramente havia qualquer necessidade de “ser discreto”.

É verdade que os cristãos algumas vezes sofriam a oposição dos pagãos por serem desconfiados e possivelmente vulgares, da mesma forma como a maioria das “novas” religiões encontrava adversários no império. Mas não havia decretos imperiais contra o cristianismo nos seus primeiros duzentos anos, nenhuma declaração de ilegalidade, nenhuma tentativa de eliminá-lo por todo o império. Apenas no ano 249 d.C., um imperador romano — no caso, o imperador Décio — instituiu uma perseguição aos cristãos em todo o império.

Antes de Décio, as perseguições eram questões quase inteiramente locais. Com frequência eram mais resultado da violência de bandos do que oposição “oficial” movida por autoridades regionais. Quando havia oposição oficial, em geral o objetivo era aplacar as multidões, que não aprovavam cristãos no meio delas. Mas o que havia que não pudesse ser aprovado?

Para os pagãos, muita coisa. Provavelmente, o mais importante, como vimos, é que os pagãos costumavam venerar seus deuses porque se acreditava que os deuses davam às pessoas aquilo de que precisavam e o que queriam na vida: paz, segurança, prosperidade, saúde, comida, bebida, chuva, colheitas, filhos e tudo o mais que tornava a vida possível e com sentido. Não se achava que os deuses pagãos pediam muito em troca. Não rogavam que alguém “acreditasse” neles, por exemplo, e não tinham “leis” complicadas que precisassem ser seguidas. Os deuses mais ou menos exigiam ser venerados de formas adequadas; as pessoas deviam fazer os sacrifícios aceitáveis e tradicionais que havia muito tempo eram parte da veneração e dizer as preces apropriadas a eles.

Se as pessoas veneravam os deuses, os deuses cuidavam das pessoas. Era um arranjo fácil e útil. Mas o que acontecia quando os deuses não eram venerados, quando eram ignorados ou desprezados? Bem, a situação se complicava. Os deuses podiam tornar a vida infeliz quando irritados; podiam trazer guerra, seca, tragédias naturais, destruição, morte. Como, então, as pessoas reagiriam se algum tipo de tragédia se abatesse sobre uma comunidade? A suposição natural seria pensar que um ou mais deuses estavam com raiva e precisavam ser aplacados.

Se um grupo na comunidade rejeitava a devida veneração aos deuses, afirmava que estes não existiam, declarava que eram demônios malvados ou apenas se recusava a cumprir as exigências mínimas da veneração pública, esse grupo seria o mais suscetível a ser culpado se uma tragédia se abatesse sobre a comunidade. A Igreja cristã era um grupo assim. Outras religiões seguiram as antigas tradições que tinham sido transmitidas sobre venerar os deuses. Mesmo os judeus eram considerados aceitáveis, embora venerassem apenas seu Deus único. Eram conhecidos por fazer sacrifícios pelo

bem-estar do imperador (em vez de a ele), e isso era considerado apropriado. Ademais, sabia-se que suas tradições eram antigas e veneráveis, e eles não faziam mal algum, não se comportavam de formas socialmente inadequadas, e, na medida do possível, cuidavam de si mesmos. Os judeus, portanto, eram considerados uma exceção à regra de que as divindades locais e imperiais precisavam ser veneradas.

Os cristãos, por outro lado, não eram tratados como exceção. Em sua maioria, eram judeus que pareciam não mais manter os costumes judaicos ancestrais (então, em que sentido eram judeus?) ou gentios, que haviam trocado a veneração dos deuses pela veneração do Deus de Jesus. Os cristãos se recusavam peremptoriamente a venerar os deuses que haviam tornado o Estado grande e que proviam tudo o que era necessário e as coisas boas da vida. Se uma tragédia atingia uma comunidade que abrigava tais cristãos, eles eram o bode expiatório natural para a vingança. Punir os cristãos e recuperar o favor dos deuses — daí as famosas linhas de Tertuliano sobre os cristãos serem submetidos a perseguição sempre que uma tragédia atingia uma comunidade:

Eles acham que os cristãos são a causa de toda tragédia pública, de todo problema que se abate sobre as pessoas. Se o Tibre enche até a altura das muralhas da cidade, se o Nilo não manda suas águas sobre os campos, se os céus não enviam chuva, se há um terremoto, se há fome ou peste, de imediato se ouve o grito: joguem os cristãos ao leão!¹⁴²

Ademais, a recusa cristã a participar da veneração patrocinada pelo Estado costumava ser vista como uma espécie de declaração política de que os cristãos não se preocupavam com o bem-estar do Estado. Isso era considerado antissocial e perigoso. Outros aspectos da religião cristã contribuíam para essa percepção. Para começar, os cristãos veneravam um homem crucificado, ou seja, alguém que tinha sido condenado pelo Estado. Isso não era uma espécie de declaração política de que os cristãos estavam mais ou menos ridicularizando o julgamento do Estado? E mesmo fora isso, não era uma questão de pura insanidade abandonar a comprovada e verdadeira religião do Estado para venerar um criminoso crucificado?

Outro problema era que, diferentemente do judaísmo, o cristianismo era um fenômeno novo. As pessoas no mundo antigo gostavam da antiguidade, e nada dava mais autenticidade a uma religião ou filosofia do que alegar ter raízes antigas. O velho era venerável; o novo era suspeito. E o que era o cristianismo? Era a veneração de um homem que vivera muito recentemente, em tempos “modernos”. Como isso podia ser verdadeiro?

Essa nova religião não era apenas vista como perigosa e falsa; também era considerada corrupta e pervertida. Os cristãos não faziam encontros abertos a que todos pudesse ir. Não havia prédios da Igreja abertos na manhã de domingo para qualquer um interessado em aprender sobre a nova fé. As igrejas, nos primeiros duzentos anos, quase sempre se reuniam em casas particulares, e os próprios encontros eram particulares. Somente cristãos iam. Portanto, a religião era vista pelos outros como sendo secreta. E não apenas isso: também havia boatos sobre o que acontecia nesses encontros.

Para começar, como a maioria dos cristãos era de classes baixas, de trabalhadores, como regra, as reuniões semanais aconteciam ou antes do amanhecer, ou após o pôr do Sol. Dizia-se que essas

reuniões noturnas aconteciam entre “irmãos” e “irmãs”, que “amavam uns aos outros” e “cumprimentavam um ao outro com um beijo”. E eles tinham “banquetes de amor” periódicos nos quais celebravam o amor de seu Deus por eles e seu amor uns pelos outros. Se se queria começar um boato sobre os primeiros cristãos, o que melhor do que isso? Os cristãos, cujos encontros não eram públicos, eram vistos como participando de atividades licenciosas e incestuosas, irmãos e irmãs se refestelando, provavelmente se embriagando e promovendo banquetes de amor no escuro.

Pior quer isso, contava-se que, nesses banquetes de amor, os cristãos comiam a carne do Filho de Deus e bebiam seu sangue. Comer a carne e beber o sangue de uma criança? Além de incesto, acreditava-se que os cristãos cometiam infanticídio e canibalismo, matando bebês e os comendo.

Essas acusações podem soar delirantes, mas costumavam ser feitas aos cristãos por seus inimigos pagãos. Em uma antiga fonte cristã chamada *Octavius*, escrita pelo autor do século III Minucius Felix, lemos sobre um pagão que expressa seu desgosto com o que acontece nas cerimônias noturnas cristãs. Essa visão, segundo Minucius Felix, deriva do famoso estudioso pagão Fronto, tutor do imperador Marco Aurélio:

Em um dia especial, eles [isto é, os cristãos] se reúnem para uma festa com todos os seus filhos, irmãs, mães — todos os sexos e todas as idades. Lá, aquecidos com o banquete, após tanta comida e bebida, eles começam a queimar com paixões incestuosas. Eles provocam um cachorro amarrado à luminária para saltar na direção de um resto de comida que jogaram fora do alcance de sua corrente. Assim a luz é virada e apagada, e com ela o conhecimento mútuo de seus atos; no desavergonhado escuro, com indizível lascívia, eles copulam em uniões aleatórias, todos igualmente culpados de incesto, alguns por ação, mas todos por cumplicidade.¹⁴³

Entretanto, essas atividades semanais são pouco em comparação com suas refeições sagradas periódicas, celebradas com os novos convertidos à fé:

A notoriedade das histórias contadas sobre a iniciação de novos recrutas é comparável a seu horror medonho. Um pequeno bebê é coberto de farinha, sendo o objetivo enganar o desatento. Ele é então oferecido à pessoa a ser admitida em seus ritos. O recruta é conclamado a desferir golpe nele — ele parece inofensivo por causa da cobertura de farinha. Assim o bebê é morto com sons que permanecem inaudíveis e escondidos. É o sangue dessa criança — estremeço ao mencionar —, é esse sangue que eles lambem com lábios sequiosos; esses são os membros que distribuem ansiosos; essa é a vítima com a qual selam seu pacto; é pela cumplicidade nesse crime que eles se comprometem com o silêncio mútuo; esses são seus ritos, mais ofensivos que todos os sacrilégios combinados.¹⁴⁴

Esses são os tipos de acusações dos quais os cristãos tinham de se defender. Se os bairros locais acreditavam nessas coisas, não espanta que se opusessem aos cristãos, algumas vezes com violência.

E se as massas eram contra as pessoas que participavam da nova religião, que escolha tinham os funcionários locais senão também se opor a elas? As perseguições locais aos cristãos eram concebidas menos para puni-los por seus crimes e mais para fazê-los renunciar à religião e retornar ao verdadeiro rebanho. Por isso, em quase todos os primeiros relatos dos mártires cristãos, os juízes responsáveis pelos processos abertos contra cristãos apelaram a eles para que renegassem sua fé.¹⁴⁵ O objetivo dessas autoridades não era ferir os cristãos, mas convencê-los a deixar de ser cristãos. Os cristãos eram considerados uma ameaça à saúde política do império, no sentido de que

os deuses podiam ficar aborrecidos e se vingar, e ao tecido da sociedade, por causa de seu comportamento totalmente imoral.

Os cristãos, claro, se defendiam de todas essas acusações de várias formas. A partir da segunda metade do século II, intelectuais pagãos começaram a se converter a essa nova fé. Era uma nova variedade de cristão: alfabetizado, bastante educado, formado em habilidades retóricas, capaz de sustentar discussões filosóficas e colocá-las no papel, e disposto a defender a fé publicamente. Esses defensores intelectuais são em geral chamados de “apologistas”, termo derivado da palavra grega *apologia*, significando “defesa racional”. Entre os mais famosos apologistas cristãos dos séculos II e III, estiveram Justino Mártil, de Roma; Atenágoras, de Atenas; Tertuliano, de Cartago; e Orígenes, de Alexandria.

Esses autores diziam a qualquer um interessado em ouvir que os cristãos não se opunham ao Estado, mas sim o apoiavam inteiramente. O Estado sobrevivera e vicejara não por causa de oferendas feitas a ídolos mortos, mas por causa de orações feitas ao Deus vivo, que tinha poder e soberania sobre tudo. A veneração de um homem crucificado não era uma declaração de oposição ao Estado; ao contrário, os representantes do Estado — Pôncio Pilatos, por exemplo — haviam declarado enfaticamente que Jesus não era culpado. A morte de Jesus foi uma malversação da Justiça perpetrada pelos judeus recalcitrantes que haviam rejeitado seu próprio messias e, portanto, seu próprio Deus. Consequentemente, Deus os rejeitara em favor de seu povo fiel, os cristãos. Portanto, em vez de ser uma religião “nova”, o cristianismo era bastante antigo. Na verdade, era a verdadeira expressão do antigo judaísmo, uma religião mais antiga que qualquer coisa na filosofia ou no mito pagãos.

Os melhores filósofos pagãos, segundo alguns dos apologistas, partilhavam visões deixadas mais claras pela mensagem cristã do único Deus verdadeiro, que se manifestara em seu filho Jesus. O próprio Jesus ensinara princípios morais bastante elevados, e seus seguidores eram muito mais éticos que qualquer outro. Claro que eles não assassinavam bebês; eles nem permitiam o aborto. Claro que não praticavam canibalismo; eram sóbrios no que comiam e não se permitiam glotonaria ou embriaguez. Claro que não praticavam incesto; seu amor pelo próximo era casto. Na verdade, muitos deles praticavam a castidade por toda a vida, mesmo casados. Claro que não defendiam fornicação ou adultério; para eles, não só era errado fazer sexo com alguém que não seu cônjuge, como também era um pecado apenas desejá-lo.

Em síntese, para os apologistas, o cristianismo era uma religião antiga, filosoficamente respeitável e muito moral, que se opunha às falsas religiões de pagãos e judeus. Essa mensagem acabou sendo aceita, à medida que cada vez mais pagãos se convertiam. No fim, assim que o cristianismo se tornou a religião do império, a visão dos apologistas seria aceita como óbvia e senso comum. Mas, antes disso, os cristãos teriam de lutar por suas crenças e práticas religiosas. E uma das formas pelas quais combateram foi por seus esforços literários, incluindo a produção de falsificações.

ALGUMAS FALSIFICAÇÕES RESULTANTES

Várias falsificações já vistas

Algumas das falsificações que já estudamos serviram também para a defesa apologética da fé contra ataques pagãos. Preciso destacar aqui um ponto que ainda não havia apresentado. Seria um erro achar que um autor teria produzido uma falsificação apenas com um objetivo. Não é assim em outros livros, e com certeza não é assim no caso de falsificações.

Este livro que estou escrevendo agora: qual é o objetivo? Na verdade, há muitos objetivos. Quero informar a meus leitores sobre um importante fenômeno literário antigo. Quero corrigir equívocos que outros estudiosos cometem ao discutir esse fenômeno. Quero que os leitores reflitam mais profundamente sobre o papel das mentiras e do embuste na religião cristã. Quero mostrar a ironia no fato de que mentiras e embustes foram historicamente usados para estabelecer a “verdade”. Quero que meus leitores vejam que pode haver falsificações no Novo Testamento. Quero contar histórias interessantes sobre escritos da Antiguidade intrigantes e relativamente desconhecidos. Quero divertir meus leitores. Quero conseguir muitas coisas. Praticamente nenhum escrito tem apenas um objetivo. Da mesma forma, ocorria com as falsificações. Como regra, elas eram multifuncionais.

Leve em conta, por exemplo, o conjunto de escritos que chamei de “Evangelhos de Pilatos”. Eles servem para mostrar que foram os judeus os responsáveis pela morte de Jesus. Eles o fazem enfatizando, com grande esforço, que o governador romano Pôncio Pilatos declarou Jesus inocente de todas as acusações. Essa ênfase funciona como uma espécie de antijudaísmo cristão, permitindo que leitores cristãos concluam que os judeus eram malvados assassinos de Cristo. Mas também serve para ajudar os cristãos a se defenderem dos ataques feitos a eles pelos pagãos. Em resposta aos pagãos, que afirmavam que Jesus era um criminoso condenado pelo Estado romano, os cristãos podiam argumentar que isso não era verdade, que o governador nomeado da Judeia considerou Jesus inocente e só o crucificou porque os maldosos judeus o obrigaram a isso. Jesus não era um criminoso, como não são seus seguidores.

Ou considere as cartas entre o apóstolo Paulo e o filósofo romano Sêneca. De certo modo, essas cartas satisfaziam a curiosidade cristã. Como o mais significativo teólogo da jovem religião podia não ser conhecido pelas outras grandes mentes da época? Essas cartas mostravam que, na verdade, Paulo era conhecido e respeitado pelo maior pensador de todos, o incomparável Sêneca. Porém, mais do que satisfazer a curiosidade, essas cartas desempenhavam um papel apologético de mostrar que, longe de ser uma religião atrasada de camponeses pobres, o cristianismo foi desde o início uma tradição filosófica muito respeitável. Quão respeitável ela era? O maior filósofo romano do século I reverenciou o apóstolo Paulo e louvou suas visões extraordinárias.

De forma diferente, algumas das mais antigas epístolas cristãs — as do Novo Testamento, supostamente de Pedro e Paulo — podem muito bem ter servido para tentar desviar ataques de antagonistas pagãos. Peguemos, por exemplo, 1 Pedro. Eis uma carta em que um autor pseudônimo alegando ser Simão Pedro conforta cristãos da Ásia Menor que sofrem. Mas a carta não busca apenas consolar; também busca fornecer uma precisa defesa contra as acusações feitas aos cristãos que criaram as condições para o sofrimento.

Por exemplo: os cristãos são vistos como contrários ao governo, então o autor conclama seus leitores:

Por amor do Senhor, sede submissos, pois, a toda autoridade humana, quer ao rei como soberano, quer aos governadores como enviados por ele para castigo dos malfeiteiros e para favorecer as pessoas honestas. Porque esta é a vontade de Deus, que, praticando o bem, façais emudecer a ignorância dos insensatos. (2,13-15)

Os pagãos também acusam os cristãos de levarem vidas flagrantemente imorais, então o autor conclama:

Vos abstenhais dos desejos da carne, que combatem contra a alma. Comportai-vos nobremente entre os pagãos. Assim, naquilo em que vos caluniam como malfeiteiros, chegarão, considerando vossas boas obras, a glorificar a Deus no dia em que Ele os visitar.” (2,11-12)

Pagãos alegam que os cristãos são socialmente danosos, por isso o autor diz a escravos para serem submissos a seus mestres; esposas, submissas a seus maridos, a maridos, para tratarem as esposas com consideração; e a todos, para se comportarem bem: “Não pagueis mal com mal, nem injúria com injúria; ao contrário, abençoai.” (3,9) Como essas admoestações supostamente vinham do próprio Pedro — o mais importante líder dos primórdios da Igreja —, ganham especial importância como representando o cerne da mensagem cristã desde o princípio.

Havia uma função diferente para outra falsificação que já analisamos, o *Evangelho de Nicodemos*. Na Antiguidade, esse livro foi algumas vezes chamado de *Atos de Pilatos*, já que sua primeira metade registra um relato da morte de Jesus do ponto de vista do próprio governador romano, Pôncio Pilatos. Esse relato, claro, é muito simpático a Pilatos e Jesus. Jesus é inocente das acusações feitas a ele, e Pilatos proclama repetidamente sua inocência, reconhecendo o caráter divino dos milagres e da vida de Jesus, enfim ordenando sua execução só após ser forçado a isso pelos adversários judeus de Jesus.

Podemos identificar uma razão mais específica para a redação desse livro. Segundo Eusébio, no ano 311, foi forjado um livro pagão anticristão chamado *Atos de Pilatos*. Esse escrito apresentava Jesus de forma extremamente negativa, indicando que ele merecera o que tivera, como visto pelos olhos de Pôncio Pilatos. O imperador romano Maximino Daia ficou tão impressionado com o livro que fez com que fosse exposto em lugares públicos por todo o império e decretou que fosse usado nas escolas para ensinar as crianças a ler.¹⁴⁶

Portanto, esse *Atos de Pilatos* pagão era um livro bastante popular e disseminado; infelizmente, não foi preservado. Será por acaso que, alguns anos depois, tenha aparecido uma versão alternativa dos *Atos de Pilatos*, na qual Jesus é retratado como inocente, não culpado, e Pilatos apoia Jesus declarando-o divino em vez de se opor a ele e declará-lo merecedor da pena de morte? Na opinião de uma série de estudiosos, o *Atos de Pilatos* que temos hoje (também conhecido como *Evangelho de Nicodemos*) foi produzido para se contrapor ao *Atos de Pilatos* pagão, como forma de alterar os registros.

Os oráculos sibilinos

Na Roma antiga, acreditava-se que, na Antiguidade distante, existira uma profetisa conhecida como Sibila. Ela tivera uma vida muito longa — segundo o poeta Ovídio, vivera mil anos.¹⁴⁷ De acordo com uma venerável tradição, Sibila escrevera longos poemas, proféticos por natureza, concebidos não apenas para contar o futuro, mas também para dizer aos governantes de Roma o que fazer em momentos de crise. Os vários escritos atribuídos a Sibila foram reunidos ao longo dos anos e guardados em um dos grandes espaços sagrados de Roma, o templo de Júpiter Capitolino. Um grupo de sacerdotes, mais tarde chamado de “Os quinze”, foi nomeado para preservar e interpretar esses escritos na medida da necessidade e segundo a determinação do Senado romano. Alguns registros indicam que os oráculos sibilinos, como eram chamados, foram consultados cerca de cinquenta vezes entre 500 a.C. e 100 a.C., em épocas de peste, fome ou prodígios (isto é, quando parecia haver algum acontecimento sobrenatural incomum), para saber o que a profetisa havia dito em relação ao que deveria ser feito a respeito.¹⁴⁸

Houve uma grande tragédia em 82 a.C., quando o templo de Júpiter se incendiou, queimando com ele os livros dos oráculos. O Senado determinou que outras cópias dos oráculos fossem coletadas em diversos lugares, em especial na cidade de Eritreia, e foi feita uma tentativa de reconstituir os escritos originais. Eles também acabaram destruídos. Hoje conhecemos apenas dois breves ditos que provavelmente pertenceram a esse segundo conjunto de oráculos sibilinos, e nenhum do primeiro.

A tradição de que um dia vivera uma profetisa pagã capaz de prever o futuro era tão forte que a tentação de criar oráculos ou profecias em seu nome se revelou irresistível para povos posteriores, em especial os judeus, e depois deles os cristãos. Como já destaquei, os judeus eram aceitos por todo o império. Ainda assim, eles às vezes tinham de lutar por seu direito de coexistência com os pagãos e defender sua religião contra ataques pagãos. Forjando oráculos em nome de Sibila, os judeus podiam alegar que sua religião era muito antiga, como atestado pela mais antiga das profetisas, e compatível com as melhores religiões pagãs.

Vários oráculos sibilinos judaicos falsificados foram reunidos em uma coletânea, mais tarde assumida por autores cristãos desconhecidos.¹⁴⁹ Esses autores modificaram alguns dos oráculos, inserindo neles suas próprias “profecias” cristãs; também acrescentaram à coletânea alguns oráculos

inteiramente novos. Essa versão cristianizada dos oráculos sibilinos foi transmitida ao longo dos séculos, e ainda temos hoje 12 dos livros.

Os escritos judaicos e cristãos falsificados em nome de Sibila foram escritos em um período de cerca de setecentos anos, e enfim reunidos por um acadêmico cristão bizantino em algum momento do século VI d.C. Por causa de problemas no modo como os livros foram copiados ao longo dos séculos, os 12 livros são numerados um pouco fora de sequência, como livros 1-8 e 11-14. Alguns deles são judeus; outros são judeus com extensas inserções cristãs (por exemplo, livros 1-2 e 8); e outros são exclusivamente cristãos (livro 6 e provavelmente 7). Os trechos cristãos dos oráculos falsificados em nome da Sibila preveem o advento de Cristo e atacam judeus por não acreditarem naquele que vinha.

Somente para dar um exemplo de como funcionam essas falsificações apologéticas, tomemos o primeiro livro, que é em grande medida judaico até o trecho final, que contém uma inserção cristã. O livro começa com a declaração da Sibila: “Começando na primeira geração de homens articulados até a última, irei profetizar tudo por vez, coisas como foram antes, como são e como serão no mundo.”¹⁵⁰ Eis, portanto, uma confiável antiga profetisa pagã que contará o futuro. Após narrar a criação do mundo e depois todas as gerações da raça humana, Sibila continua, na inserção cristã, indicando o seguinte:

Então de fato o filho do grande Deus virá, encarnado, semelhante a homens mortais na Terra. [...] Ele mostrará vida eterna para homens escolhidos. Ele irá curar os doentes e todos que são defeituosos, tendo fé nele. Os cegos verão, e os aleijados andarão. Os surdos ouvirão; aqueles que não podem falar falarão.

Contudo, diz ela, “Israel, com lábios abomináveis e saliva venenosa, agredirá esse homem”. Ela prossegue descrevendo a morte e ressurreição de Cristo e a destruição final dos “hebreus” pelo mal cometido contra Cristo.

Uma das passagens mais fortes nos oráculos sibilinos preservados é o livro 6, bastante breve, que representa um hino a Cristo: “Falo de meu coração sobre o grande famoso filho do Imortal, a quem o mais Alto, seu criador, deu um trono antes de nascer.” Prossegue falando sobre sua vinda gloriosa ao mundo, sua rejeição e as consequências para Israel, para quem há grande sofrimento reservado:

Pois com sua mente hostil não perceberam seu deus quando ele se colocou diante de olhos mortais. Mas vocês o coroaram com uma coroa de espinhos e destilarão terrível bile para insulto e bebida. Isso causará grandes sofrimentos a vocês.

Possivelmente a passagem mais intrigante dos oráculos sibilinos está na inserção cristã no livro 8, em que um longo trecho de profecia forma um acróstico. Tomando-se a primeira letra de cada linha e as colocando em sequência elas formam as palavras gregas “Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador, Cruz”. Esse tipo de acróstico deveria ter significado simbólico oculto. Entre outras coisas, ele mostra que houve muita preparação na composição do poema, ainda mais marcante pelo fato de que foi supostamente criado por uma profetisa cristã que viveu séculos antes do nascimento de Jesus.

Os oráculos sibilinos cristãos eram bastante conhecidos na Antiguidade. Já são citados por Justino Mártil no século II como prevendo as verdades do cristianismo.¹⁵¹ Como se pode imaginar, pagãos interessados em atacar os cristãos sabiam muito bem que essas “previsões” oraculares do advento de Cristo, suas atividades na Terra, sua rejeição pelos judeus e sua vitória não eram originalmente de uma antiga Sibila, tendo sido inseridas nesses escritos ou criados por autores cristãos.¹⁵² Esse é um caso em que falsificadores desconhecidos entre os cristãos foram corretamente considerados suspeitos. Eles também, claro, foram condenados, como quase sempre acontecia com os falsificadores na Antiguidade.

CONCLUSÃO

Os cristãos dos três primeiros séculos frequentemente se sentiam atacados por causa de sua fé, e com bons motivos. Eles *estavam* sendo atacados. Desde os primeiros anos da Igreja, judeus não cristãos rejeitaram a mensagem cristã de que Jesus era o messias judeu enviado para cumprir as Escrituras judaicas, e isso levou não apenas a sérios debates sobre a correta interpretação das Escrituras, mas também a séria animosidade. A animosidade aumentou à medida que os judeus cristãos sentiam que seus adversários judeus não cristãos se recusavam a escutar a razão e eram teimosos ou cegos. Com o cristianismo crescendo em número e poder, as tensões aumentaram. Enfim, o cristianismo prevaleceria, e, quando isso aconteceu, tornou-se uma luta injusta. Toda a horrorosa história do antijudaísmo cristão resultou disso.

Enquanto, por um lado, os cristãos estavam brigando com seus vizinhos judeus, por outro, tinham de desviar os ataques dos pagãos. Muito mais que uma perseguição oficial, era a oposição local aos cristãos por suas antigas famílias, antigos amigos e vizinhos — e eventualmente bandos — que causava mais problemas aos cristãos nos primeiros séculos, antes de os imperadores romanos patrocinarem as perseguições por todo o império em meados do século III. Muitos pagãos viam os cristãos como politicamente perigosos, socialmente daninhos e flagrantemente imorais. Os cristãos tinham de se defender dessas acusações mostrando que eram membros obedientes do Estado, socialmente coerentes e conservadores, e os seres mais morais do planeta.

Como vimos, as duas vertentes do contra-ataque cristão eram intimamente relacionadas. Ao atacar os judeus por rejeitar seu próprio messias, os cristãos, ao mesmo tempo, conseguiam declarar a inocência de Jesus e seus seguidores para funcionários do governo e outros observadores pagãos interessados. Alegando serem os verdadeiros representantes da antiga religião judaica, os cristãos não só tentavam desbancar os judeus, mas também atribuir uma noção de antiguidade a suas próprias alegações religiosas; eles eram tão antigos quanto Moisés, que era muito mais antigo que qualquer legislador ou filósofo pagão. Pintando os judeus como imorais que odiavam Deus, os cristãos conseguiam se apresentar como seres morais superiores que não ameaçavam a ordem social.

Nesse redemoinho de ataque e contra-ataque, alguns autores cristãos introduziram a arma da falsificação literária. O objetivo final da Igreja era se estabelecer como verdade e mostrar que, consequentemente, todas as outras religiões eram falsas. Então, mais uma vez temos uma das grandes ironias da religião cristã inicial: alguns de seus principais porta-vozes parecem não ter tido qualquer problema em mentir para promover a fé, enganar para estabelecer a verdade.

Capítulo Seis

Falsificações em conflitos com falsos mestres

Sempre gostei de um bom debate racional sobre questões polêmicas. No ensino médio, eu participava da equipe de debates e adorava. Meus colegas de debates e eu éramos bons já aos 16 anos, capazes de assumir qualquer dos lados de uma discussão e defendê-lo, depois trocar de posição e argumentar o contrário no debate seguinte. Ainda hoje participo de debates públicos nos Estados Unidos, quase sempre com acadêmicos cristãos evangélicos, sobre temas importantes, em especial para cristãos evangélicos. “Podem os historiadores provar que Jesus foi erguido dos mortos?” (Sempre argumento que não, ninguém pode *provar* isso.) “Os relatos de Jesus no Evangelho são confiáveis?” (Não, não inteiramente.) “A Bíblia oferece uma resposta adequada para por que há sofrimento?” (Não, na verdade não.) E assim por diante.

Também acho que os debates podem ser pedagogicamente úteis na sala de aula; ajudam os estudantes a aprender a construir argumentos, avaliar evidências e identificar a força de uma posição que pessoalmente rejeitam. Por esse motivo, faço meus alunos debaterem temas polêmicos em meu curso sobre o Novo Testamento. “Paulo e Jesus representam religiões fundamentalmente diferentes?” “As visões do apóstolo Paulo sobre as mulheres eram opressivas?” “O Novo Testamento condena as práticas modernas da homossexualidade?”

Ao estabelecer esses debates, algumas vezes, descubro antecipadamente qual lado os alunos querem assumir (afirmativo ou negativo) e dou a eles o lado *oposto*, obrigando-os a argumentar em defesa de uma posição que rejeitam. É um grande exercício. Os políticos deveriam tentar algumas vezes, para descobrir que seus adversários podem, afinal, ter algo importante e convincente a dizer.

Em meus muitos anos de debates formais e muito mais anos de discussão informal, me dei conta de algo muito significativo. Tendemos a ter as discussões mais acaloradas sobre temas que nos interessam e que são os mais próximos às pessoas. Raramente somos intensos e preocupados com algo que não tem importância para nós. E nossas discussões mais acaloradas são quase sempre com amigos e entes queridos, em vez de com estranhos.

DEBATES ENTRE OS PRIMEIROS CRISTÃOS

O mesmo era verdade com as discussões travadas pelos primeiros cristãos. Como vimos no capítulo anterior, os cristãos estavam em conflito com judeus e pagãos sobre a validade de sua religião. Esses debates algumas vezes foram acalorados. Afinal, eram questões que importavam profundamente aos cristãos. Mas os debates mais acirrados dos primeiros cristãos eram com outros cristãos, sobre as coisas certas nas quais crer e as formas certas de viver. Esses debates internos entre cristãos eram com frequência cheios de agressões e ódio. Os cristãos chamavam-se de nomes horríveis, diziam coisas feias uns sobre os outros e faziam de tudo para que seus adversários cristãos parecessem censuráveis e idiotas, em muitos casos negando que tivessem o direito de se dizer cristãos. Qualquer um visto como um falso mestre era submetido a ataques verbais; comparativamente, elementos alheios à fé — pagãos e judeus — eram tratados com luvas de pelica.

As discussões cristãs com os falsos mestres entre eles aconteciam muito, desde o começo dos registros. Nossa autor cristão mais antigo é Paulo, e, em quase todas as suas cartas, fica claro que ele tinha adversários de todos os lados. Muitos leitores cristãos, ao longo dos anos, deixaram de ver o significado dos constantes ataques de Paulo aos falsos mestres. Uma coisa que esses ataques mostram, sem sombra de dúvida, é que aonde quer que Paulo fosse, mesmo em suas próprias igrejas, ele e seus pontos de vista estavam sob ataque constante de cristãos que pensavam e acreditavam de modo diferente. É fácil deixar de notar esse fato histórico bastante óbvio, porque os escritos dos adversários de Paulo não sobreviveram à ação do tempo, enquanto os dele se tornaram parte do Novo Testamento. Mas, se pudéssemos nos transportar de volta aos anos 50 d.C., descobriríamos que aonde quer que Paulo fosse, enfrentava mestres cristãos que achavam que ele pregava um falso evangelho. Isso era verdade mesmo nas igrejas que ele mesmo fundara. E esses adversários não eram os mesmos em todos os lugares; locais diferentes produziam adversários diferentes, com pontos de vista diferentes.

Apenas como exemplos-chave, nas igrejas da Galácia, os adversários cristãos de Paulo alegavam que ele pervertera a verdadeira mensagem do evangelho de Jesus e seus apóstolos ao afirmar que os gentios não tinham de ser circuncidados e se tornar judeus para seguir Jesus. Absurdo, replicavam seus oponentes. Jesus era judeu, seus seguidores eram judeus, ele ensinara a lei judaica, ele era o messias judeu enviado pelo Deus judeu para o povo judeu — claro que seguir Jesus significava ser judeu. Esse ponto de vista desapareceu nos debates que se seguiram, mas sem dúvida tinha muitos e ávidos defensores na época.

Na igreja de Corinto, os adversários de Paulo diziam que ele era um orador fraco e patético, sem evidências de ter sido fortalecido por Deus. Eles, por outro lado, tinham dons divinos superiores, demonstrando a superioridade de sua mensagem de que os verdadeiros crentes já tinham sido elevados com Cristo para experimentar o poder e o júbilo da existência celestial aqui e agora.

Na cidade de Roma, Paulo era atacado por líderes cristãos que alegavam não ser ele um verdadeiro apóstolo. Esses cristãos censuravam Paulo por pensarem que os gentios eram superiores aos judeus na Igreja e por defenderm um evangelho que levara a um estilo de vida imoral.

E assim continua — em toda parte, Paulo tinha adversários. Não devemos descartar esses oponentes como grupos minoritários marginais sem importância. Eles estavam em toda parte, e Paulo os considerava perigosos. Seus pontos de vista acabaram vitoriosos, mas em sua própria época as diferenças de opinião eram disseminadas e muito ameaçadoras. E Paulo não era o único apóstolo sob fogo. Em toda comunidade cristã inicial, os crentes atacavam outros crentes por suas falsas crenças.

Isso era um problema para uma religião que alegava defender “a verdade”. Se os seguidores de Jesus representavam a única verdade unificada de Deus, como a Igreja cristã não era única e unificada? Na verdade, ela era tudo menos isso, não apenas nos dias de Paulo, mas por todos os quatro primeiros séculos. Apenas nos séculos II e III, por exemplo, sabemos de mestres cristãos poderosos e influentes como Marcião, que sustentavam não haver só um Deus, mas dois. Alguns gnósticos diziam haver trinta seres divinos, ou 365. Esses cristãos alegavam estar certos, e todos os outros errados. Se um desses outros grupos houvesse vencido os debates, o mundo seria um lugar muito diferente hoje.

Nos séculos II e III, alguns cristãos diziam que Jesus era o homem mais justo que já vivera e que tinha sido escolhido por Deus como seu messias. Mas que não era divino. Um ser humano não pode ser divino. Outros cristãos, de novo como Marcião, defendiam que Cristo era divino, e nada humano. E havia cristãos, incluindo os gnósticos que já mencionamos, que sustentavam que Jesus Cristo era dois seres: um homem, Jesus, e um divino, Cristo, que entrou em Jesus para dar a ele poder para seu ministério e depois o deixou antes de sua morte, já que o Cristo não pode sofrer. E certos cristãos diziam que Jesus era o próprio Deus Pai vindo à Terra.

Ao mesmo tempo, havia cristãos que negavam que Deus houvesse criado o mundo. Ou escolhido Israel como seu povo. Ou escrito as Escrituras judaicas. Alguns cristãos advogavam que as Escrituras judaicas eram sagradas, mas não deviam ser interpretadas literalmente. E certos cristãos diziam que tinham de ser interpretadas e seguidas literalmente, como alguns fazem ainda hoje.

Os primeiros cristãos eram bem diversos. Mas todos esses grupos cristãos alegavam não apenas estar certos, como diziam ser os únicos certos — seu ponto de vista, e apenas seu ponto de vista, representava a única verdade divina. Como corolário, todos alegavam que sua visão da verdade era a visão ensinada pelo próprio Jesus e, por intermédio dele, aos apóstolos. E todos esses grupos tinham livros para provar isso, livros supostamente escritos por apóstolos que sustentavam seus pontos de vista.

Talvez os cristãos hoje se perguntam por que esses vários grupos não liam seus Novos Testamentos para ver que seus pontos de vista estavam errados. A resposta é que não havia Novo Testamento. O Novo Testamento foi fruto desses conflitos, quando um dos grupos cristãos venceu a discussão e decidiu quais livros seriam incluídos nas Escrituras. Outros livros representando outros pontos de vista e também atribuídos aos apóstolos de Jesus foram não só deixados de fora

das Escrituras, mas destruídos e esquecidos. Consequentemente, quando hoje pensamos nos primórdios do cristianismo, tendemos a pensar somente do modo como chegou a nós nos escritos do grupo vencedor. Lentamente, nos tempos modernos, vieram à luz livros antigos que sustentam visões alternativas, encontrados em escavações arqueológicas ou por puro acaso, por exemplo, nas areias do Egito.

O que os mestres cristãos podiam fazer quando convencidos de que sua particular compreensão de Jesus e da fé era verdadeira, mas não sem qualquer escrito apostólico para sustentá-la? Uma coisa que algumas vezes fizeram — ou, provavelmente, com frequência fizeram — foi inventar escritos apostólicos. Nada gerou mais falsificações literárias em nome dos apóstolos do que os conflitos internos entre grupos cristãos adversários. Essas falsificações estabeleciam autoridade apostólica para as visões de um grupo e atacavam os pontos de vista de outros. Muitas das falsificações que já estudamos fazem isso, e há outras que ainda serão consideradas aqui.

FALSIFICAÇÕES DIRIGIDAS CONTRA ADVERSÁRIOS DESCONHECIDOS

Ao ler antigos ataques cristãos a falsos mestres, com frequência é difícil saber em que os adversários acreditavam. Isso porque, na maioria dos casos, não temos os escritos dos próprios adversários, então precisamos reconstruir seus pontos de vista com base no que seus inimigos disseram deles. Isso em geral não oferece muito como ponto de partida. Tente imaginar reconstruir os pontos de vista de um candidato (real) à presidência baseando-se no que o outro candidato diz para atacá-lo. Esse tipo de reconstrução é muito mais fácil de fazer hoje, quando temos meios de comunicação em massa e muita reportagem sobre os dois lados de qualquer questão, de modo que é mais difícil mentir descaradamente sobre os pontos de vista da outra pessoa. Os políticos hoje precisam ser relativamente cautelosos. No mundo antigo, não havia quase nada que impedisse distorção e falsidade explícita. Como alguém saberia sem matérias de jornais ou revistas apresentando os verdadeiros pontos de vista dos adversários?

Em certos casos, os argumentos contra os adversários são apresentados a leitores que têm tais adversários entre eles, de modo que tanto escritor quanto leitores sabem perfeitamente bem quais são os pontos de vista desses adversários. Consequentemente, o escritor não sente necessidade de explicitá-los. Tudo certo no caso de leitores antigos que sabem do que o autor está falando. Mas, para aqueles de nós que vivem dois mil anos depois, pode ser muito frustrante. Só temos indícios do cunho dos falsos ensinamentos e precisamos nos esforçar para construir algo com base no pouco que nos é dito.

Já em outros casos, um autor pode atacar pontos de vista falsos que ele mesmo concebeu apenas para despistar seus próprios pensamentos. Esse é o caso de escritos falsificados em que o autor finge viver numa época anterior. Os falsos ensinamentos atacados não são necessariamente pontos de vista

defendidos por alguém. São apenas um ponto de vista alternativo que o autor vilipendia para estabelecer a “verdade” de seu ponto de vista.

Temos de enfrentar todos esses casos ao lidar com os escritos falsificados dos primórdios do cristianismo, incluindo os do Novo Testamento. Vários escritos atacam falsos ensinamentos, mas é quase impossível dizer no que os adversários acreditavam, se é que eles realmente existiram.

Colossenses

Esse é o caso da epístola aos Colossenses, escrita em nome de Paulo, mas muito provavelmente pseudônima, como vimos no capítulo 3. O autor, quem quer que fosse, conclama seus leitores a não ser desorientados por um falso ensinamento: “Estai de sobreaviso, para que niguém vos engane com filosofias e vãos sofismas baseados nas tradições humanas, nos rudimentos do mundo, em vez de se apoiar em Cristo.” (2,8) Ele prossegue apontando a seus leitores no que devem e não devem acreditar e quais práticas religiosas devem e não devem adotar. Mas contra quem ele está falando?

Esse é um caso clássico em que os acadêmicos não têm quase nenhum modo de saber. Não que isso tenha impedido alguém de tentar. Um estudioso escrevendo em 1973 destacou que havia 44 diferentes opiniões acadêmicas sobre o que os falsos mestres sob ataque defendiam.¹⁵³ Em um período de cinco anos, no começo da década de 1990, foram escritos por especialistas quatro grandes livros sobre o tema; cada um apresentava um ponto de vista diferente.¹⁵⁴ Meu ponto de vista é que nunca saberemos com certeza.

O que podemos dizer é que o autor apresenta esses falsos mestres, existissem eles ou não, como conclamando seus leitores cristãos a venerar anjos, baseando seus pontos de vista em visões divinas que tiveram. Eles também em tese con clamaram seus seguidores a levar um estilo de vida ascético, evitando certas comidas e bebidas, e provavelmente celebrando os sabás e as festas judaicas (2,16-18.21-23). O autor, alegando ser Paulo, opõe-se a tudo isso. Ele acredita que somente Cristo deve ser venerado, pois em Cristo (não em anjos) pode ser encontrada a completa encarnação do divino. Ademais, aqueles que estão “em Cristo” já experimentaram os benefícios da ressurreição; eles não têm necessidade de se dedicar a práticas ascéticas.

Por que um autor alegaria ser Paulo para poder atacar esses adversários desconhecidos? Evidentemente porque fazer isso permitia ao autor difamar pessoas de quem ele discordava enquanto afirmava seu ponto de vista, embora, na verdade, seu ponto de vista seja diferente daquele de Paulo, como vimos no capítulo 3.

Judas

Consideramos, a seguir, o livro de Judas do Novo Testamento. Esse pequeno livro é ainda mais dirigido contra falsos mestres na comunidade cristã. Após saudar seus leitores, o autor explica os motivos de sua carta:

Caríssimos, [...] senti a necessidade [de escrever] para exortar-vos a pelejar pela fé, confiada de uma vez para sempre aos santos. Pois certos homens ímpios se introduziram furtivamente entre nós, os quais desde muito tempo estão destinados para este julgamento; eles transformam em dissolução a graça de nosso Deus e negam Jesus Cristo, nosso único Mestre e Senhor. (vv. 3-4)

Aqui os oponentes são descritos em termos bastante desagradáveis, mas os termos ficam ainda piores à medida que a carta avança. Um ponto importante a ser destacado é que, embora esses adversários tenham ingressado na comunidade cristã como membros, eles negam Cristo. Isso não deve ser entendido no sentido de que negam ser cristãos. Muito pelo contrário, eles são retratados como mestres cristãos. Ao dizer que negam Cristo, o autor está alegando que não são de fato cristãos, pois o que ensinam é falso. Não é tão difícil imaginar que eles diriam o mesmo dele. Mas esse escrito se tornou Escritura. Seus escritos, se um dia existiram, perderam-se para sempre.

De qualquer forma, ao longo de todo o livro, o autor não tem nada de bom a dizer sobre os adversários. Eles conspurcam a carne (seja lá o que isso signifique), rejeitam a autoridade e injuriam os santos anjos. São animais irracionais, regalam-se, são “nuvens sem água” e “árvores de fim de outono, sem fruto, duas vezes mortas, desarraigadas”. Eles são ímpios e fazem coisas ímpias, são “murmuradores descontentes, homens que vivem segundo as suas paixões, cuja boca profere palavras soberbas” (vv. 8-16).

Mais uma vez, é difícil dizer se o autor está atacando um grupo histórico real. Ele sem dúvida está cheio de fel contra seus inimigos, mas é impossível montar um quadro coerente do que essas pessoas ensinaram com base no xingamento acelerado ao qual o autor se dedica. Possivelmente os leitores originais do livro sabiam a quem ele se referia e o que ensinavam. Ou talvez o autor esteja somente usando um grupo de inimigos imaginários para criar um pretexto para seu próprio ensinamento sobre a verdadeira natureza da fé cristã, que era “confiada de uma vez para sempre aos santos” (v. 3). Seja como for, em sua tentativa de atacar a falsidade, o próprio autor aparentemente cometeu logro. Ele alega ser Judas (v.1), e com essa alegação parece dizer que é o irmão de Jesus.

Cinco pessoas são chamadas Judas no Novo Testamento. A mais infame delas é Judas Iscariotes. Outra é Judas, o filho de Maria e José, o carpinteiro, um dos quatro irmãos de Jesus mencionados em Marcos 6,3. O autor dessa breve epístola provavelmente alega ser esse Judas em particular, porque se identifica como “Judas, servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago”. Como a maioria das pessoas da Antiguidade não tinha sobrenomes, um autor com um nome comum em geral se identificava (para que se soubesse *qual* Judas ele era) mencionando um parente conhecido, quase sempre seu pai. Mas aqui o autor menciona não seu pai, mas seu irmão, Tiago. Isso tem de significar que Tiago é o membro mais conhecido da família.

E qual Tiago era conhecido nos primórdios da Igreja? O mais famoso Tiago era o líder da primeira igreja, a igreja de Jerusalém. Esse Tiago era o irmão de Jesus, mencionado ao longo de todo o Novo Testamento, como pelo apóstolo Paulo em várias oportunidades (ver Gl 1,19). Se esse Judas se identifica como irmão *daquele* Tiago, ele, por implicação, é o irmão de Jesus.

Contudo, é quase certo que o Judas histórico não tenha escrito esse livro. Seu autor vive em um período posterior da história da Igreja, quando as igrejas já estavam estabelecidas e quando falsos mestres haviam se infiltrado nelas e precisavam ser expurgados. O autor fala: “Lembrai-vos das palavras que vos foram preditas pelos apóstolos” (v. 17), como se eles, os apóstolos, tivessem vivido muito tempo antes. Em contraste com eles, o autor vive no “fim dos tempos” que eles previram (v. 18). Isso é alguém vivendo depois da era apostólica.

Há outra razão para estar relativamente certo de que Judas não escreveu o livro (citada antes, no capítulo 2). Como o camponês galileu de classe baixa Pedro, o camponês galileu de classe baixa Judas provavelmente não sabia escrever. Muito menos escrever em grego. Menos ainda redigir uma carta em grego eloquente evidenciando conhecimento detalhado de antigos textos judaicos. Esse é um autor que alega ser Judas para fazer os cristãos lerem seu livro e se opor a falsos mestres com uma visão diferente da fé.

FALSIFICAÇÕES EM OPOSIÇÃO A PAULO

Paulo foi um para-raios de controvérsia não só em vida, mas também depois. Alguns cristãos o viam como a maior autoridade dos primórdios da Igreja, cuja visão de Cristo na estrada para Damasco o autorizara a proclamar o verdadeiro entendimento do evangelho. Outros o viam como um estranho ao grupo apostólico, um intrometido que transformou a mensagem original de Jesus e seus apóstolos em uma religião diferente muito distante da verdade.

Já vimos que defensores de Paulo falsificaram epístolas em seu nome. Esses autores pseudônimos sentiram que a autoridade de Paulo podia se mostrar convincente no contexto das várias controvérsias e lutas que a comunidade cristã enfrentava. Temos um leque de escritos paulinos que ele, na verdade, não escreveu: Efésios, Colossenses, 2 Tessalonicenses, 1 Timóteo, 2 Timóteo, Tito, 3 Coríntios, cartas a Sêneca, e sem dúvida muitas outras cartas dos primórdios da Igreja que não foram preservadas.

Todavia, os detratores de Paulo também produziram falsificações. Nesses casos, os escritos pseudônimos contestavam os ensinamentos de Paulo, ou pelo menos ensinamentos que se acreditava serem de Paulo, representassem eles ou não as visões do Paulo histórico. Essas falsificações não eram escritas em nome de Paulo, mas no de outras autoridades de grande reputação, que direta ou indiretamente difamavam o chamado apóstolo dos gentios.

A epístola não canônica de Pedro

No capítulo 2, já analisamos uma delas, a *Epístola de Pedro*, que aparece como uma espécie de introdução aos *Escritos pseudoclementinos*. Essa epístola pressupõe o que era suposto na Igreja antiga e ainda é hoje por muitos estudiosos e leigos: Pedro e Paulo não concordavam sobre a verdadeira mensagem do evangelho.

O próprio Paulo histórico indica em seus escritos autênticos que algumas vezes ele e Pedro estavam em oposição. Isso fica claro principalmente na epístola de Paulo aos gálatas, em que ele indica que Pedro escolheu não partilhar refeições com cristãos gentios (antes pagãos — em Antioquia quando cristãos judeus chegaram à cidade (ver 2,11-14). Presumivelmente, Pedro pensou que esses visitantes ficariam ofendidos com sua decisão de não comer *kosher*. O afastamento de Pedro dos gentios (para comer *kosher*) pode ter sido apenas uma tentativa de não criar indisposição entre crentes judeus que consideravam importante que os judeus mantivessem sua identidade judaica mesmo após se tornarem seguidores de Jesus. Para Paulo, por outro lado, o afastamento de Pedro era uma afronta ao evangelho. No seu ponto de vista, esse evangelho proclamava que judeus e gentios eram iguais perante Deus em Cristo e que não havia necessidade de os seguidores de Jesus seguirem a lei, incluindo as leis de comida *kosher*.

Paulo confrontou Pedro publicamente e o chamou de hipócrita por comer com os gentios quando não havia irmãos judeus presentes, mas se recusar a fazê-lo quando eles chegavam. É uma pena que não saibamos como Pedro retrucou ou quem, na opinião geral, venceu a discussão. Conhecemos apenas o lado de Paulo, como conta na epístola aos gálatas. Mas fica claro que ele e Pedro algumas vezes estavam em lados opostos, e não fica claro se eles um dia chegaram a um acordo sobre a questão.

Como vimos, essa tensão entre Pedro e Paulo sobre seguir a lei está em questão na Epístola não canônica de Pedro, na qual o autor, alegando ser Pedro, mas na verdade escrevendo muito após sua morte, ataca uma pessoa a quem chama de seu “inimigo”. Esse inimigo pregara um “evangelho sem lei aos gentios”, ou seja, um evangelho que diz que a pessoa se torna justa perante Deus independentemente da lei. Esse inimigo pessoal de Pedro alegou falsamente que ele, Pedro, concorda com essa falsa compreensão da fé. “Pedro”, porém, não concorda com isso, e ataca seu inimigo por alegar que sim.

Esse é um ataque pouco velado a Paulo, escrito por um cristão judeu que considerava adequado, e mesmo necessário, que os judeus crentes em Jesus continuassem observando a lei judaica. Não fazer isso significava violar a verdadeira religião. Para esse autor, Paulo não é uma autoridade apostólica. É um falso pregador.

Um ensinamento semelhante é encontrado nos próprios *Escritos pseudoclementinos*.¹⁵⁵ Como já foi explicado, esse é um conjunto de longas narrativas supostamente escritas por Clemente, o quarto bispo de Roma (isto é, o papa), nas quais descreve suas viagens, seu encontro com o apóstolo Pedro e sua conversão a seguidor de Jesus. A maioria dos livros narra suas aventuras posteriores participando das viagens missionárias de Pedro. Esses textos relatam em particular como Pedro se envolveu em conflitos e disputas de milagres com Simão, o Mágico, que alegava ser o verdadeiro representante de Deus, mas que, segundo Pedro, era um falso mestre. Em algumas passagens desses livros, fica claro que Simão é entendido como sendo outra pessoa — o inimigo real de Pedro, o apóstolo Paulo.

Em nenhum lugar isso é mais claro do que em várias passagens dos *Escritos pseudoclementinos* conhecidas como as “Homilias”.¹⁵⁶ Em uma passagem, Pedro fala sobre o modo de Deus lidar com o mundo desde os primórdios. Pedro destaca que com frequência aparecem duplas de pessoas na história sagrada. A primeira a aparecer sempre é a inferior das duas. Então, por exemplo, os primeiros filhos de Adão e Eva foram o ímpio Caim (primeiro) e o justo Abel (segundo). Também o pai dos judeus, Abraão, teve dois filhos: o primogênito, Ismael, que não herdaria as promessas, e depois Isaac, que as herdaria. Isaac teve dois filhos, Esaú, o profano, e Jacó, o devoto. E assim por diante ao longo da história.

Esse padrão se aplica ao campo da missão cristã, argumenta “Pedro”. O primeiro missionário aos gentios foi “Simão” (isto é, Paulo); ele era necessariamente inferior. O segundo, o superior, era o próprio Pedro, que alega: “Eu vim após ele [Simão/Paulo] e vim sobre ele como a luz sobre a escuridão, o conhecimento sobre a ignorância, a cura sobre a doença.” (2,17) Não exatamente um retrato simpático de Paulo! Pedro seguiu o caminho missionário de Paulo, consertando tudo que Paulo havia feito errado.

Uma segunda passagem é ainda mais crítica. Como bem se sabe, costuma-se dizer que Paulo fora convocado a ser um apóstolo por Cristo na visão que teve na estrada de Damasco (ver Atos 9). Paulo não era um dos seguidores originais de Jesus. Ao contrário, começara como perseguidor da Igreja cristã. Mas Cristo apareceu a ele e o converteu, ordenando que se tornasse seu missionário junto aos gentios. O próprio Paulo, o Paulo histórico, levou muito a sério essa convocação e, em livros como Gálatas, alegou que, como recebera sua mensagem do evangelho diretamente de Jesus, não devia nada a ninguém. Qualquer um que pregasse uma mensagem contrária à sua defendia a falsidade em vez da verdade (Gl 1,6-9). Ele, Paulo, recebera a verdade do próprio Cristo. E, entre outras coisas, a verdade era que os gentios não deveriam seguir a lei judaica para ter a salvação em Cristo (Gl 2,15-16).

O autor dos *Pseudoclementinos* discorda e retrata o próprio Pedro debochando de Paulo por sua alegação de ter acesso direto aos ensinamentos de Jesus com base em uma única visão breve. Na “Homilia 17”, Pedro diz a Simão (isto é, Paulo):

Você alegou que [...] conhecia as doutrinas de Jesus mais satisfatoriamente do que eu porque ouviu Suas palavras em uma aparição. [...] Mas aquele que confia em aparição ou visão e sonho é inseguro. Pois não conhece em quem está confiando. Pois

é possível que ele seja um demônio malvado ou um espírito enganador fingindo em seus discursos ser quem não é.

As visões não são confiáveis porque você não tem como saber o que está vendo. Então, se a autoridade de Paulo é baseada exclusivamente em uma visão, não é autoridade alguma.

Pedro continua com um argumento que parece difícil de refutar:

Alguém pode ser considerado pronto para instrução por intermédio de aparições? E se você diz “é possível”, eu então pergunto: “Por que nosso mestre se submeteu e discursou um ano inteiro àqueles que estavam despertos?” E como podemos acreditar em sua palavra quando nos diz que Ele apareceu a você? E como Ele apareceu a você quando você sustenta opiniões contrárias aos ensinamentos Dele? Mas se você foi visto e ensinado por Ele, e se tornou Seu apóstolo por uma única hora, proclame Suas afirmações, interprete Suas falas, ame Seus apóstolos, não discuta comigo, que O acompanhei. Pois em oposição direta a mim, que sou uma rocha sólida, a base da Igreja, você agora se ergue.

Paulo pode ter tido uma breve visão de Jesus, mas Pedro esteve com ele por meses — um ano! — não adormecido e sonhando, mas desperto, escutando todas as suas palavras. E o próprio Jesus declarou que era Pedro, não Paulo, a “rocha” sobre a qual a Igreja seria construída. Paulo é um intrometido posterior, cuja autoridade parte unicamente de bases duvidosas. São os ensinamentos de Pedro que devem ser seguidos, não os de Paulo.

Se essa é ou não a visão do Pedro histórico, é algo que nunca saberemos. Mas sem dúvida é a visão de Pedro apresentada nos escritos falsificados conhecidos como *Pseudoclementinos*.

Tiago

No próprio Novo Testamento, encontramos um livro que parece atacar os ensinamentos de Paulo, ou pelo menos uma posterior interpretação equivocada de seus ensinamentos. É uma carta cuja autoria é atribuída a alguém chamado Tiago. Nos primórdios da Igreja, supunha-se que esse Tiago era o irmão de Jesus.

Tiago foi conhecido por toda a história dos primórdios da Igreja por ser muito comprometido com suas raízes e sua herança judaica, mesmo como seguidor de Jesus.¹⁵⁷ Segundo o Novo Testamento, ele não foi discípulo de Jesus em vida (ver João 7,5), mas foi um dos primeiros a ver Jesus ressuscitado após a morte (1Co 15,7), e presumivelmente por causa disso passou a acreditar nele. Sem dúvida, foi essa ligação de parentesco que o elevou a uma posição de autoridade na Igreja.

O apóstolo Paulo, que conhecia Tiago pessoalmente (Gl 1,19), indica que ele era comprometido com a lei judaica e parece ter insistido para que os outros seguidores de Jesus, judeus, também o fossem (2,12). Era conhecido por sua grande devoção; uma fonte antiga indica que rezava com tanta frequência e por tanto tempo que seus joelhos se tornaram tão calosos quanto os de um camelo. Os melhores registros históricos indicam que morreu por volta de 62 d.C., após comandar a igreja de Jerusalém por trinta anos.

Tiago era um nome muito comum entre os judeus na Palestina do século I, e também entre cristãos. Há no Novo Testamento várias pessoas chamadas Tiago. Mateus 10,3-4 indica que dois dos 12 discípulos de Jesus tinham esse nome. Para diferenciar os dois, em geral eles recebiam identificações adicionais, como “Tiago, filho de Zebedeu” ou “Tiago, filho de Alfeu”. Contudo, o autor do livro de Tiago não se identifica mais, sugerindo esperar que seus leitores soubessem qual Tiago era. Portanto, parece haver pouca dúvida de que ele alega ser o mais famoso Tiago de todos, o irmão de Jesus. Esse ponto de vista é corroborado pelo fato de que escreve sua carta às “Doze tribos da diáspora”, uma referência às 12 tribos de Israel que estão espalhadas por todo o mundo romano. Tiago, o principal cristão judeu, está escrevendo aos cristãos judeus dispersos.

O livro contém uma série de alertas éticos conclamando os leitores a viver de forma adequada aos seguidores de Jesus. Eles devem ter fé e não dúvida; suportar julgamentos, ser lentos na raiva, vigiar as línguas, controlar seus desejos e não demonstrar parcialidade, ser invejosos ou ambiciosos, buscar a riqueza ou demonstrar favoritismo para com os ricos e assim por diante. Muitas dessas censuras parecem refletir os ensinamentos do próprio Jesus, por exemplo, do Sermão da Montanha (Mt 5-7).

Mas o autor está preocupado com uma questão, que reflete uma disputa com outros cristãos. Alguns cristãos estão dizendo que para ser justo perante Deus só é necessário ter fé; para eles, fazer “boas obras” é irrelevante para a salvação, desde que se creia. Tiago acha isso errado: quem crê e não pratica boas ações não tem fé:

De que aproveitará, irmãos, a alguém dizer que tem fé, se não tiver obras? Acaso esta fé poderá salvá-lo? Se a um irmão ou a uma irmã faltarem roupas e o alimento cotidiano, e algum de vós lhes disser “Ide em paz, aquecei-vos e fartai-vos”, mas não lhes der o necessário para o corpo, de que lhes aproveitará? Assim também a fé: se não tiver obras, é morta em si mesma. (Tg 2,14-17)

O autor prossegue, argumentando que ter fé sem obras não leva à salvação e, na verdade, é sem valor. Isso é demonstrado acima de tudo pelo exemplo de Abraão, pai dos judeus, que foi salvo pelo que fez, não apenas por aquilo em que acreditava:

Mas alguém dirá: “Tu tens fé, e eu tenho obras.” Mostra-me a tua fé sem obras e eu te mostrarei a minha fé pelas minhas obras. Crês que há um só Deus. Fazes bem. Também os demônios creem e tremem. Queres ver, ó homem vâo, como a fé sem obras é estéril? Abraão, nosso pai, não foi justificado pelas obras, oferecendo o seu filho Isaac sobre o altar? Vedes como a fé cooperava com as suas obras e era completada por elas. Assim se cumpriu a Escritura, que diz: “Abraão creu em Deus e isto lhe foi tido em conta de justiça, e foi chamado amigo de Deus”. Vedes como o homem é justificado pelas obras e não apenas pela fé? (2,18-24)

Portanto, eis aqui uma invectiva penetrante contra qualquer um que sustente que somente a fé pode tornar a pessoa justa perante Deus (nas palavras de Tiago, que pode “justificar” a pessoa). Sua evidência é Abraão, e a Escritura que ele cita em apoio é Gênesis 15,6: “Abraão creu em Iahweh e isto lhe foi tido em conta de justiça.”

Uma das razões pelas quais essa passagem é significativa é que parece quase uma paródia de algo que o próprio Paulo havia escrito antes, em sua epístola aos gálatas, quando tentava convencer seus leitores gentios de que não tinham de seguir os preceitos da lei para estarem justificados (ser justos para com Deus), mas que apenas a fé em Cristo era o necessário. O mais chocante é que Paulo tenta provar sua tese se referindo especificamente a Abraão e citando Gênesis 15,6. Eis o que Paulo escreve:

Sabemos, contudo, que ninguém se justifica pela prática da lei, mas apenas pela fé em Jesus Cristo. Também nós cremos em Jesus Cristo, e tiramos assim a nossa justificação da fé em Cristo, e não pela prática da lei. Pois, pela prática da lei, nenhum homem será justificado. [...] Foi este o caso de Abraão: ele creu em Deus e isto lhe foi levado em conta da justiça. Sabei, pois: só os que têm fé é que são os filhos de Abraão. (Gl 2,16; 3,6-7)

Durante séculos, os estudiosos do Novo Testamento sustentaram que o livro de Tiago responde ao ensinamento de Gálatas. Paulo ensinou que era a fé em Cristo que colocava as pessoas na relação certa com Deus, independentemente de elas fazerem ou não as obras da lei. Tiago afirmou que as obras eram necessárias, que apenas a fé não produzia justificação. Os dois autores usam a mesma linguagem (“justificar”, “fé”, “obras”), apelam para a mesma figura do Antigo Testamento, Abraão, e ambos citam o mesmo versículo, Gênesis 15,6. Desde Martinho Lutero, no começo da Reforma, alguns intérpretes afirmam que Tiago está contradizendo Paulo. A conclusão de Lutero foi que Tiago havia entendido errado.

Contudo, estudiosos mais recentes questionaram essa leitura de Tiago. Em grande parte porque, embora a carta use os mesmos termos que Paulo, Tiago quer dizer algo diferente com esses termos. Quando Paulo usa o termo “fé”, como vimos em um contexto anterior, ele quer dizer algo relacional; fé em Cristo significa confiar que a morte e a ressurreição de Cristo podem recolocar a pessoa como justa perante Deus. Isso, para Paulo, se dá “a despeito das obras da lei”, no sentido de que a pessoa não precisa realizar as obras prescritas pela lei judaica para confiar em Cristo. A pessoa não precisa celebrar o sabá, seguir leis de comida *kosher*, ser circuncidado, no caso dos homens, e assim por diante.

Tiago, porém, quer dizer algo diferente com “fé” e “obras”. Para ele, a fé não tem o significado relacional de “confiar em alguém”. Ela se refere a uma concordância intelectual com uma proposição: “Também os demônios creem [que há um só Deus], e tremem.” (2,19) Em outras palavras, mesmo os demônios sabem que só há um verdadeiro Deus, mas isso não faz bem algum a eles. Isso não significa que os demônios confiem em Deus; eles apenas têm o conhecimento intelectual de sua existência. A fé — concordância intelectual com as proposições da religião cristã — não salva ninguém, de acordo com Tiago. Mas Paulo discordaria *disso*? Provavelmente não.

Ainda mais marcante, quando Tiago fala de “obras”, ele não se refere a ações exigidas pela lei judaica: celebrar o sabá, exigências de comida *kosher* e assim por diante. Ele fala sobre boas ações: alimentar quem tem fome, vestir quem está nu (os dois exemplos que ele dá) e assim por diante. Para

Tiago, uma concordância intelectual com o cristianismo que não se manifesta em como a pessoa vive não tem utilidade. Isso não salva uma alma.

E assim, o livro de Tiago pode parecer contradizer Paulo, mas não o contradiz. O que entender disso? Na verdade, não é tão difícil ver o que aconteceu historicamente. No capítulo 3, vimos que houve autores posteriores, como o de Efésios, que alegaram ser Paulo, mas transformaram seu ensinamento de que as obras da lei judaica não levavam à salvação em um ensinamento de que “boas obras” não podiam salvar (ver Ef 2,8-9; ver também Tt 3,5). Para um autor como o escritor pseudônimo de Efésios, fazer boas ações não contribui para tornar uma pessoa justa com Deus. Tiago, portanto, está reagindo não ao que Paulo disse, mas ao que cristãos posteriores equivocadamente entenderam do que Paulo dissera.

Esses cristãos paulinos posteriores interpretaram o argumento de Paulo de que era a fé que justificava, não as obras, como se não importasse o que se fazia ou como se vivia. Importava somente no que acreditava. O ensinamento de Paulo sobre “obras da lei” foi tomado como um princípio geral sobre “boas ações”. E o ensinamento de Paulo sobre “confiar em Cristo” foi transformado em um ensinamento sobre “no que acreditar”. Portanto, para esses cristãos posteriores, o que importava era sua crença, não sua vida. Eles acharam que esse ensinamento era de Paulo, então também apelaram a Abraão, o pai de todos os crentes, e a Gênesis 15,6, que indicava que Abraão tinha sido justificado por sua fé, não por suas obras. Tiago reagiu a isso argumentando o oposto: não se pode ter fé verdadeira sem isso se refletir em como se leva a vida. “Se não tiver obras, [a fé] é morta em si mesma.”

Essa, portanto, foi outra controvérsia sobre os ensinamentos de Paulo, sobre o modo como passaram a ser reinterpretados em suas igrejas depois de sua época. Tiago não cita Paulo explicitamente, mas é perfeitamente claro que são os ensinamentos dele que Tiago tem em mente, pelo menos do modo como estavam sendo interpretados em sua época. Mas ele era de fato Tiago ou alguém mais alegando ser Tiago?

Há excelentes motivos para pensar que essa carta não foi escrita pelo irmão de Jesus, mas falsificada em seu nome. Para começar, o ensinamento ao qual ela se opõe necessariamente surgiu após os escritos de Paulo. Isso quer dizer que é um desdobramento posterior do raciocínio paulino em uma comunidade paulina posterior. O ensinamento é similar ao encontrado em Efésios, escrito após a vida de Paulo em seu nome. Mas vai ainda mais longe que Efésios, já que o autor de Efésios nunca teria dito que não importava como se vivia desde que se tivesse fé. Aquele que escreve o livro de Tiago pressupõe uma situação ainda posterior nas igrejas de Paulo. Mas como o Tiago histórico foi provavelmente martirizado em 62 d.C., duas décadas mais ou menos antes de Efésios ser escrito, o livro não poderia ter sido escrito por ele.

Ademais, a única coisa que sabemos bem sobre Tiago de Jerusalém é que ele estava preocupado com que os seguidores judeus de Jesus continuassem a cumprir as exigências da lei judaica. Mas essa preocupação é notável e perceptivelmente ausente dessa carta. Esse autor que alega ser Tiago está preocupado com pessoas fazendo “boas ações”; não está nem um pouco preocupado com comer

kosher, celebrar o sabá e as festas judaicas ou circuncisão. Suas preocupações não são as do Tiago de Jerusalém.

No entanto, o argumento determinante é um que já vimos em relação a Pedro e Judas. Esse autor escreveu uma composição muito fluente e retoricamente eficaz em grego. Ele tem conhecimento íntimo da versão grega do Antigo Testamento. O Tiago histórico, por outro lado, era um camponês de língua aramaica da Galileia que quase certamente nunca aprendeu a ler. Ou, se aprendeu, foi a ler hebraico. Se um dia aprendeu grego, foi como segunda língua, para falá-la, sem dúvida, de forma deficiente. Ele nunca teria ido à escola. Nunca teria se tornado fluente em grego. Nunca teria aprendido a escrever, mesmo em sua língua materna, muito menos em uma segunda língua. Nunca teria estudado o Antigo Testamento em grego. Nunca teria feito aulas de redação em grego, nunca teria dominado a retórica grega.

Esse livro não foi escrito por um judeu analfabeto de língua aramaica. Quem o escreveu alegou ser Tiago porque isso seria melhor para atingir seu objetivo: afirmar que os seguidores de Jesus precisavam manifestar fé em suas vidas fazendo boas ações, já que sem obras a fé está morta.

FALSIFICAÇÕES EM APOIO A PAULO

Assim como havia falsificadores querendo enfatizar que Paulo discordava dos discípulos de Jerusalém, Pedro e Tiago, e que, portanto, Paulo interpretava equivocadamente a mensagem cristã, havia outros que ficavam ao lado de Paulo e queriam argumentar que estava em perfeita harmonia com os ensinamentos de Pedro e Tiago, e que, portanto, os três estavam do lado da verdade. Esse, pelo menos, é um dos princípios de dois dos livros que já estudamos no segundo capítulo, 1 e 2 Pedro, bem como um livro que os estudiosos odeiam classificar de falsificação, embora seja o que parece ser, o livro dos Atos do Novo Testamento.

1 Pedro

Já vimos várias razões para pensar que quem quer que tenha escrito 1 Pedro não foi de fato Pedro. Contudo, há motivos adicionais, dois dos quais se relacionam com minha alegação aqui de que o livro foi escrito para mostrar que Pedro e Paulo eram compatíveis. A primeira tem a ver com o público da carta. A única coisa que sabemos sobre as atividades missionárias do Pedro histórico é que ele foi aos judeus tentar convertê-los à crença em Cristo. Quando Paulo se encontrou com os “apóstolos de Jerusalém” (Pedro, Tiago e João), eles concordaram que, assim como Pedro estava encarregado da missão aos judeus, Paulo iria aos gentios (Gl 2,6-9). O impressionante em 1 Pedro é ser escrito aos gentios, não aos judeus (2,10; 4,3-4). Essa é a área de Paulo, não de Pedro. Ademais,

o destino geográfico da carta é o de Paulo. A carta é dirigida a cristãos que vivem em cinco regiões da Ásia Menor, um lugar onde Paulo criara igrejas. Nada liga o Pedro histórico a esses lugares.

Essas características da carta parecem menos estranhas quando vistas no contexto geral do que a carta tenta conseguir. Ela não apenas oferece consolo aos que sofrem por sua fé; ao fazê-lo, tenta que Pedro soe como Paulo, o missionário aos gentios da Ásia Menor. Por que quereria fazer isso? Sem dúvida pelas razões que vimos: havia outros cristãos que sustentavam, mesmo nas igrejas da Ásia Menor, que Pedro e Paulo se detestavam e representavam entendimentos distintos do Evangelho. Não para o autor de 1 Pedro. Ele escreve em nome de Pedro uma carta que parece muito com uma de Paulo.

As duas pessoas que o autor pseudônimo cita na carta, Silvano e Marcos (5,12-13), são conhecidas como companheiros de Paulo (ver, por exemplo, 1Ts 1,1; Fm 24). O uso das Escrituras na carta é muito similar ao modo como Paulo usa as Escrituras; Oseias 2,25 é citado em 2,10, por exemplo, para mostrar que os gentios são agora o povo de Deus, da forma como Paulo usa o mesmo versículo em Romanos 9,25. A exortação moral da carta parece com a de Paulo; por exemplo, o cristão deve ser “submisso às autoridades constituídas”, como em Romanos 13,1-7. E, mais importante, a teologia esposada na carta é a teologia de Paulo. Apenas como exemplos isolados, que poderiam ser multiplicados muitas vezes: é a fé que leva à salvação (1,9); o fim de todas as coisas está próximo (4,7); e a morte de Cristo traz a salvação dos pecados (2,24; 3,18). Tudo isso pode parecer com coisas que todo cristão poderia dizer. Mas, quando se examina a redação das passagens, em certos momentos há dificuldade em dizer que não saíram diretamente de Paulo: “Carregou nossos pecados em seu corpo sobre o madeiro para que, mortos aos nossos pecados, vivamos para a justiça.” (2,24) “Pois também Cristo morreu uma vez pelos nossos pecados — o Justo pelos injustos — para nos conduzir a Deus.” (3,18)

Não é convincente como argumento contrário dizer que a carta também contém algumas diferenças das do próprio Paulo. Pode-se argumentar isso em relação a todas as cartas não questionadas de Paulo; cada uma delas tem coisas distintas a dizer. O ponto é que essa forjada em nome de Pedro parece se esforçar para abraçar visões, afora isso, comprovadamente atribuídas a Paulo. Temos aqui um falsificador que quer insistir que os dois grandes apóstolos da Igreja estavam de acordo em sua compreensão do evangelho, contra outros cristãos que argumentavam que eles discordavam um do outro.

2 Pedro

Algo similar pode ser dito de 2 Pedro. Nesse caso, o autor vai ainda mais longe na insistência de que é Pedro, já que não só se identifica como “Simão Pedro” em 1,1, como também destaca que esteve na presença de Jesus no monte durante a transfiguração: “Por termos visto a Sua Majestade com nossos

próprios olhos [...] quando estávamos com ele no monte santo.” (1,16-19) Realmente é Pedro! E ele gosta de Paulo! De fato, ele mais do que gosta de Paulo: acha que as cartas de Paulo são Escrituras.

Como vimos, 2 Pedro advoga que, embora muito tempo tenha se passado desde que Jesus declarou que o fim de todas as coisas se daria “logo”, tudo está acontecendo de acordo com o plano. No calendário de Deus, “logo” não significa o mesmo que no nosso, pois “um dia diante do Senhor é como mil anos, e mil anos, como um dia” (3,8). Na verdade, Deus postergou o momento do fim para dar mais tempo para que mais pessoas sejam salvas: “Reconheci que a longa paciência de nosso Senhor vos é salutar.” Isso, alega o autor, é ensinado por “vosso caríssimo irmão Paulo”, que, como nos é dito,

vos escreveu, segundo o dom da sabedoria que lhe foi dado. É o que ele faz em todas as suas cartas, nas quais fala nestes assuntos. Naselá há algumas passagens difíceis de entender, cujo sentido os espíritos ignorantes ou pouco fortalecidos deturparam, para a sua própria ruína, como o fazem também com as demais Escrituras. (3,15-16)

Há vários pontos importantes aqui. Paulo é o “caríssimo irmão” de Pedro. Eles concordam em todos os pontos fundamentais. Outros cristãos interpretaram erradamente (“deturparam”) as cartas de Paulo. Fazem isso também com as “demais” Escrituras. Entre outras coisas, isso significa que “Pedro” considera as cartas de Paulo Escrituras. Para esse autor, portanto, se alguém interpreta as cartas de Paulo no sentido de que ele e Pedro discordam, equivocaram-se na leitura das cartas. As cartas de Paulo falam a verdade, e Pedro concorda com elas. Exceto que a pessoa que escreveu essa carta não foi Pedro, mas alguém alegando posteriormente ser Pedro. Um dos objetivos finais desse escritor pseudônimo é bem claro: queria muito que seus leitores pensassem que o apóstolo dos judeus e o apóstolo dos gentios não tinham diferença de opinião.

Os Atos dos apóstolos

Atos dos Apóstolos é o mais antigo relato preservado que temos da disseminação do cristianismo nos anos imediatamente posteriores à morte de Jesus. É uma narrativa histórica que tenta explicar como o cristianismo se deslocou geograficamente da cidade de Jerusalém, por toda a Judeia, até Samaria, e, a seguir, outras regiões do Império Romano, enfim chegando à própria cidade de Roma. Contudo, Atos está preocupado não somente com a disseminação geográfica da religião, mas também com o que poderia ser chamado de disseminação “étnica”. O autor se interessa pela questão de como a religião judaica de Jesus e seus seguidores se tornou uma religião adotada por gentios, não por judeus. Considerando o interesse do autor pela conversão de antigos pagãos à nova fé, não surpreende que o grande herói da história seja Paulo, conhecido, nos primórdios da Igreja, como o apóstolo dos gentios por excelência.

Mas nessa narrativa Paulo não começa como um seguidor de Jesus. Ao contrário. À medida que a florescente Igreja cristã cresce aos saltos nos primeiros meses por meio da pregação de apóstolos

com autoridade como Pedro, que é o personagem principal dos 12 primeiros capítulos do livro, também desperta o ódio dos judeus que se recusam a se converter e consideram a nova religião blasfematória e perigosa. No fim, o principal adversário da nova fé é Saulo de Tarso, um judeu muito religioso autorizado a caçar e prender qualquer um que professe a fé em Cristo.

Numa das maiores reviravoltas dos primórdios da história cristã — ou de toda a história, argumentariam alguns —, o grande perseguidor da fé se torna seu mais poderoso pregador. A caminho de perseguir cristãos na cidade de Damasco, Paulo tem uma visão de Jesus ressuscitado e passa a acreditar que a fé que ele antes combatera é verdadeira (Atos 9). Após se encontrar com aqueles que eram apóstolos antes dele — Pedro e outros —, Paulo se devota a propagar a nova fé com zelo igual ao que antes dedicara a oprimi-la. Ele viaja por todas as regiões mediterrâneas da Ásia Menor, Macedônia e Acaia (modernas Turquia e Grécia), visitando grandes áreas urbanas, pregando o evangelho, convertendo principalmente gentios e criando igrejas.

No entanto, no começo de seu trabalho missionário, surge uma grande divergência entre os líderes da Igreja. Os gentios que passam a acreditar em Jesus não precisam se converter ao judaísmo para serem seguidores do messias judaico? Não precisam ser circuncidados e seguir a lei judaica? Alguns dos líderes da Igreja acham que a resposta é sim; outros acham que a resposta é não. Nessa história, o próprio Pedro acredita que não. Em boa medida isso se dá porque, mesmo antes das jornadas missionárias de Paulo, Deus pessoalmente revelara a Pedro, em uma visão, que os gentios deveriam ser aceitos na fé sem se tornarem judeus (Atos 10-11). Pedro é o primeiro a converter um gentio.

E assim, quando é convocada uma conferência da Igreja para decidir a questão em Atos 15, na metade da narrativa, há alguns porta-vozes externos não identificados do ponto de vista de que os conversos gentios devem ser obrigados a seguir a lei. Mas os principais nomes de dentro — não apenas Paulo, mas também Pedro e Tiago, líder da igreja de Jerusalém — estão do lado oposto e se juntam alegando que a salvação de Cristo chegou aos gentios, que não precisam aceitar a lei judaica para ser salvos.

Recém-autorizado por essa decisão unificada, Paulo retorna a campo e funda mais igrejas antes de ter problemas com as autoridades judaicas em uma visita a Jerusalém. A maior parte do terço final do livro de Atos lida com a prisão e os julgamentos de Paulo, enquanto ele tenta se defender afirmando que não estava fazendo nada contrário à lei judaica. Em vez disso, diz, sempre defendeu a lei ao pregar que o próprio Jesus era o messias judeu que tinha sido erguido dos mortos (embora ele acha que os gentios não precisam seguir a lei). Paulo enfim apela para apresentar seu caso perante o imperador romano, um direito seu como cidadão romano. O livro termina com sua viagem a Roma e sua prisão domiciliar, onde é mostrado pregando a todos que vão escutá-lo enquanto aguarda o julgamento.

Como fica claro nesse resumo, um dos grandes temas de Atos é que Pedro, o herói do terço inicial do livro, e Paulo, o herói do restante, estavam alinhados em tudo. Concordavam na questão prática de se os gentios deveriam ser obrigados a seguir a lei judaica; concordavam na necessidade e na abordagem da missão de converter os gentios; concordavam em todas as questões teológicas.

Nesse sentido, o livro dos Atos se alinha com os dois outros livros do Novo Testamento que já analisamos, 1 e 2 Pedro, e contra vários livros fora do Novo Testamento, como a *Epístola de Pedro* e as “Homilias” pseudoclementinas. É possível também argumentar que está em contradição com o que o próprio Paulo tinha a dizer no livro de Gálatas, em que Pedro não é tratado de forma amistosa.

Na verdade, há muitas outras diferenças entre o que o livro de Atos diz sobre Paulo e o que Paulo diz sobre si mesmo em suas cartas. Não vou entrar em todos os detalhes sangrentos, já que são discutidos de modo mais abrangente em outras obras bem acessíveis.¹⁵⁸ Mas apenas em relação a Gálatas, gostaria de destacar que enquanto Atos deixa bem claro que Pedro percebeu, antes mesmo de Paulo, que era uma coisa boa e certa fazer refeições com gentios que não comiam *kosher*, em Gálatas 2 é exatamente isso o que Pedro se recusa a fazer quando “irmãos” judeus aparecem na cidade. Pode-se argumentar que Paulo estava certo, que Pedro estava sendo hipócrita. Mas não há nada em Gálatas que sugira que Pedro achasse isso ou que pensasse que Paulo estava certo em relação à questão. O Pedro histórico pode ter pensado que partilhar refeições com gentios quando havia judeus por perto era errado. Caso positivo, o Pedro histórico pensava diferente do Pedro do livro dos Atos.

Há outras diferenças entre Atos e Gálatas ainda mais difíceis de conciliar. Vou mencionar apenas duas. Em Gálatas, Paulo tenta convencer seus leitores gentios de que seria um erro enorme se eles fossem circuncidados e começassem a obedecer à lei judaica. Ele quer insistir que sua compreensão da questão vinha de Deus, na revelação que tivera de Cristo e que o transformara em um seguidor. Ele não recebera — enfática e decididamente — essa mensagem daqueles que eram apóstolos antes dele, Pedro, Tiago e os outros. Afirma que, depois da visão de Cristo que o convertera, ele sequer fora a Jerusalém conversar com os apóstolos. Partira para a Arábia, depois de voltar a Damasco, e não fora a Jerusalém nos três anos seguintes (1,15-19). Isso torna muito interessante a história da conversão de Paulo no livro dos Atos. Ali nos é dito que Paulo fica cego com sua visão de Jesus na estrada para Damasco; ele então entra na cidade e recupera a visão. E qual é a primeira coisa que faz ao deixar a cidade: segue diretamente para Jerusalém para ver os apóstolos (Atos 9,1-26). Bem, o que aconteceu? Ele ficou longe de Jerusalém, como o próprio Paulo diz, ou foi para lá diretamente, como diz Atos?

Ademais, quem ele vê lá? Paulo insiste, em Gálatas 1,18-19, que em sua visita de 15 dias viu apenas duas pessoas, Pedro e Tiago, o irmão de Jesus. É enfático nesse ponto, que reforça fazendo um juramento: “Isto que vos escrevo — Deus me é testemunha —, não o estou inventando.” (1,19-20) Não fica claro por que ele quer reforçar de tal forma o ponto. Será por não querer que alguém pense que sua mensagem foi transmitida a ele pelos discípulos originais de Jesus, a maioria dos quais nunca conheceu? De qualquer forma, o que fica claro é o contraste com Atos. Quando Paulo chega a Jerusalém logo após ser convertido, encontra-se com apóstolos e passa algum tempo entre eles — não apenas com Pedro e Tiago, mas, ao que parece, com todos (9,26-30).

Essas diferenças entre o que Atos diz sobre Paulo e o que Paulo diz sobre si mesmo podem ser multiplicadas muitas vezes, sobretudo se nos voltarmos para outras cartas paulinas além de Gálatas. Uma razão pela qual as diferenças importam é que Paulo quer se distanciar dos apóstolos para alegar que sua mensagem veio diretamente de Cristo, e não daqueles que eram apóstolos antes dele. O livro dos Atos, por outro lado, afirma que Paulo conferenciou com os outros apóstolos antes de começar a colocar sua mensagem em campo. Mais ainda, para Paulo, os outros apóstolos não lhe deram qualquer mensagem que Cristo já não lhe tivesse revelado. Se os outros, mesmo Pedro e Tiago, discordavam, estavam discordando não dele, mas de Deus, que se revelara a Paulo por intermédio de Cristo. Para Atos, por outro lado, não há possibilidade de Paulo e os outros discordarem. Deus transmitiu a todos igualmente a verdade do evangelho, e todos pregam o evangelho. É a mesma mensagem, a mesma teologia, as mesmas conclusões práticas: estão todos de acordo, do início ao fim.

A outra razão pela qual as diferenças entre Paulo e Atos importam é porque Atos é atribuído a um companheiro de Paulo. Mas, dadas as numerosas discrepâncias entre as cartas de Paulo e o livro de Atos, isso parece improvável. O autor de Atos nunca se identifica. Mas a tradição da Igreja, começando cerca de um século após o livro ter sido escrito, atribui o livro a alguém chamado Lucas. E por que Lucas?

O raciocínio é um tanto complicado. O primeiro ponto importante a destacar é que o Evangelho de Lucas e o livro dos Atos, ambos anônimos, foram escritos pelo mesmo autor. Isso é demonstrado por suas visões teológicas similares, o vocabulário e o estilo de redação partilhados, e indicações claras como os versículos de abertura dos dois livros, ambos dedicados a alguém chamado Teófilo. O segundo livro indica que é o segundo de dois livros escritos a essa pessoa. Provavelmente, o autor de Atos, portanto, é o autor de Lucas. Atos é o segundo volume de uma obra em dois tomos.

Todavia, por que pensar que foi escrito por alguém chamado Lucas? Ainda que o Evangelho de Lucas não dê qualquer indício de seu autor, há pistas que sem dúvida devem ser intencionais no livro de Atos. Em quatro passagens de Atos, o autor para de falar na terceira pessoa sobre o que “eles” (Paulo e seus companheiros) estavam fazendo e começa a falar sobre o que “nós” estávamos fazendo (16,10-17; 20,5-16; 21,1-18; 27,1-28,16). É alguém que alega ter estado com Paulo como companheiro de viagem durante suas jornadas missionárias. Mas ele não diz quem é.¹⁵⁹

Contudo, ao longo dos séculos, leitores pensaram que sua identidade poderia ser inferida. Esse autor é alguém preocupado com a missão aos gentios dos primórdios da Igreja e dedicado a mostrar que os gentios não têm de se tornar judeus para ser cristãos. É sensato concluir que essa pessoa deveria ser gentia. Então, agora reduzimos um pouco as opções: o autor é supostamente um companheiro de viagem gentio de Paulo. Conhecemos alguém assim?

Na carta aos colossenses, sabemos de três companheiros gentios de Paulo: Epafras, Demas e Lucas, o médico (Cl 4,12-14). Desses três, parece improvável que Demas seja o autor, já que nos é dito em outro ponto que Demas “abandonou” Paulo (2Tm 4,10). Epafras é conhecido como o

fundador da igreja de Colossas (Cl 1,5-7), uma igreja nunca mencionada em Atos. Isso seria estranho se seu fundador fosse o autor. Assim, um candidato resta: Lucas, o médico amado. Temos a antiga suposição de que o livro de Atos foi escrito por Lucas, um companheiro de viagem de Paulo. Essa suposição é encontrada no pai da Igreja Irineu, do século II. Irineu escrevia um século depois de o livro de Atos ter sido produzido. Ainda assim, é o primeiro autor cristão preservado a fazer uma longa referência de o livro, e indica, baseado em seu conhecimento das passagens “nós”, que “Lucas era inseparável de Paulo, e foi seu colega no trabalho do evangelho, como ele mesmo claramente demonstra”.¹⁶⁰

A despeito dessa antiga tradição, são muitos os problemas de identificar Lucas como o autor do livro. Para começar, a ideia de que Lucas era um companheiro gentio de Paulo vem de *Colossenses*, um livro que parece falsificado em nome de Paulo após sua morte. Na verdade, também há um Lucas, identificado na epístola autêntica de Paulo a *Filemom* (v. 24), mas nada é dito sobre ser um gentio. Ele é apenas mencionado em uma relação de cinco outras pessoas. Um problema ainda maior é o fato de haver tantas discrepâncias entre o que Atos diz sobre Paulo e o que Paulo diz sobre si mesmo.

Mencionei apenas três dessas discrepâncias. Há muitas outras.¹⁶¹ Elas envolvem quase todos os aspectos do Paulo histórico. A teologia e a pregação de Paulo diferem entre Atos e as epístolas; outras diferenças são a atitude de Paulo em relação aos pagãos, sua relação com a lei judaica, sua estratégia missionária e seu itinerário. Em praticamente todos os pontos nos quais é possível comparar o que os Atos dizem sobre Paulo com o que Paulo diz sobre si mesmo em suas cartas autênticas há discrepâncias. É difícil escapar da conclusão de que provavelmente Atos não foi escrito por um dos companheiros de viagem de Paulo.

Por que, então, o autor falaria na primeira pessoa em quatro oportunidades? Qualquer um, lendo este livro até aqui, não tem dificuldade em descobrir por quê. O autor faz uma alegação sobre si mesmo. Ele não se identifica; apenas diz ser um companheiro de viagem de Paulo e, portanto, bem-colocado para oferecer um relato “verdadeiro” da mensagem e da missão de Paulo. Mas ele provavelmente não foi um companheiro de Paulo. Por um lado, escreveu muito depois de Paulo e seus companheiros estarem mortos. Os estudiosos costumam datar Atos de 85 d.C. aproximadamente, mais de duas décadas após a morte de Paulo. Por outro lado, ele parece mal-informado demais sobre a teologia e as atividades missionárias de Paulo para ter sido alguém com informações de primeira mão. Se o autor alega ser alguém que não é, que tipo de obra escreve? Um livro escrito com uma falsa alegação de autoria é uma falsificação. Obviamente a alegação autoral nesse caso não é tão ousada quanto, digamos, em 1 Timóteo ou 3 *Coríntios*, cujos autores disseram ser Paulo. Mas a alegação de Atos ainda assim é clara; o autor indica que participou e foi testemunha da missão de Paulo, embora não tivesse sido.

Não se deve objetar que se o autor quisesse que seus leitores se convencessem de que era um companheiro de Paulo teria sido muito mais explícito sobre sua identidade, ou seja, ele teria dado seu nome ou sido mais enfático em sua identificação como companheiro de viagem de Paulo. Esse tipo de objeção sobre o que um autor “teria” nunca é muito convincente. Na

verdade, é um tanto divertido ver leitores modernos dizendo a autores antigos o que deveriam ter feito para ser mais convincentes. Por que o autor de Atos deveria ter feito algo diferente do que fez? Como poderia ter tido mais sucesso em enganar seus leitores? Ele foi muito bem-sucedido fazendo do modo como fez. Durante 1.800 anos, leitores aceitaram sem questionar que o autor não era outro que não Lucas, o companheiro de viagem de Paulo. Inserindo em seu relato apenas um punhado de pronomes na primeira pessoa, o autor conseguiu produzir uma falsificação que continua a enganar leitores até hoje.

A razão para a falsificação, de qualquer modo, é clara, ou pelo menos uma das muitas razões. Esse autor quer que seus leitores pensem que ele é o companheiro de Paulo e que, portanto, teve informações em primeira mão sobre a missão de Paulo. Nesse relato, Paulo concorda com os apóstolos anteriores a ele, especialmente Pedro e Tiago, em todos os pontos de importância teológica e prática. Em seus primórdios, a Igreja estava em sólida e essencial harmonia. Pedro e Paulo não divergiam entre si, como outros autores alegavam. Eles declararam juntos que a salvação chegara para os gentios, que não precisavam ser judeus para ser cristãos.

FALSIFICAÇÕES GNÓSTICAS E ANTIGNÓSTICAS

Gnosticismo cristão inicial

Os conflitos mais intensos e amargos dos séculos II e III envolveram uma série de grupos cristãos que os acadêmicos chamaram de “gnósticos”. O cristianismo gnóstico foi um fenômeno muito complexo, mas, para nossos propósitos aqui, só preciso de um panorama básico e geral.¹⁶²

Como mencionei no capítulo 3, o termo “gnóstico” vem da palavra grega *gnosis*, que significa “conhecimento”. Uma grande gama de antigos grupos cristãos alegava que a salvação não vinha da fé na morte e ressurreição de Jesus, mas de adquirir o conhecimento secreto, *gnosis*, que Cristo ensinava. Esse conhecimento era autoconhecimento, conhecimento de quem você realmente era, de onde vinha, como chegara aqui e como poderia retornar. Os gnósticos sustentavam que alguns de nós não são só seres humanos de carne e osso. Temos dentro de nós uma centelha de divindade com origem no reino celestial, mas que caiu no mundo material e ficou presa dentro de nossos corpos mortais. O objetivo das religiões gnósticas era ensinar o conhecimento secreto necessário para libertar esse elemento divino a fim de que possa retornar a seu lar celestial. Nas formas cristãs de gnosticismo (também havia formas não cristãs), é Cristo quem vem do reino celestial superior para nos transmitir tal conhecimento secreto.

Havia um grande número de grupos gnósticos com uma perturbadora gama de diferentes ensinamentos e crenças. Muitos desses grupos descreviam a queda da centelha divina por meio de complicadas e confusas histórias mitológicas que tentavam explicar como o reino divino superior e

este mundo material inferior começaram a existir. Embora os mitos dos vários grupos diferissem significativamente entre si, muitos partilhavam características similares.

Em muitos desses mitos, o ponto de origem de tudo que existe era um ser divino espiritual; não havia nada de material nele. Esse ser divino gerou outras divindades que eram manifestações de suas várias características: silêncio, intelecto, verdade, palavra, vida, e assim por diante. Alguns desses seres divinos geraram outros, até haver um reino divino habitado. Mas um desses seres — em alguns textos é Sofia, a palavra grega para “sabedoria” — caiu do reino divino e gerou outros seres que não eram completamente divinos, já que passaram a existir fora do seu reino. Um desses outros seres achou, por ignorância, que era o Deus superior e, com a ajuda dos outros, capturou sua mãe e criou o mundo material como um lugar para aprisioná-la, dentro de corpos humanos. Esse Deus criador ignorante é o Deus do Antigo Testamento, o Deus dos judeus.

O mundo material no qual vivemos não é um lugar bom; é um lugar de aprisionamento. O Deus dos judeus não é a divindade maior, mas inferior, ignorante e talvez até maldoso. O objetivo da salvação não é ser colocado em uma relação certa com o Deus criador, mas escapar de suas garras. A salvação não se dá quando essa criação decaída for devolvida a seu estado puro original (um retorno ao Jardim do Éden); ela se dá escapando deste mundo material. O fim dos tempos não trará uma salvação para a carne; trará uma libertação *da* carne. Essa salvação se dá quando as centelhas presas dentro de nossos corpos aprendem os segredos de como vieram parar aqui e o conhecimento de como podem escapar.

Como nos sistemas gnósticos cristãos é Cristo quem vem do reino divino para transmitir esse conhecimento secreto, não poderia ser ele mesmo parte deste mundo material. Ele não era um ser de carne. Então, temos as duas formas de raciocínio docético que mencionei no capítulo 2. Alguns gnósticos sustentavam que Jesus apenas parecia ser humano (mesma visão de Marcião, que não era gnóstico). Outros alegavam que o Cristo divino entrara no homem Jesus em seu batismo e o deixara antes que morresse, já que o Cristo não podia sofrer. Em qualquer das formas de entender Cristo, ele não era um humano real, de carne e osso, sofredor e mortal que foi devolvido à carne na ressurreição. Como as outras centelhas divinas, ele escapou da carne e do mundo material que a abriga, para retornar a seu lar celestial.

Como os gnósticos que ensinavam esses pontos de vista denegriam o mundo material e o Deus que o criara, eram vistos como uma séria ameaça por outros cristãos que sustentavam que havia somente um Deus, não todo um reino de divindades; que Deus fizera o mundo e era bom, não inferior e malvado; que criara a carne humana e iria redimi-la; e que a salvação se dava no corpo, não separada dele. Mais ainda, os adversários cristãos do gnosticismo sustentavam que o próprio Cristo era um ser humano real de carne e osso, cujo sofrimento e morte reais trouxeram a salvação e cuja ressurreição era na carne, em que ele agora vive e viverá eternamente.

Esses pontos de vista antignósticos alternativos eram ensinados por autores cristãos de destaque como Irineu, do século II, e Tertuliano, do século III, cujos escritos foram conhecidos e lidos por muitos séculos. Os gnósticos acabaram perdendo esses debates, e suas próprias obras foram em sua

maioria destruídas. Apenas nos tempos modernos foram encontrados escritos gnósticos, com destaque para a descoberta marcante, mas inteiramente fortuita, de toda uma biblioteca de textos gnósticos em 1945 perto da cidade egípcia de Nag Hammadi.¹⁶³

A chamada biblioteca de Nag Hammadi contém 46 documentos diferentes, uns poucos em duplicata. Alguns deles detalham as visões mitológicas deste ou daquele grupo gnóstico, uns são reflexões místicas sobre a natureza da realidade ou o lugar dos humanos dentro dessa realidade, outros são revelações secretas que Jesus faz a seus discípulos após sua “ressurreição”, e ainda coletâneas dos ensinamentos terrenos de Jesus. Alguns desses escritos foram produzidos em nomes dos apóstolos. Eles são, em outras palavras, falsificações gnósticas.

Falsificações gnósticas

Sabíamos de falsificações gnósticas muito tempo antes de termos alguma delas. O caçador de heresias do século IV, Epifânio, por exemplo, em um livro que ataca oitenta diferentes grupos de “hereges”, fala sobre um grupo gnóstico particularmente nefando que ele chama de fibionitas. Em seu ataque a esse grupo, Epifânio relata que usavam uma grande gama de escritos pseudônimos, incluindo um Evangelho de Eva, as Questões menores de Maria (Madalena), as Questões maiores de Maria, os Livros de Seth, os Apocalipses de Adão, o *Nascimento de Maria* e o *Evangelho de Filipe*.¹⁶⁴ O *Evangelho de Filipe* foi descoberto em Nag Hammadi, embora seja impossível saber se é o mesmo livro a que Epifânio se referiu. Também temos um escrito chamado *Nascimento de Maria*, mas não há nada de gnóstico nele, portanto também deve ser um livro diferente. Nenhum dos outros livros foi preservado.¹⁶⁵

Entretanto, muitas das outras falsificações gnósticas foram. Entre os escritos de Nag Hammadi que apresentam visões gnósticas em nome dos apóstolos, há um *Livro secreto de João* (isto é, o filho de Zebedeu), que apresenta em detalhes vívidos uma versão do mito gnóstico, e um *Apocalipse de Paulo*, descrevendo uma ascensão mística do apóstolo pelos céus, narrada na primeira pessoa. Há dois Apocalipses de Tiago e o já mencionado *Evangelho de Filipe*. E o mais famoso de todos, o *Evangelho de Tomé*, uma coletânea de 114 ditos de Jesus supostamente registrados por Judas Dídimo Tomé, que em algumas regiões da Igreja inicial era considerado irmão gêmeo de Jesus.¹⁶⁶

Em vez de discutir aqui todas as falsificações gnósticas, vou analisar apenas duas, que são interessantes por não só apresentar um ponto de vista gnóstico, mas também argumentar contra a visão que acabou se tornando “ortodoxa”, ou seja, a visão representada por autores como Irineu, Tertuliano e Epifânio, que acabou aceita como “verdade” em detrimento dos ensinamentos da “falsa gnose”.

Já vimos um *Apocalipse de Pedro* no capítulo 2. Em Nag Hammadi, foi descoberto um segundo apocalipse, uma revelação secreta, feita a Simão Pedro.¹⁶⁷ Aquela que já examinamos enfatizava veementemente a natureza corpórea da vida após a morte, com as pessoas sendo recompensadas de forma extática ou punidas fisicamente pelo modo como levaram esta vida. O *Apocalipse copta de Pedro* adota um ponto de vista bastante diferente, argumentando que aqueles que acreditam na importância da carne, seja a carne do próprio Cristo, seja a vida de carne dos humanos, não entenderam de modo algum e corromperam a verdade.

Esse livro também é escrito na primeira pessoa, supostamente pelo discípulo de Jesus, Pedro. Começa com uma discussão entre Cristo e Pedro no dia da morte de Jesus, depois do que narra aquilo que “de fato” aconteceu na crucificação. É uma das descrições mais bizarras da morte de Cristo. No diálogo de abertura, Cristo enfatiza a necessidade do devido “conhecimento” para a salvação e condena os cristãos que carecem desse conhecimento, dizendo que “eles são cegos e não têm líder” (72,12-13). Os líderes não gnósticos das igrejas cristãs que louvam Cristo o estão blasfemando e são eles mesmos cegos e surdos (73,13-14). Esse é o caso, porque eles “se aferram ao nome de um homem morto”. Ou seja, acham que é o Jesus crucificado que importa para a salvação. Mas como eles estão errados! “Eles não entendem.” (76,28-35) Esses “bispos e diáconos” são canais secos e estéreis que não fornecem a água vivificante.

Depois do ataque de Cristo aos que valorizam a existência material e pensam que sua morte oferece a salvação, vem a narrativa da crucificação. Enquanto Pedro e Cristo conversam, Pedro vê Jesus bem abaixo da colina onde estão de pé, “ao que parece” tomado por seus inimigos e crucificado. Mas vê acima da cruz outra imagem de Cristo, esta rindo de todo o procedimento. Confuso, Pedro pergunta ao Cristo de pé a seu lado o que está vendo. Cristo responde que aquele acima da cruz é o “Jesus vivo” e o na cruz “é o substituto”, ou seja, o dublê do verdadeiro Jesus, que não pode ser crucificado porque não é um ser humano de carne e osso. O corpo sendo crucificado é “a moradia de demônios, o recipiente de pedra no qual eles vivem, o homem de Elohim” (o nome do Deus do Antigo Testamento). Aquele acima da cruz está rindo da ignorância dos que o crucificam, porque são cegos e pensam que podem matar o Cristo. Mas não podem. Ele é um espírito, para além do sofrimento.

Essa, portanto, é uma avaliação gnóstica do mundo e do lugar de Cristo nele. A morte de Cristo não é o que importa. A salvação se dá aceitando seu verdadeiro ensinamento, que denigre o mundo material e a carne humana. Sua carne não importa, como não importa a carne de seus seguidores. Essa visão é apresentada por intermédio de uma autoridade impecável, um relato em primeira mão do próprio Pedro, ou pelo menos por um escrito falsificado em seu nome.

Um ataque ainda mais direto à carne é encontrado em outro escrito gnóstico, conhecido como *Livro de Tomé, o adversário*, igualmente encontrado em Nag Hammadi.¹⁶⁸ Também esse livro é pseudoepigráfico; seria uma revelação a Tomé, irmão gêmeo de Jesus, mas escrito por “Matias”. Os estudiosos costumam considerar que essa figura é Mateus, autor do primeiro evangelho.

Nesse livro, Cristo faz uma revelação pouco antes de ascender ao céu. O objetivo da revelação é enfatizar a importância do autoconhecimento: “Aqueles que não se conhecem não conhecem nada, mas os que se conhecem já adquiriram conhecimento sobre a profundidade do Todo.” (138,16-18) Conhecer a si mesmo significa saber que o verdadeiro eu não é o “eu” do corpo. É o espírito, que é separado da carne.

Cristo destaca que o corpo humano é como o de todos os animais: passa a existir por intermédio do intercurso. Ademais, sobrevive comendo outras criaturas e mudando. Mas tudo que muda acabará se dissipando e não existindo mais. Da mesma forma, os humanos: “O recipiente de sua carne desaparecerá.” (141,6-7) Portanto, aquele que espera ter salvação na carne merece pena: “Infelizes de vocês que esperam na carne e na prisão perecerão.”

Como o corpo não será redimido, os desejos do corpo não devem ser saciados. Um dos grandes pontos do livro é que os desejos carnais aprisionam a alma no corpo, e qualquer um que sucumba ao fogo do desejo será punido no fogo depois da morte. O autor exorta seus leitores a buscar a salvação que vem fugindo do corpo:

Vigiem e rezem para que não permaneçam na carne, para que possam deixar os grilhões da amargura desta vida. [...] Quando você deixar as dores e paixões do corpo, receberá alívio do Bondoso. Você reinará com o Rei, unido a ele e ele a você, a partir de agora e para sempre. (145,9-14)

Contudo, essa não é uma revelação de Matias escrita para Tomé, é outra falsificação gnóstica, produzida para se opor aos ensinamentos dos outros cristãos de que a existência carnal tem importância.

Falsificações antignósticas

Os gnósticos não eram os únicos que usavam falsificações para promover seus pontos de vista. Os cristãos “ortodoxos” que se opunham a eles respondiam da mesma forma, publicando suas próprias falsificações.

3 Coríntios

Vimos uma falsificação que poderia muito bem ter servido a um propósito antignóstico, *3 Coríntios*. Falei sobre *3 Coríntios* ser dirigido contra Marcião, que, como os gnósticos, desvalorizava a vida da

carne. É difícil saber quem o autor pseudônimo tinha em mente quando afirma a carne de Cristo e a salvação da carne. Ele possivelmente ataca todos os grupos que sustentavam visões contrárias. Mas pelo menos seu próprio ponto de vista não é difícil de identificar. Sua ênfase abrangente é que Cristo veio a este mundo para “salvar *toda carne* com sua própria carne” e erguer-nos *em carne* dos mortos, e ele se deu a nós como nosso exemplo”.

Para esse autor, Jesus nascera de Maria. Isso aconteceu em cumprimento ao que os profetas do Antigo Testamento haviam declarado. Esses profetas eram porta-vozes do único Deus verdadeiro, que havia criado o mundo e era o “todo-poderoso”, não algum tipo de divindade menor, inferior. “Em seu próprio corpo, Jesus Cristo salvou toda carne”, e será na carne que seus seguidores experimentarão a salvação final na ressurreição. Aqui, portanto, em *3 Coríntios*, as falsificações dos heréticos são combatidas com uma falsificação dos ortodoxos, uma carta atribuída a Paulo, mas na verdade escrita por um autor que viveu muito tempo depois.

EPISTULA APOSTOLORUM

Como segundo e último exemplo de uma falsificação ortodoxa, posso mencionar um livro do século II, conhecido como *Epistula Apostolorum*, a “Epístola dos apóstolos”.¹⁶⁹ É uma carta supostamente escrita pelos 12 apóstolos após a Ressurreição, que os cita e é escrita em primeira pessoa, em oposição aos falsos apóstolos Simão e Cerinto. Conhecemos Simão como o arqui-herético do século II, atacado, por exemplo, nos *Atos de Pedro* e nos *Pseudoclementinos*. Aqui ele é acompanhado por outro notório herético, Cerinto. Ambos são atacados por estarem tomados por “falsidade”. Essa acusação é carregada de ironia em um escrito falsificado para fazer os leitores acreditarem que os apóstolos o escreveram.

A carta apresenta uma revelação dada aos apóstolos por Jesus após sua Ressurreição, em grande parte da mesma forma que o *Livro de Tomé*, o *adversário* e outros escritos gnósticos oferecem os “ensinamentos secretos” de Cristo após a Ressurreição. Mas aqui a ênfase é antignóstica. Poucos documentos insistem tanto quanto este na importância da carne. É dito que Jesus teve uma crucificação e uma ressurreição física reais, como observado pelo apóstolo André, por exemplo, que viu suas pegadas no chão após ele ter sido elevado: “Um fantasma, um demônio não deixa pegadas no chão”, afirma (cap. 11). Os apóstolos insistem: “Nós o sentimos, ele realmente ascenderá em carne.”

O próprio Cristo diz: “Eu [...] tomei sua carne, na qual nasci e morri, e fui enterrado, e ascendi novamente” (cap. 19). Ele indica que “a carne de todos ascenderá com sua alma viva a seu espírito” (cap. 24). Qualquer um que ensine algo diferente (os autores do *Livro de Tomé*, o *adversário* e do *Apocalipse copta de Pedro!*) sofrerá punição eterna, envolvendo dor física real (cap. 29).

É interessante que esse livro alegue explicitamente ter sido escrito contra aqueles que “deliberadamente dizem o que não é verdade” (cap. 50). É um livro atribuído a apóstolos mortos havia um século.

CONCLUSÃO

Uma das características mais fascinantes dos primórdios do cristianismo é que tantos diferentes mestres e grupos cristãos diziam coisas contrárias. Não só coisas diferentes. Com frequência, coisas opostas. Só há um Deus. Não, há muitos deuses. O mundo material é a criação boa de um Deus bom. Não, é fruto de um desastre cósmico no reino divino. Jesus veio em carne. Não, ele era dissociado da carne. A vida eterna se dá por meio da redenção da carne. Não, ela se dá escapando da carne. Paulo ensinou estas coisas. Não, Paulo ensinou estas outras coisas. Paulo era o verdadeiro apóstolo. Não, Paulo não entendeu a mensagem de Jesus. Pedro e Paulo concordavam em todos os pontos teológicos. Não, eles discordavam um do outro. Pedro ensinou que os cristãos não deveriam seguir a lei judaica. Não, ele ensinou que a lei judaica continuava a ser válida. E assim por diante.

Não apenas aqueles de ambos os lados desses debates acham que estavam certos e seus oponentes, errados; eles também sustentavam com toda a sinceridade e honestidade que seus pontos de vista eram aqueles ensinados por Jesus e seus apóstolos. Mais ainda, todos eles, ao que parece, produziram livros para provar isso, livros atribuídos a apóstolos e que sustentavam seus próprios pontos de vista. Talvez o mais interessante seja o fato de a maioria desses livros apostólicos ser falsificada. Cristãos interessados em estabelecer aquilo em que era certo acreditar faziam isso contando mentiras, em uma tentativa de enganar seus leitores e levá-los a concordar com suas verdades.

Capítulo Sete

Falsas atribuições, invenções e contrafações: fenômenos relacionados a falsificações

Ao longo de todo este livro, me concentrei em falsificação “literária”, uma fraude em que o autor de um texto literário alega ser outra pessoa. Todos também conhecemos outros tipos de falsificações não literárias: falsificações de documentos — falsos testamentos, certidões de casamento, carteiras de motorista, outros tipos de identificação —, obras de arte, dinheiro etc. Em todos esses casos, o falsificador pretende enganar e desorientar as pessoas para seus próprios objetivos.

Há muitas outras formas de enganar as pessoas. Algumas vezes pode ser escondendo a verdade, por exemplo, distorcendo ou não a contando toda, como fez o presidente americano por meses durante o fiasco Monica Lewinsky; ou eliminando evidências que possam revelar a verdade, como quando outro presidente anterior, ou um de seus lacaios, apagou trechos cruciais das fitas de Watergate. Algumas vezes, o logro se dá manipulando a verdade, como aconteceu quando os povos americano e britânico, e possivelmente seus representantes eleitos, foram mal-informados sobre a ameaça aos Estados Unidos, apresentada pelo Iraque estocando armas de destruição em massa. Algumas vezes, o embuste se dá quando as pessoas exageram sobre si mesmas ou sua obra, como quando James Frey afirmou que seu livro *Um milhão de pedacinhos* era autobiográfico quando, na verdade, era ficcional, provocando a ira não apenas de milhões de possíveis leitores, mas também da própria grande Oprah Winfrey. E algumas vezes o logro acontece quando alguém alega ser sua a obra de outra pessoa, como em casos de plágio, algo que está se tornando uma epidemia em *campi* universitários de todos os Estados Unidos graças à dádiva e a perdição da existência humana moderna, a internet.

Todas essas formas alternativas de logro também estavam disponíveis na Antiguidade, com exceção da internet. Para completar meus estudos da falsificação, gostaria de abordar algumas delas neste capítulo, limitando-me às formas literárias de desinformação. A primeira não é necessariamente uma forma de logro; é o outro tipo de pseudoepigrafia que mencionei no começo da discussão. Enquanto algumas pseudoepigrafias — escritos sob um “falso nome” — são falsificações, outras envolvem “falsas atribuições”; nesse caso, alguém que não o autor alega que um texto anônimo foi escrito por alguém conhecido. Algumas vezes pode ser uma forma de embuste — embora não pelo autor. Em outras, é apenas um equívoco bem-intencionado.

FALSAS ATRIBUIÇÕES

Era muito mais comum escrever um livro de forma anônima na Antiguidade do que é hoje. Apenas nas páginas do Novo Testamento, nove dos livros — um terço dos escritos — foram produzidos por autores que não revelaram seus nomes. Porém, quando os pais da Igreja estavam decidindo quais livros incluir nas Escrituras, era necessário “saber” quem escrevera esses livros, já que apenas escritos com claras ligações apostólicas podiam ser considerados Escritura oficial. Então, por exemplo, quatro evangelhos antigos anônimos começaram a circular com os nomes de Mateus, Lucas, Marcos e João cerca de um século após terem sido escritos. O livro dos Atos era atribuído ao autor do terceiro evangelho, motivo pelo qual Lucas herdou sua autoria. O livro anônimo de Hebreus foi atribuído a Paulo, embora muitos antigos estudiosos cristãos soubessem que Paulo não o escrevera, como os acadêmicos hoje concordam. E três curtos escritos anônimos com algumas semelhanças com o quarto evangelho foram atribuídos a esse mesmo autor, e chamados de 1, 2 e 3 João. Nenhum desses livros é atribuído ao verdadeiro autor. Mas, como os verdadeiros autores não os reivindicaram, os livros não são falsificações. São falsas atribuições — supondo, por ora, que os nomes ligados a eles não são os das pessoas que os escreveram.

Atribuições incorretas por equívoco

Com frequência, nos primórdios do cristianismo, escritos eram atribuídos a certos autores por motivos bastante neutros — os leitores só queriam saber quem os havia escrito. A título de exemplo simples, nos séculos III e IV, circulava um livro intitulado *Contra todas as heresias*. O livro, que ainda existe hoje, dá uma descrição de 32 indivíduos ou grupos que sustentavam crenças que o autor anônimo considerava falsas. Um dos grandes heresiólogos — ou seja, caçador de heresias — dos primeiros séculos cristãos foi Tertuliano, no começo do século III. Alguns leitores de *Contra todas as heresias* passaram a achar que, embora o livro fosse anônimo, devia ter sido escrito por ele. Escribas que copiaram o livro identificaram Tertuliano como o autor, e o livro foi adicionado ao conjunto de suas obras, embora nunca alegue ter sido escrito por ele.

Estudiosos modernos estão convencidos, com base em estilo, que Tertuliano não escreveu o livro. Então quem o fez? Temos conhecimento de um livro com esse título escrito pelo autor da Igreja Victorinus de Pettau, que atuou por volta de 270 d.C., meio século depois de Tertuliano. Alguns acadêmicos acharam que esse é o livro que chegou a nós.¹⁷⁰ Outros argumentaram que foi escrito por um autor desconhecido setenta anos antes, em grego, e não no latim de Tertuliano, de modo que o livro que conhecemos é uma tradução para o latim de uma obra originalmente anônima. A realidade é que nunca teremos certeza. Os leitores e escribas do mundo antigo que pensaram que Tertuliano o

escrevera provavelmente estavam errados, mas poderia não haver outro motivo para essa atribuição. Eles podem ter cometido um erro.

Atribuições feitas para aumentar a autoridade de um escrito

Em outros casos, a atribuição de um escrito a um autor pode ser feita para dar maior peso ao seu significado. Por exemplo, um dos mais antigos escritos cristãos fora do Novo Testamento é uma carta enviada da igreja de Roma aos cristãos de Corinto, conclamando-os a reempossar um grupo de anciões que tinha sido indevidamente afastado dos cargos. O livro é tradicionalmente conhecido como *1 Clemente*. É uma carta longa — 65 capítulos nas edições modernas — que usa muitos argumentos retóricos e das Escrituras para provar sua tese, a de que os líderes da Igreja têm autoridade divina e não devem ser substituídos gratuitamente ou pelo voto da congregação local. Qualquer um que aja contra a liderança da Igreja o faz por inveja profana. A igreja de Corinto deve devolver seus líderes a seus devidos lugares.

Embora a carta seja atribuída a “igreja” de Roma, obviamente alguém a escreveu, não centenas de pessoas integrando uma comissão de redação de cartas. A carta acabou atribuída a um personagem que já conhecemos em nosso estudo, Clemente de Roma, que fora escolhido para o cargo por ninguém menos que Simão Pedro, o grande discípulo de Jesus e apóstolo da Igreja. Assim que o nome de Clemente foi associado à carta, ela ganhou mais força e poder de persuasão. Não é apenas uma longa exortação escrita por um grupo de indivíduos desconhecidos e não identificados. É um livro escrito por uma das grandes autoridades dos primórdios da Igreja cristã. Em grande parte, como resultado dessa atribuição, a carta fez muito sucesso nos primórdios da Igreja. Alguns cristãos achavam que deveria ser incluída entre os escritos do Novo Testamento.¹⁷¹

Atribuições incorretas dos evangelhos

Alguns escritos anônimos foram posteriormente considerados merecedores de integrar as Escrituras cristãs. Mas isso nunca acontecera, até se saber, ou pelo menos ser alegado, que os livros foram escritos com autoridade apostólica. É o caso dos quatro evangelhos do Novo Testamento, todos originalmente anônimos e mais tarde ligados aos nomes dos apóstolos e companheiros apostólicos.

É interessante questionar por que um autor escolheu permanecer anônimo, e isso vale sobretudo para os evangelhos do Novo Testamento. Em alguns casos, um autor antigo não precisava se identificar porque seus leitores sabiam muito bem quem ele era sem que fosse dito. Provavelmente, esse é o caso das epístolas 2 e 3 João. São cartas particulares enviadas por alguém que chama a si mesmo de “o ancião” a uma igreja em outro local. É seguro supor que os destinatários das cartas sabiam quem ele era.

Alguns acreditaram que os evangelhos foram escritos por pessoas de destaque em determinadas congregações que não precisavam se identificar porque todos sabiam quem eram. Mas, à medida que os livros eram copiados e circulavam, isso acontecia sem que nomes fossem ligados a eles. Como resultado, em pouco tempo, foram perdidas as identidades dos autores. Dessa forma, leitores posteriores, correta ou incorretamente, associaram os livros a dois dos discípulos (Mateus e João) e a dois companheiros dos apóstolos (Marcos, companheiro de Pedro, e Lucas, companheiro de Paulo).

Outra opção é que os autores não tenham se identificado por achar que suas narrativas ganhavam mais autoridade se contadas de forma anônima. Se as histórias dos evangelhos sobre Jesus são reivindicadas por um determinado autor, de certa forma, parecem perder seu apelo e sua aplicação universais; são vistas como a versão de uma pessoa para a história, não “a” versão da história.

Há uma razão específica para pensar que foi isso o que os autores dos evangelhos tinham em mente. Envolve o modo como as narrativas são escritas. Nos quatro evangelhos, a história de Jesus é apresentada como uma continuação da história do povo de Deus, de acordo com a narrativa da Bíblia judaica. Os trechos do Antigo Testamento que contam a história de Israel após a morte de Moisés são encontrados nos livros de Josué, Juízes, 1 e 2 Samuel e 1 e 2 Reis. Todos esses livros são anônimos. Eles acompanham a história do povo de Deus desde a conquista da terra prometida (Josué) até seus altos e baixos sob governantes carismáticos chamados juízes (o livro Juízes), e depois uma série de reis (1 Samuel e 2 Reis). Essa história bíblica inclui uma promessa ao primeiro rei verdadeiramente grande, Davi, de que ele sempre teria um descendente no trono de Israel (2 Samuel 7,14). Mas a história termina em tragédia quando os Exércitos babilônicos arrasam a nação e derrubam o rei (fim de 2 Reis).

Muitos judeus esperavam que no futuro Deus cumprisse Sua promessa a Davi e trouxesse um novo ungido, um novo “messias”, para governar seu povo, Israel. Os evangelhos são escritos para mostrar que esse novo messias era ninguém menos que Jesus (ver Marcos 1,1; João 20,30-31). Na verdade, Jesus era diferente do tipo de messias que outros judeus esperavam.¹⁷² Em vez de surgir como um grande rei, como Davi, ele veio como um profeta falando do *futuro* Reino de Deus. Ele mesmo traria esse reino não sendo instalado como rei em Jerusalém, mas morrendo na cruz para oferecer a salvação. Era uma salvação não dos inimigos de Israel, os romanos, mas dos maiores inimigos de Deus, os poderes do pecado e da morte. Jesus derrotou esses poderes externos em sua morte e ressurreição, e logo voltará como rei da Terra.

Essa é a mensagem dos evangelhos, e é apresentada nesses livros como uma continuação da história anônima de Israel como disposta nas Escrituras do Antigo Testamento. Isso pode ser visto, por exemplo, no mais antigo evangelho, o de Marcos, que começa citando uma série de profecias do Antigo Testamento que antecipam o advento do messias e depois apresentando Jesus como aquele apontado por essas profecias. Isso pode ser visto nos evangelhos de Mateus e Lucas, que retratam o nascimento de Jesus como a realização das previsões das Escrituras, usando imagens e linguagem muito baseadas nas narrativas do Antigo Testamento para dar a suas histórias iniciais um clima

“bíblico”. Isso pode ser visto até no Evangelho de João, que começa com um poema forte sobre Cristo vindo ao mundo no fim dos tempos, em termos que lembram muito as histórias da Criação no livro do Gênesis (Gênesis: “No princípio, Deus criou os céus e a terra”; João: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus, e o Verbo era Deus”).

Os autores dos evangelhos, cada um a seu modo, parecem retratar a história de Jesus como uma continuação da história do povo de Deus, Israel. Ele é a realização de tudo que foi antecipado pelos autores e profetas do Antigo Testamento. Faz sentido que esses autores dos evangelhos permaneçam anônimos, pois os escritores da história bíblica eram quase sempre anônimos.

O anonimato dos escritores dos evangelhos foi respeitado durante décadas. Quando os evangelhos do Novo Testamento eram referidos ou citados por autores do começo do século II, nunca eram intitulados, nunca nomeados. Mesmo Justino Mártir, escrevendo por volta de 150-160 d.C., cita versículos dos evangelhos, mas não indica que eles tinham nomes. Para Justino, esses livros eram conhecidos coletivamente como as “Memórias dos apóstolos”. Cerca de um século após os evangelhos começarem a circular, eles foram definitivamente chamados de Mateus, Marcos, Lucas e João. Isso acontece pela primeira vez nos escritos do pai da Igreja e futuro heresiólogo Irineu, por volta de 180-185 d.C.

Irineu escreveu uma obra em cinco volumes conhecida hoje como *Contra as heresias*, dirigida contra os falsos ensinamentos comuns entre os cristãos de sua época. Em dado momento, nesses escritos, ele defende que “heréticos” (isto é, “falsos mestres”) se desencaminharam por usar evangelhos que não eram realmente evangelhos, ou por usar apenas um ou outro dos quatro evangelhos legítimos. Alguns grupos heréticos usavam apenas Mateus, outros apenas Marcos, e assim por diante. Para Irineu, assim como o evangelho de Cristo tinha sido espalhado pelos quatro ventos do céu, para os quatro cantos da Terra, só poderia haver quatro evangelhos, e eles são Mateus, Marcos, Lucas e João.¹⁷³

Leitores modernos talvez não achem muito fascinante esse tipo de lógica, mas não é difícil entender por que escritores ortodoxos como Irineu queriam reforçar esse ponto. Havia muitos evangelhos circulando. Os cristãos que queriam apelar à autoridade dos evangelhos tinham de saber quais eram legítimos. Para Irineu e seus colegas cristãos ortodoxos, evangelhos legítimos só poderiam ser aqueles com autoridade apostólica por detrás. A autoridade de um evangelho estava na pessoa de seu autor. Portanto, o autor precisava ter autoridade, ou sendo um apóstolo, ou um companheiro íntimo de um apóstolo que pudesse contar as histórias do evangelho sob sua autoridade. No ano de 155, quando Justino escrevia, ainda era aceitável citar os evangelhos sem atribuí-los a autores específicos. Mas, em pouco tempo, havia tantos outros evangelhos circulando que os livros citados pelos cristãos ortodoxos precisavam receber credenciais apostólicas. Eles então começaram a ser conhecidos como Mateus, Marcos, Lucas e João.

Por que esses nomes foram escolhidos no fim do século II? Durante algumas décadas, circularam boatos de que dois personagens importantes dos primórdios da Igreja haviam escrito relatos dos ensinamentos e das atividades de Jesus. Encontramos esses boatos já nos escritos do pai da Igreja,

Pápias, por volta de 120-130 d.C., quase meio século antes de Irineu. Pápias alegava, com base em boa autoridade,¹⁷⁴ que o discípulo Mateus havia escrito as falas de Jesus em idioma hebraico e que outros providenciaram traduções, presumivelmente para o grego. Ele também disse que o companheiro de Pedro, Marcos, reorganizara a pregação de Pedro sobre Jesus em uma ordem lógica e com isso criara um livro.¹⁷⁵

Nada indica que, quando Pápias se refere a Mateus e Marcos, esteja se referindo aos evangelhos que mais tarde foram chamados de Mateus e Marcos. Na verdade, tudo que ele diz sobre esses livros contradiz o que sabemos sobre (nossos) Mateus e Marcos: Mateus não é uma coletânea de falas de Jesus, mas também de suas proezas e experiências; não foi escrito em hebraico, mas em grego; e não foi escrito — como supõe Pápias — independentemente de Marcos, mas com base no Evangelho de Marcos. Quanto a ele, não há nada em nosso Marcos que leve a pensar que era a versão de Pedro da história; não mais do que é a versão de qualquer outro personagem do relato (por exemplo, João, filho de Zebedeu). Não há nada sugerindo que Marcos foi baseado nos ensinamentos de qualquer pessoa, muito menos Pedro. Em vez disso, deriva da tradição oral sobre Jesus que “Marcos” ouvira quando circulava havia algumas décadas.

Por fim, acabou sendo necessário atribuir nomes de autores aos quatro evangelhos mais utilizados nos círculos ortodoxos, para distingui-los dos “falsos” evangelhos usados por heréticos. Não é difícil identificar esse processo no primeiro e no quarto evangelhos. Como se acreditava que Mateus havia escrito um evangelho (daí Pápias), um dos evangelhos recebeu seu nome, aquele que parecia ser o mais judaico em sua orientação, uma vez que, afinal, Mateus era judeu. Acreditava-se que o quarto evangelho pertencia a um personagem misterioso citado no livro como “o discípulo amado” (ver, por exemplo, João 20,20-24), que precisaria ter sido um dos seguidores mais próximos de Jesus. Em nossas tradições iniciais, os três mais próximos de Jesus eram Pedro, Tiago e João. Pedro era citado explicitamente no quarto evangelho, por isso não poderia ser o discípulo amado; Tiago era conhecido por ter sido martirizado nos primórdios da história da Igreja, portanto não poderia ter sido o autor. Isso permitia que fosse João, o filho de Zebedeu. Então, foi atribuída a ele a autoria do quarto evangelho.

Alguns estudiosos argumentaram que não faria sentido atribuir o segundo e o terceiro evangelhos a Marcos e Lucas a não ser que os livros tivessem sido escritos por pessoas chamadas Marcos e Lucas, já que eles não tinham sido discípulos de Jesus na Terra e eram figuras obscuras nos primórdios da Igreja. Nunca achei muito persuasivos esses argumentos. Para começar, só porque certas figuras podem nos parecer obscuras hoje, não significa que fossem obscuras em círculos cristãos nos primeiros séculos. Ademais, nunca se deve esquecer que havia muitos livros atribuídos a pessoas sobre as quais sabemos muito pouco, como Filipe, Tomé e Nicodemos. Marcos com certeza não era obscuro; ele foi companheiro de Paulo, e acredita-se que braço direito de Pedro, de modo que o que escreveu pode ser aceito como a versão de Pedro do evangelho. Essa ligação é estabelecida não apenas em Pápias, mas também nos escritos de Tertuliano, que afirma

explicitamente: “O que Marcos publicou pode ser afirmado como de Pedro, cujo intérprete foi Marcos.”¹⁷⁶

Com relação ao terceiro evangelho, seu autor também escreveu o livro de Atos, e lá ele alega implicitamente ter sido um companheiro de Paulo. Como Atos diz que o cristianismo fez sucesso principalmente entre os gentios, o próprio autor poderia ser gentio. Como se acreditava que havia um gentio chamado Lucas entre os companheiros de Paulo, foi atribuído a ele o terceiro evangelho.

A autoridade dos evangelhos estava garantida: dois deles supostamente tinham sido escritos por testemunhas oculares dos acontecimentos que narram (Mateus e João), e os outros dois, do ponto de vista dos dois maiores apóstolos, Pedro (o Evangelho de Marcos) e Paulo (o Evangelho de Lucas). Contudo, nenhum desses livros parece escrito por uma testemunha ocular da vida de Jesus ou companheiros de seus dois grandes apóstolos.¹⁷⁷ Para meus propósitos aqui, basta enfatizar mais uma vez que os livros não foram escritos por essas pessoas, e inicialmente não se supunha que tinham sido escritos por elas. Os autores desses livros nunca falam na primeira pessoa (o primeiro evangelho nunca diz: “Certo dia, Jesus e eu fomos a Jerusalém...”). Nunca alegam estar ligados pessoalmente a qualquer dos acontecimentos que narram ou às pessoas sobre as quais contam histórias. Os livros são inteira, clara e invariavelmente anônimos. Ao mesmo tempo, cristãos posteriores tiveram ótimos motivos para atribuir os livros a pessoas que não os escreveram.

Consequentemente, os autores desses livros não são os próprios fazendo falsas alegações de autoria. Leitores posteriores fazem essas alegações sobre eles. Portanto, eles não são falsificações, mas falsas atribuições.

Outras falsas atribuições

Em grande medida pode ser dito o mesmo dos outros livros anônimos do Novo Testamento. Os estudiosos são quase unânimes em achar que Paulo não escreveu a epístola aos hebreus, embora ela tenha sido incluída no cânone do Novo Testamento pelos pais da Igreja.¹⁷⁸ As epístolas 1, 2 e 3 João, em muitos sentidos, parecem com o Evangelho de João, mas também são muito diferentes, sobretudo no contexto histórico que pressupõem. É provável que elas não tenham sido escritas pelo mesmo autor, que de qualquer forma não era João, o filho de Zebedeu, mas um cristão posterior que viveu na mesma comunidade, que começara a experimentar uma gama de problemas diferente daqueles pressupostos no quarto evangelho. Mas escritores cristãos posteriores que aceitaram os livros como autoridades sagradas precisaram atribuí-los a um apóstolo, por isso fazia sentido alegar que eles, assim como o quarto evangelho, tinham sido escritos por João, o filho de Zebedeu.

Atribuir livros anônimos a autoridades conhecidas não terminou com os escritos do Novo Testamento. Apenas para dar um exemplo, eu poderia mencionar um dos livros mais interessantes a não entrar no cânone das Escrituras. Durante séculos, houve cristãos achando que o livro deveria ser

incluído. Acho que todos podemos ficar contentes por não ter sido. O livro oferece um dos ataques mais virulentos a judeus e ao judaísmo nos primórdios do cristianismo. Se ele tivesse sido incluído nas Escrituras, as relações judaico-cristãs teriam sido ainda piores do que foram, se é que isso pode ser imaginado. Esse livro foi originalmente escrito no anonimato, mas depois atribuído a um dos mais íntimos companheiros e colegas de Paulo, de modo que é conhecido como a *Epístola de Barnabé*.¹⁷⁹

Esse livro é um pouco como uma carta no sentido em que o autor a dirige a um grupo de leitores, mas na verdade é mais como um longo ensaio. O objetivo é mostrar a superioridade do cristianismo em relação à religião judaica. O autor mostra isso atacando o judaísmo como uma religião que é e sempre foi falsa, desde a época do próprio Moisés. Isso porque, segundo seu autor, os antigos israelitas romperam o pacto que Deus fizera com eles nos primórdios, quando Moisés recebeu os Dez Mandamentos. Quando Moisés desceu do monte Sinai com os mandamentos nas mãos, viu que o povo cometia idolatria. Com raiva, ele jogou no chão as duas tábuas da lei, fazendo-as em pedaços. Segundo o autor de *Barnabé*, isso representou a ruptura do pacto (4,7-8; 14,1-4). E Deus nunca renovou o pacto com os judeus. Eles estavam perdidos desde aquele dia em diante.

Os judeus receberam mais leis de Moisés, incluindo um novo conjunto de Dez Mandamentos. Mas, como eles haviam se afastado de Deus, nunca entenderam essas leis e cometiam o erro fatal de supor que Deus queria que fossem entendidas literalmente, e não simbolicamente. Por conseguinte, os judeus sempre entenderam errado suas próprias leis. Quando Deus ordena que os judeus não comam porco, por exemplo, não quer que eles evitem esse animal. Quer dizer que as pessoas não devem se comportar como o suíno, grunhindo alto quando com fome, mas ficando em silêncio quando saciados. As pessoas devem se voltar para Deus com suas preces não apenas quando necessitadas, mas também quando as coisas vão bem (10,1-3).

Da mesma forma, quando Deus ordena que o sabá seja respeitado, não quer que as pessoas sejam ociosas um dia da semana. O sétimo “dia” deve ser entendido simbolicamente, tendo em mente que “um dia diante do Senhor é como mil anos, e mil anos, como um dia”. O mandamento do sabá significa que o dia do sabá, o milênio, deve ser esperado e antecipado pelo povo de Deus. A Criação durará seis dias — seis mil anos —, depois do que haverá na Terra um período de mil anos em que Deus e seu povo reinarão supremos. Os judeus não entenderam a mensagem e supuseram que Deus queria que eles não trabalhassem aos sábados (15,1-9).

Barnabé repassa várias das leis do Antigo Testamento para demonstrar que Deus nunca quis que elas fossem seguidas literalmente, mas entendidas de forma alegórica. Como os judeus não entenderam isso, nunca foram o verdadeiro povo de Deus. São os seguidores de Jesus que têm a verdadeira interpretação das Escrituras. Desse modo, os judeus não são o povo de Deus; os cristãos, sim. E o Antigo Testamento não é um livro judaico, mas cristão.

Essa carta foi originalmente publicada no anonimato, talvez porque os primeiros leitores sabiam quem a havia escrito. Ela não poderia ser de um dos colegas e companheiros mais próximos de Jesus, Barnabé, porque só apareceu muitos anos após sua morte — em geral datada de 130-135 d.C. Mas por

que acabou sendo atribuída a ele? Ninguém sabe ao certo, mas acho que se pode dizer que alguns leitores do livro quiseram destacar algo em particular com a atribuição, algo relativo às divergências existentes no cristianismo, no século II, cerca de cinquenta anos após o livro ter sido escrito.

No fim do século II, uma das maiores ameaças ao cristianismo “ortodoxo” era a igreja mundial estabelecida por Marcião e seus seguidores. Como se lembram, Marcião reivindicara a autoridade de Paulo para sua visão de que havia dois deuses: o inferior raivoso do Antigo Testamento e o superior amoroso de Jesus. Paulo era visto como o verdadeiro representante da mensagem do Cristo, aquele que entendia que a salvação independe da lei judaica. Marcião levou ao extremo a diferença estabelecida por Paulo entre o evangelho de Cristo e a lei dos judeus, de modo que não havia ligação entre eles. Cristo representava um Deus diferente. O Deus do Antigo Testamento, o Deus dos judeus, da Criação e da Lei, deveria ser evitado pelos cristãos em vez de venerado por eles.

Marcião, portanto, rejeitava o Antigo Testamento, alegando não ter nada a ver com o evangelho de Jesus. A *Epístola de Barnabé* assume um ponto de vista diferente. Na verdade, pode-se argumentar que assume o ponto de vista oposto. Ali, em vez de não ter qualquer relação com o cristianismo e a mensagem de Jesus, o Antigo Testamento tem tudo a ver com eles. É o livro cristão por excelência, pois proclama o evangelho de Cristo — simbolicamente.

Por que, então, atribuir o livro ao companheiro mais próximo de Paulo? Porque ao fazer isso, o livro se torna o ponto de vista do verdadeiro Paulo, em oposição ao Paulo de Marcião, que em tese não tem nada a ver com o Antigo Testamento e suas leis. Agora Paulo, por intermédio de Barnabé, proclama a verdadeira mensagem. O Antigo Testamento é Escritura. É a verdade de Deus. É uma proclamação do evangelho de Cristo. É um livro cristão.

Portanto, ao atribuir esse tratado popular a Barnabé, os adversários de Marcião puderam reivindicar Paulo para seu ponto de vista e mostrar que o apóstolo defendia uma compreensão do cristianismo que divergia das visões defendidas pelo principal herético do século II, que reivindicara Paulo para si.

INVENÇÕES

Como já indiquei, uma falsa atribuição não é necessariamente um embuste; pode ser um equívoco ou a “aposta” de alguém sobre o autor de uma obra anônima. Meu palpite é que a maioria dos escritores que alegou que uma determinada pessoa famosa era autora deste ou daquele escrito provavelmente acreditava estar certa, soubesse ou não ser verdade. O mesmo não pode ser dito de falsificadores. Quem escreveu 1 Timóteo sabia não ser o apóstolo Paulo. Ele inventou isso.

Outros tipos de literatura também são “inventados”. Mas, como no caso das falsas atribuições, nem sempre fica claro que a pessoa que escreve esse tipo de literatura sabe ser inventada. Ela pode achar que o que diz é acurado. Quando isso envolve narrativas históricas, talvez acredite que o que diz é historicamente factual, mesmo com seu relato sendo lendário. Mas, em algum momento, alguém no fim sempre surge com um relato lendário. Claro que sempre é possível que, mesmo nesses casos,

o autor que apresenta a história pense que ela tenha acontecido. E, algumas vezes, as histórias parecem sair do nada. Mas em muitos casos a pessoa que inventa a história sem dúvida sabe o que faz.

Vimos várias histórias inventadas em livros forjados. Seja lá quem forjou o *Evangelho de Pedro* escreveu o relato de Jesus saindo do túmulo tão alto que sua cabeça se erguia acima dos céus, com uma cruz que falava e andava saindo atrás dele. Isso não é narrativa histórica; é ficção. Eu chamaria de “invenção”, ou seja, uma “história criada que tenta se passar por histórica”.

Em muitos casos, invenções acabam disseminadas por autores anônimos que não são falsificadores. Foi assim, por exemplo, com os relatos encontrados em *Atos de Pedro*, que conta histórias das disputas de milagres entre Pedro e Simão, o Mágico, em que ele realiza feitos impressionantes como erguer dos mortos um atum defumado. O primeiro a se sair com essa — fosse o autor do texto ou alguém que a transmitiu oralmente antes que o autor a ouvisse — estava dizendo algo que (possivelmente? provavelmente?) sabia não ser historicamente preciso. Isso ocorre também com *Atos de Paulo* (ou *Atos de Paulo e Tecla*), em que se diz que Paulo pregou um evangelho de salvação distinto afirmando que a pessoa é justificada perante Deus não por meio da morte e ressurreição de Jesus, mas levando uma vida casta e evitando toda atividade sexual.

Como no caso de mitos antigos (mencionado no capítulo 2), em geral é difícil saber se os leitores dessas histórias as consideravam relatos históricos, narrativas divertidas ou algo diferente. Mas em muitas situações fica claro que alguns leitores entendiam tais histórias como casos “falsos”, já que eram tão claramente rejeitados em certos círculos. Basta pensar na reação de Serapião ao *Evangelho de Pedro* (ver capítulo 2) ou as palavras duras de Tertuliano sobre *Atos de Paulo* (capítulo 3). Nos dois casos, o conteúdo das histórias foi considerado questionável, e o relato foi acusado de ser inventado para promover uma compreensão falsa da fé.

Isso mostra que, para alguns leitores antigos, pelo menos, tais invenções históricas não eram consideradas apenas ficções inócuas, mas casos falsos, no sentido de que não transmitiam a “verdade”, ou histórias falsas, que contavam acontecimentos que não existiram. Em ambos os casos, na visão de seus adversários, eram invenções danosas. Danosas ou não, circularam muitas invenções, nos primórdios da Igreja, sobre Jesus e aqueles ligados a ele: sua família, seus discípulos e outros conhecidos. Temos muitas dessas histórias dos primeiros quatro séculos da Igreja cristã.

O *Protoevangelho de Tiago*

Um dos conjuntos de histórias mais influentes está em um livro chamado *Protoevangelho de Tiago*.¹⁸⁰ O *Protoevangelho* foi muito popular entre cristãos durante a Idade Média — ainda mais popular que muitos livros da Bíblia. Teve um impacto significativo na imaginação e na arte cristãs.¹⁸¹ Leitores o chamaram de protoevangelho porque narra acontecimentos anteriores aos relatos do nascimento e vida de Jesus, encontrados nos evangelhos do Novo Testamento. O livro gira em

torno principalmente da mãe de Jesus, Maria, seu nascimento e começo de vida, a concepção e o nascimento de Jesus. Eu disse que é falsificado porque é atribuído a Tiago, meio-irmão de Jesus, que nesse relato é filho de um casamento anterior de José. Há discussões sobre quando o livro foi escrito, mas como ele indica ter conhecimento dos evangelhos de Mateus e Lucas, do fim do século I, e é citado pelo teólogo Orígenes no início do século III, costuma ser datado de meados ao fim do século II.

Uma das principais questões da narrativa diz respeito à adequação de Maria para o papel de mãe do Filho de Deus. A mãe de Jesus sem dúvida não era uma pessoa comum! E nessa história, Maria é tudo menos comum. Seu próprio nascimento foi milagroso. Sua mãe, Ana, é estéril, mas a concebe milagrosamente como resultado de suas preces e as preces do marido, o rico aristocrata judeu Joaquim. Quando criança, Maria é muito especial. Devotada a Deus desde o nascimento, ela é levada pelos pais ao sagrado templo judaico aos três anos e criada pelos sacerdotes, que nem precisam alimentá-la, já que recebe a comida diária da mão de um anjo.

Quando está prestes a chegar à puberdade, Maria não pode permanecer no templo, presumivelmente porque se acreditava que a menstruação produzia impureza ritual. Então, os sacerdotes se reúnem para decidir como encontrar um marido para ela. Orientados por Deus, eles reúnem todos os homens solteiros de Israel, cada um com uma vara de madeira. O sumo sacerdote reúne todas as varas e as leva para o santuário. No dia seguinte, ele as distribui aos homens, e surge um grande sinal. Uma pomba emerge da vara de José, voa e pousa em sua cabeça. Assim, ele é o escolhido para tomar como esposa a jovem Maria.

No entanto, José reluta bastante, já que é um idoso com filhos criados, e com certeza se tornará motivo de chacota entre os israelitas se casando com uma moça tão jovem. O sumo sacerdote convence José de que não tem escolha, então ele toma Maria em casamento.

As histórias sobre Maria e José continuam, em geral aumentando os relatos encontrados nos evangelhos de Mateus e Lucas no Novo Testamento (os únicos do Novo Testamento que falam do nascimento de Jesus), algumas vezes oferecendo histórias novas. Nenhuma delas tão estranha e memorável quanto o relato do que acontece logo após Maria dar à luz Jesus na periferia de Belém. É dito que José saíra para encontrar uma parteira que ajudasse no parto. Ele encontra uma, mas chegam tarde demais. Chegando à caverna onde Maria tinha sido deixada, eles veem uma luz brilhante e depois uma criança surgindo do nada. A parteira logo se convence de que aquele tinha sido um nascimento milagroso e sai correndo em busca de uma companheira, Salomé, que se recusa a acreditar que uma virgem deu à luz. Ela vai à caverna e decide fazer um exame pós-parto em Maria para verificar se seu hímen permanecia intacto. De fato permanecia, o que não surpreende os leitores. Mas a mão de Salomé começa a queimar como se pegasse fogo. É sua punição por se recusar a acreditar no poder de Deus e no nascimento de Jesus. Quando ela ora a Deus e pede perdão, recebe a ordem de pegar a criança. Ela o faz, e a mão fica curada.

O relato traz muitas outras histórias de milagres, todas elas frutos da imaginação devota de contadores de histórias posteriores ou do autor do relato, em vez de baseado em acontecimentos

históricos. Esses não são relatos precisos de acontecimentos reais, mas histórias posteriores disfarçadas de narrativa histórica. Elas eram lidas como relatos históricos ou apenas como entretenimento? Pode-se dizer que eram lidas das duas formas. Alguns cristãos baseavam nelas alegações teológicas sérias, como a doutrina da “virgindade perpétua de Maria”, ou seja, a ideia de que Maria permaneceu virgem mesmo após dar à luz Jesus. Esses cristãos sem dúvida consideravam esses relatos “verdade”, e muitos (a maioria?) deles acreditavam que os fatos narrados aconteceram.

O *Evangelho do pseudo-Mateus*

O mesmo pode ser dito das histórias encontradas no *Evangelho do pseudo-Mateus*. É chamado assim porque, na Idade Média, acreditava-se ser do próprio Mateus. Contudo, originalmente, o livro era uma versão bastante modificada do *Protoevangelho*. Também era atribuído a Tiago, meio-irmão de Jesus.¹⁸²

Entre os relatos mais interessantes dessa narrativa, estão os milagres que Jesus realiza quando a Sagrada Família foge para o Egito após seu nascimento. Aprendemos, por exemplo, que no caminho eles param para descansar do lado de fora de uma caverna. Para terror de José e Maria, uma tropa de dragões sai da caverna. Contudo, Jesus, de dois anos, não sente medo algum. Ele anda desajeitadamente e se coloca diante das feras assustadoras. Quando elas veem quem Ele é, curvam-se em adoração. O autor nos diz que isso cumpriu a previsão das Escrituras: “Foi então cumprido o que foi afirmado pelo profeta nos Salmos, dizendo: ‘Louvem o Senhor da terra, ó dragões e todos das profundezas do mar’”, uma referência à versão grega do salmo 148,7.

Mais tarde, durante sua viagem, a família para sob uma palmeira para descansar, e a mãe de Jesus, Maria, olha pensativamente para os frutos no alto, desejando que houvesse uma forma de conseguir alguns para comer. José a censura, já que não há como subir na árvore. Mas o jovem Jesus intervém e ordena que a árvore se curve para dar à sua mãe o fruto precioso. E ela o faz. Maria se farta, e Jesus abençoa a árvore por sua obediência, dizendo que, como recompensa, um de seus galhos será levado para o céu e plantado no Paraíso. De imediato um anjo desce e retira um galho para levá-lo a seu novo lar celestial.

A família não tem onde ficar quando chega ao Egito, então vai se abrigar em um templo pagão. Dentro do templo, há 365 ídolos representando os deuses a serem idolatrados, um para cada dia do ano. Mas, quando Jesus entra, os ídolos caem de rosto no chão em reverência à verdadeira divindade no meio deles. Assim que o governante local toma conhecimento do que aconteceu, vai até lá e venera a criança, dizendo a todos os seus amigos e a todo o seu Exército que o Senhor de todos os deuses está no meio deles.

Mais ou menos na mesma época em que o *Protoevangelho de Tiago* começava a circular, surgiu outro relato inventado de Jesus, hoje conhecido como o *Evangelho do pseudo-Tomé*.¹⁸³ O que conduz a narrativa é uma pergunta que muitos cristãos fizeram ao longo do tempo: se Jesus era o milagroso Filho de Deus quando adulto, como ele era na infância? O *Evangelho do pseudo-Tomé* contém histórias sobre Jesus entre os cinco e os 12 anos de idade.

O relato começa com Jesus aos cinco anos brincando ao lado de um regato perto de sua casa em Nazaré. O jovem Jesus recolhe um pouco da água do regato em uma poça e ordena que ela se torne pura. E isso acontece unicamente por sua palavra. Jesus se agacha e faz 12 pássaros de lama. Um judeu que caminha por ali fica aborrecido, pois é sabá e Jesus violou a lei “trabalhando”. O homem vai contar a José o que seu filho fez, e José dispara na direção do riacho para censurar o garoto por violar o sabá. Em resposta, Jesus bate palmas e grita para que os pássaros ganhem vida e voem para longe, e eles o fazem. Jesus é apresentado como estando acima da lei e senhor da vida. Além disso, ele evita problemas com o pai destruindo qualquer prova incriminadora. Pássaros de lama? Que pássaros?

Outra criança que brinca perto de Jesus pega um galho e espalha a água que ele com cuidado juntara. Isso enfurece o jovem Jesus, que diz ao garoto: “Idiota ímpio e irreverente! O que as poças de água fizeram de mal a você? Veja, agora você também secará como uma árvore, e nunca dará folhas, raízes ou frutos.” A criança seca imediatamente.

Na história seguinte, Jesus está caminhando por sua aldeia quando outra criança corre em sua direção e sem querer esbarra em seu ombro. Jesus fica irritado e diz ao garoto: “Você não irá longe em *seu caminho*.” E a criança cai morta. Os pais do garoto o levam embora dizendo palavras duras a José: “Como você tem um filho assim, não pode viver conosco na aldeia. Ou você o ensina a abençoar, e não amaldiçoar, pois ele está matando nossos filhos.”

Por fim, José acaba decidindo que Jesus precisa receber uma educação, e em três oportunidades o manda para professores que tentam em vão instruí-lo. Em uma oportunidade, o professor tenta ensinar a Jesus o alfabeto grego, e pratica repetição com ele. Mas Jesus não responde, até que diz ao professor: “Se você é de fato um professor e conhece bem as letras, diga-me o poder do alfa (a primeira letra do alfabeto), e lhe direi o poder do beta.” O professor fica com raiva e bate na cabeça de Jesus. Um grande erro. Jesus o amaldiçoa, e ele morre no ato. José leva Jesus de volta para casa e instrui Maria: “Não o deixe cruzar a porta; pois aqueles que o enfurecem morrem.”

Contudo, Jesus enfim começa a usar seu poder não para causar mal, mas para ajudar: levantando crianças dentre os mortos, curando seu irmão Tiago de uma picada de cobra mortal e se mostrando útil com suas habilidades milagrosas na oficina de carpintaria do pai. O relato termina com Jesus aos 12 anos, no Templo em Jerusalém, demonstrando sua inteligência e superioridade espiritual nas discussões com os mestres da lei, uma história conhecida do evangelho de Lucas.

É difícil saber o que pensar dessas histórias do menino prodígio Jesus.¹⁸⁴ Alguns leitores modernos acharam que elas mostram Jesus sob um ângulo bastante negativo. Mas não fica claro que

os antigos leitores cristãos teriam visto dessa maneira. As histórias talvez tenham sido criadas como uma boa diversão cristã. Ou como uma tentativa séria de mostrar como o Filho de Deus milagroso era ativo e embebido de poder divino mesmo nos primeiros anos, muito antes de seu ministério público.

Invenções no cânone

Não se deve imaginar que os cristãos começaram a inventar histórias sobre Jesus somente depois que o Novo Testamento estava concluído. Na verdade, há pouca dúvida de que alguns relatos foram construídos nos primeiros anos do movimento cristão. Algumas dessas invenções chegaram ao Novo Testamento.

Poderíamos falar muito sobre narrativas do Novo Testamento que afirmam apresentar acontecimentos históricos, mas na verdade são histórias inventadas. Essas narrativas podem ser encontradas entre as histórias sobre o nascimento, a vida, os ensinamentos, a morte e ressurreição de Jesus, bem como em histórias sobre seus seguidores, como Pedro e Paulo, após sua morte, no livro de Atos.

Com relação às histórias sobre o nascimento de Jesus, não é preciso esperar pelos evangelhos posteriores, mencionados acima, para começar a ver relatos inventados; eles estão nas versões conhecidas de Mateus e Lucas. Nunca houve um censo sob César Augusto obrigando José e Maria a ir para Belém pouco antes do nascimento de Jesus; nunca houve uma estrela misteriosa guiando reis magos do Oriente até Jesus; Herodes, o Grande, nunca massacrou todos os bebês de Belém; Jesus e sua família nunca passaram vários anos no Egito. Essas podem parecer afirmações ousadas e provocativas, mas há muitos anos os estudiosos conhecem as razões e as evidências para elas. Contudo, como lhes dediquei considerável atenção — e também a outros relatos inventados dos evangelhos — em outro livro recente, não entrarei em detalhes aqui.¹⁸⁵

É quase impossível dizer se as pessoas que inventaram e transmitiram essas histórias eram comparáveis a falsificadores, sabendo muito bem que estavam envolvidas em uma espécie de embuste, ou se, em vez disso, eram como aqueles que atribuíram livros anônimos a autores conhecidos sem saber que estavam errados. Minha aposta é que a maioria das pessoas que contou essas histórias acreditava de fato que haviam ocorrido. Ainda assim, não devemos dizer que esses contadores de histórias não estavam envolvidos em logro. A intenção pode até não ter sido enganar os outros (ou pode ter sido!), mas com certeza enganaram. Enganaram os outros muito bem. Durante muitos séculos, imaginou-se que as narrativas sobre Jesus e os apóstolos — narrativas do Novo Testamento ou fora dele — descreviam acontecimentos reais. A maioria dos leitores ainda lê os relatos canônicos dessa forma. Mas muitas dessas histórias não são narrativas históricas. São, em vez disso, relatos inventados intencionalmente, para provar uma tese, ou

apenas surgiram quando cristãos repassaram “informações” sobre Jesus e sobre aqueles ligados a ele.

CONTRAFAÇÕES

Além de falsificação, falsa atribuição e invenção, há outro tipo de atividade literária fraudulenta que pode ser chamada de “contrafação”. Isso ocorre sempre que alguém copia o texto de um autor à mão, mas o altera de alguma forma, omitindo, acrescentando algo ou apenas mudando as palavras. Se alguém copia a primeira epístola de Paulo aos coríntios e acrescenta alguns versículos extras imaginados por ele mesmo, a próxima pessoa a ler aquele manuscrito imaginará que o próprio Paulo escrevera as palavras inseridas. Isso é muito semelhante ao que acontece com a falsificação: alguém escreve as próprias palavras, mas as atribui a outro. Nesse caso, porém, em vez de redigir um documento inteiro no nome de alguém, um copista escreveu apenas um trecho de um documento e o incluiu no livro de outra pessoa.

A prática de alterar textos no processo de copiá-los acontecia o tempo todo na Antiguidade.¹⁸⁶ Em um mundo sem meios eletrônicos de publicação, máquinas de fotocópia ou mesmo papel-carbono, era quase impossível garantir que uma cópia de um texto fosse 100% precisa, sem mudanças de qualquer tipo. Isso é verdade para todos os livros copiados no mundo antigo. É por isso que quando grandes reis queriam criar bibliotecas significativas em suas cidades, algumas vezes estavam dispostos a pagar grandes quantias por “originais” dos grandes clássicos. Não era possível ter certeza de que as cópias eram fiéis ao original.

Todos os primeiros escritos cristãos eram necessariamente suscetíveis às vicissitudes da cópia. Não temos nenhum original de qualquer dos livros do Novo Testamento ou qualquer outro livro cristão inicial. O que temos são cópias feitas de cópias de cópias de cópias. Na maioria dos casos, nossas cópias completas mais antigas são de séculos depois dos originais.

Quase todo copista cometia erros na cópia. Se se quisesse copiar uma cópia de um original, na maioria dos casos se copiaria não apenas as palavras do original, mas também os erros que seu predecessor cometeu ao copiar o original. E quem vier depois reproduzirá os mesmos erros, além de introduzir os próprios. E assim vai, ano após ano, século após século. O único momento em que erros são eliminados é quando um copista nota que um predecessor copiou algo errado e tenta corrigir o erro. O problema é que não há como saber se o copista corrige o erro corretamente ou não. Ele também pode corrigi-lo equivocadamente, ou seja, mudá-lo para algo que é diferente da cópia que está copiando e do original que foi inicialmente copiado. As possibilidades são infinitas.

Não precisamos especular se escribas cristãos alteraram os textos que copiaram. É possível pegar qualquer livro dos primórdios do cristianismo e comparar as cópias preservadas, seja de um livro do Novo Testamento, digamos, um dos evangelhos ou as epístolas de Paulo, seja um livro ausente do Novo Testamento, como o *Evangelho do pseudo-Tomé* ou a *Epístola de*

Barnabé. Todas as cópias diferirão em geral de muitas pequenas formas insignificantes, e algumas vezes, grandes. Na imensa maioria dos casos, as mudanças que os copistas fizeram foram apenas acidentais: uma pena que escorregou, uma palavra grafada errado, a omissão accidental de uma palavra ou linha. Mas algumas vezes os escribas mudavam os textos porque queriam fazê-lo, ou por achar que seus predecessores haviam cometido um erro que precisava ser corrigido ou por querer acrescentar algo ao texto (ou tirar, ou mudar algo). Como indiquei, esse tipo de contrafação é semelhante à falsificação; é um autor transmitindo suas próprias palavras como as palavras de uma autoridade respeitada.

Falei sobre esses tipos de mudanças em dois dos meus livros anteriores, e não quero me alongar no tema aqui. Em vez disso, dou alguns exemplos do tipo de coisa a que me refiro das páginas do Novo Testamento. No capítulo 5, falei sobre a famosa história encontrada em manuscritos posteriores do Evangelho de João sobre a mulher flagrada em adultério e levada a Jesus para julgamento. É o relato em que Jesus oferece uma de suas falas mais famosas: “Quem de vós estiver sem pecado, seja o primeiro a lhe atirar uma pedra.” A história, porém, não é encontrada nos manuscritos mais antigos do Evangelho de João. Mais ainda, o estilo de redação (em grego) é significativamente diferente do estilo do restante do evangelho. Além do mais, a história quebra o fluxo da narrativa de João 7-8, em que é encontrada. Em outras palavras, se eliminarmos a história de João, o contexto faz muito mais sentido, já que a história anterior ao relato flui melhor se lida diretamente para a história posterior a tal relato. Por essas e muitas outras razões, não há quase nenhuma dúvida entre estudiosos do Novo Testamento de que essa história, por mais maravilhosa, poderosa e influente que seja, não era originalmente parte do Novo Testamento. Foi adicionada por um escriba.

Nesse caso, estamos lidando com uma contrafação do texto (fazendo com que ele diga algo diferente do que originalmente dizia) e uma invenção (já que é uma história inventada). Há muitos outros casos semelhantes nos manuscritos do Novo Testamento ainda preservados. Outro exemplo famoso está no final do Evangelho de Marcos. Pessoas que não leram o capítulo final do evangelho de Marcos com atenção suficiente, algumas vezes dizem que ele “carece de uma narrativa da ressurreição”. Isso não é verdade. No Evangelho de Marcos, com certeza Jesus é erguido dentre os mortos. As mulheres vão ao túmulo três dias após ele ter sido sepultado, para dar a seu corpo um enterro adequado, mas o corpo não está lá. Em vez disso, há, no túmulo, um homem que lhes informa que Jesus foi erguido dentre os mortos. Marcos, portanto, acredita que Jesus foi fisicamente erguido dos mortos, e diz isso a seus leitores. Porém, o mais impressionante é o que acontece a seguir.

O homem no túmulo instrui as mulheres a procurarem os discípulos e dizer a eles que Jesus os seguirá à Galileia e que eles deverão encontrá-lo lá. Mas, em vez de transmitir aos discípulos a mensagem, “elas saíram do sepulcro e fugiram [...]. E a ninguém disseram coisa alguma por causa do medo...” (16,8) E é onde o evangelho termina. Definitivamente, há uma ressurreição de Jesus. Mas os discípulos nunca souberam disso, e não há um relato do encontro de Jesus com qualquer deles.

Esse fim é brilhante. Ele faz com que os leitores parem de repente e digam: “*O quê?* Como as mulheres puderam não contar a ninguém? Como pôde ninguém saber da ressurreição de Jesus? Como

Jesus não apareceu a ninguém depois? É assim? Termina desse jeito? Como pôde terminar assim?"

Os escribas acharam o mesmo. E diferentes escribas acrescentaram diferentes finais ao evangelho. O final que se tornou mais popular na Idade Média foi encontrado nos manuscritos usados pelos tradutores da versão do rei James de 1611, de modo que se tornou muito conhecido pelos leitores da Bíblia inglesa. Em 12 versículos adicionais, as mulheres (ou pelo menos Maria Madalena) vão contar aos discípulos, que então veem Jesus e se convencem de que ele foi elevado. É nesses versículos que encontramos as famosas palavras de Jesus de que aqueles que acreditam nele conseguirão falar línguas estrangeiras, pegar em serpentes e beber veneno sem sofrer dano algum.

No entanto, Jesus nunca disse essas palavras, e Marcos nunca alegou que ele dissera. Elas foram acrescentadas a Marcos por um escriba posterior e copiadas ao longo dos anos.¹⁸⁷ É uma história inventada, que foi colocada na Bíblia por um copista que falsificou o texto.

Há centenas de mudanças significativas nos manuscritos do Novo Testamento, mas vou mencionar apenas mais uma. Nos exemplos anteriores, seria possível argumentar que as contrafações não foram a mesma coisa que falsificações, já que tanto João, no primeiro exemplo, quanto Marcos, no segundo, são escritos anônimos. Os escribas que mudaram os textos não estavam dizendo que suas palavras saíram da pena de uma figura de conhecida autoridade. Eu questionaria essa alegação, porque, no momento em que os escribas fizeram essas mudanças, acreditava-se que o quarto evangelho era de João e o segundo de Marcos. Mas não há ambiguidade em meu último exemplo, pois envolve uma das cartas incontestes de Paulo.

Uma das passagens mais prejudiciais à causa das mulheres que desejam ser atuantes na igreja cristã está em 1Co 14,34-35. Aí Paulo é registrado como dizendo:

Como em todas as igrejas dos santos, as mulheres estejam caladas nas assembleias: não lhes é permitido falar, mas devem estar submissas, como também ordena a lei. Se querem aprender alguma coisa, perguntem-na em casa aos seus maridos, porque é inconveniente para uma mulher falar na assembleia.

As mulheres devem ficar caladas e ser submissas aos maridos. Não devem nunca falar na igreja. Isso torna impossível para uma mulher pronunciar uma profecia, rezar pública e abertamente ou ensinar na igreja. As mulheres não são autorizadas sequer a fazer uma pergunta na igreja.

Esses versículos são muito parecidos com o de uma epístola paulina que *não* é autêntica, 1 Timóteo, que, como vimos no capítulo 3, também indica que as mulheres devem ser submissas aos homens e não exercer qualquer autoridade sobre eles (2,11-15). Mas, assim como 1 Timóteo é falsificada, também esta passagem de 1 Coríntios foi falsificada. Esses versículos do capítulo 14 não foram escritos por Paulo. Alguém os acrescentou à passagem posteriormente, depois que a carta fora posta em circulação.

Os estudiosos citaram muitas razões para esse ponto de vista. Para começar, os versículos parecem invadir a passagem na qual são encontrados. Imediatamente antes desses versículos, Paulo fala sobre profecia na igreja; logo depois, fala sobre profecia. Mas essa passagem sobre as mulheres interrompe o fluxo do argumento. Retire-os e tudo flui muito melhor.

Mais ainda, é difícil acreditar que Paulo dissesse às mulheres que elas não podiam falar na igreja em 1 Coríntios 14, quando apenas três capítulos antes ele indicara que elas podiam fazê-lo. Em 1 Coríntios 11, Paulo conclama as mulheres que rezam e profetizam na igreja a fazê-lo somente com véus nas cabeças. Se elas eram autorizadas a falar no capítulo 11, como podiam ser ordenadas a não falar no capítulo 14? Faz mais sentido que estejam certos os estudiosos que acreditam que os versículos não eram originalmente parte do texto de 1 Coríntios. Alguém distorceu a ideia do livro acrescentando os versículos, fazendo a passagem dizer o que aqueles copistas queriam que dissesse, em vez de permitir a Paulo dizer o que queria dizer.¹⁸⁸

PLÁGIO

Plágio envolve pegar o escrito de alguém e repassá-lo como sendo seu. Como indiquei no início deste capítulo, isso se tornou um problema cada vez mais sério nos campi universitários. As técnicas de plágio foram aperfeiçoadas com a internet, e é muito fácil encontrar várias coisas escritas sobre diversos temas — quando não ensaios completos, com aproximadamente o mesmo tamanho do seu trabalho, pelo menos trechos de textos facilmente copiados para um trabalho em um momento importante. Felizmente, os métodos de detecção de plágio melhoraram com os avanços da tecnologia, e hoje muitos professores usam programas de computador sofisticados para identificar casos assim. As punições para quem é flagrado podem ser graves. Na minha universidade, qualquer um apanhado e condenado por plágio é afastado da faculdade. Não por um ou dois dias, mas para sempre.

Algumas vezes os acadêmicos alegam que o plágio é um fenômeno moderno sem exemplos antigos. Há alguns anos, por exemplo, foi lançado um livro influente e popular chamado *The Five Gospels*, produzido por uma equipe de estudiosos do projeto Jesus Seminar. O livro era resultado do esforço de muitos anos, com estudiosos trabalhando para decidir quais das falas nos evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas, João e Tomé remontavam ao Jesus histórico. As falas de Jesus que, na opinião desses estudiosos, eram reais foram impressas em vermelho; as que eram relativamente parecidas com algo que ele disse foram impressas em rosa; falas que não eram parecidas com nada dito anteriormente estavam em cinza; as falas que não eram dele estavam em preto.

A maioria das falas nos evangelhos estava em cinza e preto. Isso irritou muitas pessoas. Mas alguns estudiosos que não estavam envolvidos no projeto se preocuparam mais com *quais* falas estavam em preto. Em minha opinião, os integrantes do Jesus Seminar, na verdade, entenderam errado o que Jesus disse.

Fora isso, o volume contém pelo menos uma afirmação que os acadêmicos chamam de “cretinice”, um erro tão ultrajante que os estudiosos que o cometem deviam se envergonhar. Está na introdução do livro, na qual é afirmado: “O conceito de plágio era desconhecido no mundo antigo.”¹⁸⁹

Não sei como alguém que teve o trabalho de ler as fontes antigas pode dizer algo assim. Está errado. Os autores antigos sabiam tudo sobre plágio e o condenavam como uma prática enganosa. Para começar, vejam as palavras de Vitrúvio, um famoso arquiteto e engenheiro romano do século I a.C., no livro 7 de sua obra em dez volumes sobre arquitetura: “Nós [...] tendemos a censurar aqueles que, tomando de outros, publicam como sendo seu aquilo de que não são autores.”¹⁹⁰ Ou os comentários de Políbio, um dos grandes historiadores do mundo grego antigo, escrevendo cem anos antes e dizendo que historiadores próximos de sua época que haviam roubado os escritos de historiadores antigos e os repassado como sendo seus haviam se comportado de uma forma “muito vergonhosa”. Aqueles que fazem isso se entregam a “um comportamento infame”.¹⁹¹

Alguns autores ficavam furiosos quando suas próprias obras eram plagiadas. Em várias oportunidades o inteligente poeta romano Marcial censurou outros por roubar seus escritos e copiá-los sob os próprios nomes, como se os houvessem composto: “Você se engana, ambicioso ladrão de minhas obras que acha que pode se tornar um poeta apenas pelo custo de uma transcrição e um rolo de papiro barato. O aplauso não se adquire por seis ou dez sestércios.”¹⁹²

Em vários pontos, o historiador da filosofia Diógenes Laércio fala de filósofos e autores literários que tentavam apresentar obras de outros como sendo suas, “roubando-as” e publicando como se eles mesmos as tivessem escrito. Isso era verdade, indica, para um discípulo de Sócrates chamado Esquines, que pegou com a viúva vários dos diálogos de Sócrates e alegou serem composições suas. Também verdade no caso de Heráclides, que conhecemos no capítulo 1, que “roubou” um ensaio de outro estudioso sobre os antigos Homero e Hesíodo e o publicou como sendo seu. E verdade para o filósofo Empédocles, que foi proibido de assistir às palestras do famoso Pitágoras, do século VI a.C., por ter sido “condenado naquela época por roubar seus discursos”.¹⁹³

Como a falsificação, o plágio é desonesto, pois pretende desencaminhar os leitores. Mas, em outro sentido, pode ser visto como o outro lado da moeda da falsificação. Os falsificadores escrevem suas próprias palavras e alegam ser as palavras de outro; os plagiadores pegam as palavras de outro e alegam ser suas.

É uma questão interessante se os estudiosos antigos teriam acusado alguns dos primeiros escritores cristãos de plágio. Isso tende a ser complicado pelo fato de que possíveis casos de plágio envolvem o empréstimo de textos anônimos; ademais, os plagiadores em geral não costumam se identificar pelo nome, sendo anônimos ou alegando ser outra pessoa. Um falsificador pode plagiar? Talvez sim.

Caso positivo, o que dizer do livro 2 Pedro? Os acadêmicos há muito tempo reconhecem que o capítulo 2 e o início do capítulo 3 parecem muito com o livro de Judas em seu ataque virulento a pessoas falsas e imorais que se infiltraram na Igreja cristã. Há grandes semelhanças entre Judas 4-13, 16-18 e 2 Pedro 2,1-18; 3,1-3. Não há longas repetições verbais exatas, mas eles partilham muitas das mesmas ideias, pensamentos e em geral palavras. Se um estudante moderno reescreveu um texto mudando muitas das palavras, mas mantendo todas as ideias, sem identificar sua fonte, isso pode ser considerado plágio. Mas talvez a questão não seja tão simples nesse caso.

E quanto aos evangelhos? Desde o século XIX, estudiosos argumentam que a razão pela qual Mateus, Marcos e Lucas são tão parecidos — contando muitas das mesmas histórias, normalmente na mesma sequência, com frequência com as mesmas palavras — é terem usado as mesmas fontes. É reconhecido hoje que um deles foi a fonte dos outros dois. Quase todos os estudiosos acham que Marcos foi usado por Mateus e Lucas. Alguns acadêmicos continuam a sustentar o ponto de vista de que Mateus foi a fonte de Marcos e Lucas, mas essa é uma posição minoritária. Em qualquer dos casos, temos um documento que é usado por outros, com frequência literalmente. É verdade que nenhum dos autores se identifica. Assim, os autores posteriores não estão plagiando, no sentido de que não estão publicando o trabalho de alguém sob seu próprio nome. Mas estão assumindo o trabalho de alguém e publicando como seu. Antigos estudiosos que falaram sobre esse fenômeno teriam chamado a isso de “roubo”. No jargão moderno, talvez seja melhor chamar a isso de uma espécie de plágio.

Há outros casos do fenômeno fora do Novo Testamento. Já mencionei neste capítulo, por exemplo, que o *Evangelho do pseudo-Mateus* toma a narrativa do *Protoevangelho de Tiago*, publicando-o em uma forma editada (algumas vezes muito editada, mas em outros pontos quase nada editada), sem reconhecer de onde veio a história. De muitas formas, isso é comparável ao que os autores dos evangelhos de Mateus e Lucas, do Novo Testamento, fizeram com Marcos. Outro livro que mencionei no capítulo 1, *Constituições apostólicas*, é ainda mais explícito, tomando, quase na íntegra, três documentos de períodos anteriores, o *Didache*, do ano 100 aproximadamente, a “Tradição apostólica”, do fim do século II, e o *Didascalia*, do século III, combinando-os em um grande documento e publicando como se fossem informações transmitidas diretamente pelos apóstolos. Mas não eram; eram tomadas — roubadas, para usar o jargão antigo — de escritos anteriores da tradição cristã.

CONCLUSÃO

O que podemos dizer como conclusão sobre as formas de enganação que estudamos neste capítulo? Falsas atribuições, invenções, contrafações, plágio — todas envolvem práticas fraudulentas. Leitores que leram livros erroneamente atribuídos a apóstolos ou seus companheiros, que continham histórias inventadas, apresentavam textos alterados por escribas ou contendo passagens ou relatos inteiros “roubados” dos escritos de autores anteriores sem reconhecimento — leitores de todo esse material foram enganados de um modo ou de outro. Alguns foram enganados para pensar que o que leram tinha sido escrito pelas pessoas apontadas como seus autores; outros foram conduzidos a pensar que os acontecimentos históricos narrados eram reais. Em todos os casos, eles estavam errados. Eles foram enganados. Assim como as pessoas continuam a ser enganadas quando pensam, por exemplo, que o coletor de impostos Mateus escreveu o primeiro evangelho, que Paulo disse às

mulheres que deviam ficar em silêncio na igreja ou que o autor de 2 Pedro teve as ideias e as frases encontradas em seu segundo capítulo.

Contudo, um aspecto determinante da falsificação não parece envolvido em todos os casos dessas outras formas de embuste. A falsificação quase sempre envolve uma mentira absoluta. Falsificadores alegam ser alguém, sabendo muito bem sua identidade real. Nem sempre é esse o caso nos fenômenos comparáveis que abordei aqui. Algumas vezes, obras anônimas foram atribuídas a pessoas em quem se acreditava ser as autoras dos escritos, e tudo foi um equívoco. Algumas vezes, talvez, histórias foram inventadas inocentemente, assim como histórias imprecisas são inventadas o tempo todo, sem qualquer intenção de enganar. Algumas vezes, escribas alteraram os textos que estavam copiando por acidente, sem a intenção de fazê-lo.

Contudo, outras instâncias provavelmente envolveram uma boa dose de intencionalidade. Um teólogo interessado em convencer seus adversários de que seus pontos de vista eram os dos apóstolos pode muito bem ter alegado que o quarto evangelho foi escrito por João sem saber se isso era verdade ou não. Um contador de histórias que inventou um relato sobre Jesus, para provar uma tese, pode muito bem ter sabido que estava transmitindo uma ficção como se fosse um acontecimento histórico. Um escriba que desejava que um texto dissesse algo que não dizia pode muito bem ter modificado o texto por essa razão. Em alguns casos, é difícil imaginar como mais poderia ter surgido o embuste resultante. Seja lá quem adicionou os 12 versículos finais de Marcos não fez isso apenas por um deslize da caneta.

Em suma, havia muitas formas de mentir na literatura e por meio dela na Antiguidade, e alguns cristãos se valeram de toda a gama de esforços para promover sua visão da fé. Para os leitores modernos, pode parecer estranho, ou mesmo sem sentido, que uma religião que construiu uma reputação de possuir a verdade tenha tido membros que tentaram disseminar sua compreensão da verdade se valendo de meios fraudulentos. Mas foi o que aconteceu. A utilização de embuste para promover a verdade pode muito bem ser considerada uma das ironias mais perturbadoras da tradição cristã inicial.

Capítulo Oito

Falsificações, mentiras, enganações e os escritos do Novo Testamento

Quando faço palestras abertas sobre os livros que não foram incluídos no Novo Testamento, as pessoas costumam me perguntar sobre histórias apócrifas que ouviram. O que sabemos sobre os “anos perdidos” de Jesus, a lacuna entre os 12 e os trinta anos? É verdade que ele foi à Índia estudar com os brâmanes? Jesus era essênio? Não há uma sentença de morte de Pôncio Pilatos ordenando a execução de Jesus? E assim por diante.

Muito poucas das histórias apócrifas que as pessoas escutam hoje vêm das antigas falsificações que tenho estudado neste livro. Elas saíram de falsificações modernas que alegam representar fatos históricos mantidos escondidos do público por estudiosos ou pelo “Vaticano”. Contudo, os fatos são que esses relatos misteriosos foram denunciados como invenções perpetradas por escritores bem-intencionados ou maldosos dos séculos XIX e XX. Mas essa revelação pouco fez para impedir leigos de acreditar neles.

FALSIFICAÇÕES, MENTIRAS E EMBUSTES MODERNOS

Discuto aqui quatro falsificações modernas apenas para dar uma prova do tipo de coisa que tem sido bastante lida. Todas as quatro, e muitas outras, são discutidas e demolidas em dois interessantes livros de estudiosos sinceros da Antiguidade cristã: Edgar Goodspeed, um destacado estudioso americano do Novo Testamento, de meados do século XX, e Per Beskow, um sueco especializado nos primórdios do cristianismo, dos anos 1970.¹⁹⁴

A VIDA DESCONHECIDA DE JESUS CRISTO

Uma das falsificações modernas mais disseminadas é chamada *A vida desconhecida de Jesus Cristo*.¹⁹⁵ Sabemos por esse relato que Jesus foi à Índia em seus anos de formação na adolescência,

os “anos perdidos” antes de seu ministério público, e lá aprendeu os segredos do Oriente. O livro causou furor ao ser publicado em inglês em 1926; mas ele já tinha sido desmascarado como uma fraude mais de trinta anos antes. O público leitor, é seguro dizer, tem memória curta.

O livro foi publicado originalmente na França, em 1894, como *La vie inconnue de Jésus Christ*, por um correspondente de guerra russo chamado Nicolas Notovitch. Quase imediatamente, o livro correu o mundo e foi traduzido. Em um ano, saíram oito edições em francês, com traduções para alemão, espanhol e italiano. Foram publicadas uma edição no Reino Unido e três edições distintas nos Estados Unidos.

O livro consistia em 244 parágrafos organizados em 14 capítulos. Notovitch começa o livro explicando como o “descobriu”. Em 1887, ele presumivelmente viajava pela Índia e Caxemira, onde ouviu de lamas do Tibete histórias sobre um profeta chamado Issa, a forma árabe (aproximada) do nome Jesus. Suas viagens posteriores o levaram ao distrito de Ladak, na fronteira da Índia com o Tibete, até o famoso mosteiro budista tibetano de Hamis. Lá ele escutou novas histórias e soube que registros escritos da vida de Issa tinham sido preservados.

Notovitch deixou o mosteiro sem saber mais. Mas, após dois dias, sofreu um grave acidente, caindo do cavalo e fraturando a perna. Ele foi carregado de volta ao mosteiro para se recuperar e, lá, fez amizade com o abade. Quando Notovitch perguntou sobre as histórias de Issa, o abade concordou em dar a ele o relato completo. Apresentou dois grossos volumes, escritos em tibetano, e começou a lê-los em voz alta para Notovitch, na presença de um tradutor que explicava o que os textos diziam enquanto Notovitch fazia anotações.

A vida desconhecida de Jesus Cristo é a edição publicada das cuidadosas anotações feitas por Notovitch. Segundo o relato, quando Jesus tinha 13 anos, se juntou a uma caravana de mercadores rumo à Índia para estudar suas leis sagradas. Passou seis anos com os brâmanes, aprendendo seus livros sagrados, os Vedas. Mas Jesus se desencantou com o sistema de castas indiano e começou a condená-lo abertamente. Isso provocou a ira dos brâmanes, que decidiram executá-lo.

Jesus fugiu para se juntar a uma comunidade de budistas, com a qual aprendeu o páli, a linguagem do budismo teravada, e dominou os textos budistas. A seguir, visitou a Pérsia e pregou aos zoroastristas. Enfim, aos 29 anos, dotado de todo o conhecimento sagrado do Oriente, retornou à Palestina e começou seu ministério público. A narrativa termina resumindo suas palavras e seus feitos e dando um breve relato de sua morte. A história de sua vida foi supostamente levada por mercadores judeus de volta para a Índia, onde aqueles que haviam conhecido Issa perceberam ser a mesma pessoa. Eles então escreveram o relato completo.

Embora a narrativa de *A vida desconhecida de Jesus Cristo* possa parecer um romance de segunda categoria, foi publicada como um relato historicamente factual e creditada como fornecedora da chave para as perguntas que os cristãos havia muito faziam sobre os anos perdidos de Jesus. O que ele fazia? E como adquirira um conhecimento religioso tão extenso e convincente antes de dar início a seu ministério público?

Contudo, não demorou para que estudiosos interessados em fatos históricos começassem a questionar o relato e a denunciá-lo como uma fraude complexa. A história foi analisada por uma autoridade de destaque como Max Müller, o maior estudioso europeu da cultura Indiana do fim do século XIX, que demonstrou que a história da “descoberta” do livro e os casos que ele contava estavam repletos de implausibilidades insuperáveis. Se aquele grande livro era um item importante do mosteiro de Hemis, por que não é encontrado em nenhum dos catálogos completos de literatura tibetana? Como é possível que os mercadores judeus que foram à Índia com histórias sobre Jesus tivessem conseguido encontrar os brâmanes que haviam conhecido Issa quando jovem — entre os milhões de pessoas na Índia? E como os antigos parceiros de Issa na Índia se deram conta de que o homem crucificado era seu ex-aluno?

Em 1894, uma mulher inglesa que lera *A vida desconhecida* visitou o mosteiro de Hemis. Ela fez perguntas e descobriu que nenhum russo havia estado ali, ninguém havia convalescido de uma perna fraturada e eles não tinham livros descrevendo a vida de Issa. No ano seguinte, um acadêmico, J. Archibald Douglas, foi até lá e entrevistou o próprio abade, que o informou de que nenhum europeu com uma perna quebrada estivera no mosteiro nos 15 anos em que ele era encarregado da comunidade. Mais que isso, ele era lama havia 42 anos e conhecia bem a literatura budista. Não só nunca lera em voz alta um livro sobre Issa para um europeu ou qualquer outra pessoa, como também estava certo de que não havia, no Tibete, um livro como *A vida desconhecida*.

Outras implausibilidades internas e imprecisões na história são apresentadas por Goodspeed e Beskow. Não há hoje no planeta um único estudioso reconhecido que tenha qualquer dúvida sobre isso. Toda história foi inventada por Notovitch, que ganhou muito dinheiro e substancial notoriedade com sua fraude.

A crucificação de Jesus, por uma testemunha ocular

Um apócrifo moderno igualmente interessante é *A crucificação de Jesus, por uma testemunha ocular*, lida não com o começo da vida adulta de Jesus, antes de seu ministério, mas com seu fim e depois.¹⁹⁶ O relato tem a forma de uma carta escrita em latim sete anos depois da crucificação de Jesus, de um líder da misteriosa seita judaica dos essênios de Jerusalém para outro essênio que vivia em Alexandria, no Egito. Todos os elementos sobrenaturais são retirados da descrição da vida e da morte de Jesus. Jesus é apresentado como tendo levado uma vida humana e tido uma morte humana. Mas não na cruz. Jesus sobreviveu à sua própria crucificação e viveu mais seis meses.

O relato foi publicado originalmente em alemão, em Leipzig, em 1849. Edições inglesas, todas se dizendo autênticas, foram publicadas em 1907, 1919 e 1975. Também houve traduções para o francês e o sueco.

A carta em latim foi supostamente descoberta em um rolo de pergaminho num antigo mosteiro grego de Alexandria por um missionário que considerou sua mensagem perigosa e tentou destruí-la. Mas ela foi salva por um francês culto que traduziu o relato para o alemão. A narrativa foi levada à Alemanha pelos maçons, considerados os descendentes modernos dos essênios.

Segundo o relato, o próprio Jesus era essênio. Quando crucificado, não expirou, de acordo com essa “testemunha ocular”. Foi tirado da cruz e revivido por José de Arimateia e Nicodemos, colegas essênios, que conheciam as artes secretas da cura preservadas pela seita. Quando as mulheres em visita ao túmulo pensaram ter visto anjos, eram monges essênios com seus hábitos brancos. As mulheres acharam que Jesus tinha sido elevado, quando, na verdade, nunca morrera. Mas ele morreu seis meses depois, dos ferimentos sofridos.

Não foi difícil para os estudiosos desmascararem esse evangelho como outra fraude. A “testemunha ocular”, supostamente um essênio, não entendia como eram os essênios. Hoje sabemos bastante sobre esse grupo judaico graças aos manuscritos do mar Morto, que não estavam disponíveis ao falsificador, já que foram descobertos quase um século depois de ele ter produzido seu relato. Nada na história corresponde às realidades históricas do grupo. Para começar, não há como um essênio em Jerusalém ter escrito esse relato em latim, entre todas as línguas.

Há outros problemas consideráveis. O relato indica que foi escrito sete anos após a crucificação, mas menciona explicitamente, pelo nome, os evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João, que só foram escritos de quarenta a sessenta anos depois da morte de Jesus. Ademais, esses livros não foram conhecidos como um *grupo* de escritos (“os quatro evangelhos”) até o fim do século II. Enfim, a exclusão de tudo de sobrenatural do relato é uma preocupação moderna, pós-Illuminismo, e não antiga.

Um acadêmico moderno demonstrou de onde veio essa preocupação e toda a história. Em 1936, um famoso estudioso alemão do Novo Testamento, Martin Dibelius, demonstrou que *A crucificação de Jesus* foi praticamente tomado, na íntegra, de uma obra hoje bastante obscura de ficção histórica escrita pelo racionalista alemão K.H. Venturini, *The Natural History of the Great Prophet of Nazareth* (dois volumes, 1800-1802). Também nele, Jesus é um essênio cuja vida não teve nada de sobrenatural e que, na verdade, não morreu na cruz, revivido por José de Arimateia. O autor de *A crucificação de Jesus* pegou a obra em dois volumes de Venturini, condensou-a em um livreto de fácil leitura e tentou vendê-lo como um relato histórico, quando era uma invenção moderna.

A sentença de morte de Jesus Cristo

Um dos fatos mais impressionantes e, para muitos, surpreendentes sobre o século I é que não temos qualquer registro romano, de qualquer tipo, que ateste a existência de Jesus. Não temos certidão de nascimento, nenhuma referência a suas palavras ou seus prodígios, nenhum relato de seu julgamento, nenhuma descrição de sua morte — nenhuma referência a ele de qualquer modo ou forma. O nome de

Jesus não é mencionado em nenhuma fonte romana do século I.¹⁹⁷ Isso não significa, como dizem hoje com preocupante regularidade, que Jesus nunca existiu. Ele sem dúvida existiu, como quase todo estudioso competente da Antiguidade, cristão ou não, concorda, com base em evidências claras e certas. Mas, como acontece com a imensa maioria de todas as pessoas que viveram e morreram no século I, ele não aparece nos registros do povo romano.

Por essa razão a suposta descoberta de uma cópia oficial da sentença de morte de Pilatos teve tanto impacto na Europa e nos Estados Unidos ao ser anunciada em meados do século XIX. A descoberta foi mencionada pela primeira vez no jornal francês *Le Droit*, na primavera de 1839. Logo foi desmascarada como fraude, mas reapareceu na Alemanha dez anos mais tarde e várias vezes em outros locais, incluindo os Estados Unidos, por muitas décadas depois.

A sentença de morte foi supostamente descoberta em uma placa de cobre encontrada na cidade de Áquila, sul da Itália, perto de Nápoles, em 1280. Um grupo de trabalhadores escavava a terra em busca de antiguidades romanas quando descobriu um antigo vaso de mármore. Dentro, havia uma placa de cobre escrita em hebraico. Quando o texto foi traduzido, descobriu-se ser uma cópia oficial da sentença de morte de Jesus proclamada por Pôncio Pilatos. No verso, havia ordens para que a sentença fosse enviada a todas as tribos de Israel.¹⁹⁸

Acreditava-se que a placa tenha se perdido, mas acabou redescoberta durante a ocupação francesa do reino de Nápoles em 1806-1815. Ao ser publicada duas décadas depois, foi classificada como “o mais impressionante documento legal existente”. Nele, “Pôncio Pilatos, o governador em exercício da baixa Galileia”, declara que “Jesus de Nazaré deve sofrer a morte na cruz”. Isso teria acontecido no 17º ano do reinado do imperador Tibério (31 d.C.), em 27 de março, “na mais sagrada cidade de Jerusalém”.

A razão da sentença de morte foi Jesus ter cometido seis crimes. Ele, um sedutor, sedicioso, inimigo da lei, falsamente chamara a si mesmo de Filho de Deus, chamara a si mesmo de rei de Israel e entrara no Templo seguido por uma multidão carregando folhas de palmeira. A sentença de morte é assinada por quatro testemunhas: Daniel Robani, Joannus Robani, Raphael Robani e “Capeto, um cidadão”.¹⁹⁹

Um estudioso de primeira linha como Edgar Goodspeed não teve dificuldade em desmascarar todo o documento como uma fraude. Não fazia sentido um funcionário romano tentar justificar ao povo judeu a condenação de um criminoso ou enviar a justificativa às “tribos de Israel”, que não existiam havia muitos séculos. Pilatos, um funcionário romano, não teria escrito em hebraico, idioma que não conhecia. Pilatos não era governador da baixa Galileia, mas da Judeia. Não sendo judeu, nunca teria se referido a Jerusalém como “a mais sagrada cidade”. A data 27 de março é uma forma moderna de datação desconhecida no mundo antigo. O termo “Robani”, usado por três das testemunhas, parece ser uma forma errada de “Rabban”, que significa “mestre”; o autor provavelmente cometeu o erro porque no discurso direto, como em João 20,16, a palavra é escrita “Rabbouni”. Joannus não é um nome antigo em nenhum dos idiomas relevantes. Capeto é um nome francês. E não há palavra hebraica para “cidadão”.

Há mais problemas, mas esses são suficientes para ilustrar o caso. Quem fez esse relato produziu um trabalho bastante ruim, embora essa fraude tenha feito muito sucesso, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, por mais de um século.

O segundo livro de Atos, há muito perdido

Em 1904, o padre anglicano e médico Kenneth Sylvan Guthrie publicou um livro chamado *Long-Lost Second Book of Acts*, que, entre outras coisas, descreve os ensinamentos de Maria, a mãe de Jesus, sobre reencarnação.²⁰⁰ É chamado de “segundo livro” de Atos porque começa descrevendo o que aconteceu ao apóstolo Paulo após os acontecimentos narrados no livro de Atos do Novo Testamento.

Após ter sido libertado da prisão romana mencionada em Atos 28, Paulo supostamente planejou ir para a Espanha e depois para a Bretanha. Mas, em vez disso, acaba decidindo seguir para a Palestina. Ao chegar, vai a Jerusalém, à casa do discípulo João, onde encontra Maria, a mãe de Jesus, junto com sete dos discípulos. Já uma mulher idosa, Maria reza por sua morte, e o anjo Gabriel aparece para contar que sua prece será atendida.

Em seu leito de morte, refletindo sobre a mortalidade, Maria revela a doutrina sagrada da reencarnação. Ela mesma passara por sete encarnações; entre outras coisas, tinha sido esposa de Noé, a mulher que amara Zaratustra, aquela que amara Sidarta e depois a que amara Sócrates.

Pouco antes de sua morte, há uma tempestade, e Maria leva os discípulos ao Monte das Oliveiras. Jesus aparece vindo do céu e a leva nos braços. Ele conta aos discípulos que também tivera várias encarnações anteriores, como Abel, Noé, Zaratustra e Sócrates.

O livro é uma ficção tão óbvia que é difícil imaginar seu autor esperando que alguém o levasse a sério. Mas, considerando o público leitor, quem sabe. Goodspeed, pelo menos, achou que era “apenas um esforço moderno de alegar que a Virgem Maria e o próprio Jesus endossavam a doutrina da reencarnação”, e que “Guthrie, sem dúvida, imaginou um artifício tão transparente que não enganaria ninguém”.²⁰¹

Outras fraudes e enganações

Há muitos outros apócrifos modernos que tentam contar o que Jesus e aqueles ligados a ele fizeram. Um livro chamado *A confissão de Pôncio Pilatos* narra a história de Pilatos partindo para o exílio em Viena, onde sente um profundo remorso pelo que fez a Jesus e acaba cometendo suicídio. Entre outras coisas, esse relato se refere a uma história em que Maria Madalena presenteia o imperador romano Tibério com um ovo de Páscoa tingido de vermelho.²⁰² Em *The Gospel of the Holy Twelve*, Jesus é apresentado defendendo uma posição vegetariana em oposição àqueles que matam e comem animais. Nessa narrativa criativa, Jesus não teria comido

carneiro na Páscoa e alimentado as multidões com cinco pães e dois peixes, mas com cinco melões.²⁰³

Pode-se argumentar que fraudes são criadas não só por figuras obscuras tentando oferecer relatos sensacionais de Jesus (Jesus estudou com brâmanes!) ou autenticar suas próprias visões de mundo (Jesus era vegetariano!), mas também por acadêmicos que poderiam ter suas próprias razões obscuras.

Um dos livros muito populares sobre Jesus nos anos 1960 e 1970 foi *The Passover Plot: A New Interpretation of the Life and Death of Jesus*, de Hugh Schonfield.²⁰⁴ Schonfield era um brilhante e reconhecidíssimo estudioso do antigo judaísmo, com muitas credenciais. Mas sua reconstrução histórica do que realmente aconteceu a Jesus parece mais uma produção de Hollywood do que um estudo sério.

Em resumo, desde cedo, Jesus “sabia” que era o messias, então manipulara os acontecimentos durante seu ministério público para fazer com que parecesse estar cumprindo a profecia. Ele em especial tramara com seus discípulos simular a própria morte pelos pecados dos outros. Combinou para ser drogado na cruz (quando recebeu bílis e vinagre, foi o remédio) para que seus sinais vitais ficassem mais fracos e ele parecesse morto. Então seria revivido e pareceria erguido dentre os mortos. Mas a trama fracassou. Jesus não contara com um soldado romano acertando a lateral de seu corpo na cruz com uma lança. Ele reviveu brevemente e foi removido do túmulo, como combinado com outros conspiradores (não os discípulos). Ele morreu dos ferimentos pouco depois e foi enterrado de novo em outro local. Os discípulos, porém, encontraram o túmulo vazio e pensaram equivocadamente ter visto Jesus vivo depois. Então proclamaram que tinha sido erguido dentre os mortos. E assim começou o cristianismo.

The Passover Plot não é uma falsificação. O autor do relato, que escreve em seu próprio nome, é um historiador sério e deixa seus leitores saberem disso. E não é uma invenção, já que alega basear seu relato em pesquisa histórica. Ademais, ele o apresenta como um estudo histórico. Mas, por mais criativa que seja, a principal premissa do relato é inventada; não há verdade histórica nela.

Como um último exemplo, eu poderia de novo mencionar o caso envolvendo um dos estudiosos dos primórdios do cristianismo, ilustre do século XX, o professor de Colúmbia Morton Smith. Smith alegou ter descoberto uma versão alternativa perdida do Evangelho de Marcos. O relato da descoberta apareceu em dois livros que Smith publicou em 1973: um deles, uma narrativa ao estilo policial para um público leigo, e o outro, uma monografia de pesquisa erudita e difícil para acadêmicos.²⁰⁵ Nelas Smith afirmava que em 1958, em visita a um mosteiro perto de Jerusalém, descobrira uma cópia feita à mão de uma carta em grego de um pai da Igreja do século II, Clemente de Alexandria, na qual ele alegava que o autor de Marcos publicara uma segunda edição de seu evangelho. Esse “evangelho secreto”, como passou a ser conhecido, incluía duas histórias não encontradas em Marcos, histórias que parecem misteriosas e estranhas, sobre Jesus e sua relação com um jovem que erguera dentre os mortos.

Smith argumentava que essa relação era homossexual e que isso oferecia evidências de que Jesus se entregara a atividades sexuais com os homens nus que batizara durante seu ministério. Desnecessário dizer que os livros de Smith causaram bastante agitação. Seu livro acadêmico oferecia evidências sérias de que aquela era realmente uma carta de Clemente de Alexandria, e que Clemente tinha conhecimento de tal evangelho. Mas, desde a morte de Smith, em 1991, surgiram vários estudiosos argumentando que a carta não é autêntica, tendo sido falsificada por ninguém menos que o próprio Smith. Foram publicados recentemente dois livros sobre o assunto, ambos chegando à mesma conclusão, mas com argumentos diferentes.²⁰⁶ Outros estudiosos, incluindo aqueles que conheciam bem Smith, não pensam assim, e o debate continua.²⁰⁷

FALSIFICAÇÕES, MENTIRAS E ENGODOS CRISTÃOS

Essa questão das fraudes modernas me traz de volta a uma pergunta que fiz repetidamente em meu estudo de falsificações: “Quem *faria* tal coisa?” Espero que agora concordem com minha resposta anterior: “Muita gente.” E por muitas razões. E não apenas pessoas modernas. Temos casos de falsificações cristãs não só hoje, mas também na Idade Média, no fim da Antiguidade e na época do Novo Testamento. Do século I ao século XXI, pessoas que se diziam cristãs acharam adequado inventar, falsificar e forjar documentos, na maioria dos casos, para autorizar pontos de vista que desejavam que os outros aceitassem.

Meu interesse particular neste livro são as falsificações da Igreja cristã inicial. Ninguém duvida que houve muitas delas. Hoje temos apenas uma fração daquelas produzidas na Antiguidade, pois a maioria foi perdida ou destruída. Mas o que temos é mais que suficiente para nos dar uma noção do peso que tinha a prática da falsificação. Temos numerosos evangelhos, epístolas, tratados e apocalipses atribuídos a pessoas que não os escreveram. Os autores que chamaram a si mesmos de Pedro, Paulo, Tiago, Filipe, Tomé ou — escolha um nome! — sabiam muito bem que não eram essas pessoas. Mentiram sobre isso para enganar seus leitores e fazê-los pensar que eram figuras com autoridade.

Alguns desses escritos chegaram à Bíblia. Há epístolas do Novo Testamento atribuídas a Pedro e Paulo, por exemplo, e Tiago e Judas. Mas esses livros foram escritos por outros autores desconhecidos, que viveram depois que os próprios apóstolos haviam morrido. Quando os verdadeiros autores desses livros alegavam serem apóstolos, estavam conscientemente envolvidos em fraude. Essa prática era muito citada no mundo antigo e, quase sempre, condenada como mentira, ilegítima e um erro. Mas os autores o faziam de qualquer forma.

Não estou dizendo que os autores que participavam dessa atividade estavam necessariamente violando o que suas consciências determinavam. Não temos como saber o que pensavam deles mesmos ou o que faziam. Sabemos apenas que quando os antigos falavam sobre a prática, não diziam coisas positivas sobre ela. Livros falsificados eram chamados de falsos e ilegítimos.

Todavia, é possível imaginar que os próprios autores não pensassem assim. Sempre que temos um registro daqueles que foram flagrados no ato, eles tentam justificar o que fizeram. O autor do século II que inventou a história de Paulo e Tecla, mencionada antes, alegou tê-lo feito por “amor a Paulo”. O falsificador do século V, Salviano de Marselha, alegou ter pensado que ninguém acreditaria quando chamou a si mesmo de Timóteo e que não quis causar nenhum mal com isso. E, afinal, ninguém levaria a sério um livro escrito por Salviano, ao passo que um livro de Timóteo poderia ser bastante lido (ver capítulo 1).

É possível que muitos dos autores cujos trabalhos estudamos, integrando o Novo Testamento ou não, se sentissem justificados no que faziam. Caso positivo, estavam aceitando uma antiga visão, sustentada por muitas pessoas ainda hoje, de que mentir é a coisa certa a fazer em alguns casos (como mencionado no capítulo 1). No mundo antigo, essa visão era baseada na ideia de que podia existir algo como uma “mentira nobre”, uma mentira que servia a uma causa nobre. Se um médico precisa mentir a um paciente para fazê-lo tomar o remédio necessário, essa pode ser uma boa forma de enganar. Se um comandante em chefe precisa mentir a seus soldados, dizendo que os reforços estão prestes a chegar para inspirá-los a lutar com mais coragem, essa pode ser uma coisa boa. Algumas mentiras são nobres.

Outros autores cristãos, sobretudo Agostinho, adotaram a posição oposta, argumentando que, em todas as suas formas, mentir era ruim. Muito ruim. Não era algo a se fazer, não importando por quê. Para Agostinho, mesmo se uma mentira pudesse garantir que sua filha pequena não passasse a eternidade no fogo do inferno, e sim desfrutando do êxtase eterno do céu, isso não era suficiente para justificar a mentira. Você nunca deve mentir, ponto final.

A maioria dos antigos cristãos provavelmente discordava de Agostinho, motivo pelo qual ele teve de defender sua tese com tanta veemência. E a maioria das pessoas hoje provavelmente também discorda. A maioria de nós considera a mentira algo complicado. Especialistas em ética, filósofos e acadêmicos religiosos discordam, mesmo hoje, sobre quando mentir é adequado e quando não é.²⁰⁸ No fim, essa é uma questão que cabe a cada um de nós, e todos precisamos resolver sozinhos, com base em nossas circunstâncias e nas situações específicas nas quais nos encontramos. Talvez, algumas vezes, não haja problema em mentir.

Talvez não haja problema em pais mentirem a seus filhos sobre suas próprias crenças religiosas, dizendo a eles que Deus existe, embora não pensem assim. Talvez não haja problema em um cônjuge mentir para o outro sobre um caso extramarital, caso isso o impeça de passar por grande aflição e dor. Talvez não haja problema em mentir a um pai sobre o prognóstico após uma cirurgia se isso impedir o parente amado de se preocupar em morrer antes da hora. Talvez não haja problema em líderes da Igreja mentirem a suas congregações sobre suas crenças pessoais ou seu passado menos que perfeito caso precisem ser vistos como líderes respeitados e sólidos da comunidade. Talvez não haja problema em funcionários eleitos mentirem sobre orçamentos ou déficits, carências ou sucessos, possíveis resultados de políticas, informações sobre o exterior ou os resultados conhecidos da guerra — se os fins forem suficientemente importantes para exigir mentiras em vez da verdade.

E, se mentir é justificado em certos casos, que razão melhor para mentir do que fazer as pessoas compreenderem e acreditarem na verdade? O que faria mais sentido do que escrever um livro incorporando uma mentira sobre uma questão relativamente insignificante (quem *de fato* escreveu isto) para conseguir o que realmente importa (proclamar a verdade)?

Por outro lado, talvez os autores que falsificaram esses textos estivessem errados. Talvez não devessem ter tentado enganar seus leitores. Talvez seja sempre melhor contar a verdade, defender a verdade, estar disposto a aceitar as consequências da verdade, mesmo que você prefira as consequências de contar a mentira.

Talvez as crianças tenham o direito de saber no que os pais honestamente acreditam. Talvez seja melhor o cônjuge contar ao parceiro sobre um caso extramarital, se a alternativa é levar uma vida de enganação e desconfiança. Talvez um pai moribundo (ou avô, irmão, qualquer um) tenha o direito de saber que a morte é iminente para poder se preparar para o inevitável. Talvez seja melhor os líderes da Igreja não desencaminharem seu povo, mas contar a eles o que honestamente sabem ser verdade (por exemplo, sobre as finanças da Igreja ou seu próprio passado de pecado) ou no que honestamente acreditam (por exemplo, sobre Deus ou a Bíblia). Talvez seja melhor nossos funcionários eleitos nos contarem a verdade, em vez de nos desorientar para terem autorização para fazer o que querem desesperadamente, internamente ou em solo estrangeiro. Talvez, no geral, a verdade seja melhor que mentir.

Para ser exato, a maioria das pessoas, na maioria das circunstâncias, presente, passado e passado muito distante, se dá conta de que há momentos em que pode ser certo e bom mentir se, por exemplo, isso pode salvar uma vida ou poupar alguém de mal físico. Mas a realidade é que a maioria de nossas mentiras não tem tanto peso. Sem dúvida, as mentiras inventadas pelos falsificadores de antigos textos cristãos não foram contadas para proteger vida e corpo. Foram contadas para enganar os leitores, levando-os a pensar que os autores desses livros eram figuras estabelecidas com autoridade. Se esses textos foram produzidos por autoridades confiáveis, o que eles tinham a dizer acerca de em que acreditar e como viver tinha de ser verdade. Ensinamentos verdadeiros foram baseados em mentiras.

Ao mesmo tempo, os autores dessas mentiras, sem dúvida, eram como quase todas as outras pessoas do mundo, antigo e moderno; também provavelmente não queriam ouvir mentiras nem ser enganadas. Mas por suas próprias razões, sentiram-se compelidas a mentir e enganar os outros. Nesse sentido, elas não seguiram um dos princípios fundamentais da tradição cristã, ensinado pelo próprio Jesus, de que se deve “fazer aos outros o que gostaria que fizessem a você”. Possivelmente sentiram que, nas circunstâncias, a regra de ouro não se aplicava. Caso positivo, isso sem dúvida explica por que tantos dos escritos do Novo Testamento são atribuídos a apóstolos quando não foram escritos por eles.

PRODUÇÃO
Adriana Torres
Ana Carla Sousa

PRODUÇÃO EDITORIAL
Luana Luz
Pedro Staite

PREPARAÇÃO DE TEXTO
Luana Medina

REVISÃO
Bernardo Barbosa
Frederico Hartje

INDEXAÇÃO
Marília Lamas

DIAGRAMAÇÃO
Filigrana

Notas

- ¹ Apresento aqui apenas as visões “ortodoxas” que acabaram vencendo as primeiras batalhas cristãs acerca de em que acreditar. Havia muitos cristãos com outros pontos de vista, como veremos mais à frente. Para outros esclarecimentos, ver meu livro *Lost Christianities: The Battle for Scripture and the Faiths We Never Knew* (Nova York: Oxford University Press, 2003). No Brasil, *Evangelhos perdidos: as batalhas pela escritura e os cristianismos que não chegamos a conhecer* (Rio de Janeiro: Record, 2008).
- ² Daí, por exemplo, Irineu, *Contra as heresias* 3.2-4; 4.26. Ver também Tertuliano, *Prescrição contra heresias*.
- ³ Por isso há na Antiguidade cristã uma ligação tão íntima entre o conteúdo de um escrito e sua alegação de autoria, como veremos. Acreditava-se que, se um escrito disseminava “falsos ensinamentos”, ele com certeza não poderia ter sido produzido por uma autoridade estabelecida. Em outras palavras, a decisão sobre quem era o autor de uma obra (um apóstolo?) em geral era tomada com base na possibilidade de os ensinamentos na obra serem aceitáveis. Ver a discussão sobre o *Evangelho de Pedro* no capítulo 2.
- ⁴ A discussão erudita sobre os diários de Hitler, contada com elegância e detalhes precisos, está em Robert Harris, *Selling Hitler* (Nova York: Viking Penguin, 1986).
- ⁵ Para um relato fascinante de um dos mais capazes especialistas em falsificações dos tempos modernos, ver Charles Hamilton, *Great Forgers and Famous Fakes: The Manuscript Forgers of America and How They Duped the Experts*, 2^a ed. (Lakewood: Glenbridge, 1996).
- ⁶ O caso é contado pelo historiador grego Diógenes Laércio em seu *Vidas dos filósofos* (5.92-93).
- ⁷ Para uma coletânea de alguns dos mais interessantes, ver Bart D. Ehrman, *Lost Scriptures: Books That Did Not Make It Into the New Testament* (Nova York: Oxford University Press, 2003). Para uma coletânea mais abrangente, ver J.K. Elliott, *The Apocryphal New Testament* (Oxford: Clarendon, 1993).
- ⁸ Tertuliano, *Sobre o batismo* 17. Ver também o debate sobre ficções antigas sobre Paulo no capítulo 3.
- ⁹ Minha própria contagem.
- ¹⁰ Como veremos no capítulo 3, alguns estudiosos sustentaram que o escrito supostamente forjado ao qual o autor de 2 Tessalonicenses se refere é nada menos que 1 Tessalonicenses!
- ¹¹ Eusébio, *História da Igreja* 7.25.
- ¹² Jerônimo, *As vidas de homens famosos* 4.
- ¹³ Dídimos, o Cego, *Comentários sobre as epístolas católicas* (nunca traduzido para o inglês) em Migne, *Patrologia Graeca* 39, 1774.
- ¹⁴ Clemente de Alexandria, *Miscelâneas* 2.52.6.

- ¹⁵ Isso foi dito recentemente em Clare Rothschild, *Hebrews as Pseudepigraphon: The History and Significance of the Pauline Attribution of Hebrews* (Tubingen: Mohr Siebeck, 2009).
- ¹⁶ Contudo, pode haver alguma dúvida em relação a Xenofonte. O filósofo grego Plutarco sustentou que Xenofonte usou o nome fantasia exatamente para dar maior credibilidade ao seu relato, fazendo com que fosse escrito por uma pessoa de fora, em vez de escrever ele mesmo em primeira pessoa. Caso seja assim, é um nome fantasia “com um algo a mais”.
- ¹⁷ Sobre as razões para pensar que o Evangelho de Mateus não foi escrito pelo discípulo Mateus, ver o capítulo 7 e, com maior profundidade, John Meier, “Matthews, Gospel of”, *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), 4.618-41.
- ¹⁸ Galeno, *Comentário sobre a natureza do homem, de Hipócrates* 1.42.
- ¹⁹ Smith escreveu dois livros sobre a descoberta e sua importância para a compreensão do cristianismo inicial e o Jesus histórico; um deles, uma intrigante história de detetives para o grande público, *The Secret Gospel: The Discovery and Interpretation of the Secret Gospel of Mark* (Nova York: Harper & Row, 1973); e o outro, uma análise densa para estudiosos, *Clement of Alexandria and a Secret Gospel of Mark* (Cambridge: Harvard University Press, 1973). Contudo, nos últimos anos, surgiram várias publicações argumentando que, na verdade, Smith falsificara o documento. Ver sobretudo Stephen Carlson, *The Gospel Hoax: Morton Smith's Invention of Secret Mark* (Waco: Baylor University Press, 2005); e Peter Jeffries, *The Secret Gospel of Mark Unveiled: Imagined Rituals of Sex, Death, and Madness in a Biblical Forgery* (New Haven: Yale University Press, 2007). Ver também minha discussão no capítulo 8.
- ²⁰ Josefo, *Guerras judaicas* 1.26.3; tradução para o inglês por William Whiston, *The Works of Josephus* (Grand Rapids: Baker, 1979).
- ²¹ Ver Wolfgang Speyer, *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum* (Munique: Beck, 1971), p. 145.
- ²² Para uma tradução para o inglês, ver R.J.J. Schutt, “Letter of Aristeas”, em James Charlesworth (org.), *The Old Testament Pseudepigrapha*, 2 vols. (Nova York: Doubleday, 1985), 2,7-34.
- ²³ Marcial, *Epigramas* 7.12; 7.72; 10.3; 10.33. Não estou dizendo que nesse ou em qualquer dos outros casos mencionados sabemos de fato as verdadeiras motivações do falsificador. O que sabemos é que Marcial entendia assim suas motivações.
- ²⁴ Diógenes Laércio, *Vidas dos filósofos* 10.3.
- ²⁵ Pausâncias, *Descrição da Grécia* 6.18.5.
- ²⁶ O livro do Apocalipse do Novo Testamento, escrito por um João desconhecido, é uma exceção muito rara.
- ²⁷ Uma das discussões mais interessantes está nos escritos do pai da Igreja, Tertuliano, que perguntou como o livro de Enoque, escrito pela famosa figura homônima — um homem que nunca morreu, tendo sido elevado aos céus quando ainda vivia sete gerações após Adão —, poderia ter sobrevivido até seus dias, os de Tertuliano. Se houve um dilúvio mundial depois da época de Enoque, nos dias de Noé, o livro não teria desaparecido? Tertuliano se dá ao trabalho de explicar como poderia ter sobrevivido ao dilúvio. Por que Tertuliano tem o trabalho de explicar isso? Porque acreditava que tinha sido escrito por Enoque. Tertuliano não era um idiota — longe disso. Era um dos verdadeiros intelectuais do século III cristão. É anacrônico os estudiosos modernos pensarem que os antigos teriam compreendido a verdadeira natureza do artifício da falsificação apocalíptica e reconhecido que os livros produzidos obedeciam às exigências do gênero.
- ²⁸ Porfírio, *Isagoge* pr. I.

- ²⁹ Para a carta e uma ampla discussão sobre ela, ver A.E. Haefner, “A Unique Source for the Study of Ancient Pseudonymity”, *Anglican Theological Review* 16 (1934): 8-15.
- ³⁰ Estudiosos que lidam com pseudoepigrafias cristãs quase sempre alegam que o autor do chamado *Atos de Paulo* (ou *Atos de Paulo e Tecla*) foi apanhado e punido. Isso é verdade, mas seu crime não foi cometer falsificação. Como destaco no capítulo 3 com mais detalhes, *Atos de Paulo* não é um livro atribuído a Paulo; é um relato verdadeiro *sobre* Paulo. O autor foi punido não por mentir sobre sua identidade, mas por inventar um relato fictício e tentar empurrá-lo como um registro histórico.
- ³¹ Anthony Grafton, *Forgers and Critics: Creativity and Duplicity in Western Scholarship* (Princeton: Princeton University Press, 1990),
- ³² Ver Raffaella Cribiore, *Gymnastics of the Mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt* (Princeton: Princeton University Press, 2001).
- ³³ No capítulo 4, abordo outras explicações que também tentam purificar a prática, incluindo a alegação de que aparentes falsificações podem ser explicadas por autores terem usado secretários que empregaram um estilo de redação distinto e alteraram o conteúdo do que os autores queriam dizer.
- ³⁴ Além disso, alguns autores antigos descreveram a redação de obras em nome de outra pessoa com os equivalentes grego e latino de nossos verbos “fazer” (como em “criar”, “falsificar”) ou “conceber” (isto é, “inventar”).
- ³⁵ O exame mais completo tem hoje quarenta anos, mas nunca foi igualado, muito menos superado. Infelizmente, a maioria dos estudiosos do Novo Testamento nunca o leu — Speyer, *Die literarische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum*. Também valioso, embora consideravelmente menos completo, é Norbert Brox, *Falsche Verfasserangabe: Zur Erklärung der fruhchristlichen Pseudoepigraphie* (Stuttgart: KBW, 1975). A maioria das obras sobre falsificação nos primórdios do cristianismo se concentra na possibilidade de os escritos pseudoepigráficos terem sido incluídos no Novo Testamento. A obra mais recente nesse sentido é Armin Baum, *Pseudepigraphie und literarische Fälschung im frubten Christentum* (Tubingen: Mohr Siebeck, 2001). Juntos, esses autores dão um panorama completo de todas as fontes antigas sobre falsificação. E todos concordam com o fato de que os falsificadores pretendiam enganar seus leitores.
- ³⁶ Heródoto, *História* 7.6.
- ³⁷ Plutarco, *O oráculo de Delfos* 407B.
- ³⁸ Ateneu, *O banquete* 13.611B.
- ³⁹ Speyer, *Die literarische Fälschung*, p. 3, tradução minha para o inglês [na qual se baseou a tradução desta edição].
- ⁴⁰ Aristóteles, *Ética de Nicomaqueu* 4.7.
- ⁴¹ Xenofonte, *Memorablia* 4.2.14-18.
- ⁴² Platão, *A república* 382C; 389B; Heliodoro, *Etiópica* I.26.6.
- ⁴³ O estudo mais completo e mais convincente do ponto de vista de Agostinho sobre a mentira é David J. Griffiths, *Lying: An Augustinian Theology of Duplicity* (Grand Rapids, MI: Brazos, 2004).
- ⁴⁴ Orígenes em seu livro perdido *Miscelâneas*, discutido por Jerônimo em *Contra Rufino* 1.18; Clemente, *Miscelâneas* 7, 9, 53, 1-45.
- ⁴⁵ No relato mais completo da história, o pai de George sente tanto orgulho do filho por falar a verdade enfrentando possível adversidade que o toma nos braços e o louva aos céus.
- ⁴⁶ Há vários livros interessantes sobre mentira para o grande público. Um dos mais influentes é Sissela Bok, *Lying: Moral Choice in Public and Private Life*, 3^a ed. (Nova York: Vintage, 1999).

- ⁴⁷ Sobre a mentira na Antiguidade, ver a coletânea de ensaios em Christopher Gill e T.P. Wiseman (orgs.), *Lies and Fiction in the Ancient World* (Austin: University of Texas Press, 1993).
- ⁴⁸ As exceções *podem* ser alguns tipos de fantasia e ficção científica, mas a plausibilidade é um elemento importante; romances pós-modernos, previsivelmente, são outro problema.
- ⁴⁹ Políbio, *Histories* 2.56.10-12; tradução para o inglês W.R. Paton, Loeb Classical Library (Nova York: Putnam, 1922).
- ⁵⁰ Para traduções para o inglês dessas histórias, conhecidas como *Atos de Pedro*, ver J.K. Elliot, *The Apocryphal New Testament* (Oxford: Clarendon, 1993), pp. 390-30; e Wilhelm Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, tradução para o inglês por R. McL. Wilson, da sexta edição alemã, 2 vols. (Louisville: Westminster John Knox, 1991-92), 2.271-321.
- ⁵¹ Eusébio, *História da Igreja*, 6.12.
- ⁵² Para uma tradução para o inglês, ver Bart D. Ehrman e Zlatko Plese, *Apocryphal Gospels: Texts and Translations* (Nova York: Oxford University Press, 2010).
- ⁵³ Há um debate entre os estudiosos sobre quem é o “malfeitor”, o punido por não ter suas pernas quebradas ou Jesus. Tendo a pensar no primeiro, já que não faria muito sentido imaginar que os soldados sentissem raiva de Jesus por algo que o outro sujeito disse.
- ⁵⁴ Alguns estudiosos argumentaram que esses versículos não são *de fato* docéticos. Não estou dizendo aqui que o autor pretendeu que eles fossem lidos doceticamente. Só estou dizendo que um leitor hostil como Serapião poderia muito bem pensar que tinham uma leitura docética, mesmo não sendo.
- ⁵⁵ Observem mais uma vez a relação de um “autor” com uma “autoridade”, e vice-versa. Do ponto de vista de Serapião, um relato falso como o *Evangelho de Pedro* não poderia ter sido escrito por uma autoridade como Pedro. Portanto, o livro era pseudoepigráfico, escrito “sob um nome falso”, por outra pessoa.
- ⁵⁶ Para traduções para o inglês, ver Wilhelm Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, tradução para o inglês por R. McL. Wilson da sexta edição alemã, 2 vols. (Louisville: Westminster John Knox, 1991-92), 2:493-94. Tirei minhas citações daí.
- ⁵⁷ Mas não nos escritos do próprio Paulo. Ver a discussão sobre Gl 2,11-14 na seção sobre a *Epístola de Pedro* não canônica no capítulo 6.
- ⁵⁸ Abordo a questão para o público geral em meu livro *Lost Christianities: The Battles for Scripture and the Faiths We Never Knew* (Nova York: Oxford University Press, 2003). Para um estudo mais completo e denso, ver Harry Gamble, *The New Testament Canon: Its Making and Meaning* (Filadélfia: Fortress, 1985). Para um relato com grande autoridade, ver Bruce Metzger, *The Canon of the New Testament: Its Origin, Development, and Significance* (Nova York: Oxford University Press, 1987).
- ⁵⁹ Traduções para o inglês podem ser encontradas em Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 593-612; e Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, 2:620-38.
- ⁶⁰ Eusébio classifica o *Apocalipse de Pedro* entre os *notha* — os escritos falsificados, “bastardos” —, e não entre os livros que aceita como canônicos. Mas o fato de que tem de mencionar o livro nesse contexto sugere que havia outros cristãos sustentando que deveria ser aceito como Escritura, como a maioria dos outros livros que ele classificou como *notha*, entre os quais *Didache*, a *Epístola de Barnabé* e o *Pastor de Hermas*. O *Apocalipse de Pedro* também é aceito como canônico (provisoriamente) no Cânone Muratori do século II, um documento que abordo no capítulo 3.
- ⁶¹ Para uma discussão sobre o livro, incluindo evidências de que não foi escrito por Pedro, ver J.H. Elliott, “Peter, First Epistle of”, *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), 5:269-78.

- ⁶² Claro que Jesus falaria aramaico. A palavra aramaica para “rocha” é Kephas, e é como o nome de Pedro aparece quando em sua forma aramaica. Não estou dizendo que acho que o relato em Mateus é historicamente preciso ao descrever Pedro como a “rocha” da Igreja, mas acho provável que Jesus tivesse rebatizado Simão de “a Rocha” durante seu ministério público.
- ⁶³ Não se deve objetar que Pedro, na verdade, não viu a crucificação de Jesus e, portanto, não foi uma “testemunha” de seus sofrimentos. Quem escreveu esse livro provavelmente não tinha os evangelhos para ler; não temos como saber o que ele pensava do envolvimento de Pedro nas últimas horas de Jesus.
- ⁶⁴ Para uma discussão sobre o livro, incluindo evidências de que não foi escrito por Pedro, ver J.H. Elliott, “Peter, First Epistle of”, *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), 5:282-87.
- ⁶⁵ Simeão parece ser a forma hebraica de “Simão”. O enigma é por que o autor mistura hebraico (Simeão, em vez de Simão) com grego (Pedro, em vez do aramaico Kephas).
- ⁶⁶ O próprio Paulo não pensava escrever “Escritura”. Ele estava escrevendo cartas pessoais a suas igrejas. Também eles trataram esses escritos, ao recebê-los, como correspondência pessoal. Apenas mais tarde, após a morte de Paulo, diferentes igrejas e indivíduos reuniram essas cartas e começaram a vê-las como Escritura. Para comentários perspicazes sobre as primeiras coletâneas das cartas de Pedro, ver Harry Gamble, *Books and Readers in the Early Church* (New Haven: Yale University Press, 1993), pp. 58-65.
- ⁶⁷ Há outras razões para supor que Pedro não escreveu essa carta. Em 3,2 o autor se trai e se refere a “seus apóstolos”, como se não fosse um deles. Ademais, o autor usa o livro de Judas, então teria de ter escrito depois daquela carta falsificada. E ele conhece 1 Pedro (já que se refere a esse livro como sua “segunda” carta), o que, como argumentarei mais longamente agora, também não poderia ser de Pedro, mas escrita posteriormente, no mínimo depois da queda de Jerusalém no ano 70.
- ⁶⁸ William Harris, *Ancient Literacy* (Cambridge: Harvard University Press, 1989).
- ⁶⁹ Entre os muitos excelentes estudos sobre antigos sistemas de ensino, ver especialmente o de Raffaella Cribiore, *Gymnastics of the Mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt* (Princeton: Princeton University Press, 2001).
- ⁷⁰ Catherine Hezser, *Literacy in Roman Palestine* (Tubingen: Mohr Siebeck, 2001).
- ⁷¹ Mark Chancey, *The Myth of a Gentile Galilee* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002); ver também seu estudo mais recente, *Greco-Roman Culture and the Galilee of Jesus* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005).
- ⁷² Jonathan Reed, *Archaeology and the Galilean Jesus* (Harrisburg: Trinity Press International, 2000), pp. 140-69.
- ⁷³ A famosa sinagoga que os turistas veem hoje no local foi construída séculos depois.
- ⁷⁴ Para uma tradução para o inglês, ver J.K. Elliot, *The Apocryphal New Testament* (Oxford: Clarendon, 1993), pp. 350-89; e Wilhelm Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, tradução para o inglês por R. McL. Wilson, da sexta edição alemã, 2 vols. (Louisville: Westminster John Knox, 1991-92), 2.213-70.
- ⁷⁵ Para um relato completo das tradições de Tecla, ver Stephen Davis, *The Cult of Saint Thecla: A Tradition of Women's Piety in Late Antiquity* (Nova York: Oxford University Press, 2001).
- ⁷⁶ Tertuliano, *Sobre o batismo* 17.
- ⁷⁷

O estudo clássico de Marcião, que ainda merece ser lido hoje, foi publicado pelo grande acadêmico alemão Adolf von Harnack em 1924; ele foi parcialmente traduzido para o inglês por John E. Steely e Lyle D. Bierma como *Marcion: The Gospel of the Alien God* (Durham: Labyrinth, 1990). A visão mais recente é de Haikki Raïsänen, “Marcion”, em Antti Marjanen e Petri Luomanen (orgs.), *A Companion to Second-Century Christian “Heretics”* (Leiden: Brill, 2008), pp. 100-24.

⁷⁸ Para uma tradução para o inglês, ver Bruce M. Metzger, *The Canon of the New Testament* (Nova York: Oxford University Press, 1987), pp. 305-07. Alguns estudiosos datam o Cânone Muratori do século IV, mas essa ideia não se mostrou convincente para a maioria.

⁷⁹ Para uma tradução para o inglês, ver Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 380-82; e Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, 2:254-57.

⁸⁰ Benjamin White, “Reclaiming Paul? Reconfiguration as Reclamation in 2 Corinthians”, *Journal of Early Christian Studies* 17 (2009): 497-523.

⁸¹ Para uma tradução para o inglês, ver Elliott, *Apocryphal New Testament*, pp. 547-52; e Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, 2:46-52. Minhas citações aqui seguem a tradução de Schneemelcher.

⁸² Para uma descrição mais completa do gnosticismo, ver capítulo 6.

⁸³ A literatura acadêmica sobre as epístolas pastorais é tão grande que é difícil saber o que indicar aos leitores interessados nos argumentos básicos sobre sua autenticidade. Possivelmente, é melhor começar com Jerome D. Quinn, “Timothy and Titus, Epistles to”, *Anchor Bible Dictionary*, David Noel Friedman (org.) (Nova York: Doubleday, 1992), 6:560-71. Como é verdade para tudo o que discuto neste livro — como é verdade para praticamente qualquer coisa sobre o que qualquer acadêmico bíblico fala —, há diferenças de opinião mesmo aqui. Para um representante da visão minoritária de que Paulo foi o autor das epístolas pastorais, ver a animada discussão na introdução de Luke Timothy Johnson, *The First and Second Letters to Timothy* (Nova York: Doubleday, 2001).

⁸⁴ Por exemplo, Michael Prior, *Paul the Letter Writer in the Second Letter to Timothy* (Sheffield: Sheffield University Press, 1989).

⁸⁵ Entre outras coisas, isso significa que se qualquer dessas cartas é falsificada, todas são.

⁸⁶ A.N. Harrison, *The Problem of the Pastoral Epistles* (Oxford: Oxford University Press, 1921).

⁸⁷ Esse é o caso mesmo com estudiosos interessados em argumentar que Paulo escreveu as epístolas. Um dos estudos mais recentes é Armin Baum, “Semantic Variation Within the Corpus Paulinum: Linguistic Considerations Concerning the Richer Vocabulary of the Pastoral Epistles”, *Tyndale Bulletin* 59 (2008): 271-92. Baum destaca que, nas outras epístolas de Paulo, o menor número total de palavras encontrado em uma carta significa que há menos palavras *diferentes* empregadas. Mas não nas epístolas pastorais, que têm menos palavras que muitas das cartas de Paulo, porém mais palavras *diferentes*. Baum, contudo, continua querendo pensar que esses livros foram escritos por Paulo, então se sai com uma explicação que talvez pareça um caso de pedido especial. No seu ponto de vista, Paulo dedicou mais consideração e tempo a essas epístolas que a outras, já que as redigia por escrito, em vez de oralmente. Isso me parece altamente improvável. Paulo sem dúvida dedicou muito tempo e esforço à redação de epístolas como Romanos e Gálatas. Ademais, Baum não cita qualquer evidência sugerindo que as pastorais foram redigidas por escrito por Paulo em vez de ditadas, por Paulo ou qualquer outro.

⁸⁸ Infelizmente o artigo está disponível apenas em alemão: Norbert Brox, “Zu den persönlichen Notizen der Pastoralbriefe”, *Biblische Zeitschrift* 13 (1969): 76:94.

⁸⁹ Dennis Ronald MacDonald, *The Legend and the Apostle: The Battle for Paul in Story and Canon* (Filadélfia: Westminster, 1983).

- ⁹⁰ Mais uma vez, os estudos acadêmicos sobre o tema são volumosos. Um bom começo é Edgar Krenz, “Thessalonians, First and Second Epistles to the”, *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), 6:515-23.
- ⁹¹ F.F. Bruce, *Paul: Apostle of the Heart Set Free* (Grand Rapids: Eerdmans, 1977).
- ⁹² J. Christiaan Beker, *Paul the Apostle: The Triumph of God in Life and Thought* (Filadélfia: Fortress, 1980).
- ⁹³ Ver J. Christiaan Beker, *Heirs of Paul: Paul's Legacy in the New Testament and in the Church Today* (Mineápolis: Fortress, 1991).
- ⁹⁴ Ver Victor Paul Furnish, “Ephesians, Epistle to”, *Anchor Bible Dictionary* (Nova York: Doubleday, 1992), 2:535-42.
- ⁹⁵ Ver *ibid.*, 1:1090-96.
- ⁹⁶ Infelizmente, o livro nunca foi traduzido para o inglês: Walter Bujard, *Stilanalytsche Untersuchungen zum Kolosserbrief: Als Beitrag zur Methodik von Sprachvergleichen* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1973).
- ⁹⁷ Na época, não me ocorreu que o autor de 2 Timóteo estaria falando apenas das Escrituras que ele conhecia, o “Antigo Testamento”, e que essa doutrina de inspiração poderia não ter coincidido com minha própria visão de que a Bíblia não tinha erros, uma visão que na verdade só passou a existir nos tempos modernos.
- ⁹⁸ Uma exceção parcial pode ser o ponto de vista do acadêmico evangélico Donald Guthrie, que tenta argumentar com base histórica, não dogmática, que não pode haver falsificações no Novo Testamento; ver seu “The Development of the Idea of Canonical Pseudepigraphy in New Testament Criticism”, *Vox Evangelica* 1 (1962): 43-59.
- ⁹⁹ Esses pontos de vista de Daniel e Eclesiastes são quase unanimemente sustentados pelos estudiosos críticos de hoje. Para uma discussão introdutória, ver dois dos principais livros sobre a Bíblia hebraica utilizados em todas as universidades americanas hoje: John J. Collins, *Introduction to the Hebrew Bible* (Mineápolis: Fortress, 2004); e Michael Coogan, *The Old Testament: A Historical and Literary Introduction to the Hebrew Scriptures* (Nova York: Oxford University Press, 2006).
- ¹⁰⁰ Outra abordagem é reconhecer que falsas alegações de autoria de fato constituem falsificação — mentiras com a intenção de enganar —, mas insistir em que a Bíblia não *deveria* ter tais livros. Essa é a alegação de um dos mais recentes estudiosos de falsificação oriundo da Alemanha, Armin Baum, que pensa que sendo possível mostrar que um livro realmente é falsificado, ele deveria ser removido do Novo Testamento (implícito em seu livro *Pseudepigraphie und literarische Fälschung im fruhen Christentum* [Tubingen: Mohr Siebeck, 2001] e confirmado em correspondência particular). Como se pode imaginar, considerando-se esse ponto de vista, Baum reluta em considerar falsificações nos demais livros do Novo Testamento. Mas está disposto a admitir, por exemplo, assim como a imensa maioria dos estudiosos, que 2 Pedro é.
- ¹⁰¹ A.N. Harrison, *The Problem of the Pastoral Epistles* (Oxford: Oxford University Press 1921), p. 12.
- ¹⁰² A.W. Argyle, “The Greek of Luke and Acts”, *New Testament Studies* 20 (1974): 445.
- ¹⁰³ M.J.J. Menken, *2 Thessalonians* (Londres: Routledge, 1994), p. 40.
- ¹⁰⁴ Andrew Lincoln, *Ephesians* (Nashville: Thomas Nelson, 1990), p. lxx.
- ¹⁰⁵ R. McL. Wilson, *Colossians and Philemon* (Londres: Clark, 2005), p. 31.
- ¹⁰⁶

Para uma avaliação de como certos livros passaram a ser considerados parte do cânone das Escrituras, ver meu estudo *Lost Christianities: The Battles for Scripture and the Faiths We Never Knew* (Nova York: Oxford University Press, 2003). Uma discussão mais completa pode ser encontrada em Harry Gamble, *The New Testament Canon: Its Making and Meaning* (Filadélfia: Fortress, 1985).

¹⁰⁷ Bruce M. Metzger, “Literary Forgeries and Canonical Pseudepigrapha”, *Journal of Biblical Literature* 91 (1972): 15-16.

¹⁰⁸ Norbert Brox, *Falsche Verfasserangabe: Zur Erklärung der fruhchristlichen Pseudepigraphie* (Stuttgart: KBW, 1975), p. 81, tradução minha para o inglês [na qual se baseou a tradução desta edição].

¹⁰⁹ Wolfgang Speyer, *Die literatische Fälschung im heidnischen und christlichen Altertum* (Munique: Beck, 1971), p. 3, tradução minha para o inglês [na qual se baseou a tradução desta edição].

¹¹⁰ Kurt Aland, “The Problem of Anonymity and Pseudonymity in Christian Literature of the First Two Centuries”, *Journal of Biblical Literature* 12 (1961): 39-49.

¹¹¹ James Dunn, “The Problem of Pseudonymity”, em *The Living Word* (Filadélfia: Fortress, 1987), pp. 65-85.

¹¹² David Meade, *Pseudonymity and Canon: An Investigation into the Relationship of Authorship and Authority in Jewish and Earliest Christian Tradition* (Tubingen: Mohr Siebeck, 1986).

¹¹³ Markus Barth e Helmut Blanke, *Colossians* (Nova York: Doubleday, 1994), p. 123.

¹¹⁴ Margaret Y. MacDonald, *Colossians and Ephesians* (Collegeville: Liturgical, 2000), p. 8.

¹¹⁵ Duas fontes adicionais são de séculos posteriores e quase sem valor histórico, como argumento mais abaixo.

¹¹⁶ A passagem é discutida mais detidamente, por exemplo, em Baum, *Pseudepigraphie und literarische Fälschung*, pp. 53-5.

¹¹⁷ Ibn Abi Usaybi'a, *Kitah 'uyun al-amba 'fi tabaqat al-atibba'*, 'Amir al-Najjar (org.), 4 vols. (Cairo: al-Hay'a al-Misriyya al-'Amma lil-Kitab, 2001), 1:244-5.

¹¹⁸ Jâmblico, *Vida de Pitágoras* 31.

¹¹⁹ Ver Leonid Zhmud, *Wissenschaft, Philosophie und Religion im fruhen Pythagoreismus* (Berlim: Akademie, 1997), p. 91.

¹²⁰ Ver, por exemplo, Holger Thesleff, *Introduction to the Pythagorean Writings of the Hellenistic Period* (Abo: Academi, 1961).

¹²¹ Dois filósofos neoplatônicos posteriores, Olimpiodoro e Elias, que viveram cerca de dois séculos e meio após Jâmblico, fizeram comentários basicamente similares (Olimpiodoro *Prolegomenon* 13.4-14.4; Elias *In Porphyrii Isagogen et Aristotelis Categorias Commentaria* 128.1-22). Mas eles são de tanto tempo depois do ocorrido que não podem nos ajudar a saber o que acontecia na época do Novo Testamento, meio milênio antes (não mais do que as práticas editoriais em voga hoje podem nos dizer o que acontecia nos anos 150). Ademais, os comentários de Olimpiodoro e Elias podem, na verdade, derivar da tradição iniciada com Jâmblico, cerca de 250 anos antes.

¹²² E. Randolph Richards, *The Secretary in the Letters of Paul* (Tubingen: Mohr Siebeck, 1991).

¹²³ Ver *ibid.*, p. 108.

¹²⁴ Ver *ibid.*, pp. 110-1.

¹²⁵ Ver John J. Collins, *The Scepter and the Star: The Messiahs of the Dead Sea Scrolls and Other Ancient Literature* (Nova York: Doubleday, 1995).

¹²⁶

Para uma tradução para o inglês do *Evangelho de Nicodemos*, ver Bart D. Ehrman e Zlatko Plese, *Apocryphal Gospels: Texts and Translations* (Nova York: Oxford University Press, 2010).

¹²⁷ Para uma tradução para o inglês, ver Ehrman e Plese, *Apocryphal Gospels*.

¹²⁸ Ver nota anterior.

¹²⁹ Ver nota 3.

¹³⁰ Tertuliano, *Apologia* 21.24; Eusébio, *História da Igreja* 2.2.

¹³¹ Ver nota 3.

¹³² Tertuliano, *Apologia* 21.24.

¹³³ Ver nota 3.

¹³⁴ Para uma discussão mais completa, ver meu livro *Misquoting Jesus: The History Behind Who Changed the Bible and Why* (São Francisco: Harper-SanFrancisco, 2005), pp. 63-5. No Brasil, *O que Jesus disse? O que Jesus não disse? — quem mudou a Bíblia e por quê* (Rio de Janeiro: Prestígio, 2006).

¹³⁵ Na história da interpretação da passagem, a pergunta sempre foi “O que ele estava escrevendo?”. Alguns consideraram que ele deveria estar escrevendo os pecados dos acusadores da mulher. Ou uma citação adequada das Escrituras. Ou uma declaração de condenação de juízes injustos. Ou alguma outra coisa!

¹³⁶ Chris Keith, *The Pericope Adulterae, the Gospel of John, and the Literacy of Jesus* (Leiden: Brill, 2009).

¹³⁷ Agostinho, *Sobre a harmonia dos evangelhos* 1.10.

¹³⁸ Outros textos supostamente escritos por Jesus são citados em vários pais da Igreja, como Agostinho (*Contra Fausto* 28.4) e Leão, o Grande (*Sermão* 34.4).

¹³⁹ Meu raciocínio no caso é não ser ela uma carta que existiu fora de seu contexto ficcional, um elemento de correspondência que circulou independentemente como escrito de Jesus.

¹⁴⁰ Para traduções para o inglês das duas cartas, ver Ehrman e Plese, *Apocryphal Gospels*.

¹⁴¹ Uma tradução para o inglês de trechos do diário de Egeria é dada por Andrew Jacobs em Bart Ehrman e Andrew Jacobs, *Christianity in Late Antiquity, 300-450 d.C.: A Reader* (Nova York: Oxford University Press, 2003), pp. 333-46.

¹⁴² Tertuliano, *Apology* 40, tradução para o inglês por S. Thelwell, em Alexander Roberts e James Donaldson (orgs.), *The Ante-Nicene Fathers* (reimp., Grand Rapids: Eerdmans, 1995).

¹⁴³ Minucius Felix *Octavius* 9.6-7; em G.W. Clarke (org.), *The Octavius of Minucius Felix* (Mahway: Paulist, 1974).

¹⁴⁴ Minucius Felix *Octavius* 9.5.

¹⁴⁵ Para traduções para o inglês de uma série de relatos, ver Herbert Musurillo, *Acts of the Christian Martyrs* (Oxford: Clarendon, 1972).

¹⁴⁶ Eusébio, *História da Igreja* 9.5.

¹⁴⁷ Ovídio, *Metamorfoses* 14.136-46.

¹⁴⁸ Para um excelente estudo da Sibila e seus oráculos, ver H.W. Parke, *Sibyls and Sibylline Prophecy in Classical Antiquity*, B.C. McGin (org.) (Londres: Routledge, 1988).

¹⁴⁹ Para uma análise completa e tradução dos oráculos preservados, ver John J. Collins, *Sibylline Oracles*, em James Charlesworth (org.), *Old Testament Pseudepigrapha*, 2 vols. (Nova York: Doubleday, 1983-85), 2:317-472.

¹⁵⁰ Todas as traduções são de Collins em Charlesworth (org.), *Old Testament Pseudepigrapha*.

¹⁵¹

Justino, *Primeira Apologia* 20.

- 152 Por exemplo, o crítico pagão Celso, por volta de 177 d.C., como citado pelo pai da Igreja Orígenes, em seu livro *Contra Celso* (5.61.615; 7.53.732; 7.56.734). Ver também uma oração latina atribuída ao imperador (cristão) Constantino encontrada em Eusébio, *Vida de Constantino*, na qual o imperador alega que as acusações pagãs de falsificação são falsas.
- 153 John J. Gunther, *St. Paul's Opponents and Their Background* (Leiden: Brill, 1973).
- 154 Thomas Sappington, *Revelation and Redemption at Colossae* (Sheffield: JSOT, 1991); Richard Demaris, *Colossian Controversy: Wisdom in Dispute at Colossae* (Sheffield: Sheffield University Press, 1994); Clinton Arnold, *Colossian Syncretism: The Interface Between Christianity and Folk Belief at Colossae* (Tubingen: Mohr Siebeck, 1995); Troy Martin, *By Philosophy and Empty Deceit: Colossians as Response to a Cynic Critique* (Sheffield: Sheffield Academic Press, 1996).
- 155 Tirei todas as traduções para o inglês dos *Escritos pseudoclementinos* de Thomas Smith, “The Pseudo-Clementine Literature”, em Alexander Roberts e James Donaldson (orgs.), *The Ante-Nicene Fathers*, vol. 8 (reimp., Grand Rapids: Eerdmans, 1995).
- 156 São chamados assim porque consistem em 20 sermões supostamente feitos por Clemente, nos quais ele conta suas histórias de viagens e aventuras com o apóstolo Pedro.
- 157 Houve nos últimos anos uma avalanche de livros sobre o Tiago histórico. Para um tratamento competente por um bom estudioso (de quem discordo em muitos pontos), ver John Painter, *Just James: The Brother of Jesus in History and Tradition* (Edimburgo: Clark, 1997).
- 158 Ver, por exemplo, a discussão em meu *Jesus, Interrupted: Revealing the Hidden Contradictions in the Bible (And Why We Don't Know About Them)* (São Francisco: HarperOne, 2009), pp. 53-8. No Brasil, *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi? — mais revelações inéditas sobre as contradições da Bíblia* (Rio de Janeiro: Ediouro, 2010).
- 159 Os estudiosos apresentaram quatro grandes explicações possíveis para essas “passagens nós”. Três das quatro parecem não funcionar. A explicação tradicional é que o autor era companheiro de Paulo. Mas essa visão tem problemas, já que o autor comete tantos erros sobre a vida e os ensinamentos de Paulo que não parece ser um companheiro próximo. Outros estudiosos sustentaram que o autor, quem quer que seja, teve acesso a um companheiro de viagem de Paulo e o inseriu em alguns pontos, criando a estranha utilização eventual do “nós” (já que era como o itinerário era grafado). Essa é uma opção atraente, mas não explica por que o estilo de redação e o vocabulário das “passagens nós” é praticamente o mesmo do resto de Atos. Se o itinerário saiu de um autor diferente, seria de esperar que o estilo fosse diferente. Outros acadêmicos argumentaram que o autor está usando uma antiga técnica de descrever narrativas de viagem — sobretudo aquelas envolvendo viagens marítimas — na primeira pessoa. Mas há acadêmicos que destacaram haver muitas narrativas de viagens assim não escritas na primeira pessoa, de modo que isso parece não explicar essas passagens. A quarta explicação é a que me parece ter menos problemas: o autor editou esses trechos de Atos para fazer seus leitores suporem que ele esteve com Paulo nesses momentos da história, embora não estivesse. Isso explicaria por que os trechos “nós” começam e terminam tão abrupamente: foi apenas um instrumento estilístico do autor para se inserir na história em alguns poucos momentos.
- 160 Irineu, *Contra as heresias* 3.14.1.
- 161 Ver nota 6.
- 162 Hoje os estudiosos estão muito divididos sobre como discutir o gnosticismo ou mesmo considerar o gnosticismo um único fenômeno amplo. Para três pontos de vista muito diferentes por acadêmicos de

destaque, ver Karen King, *What Is Gnosticism?* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005); Bentley Layton, *The Gnostic Scriptures: Ancient Wisdom for the New Age* (Nova York: Doubleday, 1987), no Brasil *As escrituras gnósticas* (São Paulo: Loyola, 2002); e Birger Pearson, *Ancient Gnosticism: Traditions and Literature* (Mineápolis: Fortress, 2007).

¹⁶³ Para uma nova tradução para o inglês dos escritos de Nag Hammadi, ver Marvin Meyer (org.), *The Nag Hammadi Scriptures* (São Francisco: HarperOne, 2007).

¹⁶⁴ Epifânio, *Panarion* 26.

¹⁶⁵ Não se sabe se Epifânio de fato conheceu e leu esses outros livros ou se os estava inventando.

¹⁶⁶ Tanto Dídimos quanto Tomé significam “gêmeo”; Judas era seu nome. Ele é citado como gêmeo de Jesus no antigo livro sírio *Atos de Tomé*, que descreve sua viagem missionária à Índia após a morte de Jesus.

¹⁶⁷ Para uma tradução para o inglês, ver Meyer, *Nag Hammadi Scriptures*, pp. 487-97. Tirei minhas citações daí.

¹⁶⁸ Ver nota anterior.

¹⁶⁹ Para uma tradução para o inglês, ver Wilhelm Schneemelcher, *New Testament Apocrypha*, tradução de R. McL. Wilson, 2 vols. (Louisville: Westminster John Knox, 1991-92), 1:249-84.

¹⁷⁰ Daí Johannes Quasten, *Patrology* (Utrecht: Spectrum, 1950), 2:412-13.

¹⁷¹ É incluído como parte do cânone do Novo Testamento, por exemplo, em um famoso manuscrito bíblico do século V, o *Codex Alexandrinus*.

¹⁷² Sobre a variedade de expectativas de como seria o futuro messias, ver John J. Collins, *The Scepter and the Star* (Nova York: Doubleday, 1995) e minha breve avaliação no capítulo 5.

¹⁷³ Irineu, *Contra as heresias* 3.7.11.

¹⁷⁴ Pápias indica que recebeu essa informação de alguém que conhecera os apóstolos; ou seja, ela nos chega em terceira mão. Ver a nota seguinte.

¹⁷⁵ Para o texto completo dos comentários de Pápias, ver Bart D. Ehrman, *The Apostolic Fathers*, 2 vols., Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard University Press, 2003), 2:103.

¹⁷⁶ Tertuliano, *Contra Marcílio* 4.5.

¹⁷⁷ Defendo essa tese em meu livro *Jesus, Interrupted: Revealing the Hidden Contradictions in the Bible (And Why We Don't Know About Them)* (São Francisco: HarperOne, 2009), pp. 102-12, e provavelmente não preciso repetir aqui todos os argumentos e informações.

¹⁷⁸ Para o argumento de que o autor pretende fazer seus leitores pensarem que era Paulo, ver Clare Rothschild, *Hebrews as Pseudepigraphon* (Tubingen: Mohr Siebeck, 2009).

¹⁷⁹ Para uma tradução para o inglês, ver Ehrman, *Apostolic Fathers*, 2:3-83.

¹⁸⁰ Para uma tradução para o inglês, ver Bart D. Ehrman e Zlatko Plese, *Apocryphal Gospels: Texts and Translations* (Nova York: Oxford University Press, 2010).

¹⁸¹ Ver David Dungan e J.K. Elliott, *Art and the Christian Apocrypha* (Nova York: Routledge, 2001).

¹⁸² Ver nota 11.

¹⁸³ Ver nota 11.

¹⁸⁴ O estudo mais completo e recente é Reidar Aasgard, *The Childhood of Jesus: Decoding the Apocryphal Infancy Gospel of Thomas* (Eugene: Cascade, 2009).

¹⁸⁵ Ver meu livro *Jesus, Interrupted*. Como insisto ali, esse ponto de vista de que os evangelhos contêm relatos não históricos não é apenas uma idiossincrasia; é o consenso do conhecimento crítico moderno e tem sido assim há muito tempo.

¹⁸⁶

Esse é o tema de meu livro anterior *Misquoting Jesus: The Story Behind Who Changed the Bible and Why* (São Francisco: HarperOne, 2005). Aqui resumo apenas alguns dos pontos mais importantes.

- ¹⁸⁷ Ver meu livro *Misquoting Jesus*.
- ¹⁸⁸ Ver a discussão em Gordon Fee, *The First Epistle to the Corinthians* (Grand Rapids: Eerdmans, 1987) ou, mais resumidamente, *Misquoting Jesus*.
- ¹⁸⁹ Robert Funk, Toy W. Hoover e Jesus Seminar (orgs.), *The Five Gospels: The Search for the Authentic Words of Jesus* (Nova York: Macmillan, 1993), p. 22.
- ¹⁹⁰ *The Architecture of Marcus Vitruvius Pollio*, tradução para o inglês por Joseph Gwilt (Londres: Priestley and Weale, 1826).
- ¹⁹¹ Políbio, *Histórias* 9.2.12.
- ¹⁹² Marcial, *Epigrams* 1.66; tradução para o inglês por Walter C.A. Ker, Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard University Press, 1979).
- ¹⁹³ Diógenes Laércio, *Vidas* 2.60; 5.93; 8.54; tradução para o inglês por R.d. Hicks, Loeb Classical Library (Cambridge: Harvard University Press, 1931).
- ¹⁹⁴ Edgar J. Goodspeed, *Modern Apocrypha* (Boston: Beacon, 1956); Per Beskow, *Strange Tales About Jesus: A Survey of Unfamiliar Gospels* (Filadélfia: Fortress, 1983).
- ¹⁹⁵ Discutido em Goodspeed, *Modern Apocrypha*, pp. 3-14; e Beskow, *Strange Tales*, pp. 57-65.
- ¹⁹⁶ Ver Goodspeed, *Modern Apocrypha*; Beskow, *Strange Tales*, pp. 20-28; 42-50.
- ¹⁹⁷ Por fonte romana, me refiro a qualquer fonte escrita por um autor pagão do Império Romano; Jesus é mencionado em fontes cristãs, claro, e duas vezes nos escritos do historiador judeu Josefo, mas por nenhuma outra fonte do século I.
- ¹⁹⁸ Ver Goodspeed, *Modern Apocrypha*, pp. 92-96; Beskow, *Strange Tales*, pp. 16-24.
- ¹⁹⁹ Tirei a tradução para o inglês de Goodspeed, *Modern Apocrypha*, pp. 92-93.
- ²⁰⁰ Ver *ibid.*, pp. 97-101.
- ²⁰¹ Ver *ibid.*, p. 101.
- ²⁰² Ver *ibid.*, pp. 45-49. Essa história é baseada em antigas tradições, especialmente populares no cristianismo bizantino, sobre Maria e um ovo vermelho, que possivelmente indica a origem do costume de colorir ovos de Páscoa.
- ²⁰³ Segundo Beskow, esse relato foi produzido pelo clérigo anglicano Gideon Ouseley (1835-1906), um vegetariano convicto que escreveu dez livros sobre vegetarianismo e ocultismo.
- ²⁰⁴ Hugh Schonfield, *The Passover Plot* (Nova York: Bantam, 1965).
- ²⁰⁵ Ver capítulo 1, nota 16.
- ²⁰⁶ Ver *ibid.*
- ²⁰⁷ Um dos mais empolgados defensores de Morton Smith, que argumenta veementemente que a carta de Clemente é autêntica, é Scott Brown; seu estudo mais completo é *Mark's Other Gospel: Rethinking Morton Smith's Controversial Discovery* (Waterloo: Laurier University Press, 2005).
- ²⁰⁸ Para um tratamento popular, ver Sissela Bok, *Lying: Moral Choice in Public and Private Life*, 3^a ed. (Nova York: Vintage, 1999).